



AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO

RELATÓRIO FINAL

DEZEMBRO DE 2012

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO

RELATÓRIO FINAL

Equipa de Avaliação

A. Oliveira das Neves (Coord.)

*Dulce Santana, Fernando Honório, Filipa Santos,
Gisela Ferreira, Josué Caldeira e Tiago Pereira*

*J.M. Félix Ribeiro e L. Madureira Pires (Consultores)
Filipa Albuquerque e Isabel Rodrigues (Apoio Técnico)*

ÍNDICE

SIGLAS

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	i/xv
EXECUTIVE SUMMARY.....	xvii/xxxi
INTRODUÇÃO.....	1
I. ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO.....	3
I.1. APRESENTAÇÃO GERAL DO INALENTEJO E DA RESPECTIVA CADEIA DE IMPLEMENTAÇÃO.....	3
I.2. REPROGRAMAÇÃO DO INALENTEJO.....	4
I.3. IDENTIFICAÇÃO DOS STAKEHOLDERS, PROMOTORES E DESTINATÁRIOS.....	6
I.4. PLANOS NACIONAIS, REGIONAIS E SECTORIAIS QUE ENQUADRAM A ESTRATÉGIA.....	8
I.5. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO INTERCALAR.....	10
II. METODOLOGIA.....	13
II.1. PRINCÍPIOS DA ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	13
II.2. MODELO ANALÍTICO E OPERACIONAL.....	14
II.3. ELEMENTOS DE RECOLHA, TRATAMENTO E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO.....	16
II.4. CALENDARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO.....	19
II.5. LIMITAÇÕES DA AVALIAÇÃO.....	20
III. QUESTÕES DE AVALIAÇÃO - ELEMENTOS DE RESPOSTA.....	23
III.1. DESEMPENHO GLOBAL.....	23
III.1.1. Desempenho do INALENTEJO no âmbito da execução do QREN.....	23
III.1.2. Dinâmicas de procura e de realização.....	25
III.2. CONTRIBUTO DAS INTERVENÇÕES PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA.....	31
III.2. 1. Incentivar a Criação de Empresas, o Empreendedorismo e a Inovação Empresarial.....	32
III.2. 2. Constituir uma Rede Regional de Centros Tecnológicos.....	38
III.2. 3. Reforçar a Rede Regional de Parques Empresariais.....	40
III.2. 4. Reforçar as Conexões em rede dos atores regionais através da adoção das TIC.....	42
III.2. 5. Dinamizar a captação de investimento para a Região.....	44
III.2. 6. Gerir eficientemente os Recursos Hídricos.....	46
III.2. 7. Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental.....	47
III.2. 8. Assegurar a dotação de serviços coletivos à população.....	48
III.2. 9. Prevenir e mitigar riscos naturais e tecnológicos.....	53
III.2.10. Promover o desenvolvimento urbano sustentável e a competitividade das cidades.....	54
III.2.11. Promover a integração regional no sistema aeroportuário.....	61
III.2.12. Promover a mobilidade intrarregional.....	62
III.2.13. Contributo do Programa para a criação de emprego.....	63
III.3. METAS DO PROGRAMA – PONTO DE SITUAÇÃO E ANÁLISE GLOBAL.....	66
III.4. SUSTENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE EFICIÊNCIA.....	69
III.5. EFEITOS NÃO ESPERADOS E OUTROS EFEITOS.....	74
III.6. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO.....	76
IV. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	93
IV. 1. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES - VIGÊNCIA DO INALENTEJO.....	93
IV. 2. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES - PRÓXIMO CICLO DE PROGRAMAÇÃO.....	97

ANEXOS

ANEXO A. ENTREVISTAS REALIZADAS NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR	A.1
ANEXO B. EVOLUÇÃO DO PROGRAMA	A.3
ANEXO C. RELATÓRIOS DOS ESTUDOS DE CASO	A.5
ANEXO D. INFORMAÇÃO INALENTEJO	A.47
ANEXO E. IMPORTÂNCIA DO INALENTEJO NO FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO NA REGIÃO	A.63
ANEXO F. INDICADORES DE CONTEXTO E IMPACTE DO INALENTEJO	A.81
ANEXO G. QUADROS-SÍNTESE DE APURAMENTO DO INQUÉRITO AOS PROMOTORES.....	A.91

Índice de Figuras

Figura 1. Órgãos de Governação do INALENTEJO	7
Figura 2. Modelo Global da Avaliação.....	14
Figura 3. Taxa de Compromisso (Aprovado/Programado).....	23
Figura 4. Taxa de Execução (Despesa validada/Programada).....	24
Figura 5. Taxa de Realização (Despesa validada/Programado).....	24
Figura 6. Distribuição do Investimento, por Eixo	27
Figura 7. Distribuição do investimento, por Plano de Ação	29
Figura 8. Distribuição do Investimento, por Tipo de Beneficiário.....	30
Figura 9. Distribuição do investimento, por Objetivo do Programa	31
Figura 10. Operações com investimento superior a 10 milhões €.....	68
Figura 11. Investimento dos Projetos aprovados pelos diferentes PO (até 30-06-2012*)	69

Índice de Quadros

Quadro 1. Entidades beneficiárias por Eixo, do INALENTEJO	8
Quadro 2. Enquadramento do INALENTEJO no QREN – síntese do ponto de situação a 30/06/2012	23
Quadro 3. Operações aprovadas pelo INALENTEJO no âmbito da implementação do Programa Estratégico do SRTT.....	39
Quadro 4. Distribuição do nº de Projetos e investimento em Parques Empresariais, por nível hierárquico dos Centros Urbanos	41
Quadro 5. Distribuição do nº de Projetos e investimento em serviços coletivos à população, por nível hierárquico dos Centros Urbanos	51
Quadro 6. Distribuição do nº de Projetos e investimento no âmbito das RUCI, por nível hierárquico dos Centros Urbanos.....	57
Quadro 7. Repartição do investimento apoiado no âmbito das PRU, por nível hierárquico dos Centros Urbanos ...	60
Quadro 8. Projetos apoiados em função do seu potencial efeito na criação de emprego.....	64
Quadro 9. Grau de cumprimento das metas de Realização (tendo como referência os valores contratados)	67
Quadro 10. Grau de cumprimento das metas de Resultado (tendo como referência o contratado).....	68
Quadro 11. Dependência dos projetos apoiados, de recursos públicos para financiamento dos custos operacionais, por Área de Intervenção	71
Quadro 12. Dependência dos projetos apoiados, de receitas próprias para financiamento dos custos operacionais, por Área de Intervenção	72
Quadro 13. Perspetivas de evolução do financiamento dos custos operacionais dos projetos apoiados	73
Quadro 14. Quadro de Impactos	83

SIGLAS

AdI	Agência de Inovação
ADPM	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola
ADRAL	Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo
AG	Autoridade de Gestão
AI	Área de Intervenção
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANJE	Associação Nacional de Jovens Empresários
APCOR	Associação Portuguesa da Cortiça
APS	Administração do Porto de Sines
ARH	Administração da Região Hidrográfica
ARS	Administração Regional de Saúde
AVQA	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental
CA	Comissão de Acompanhamento
CAE	Classificação das Atividades Económicas
CCDR	Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional
CEBAL	Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Alentejo
CEGMA	Centro de Estudos Geológicos e Mineiros do Alentejo
CEVALOR	Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais
CIM	Comunidade Intermunicipal
CMC	Comissão Ministerial de Coordenação
COTR	Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio
CTC	Comissão Técnica de Coordenação
CTE	Custo Total Elegível
CUC	Centros Urbanos Complementares
CUE	Centros Urbanos Estruturantes
CUR	Centros Urbanos Regionais
CVRA	Comissão Vitivinícola da Região do Alentejo
DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DPP	Departamento de Prospeção e Planeamento
DR	Direção Regional
EDAB	Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja
EDIA	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva
EEC	Estratégias de Eficiência Coletiva
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
EPDM	Empresa de Perfuração e Desenvolvimento Mineiro
EPRAL	Escola Profissional da Região Alentejo
ERT	Entidade Regional de Turismo
ESDIME	Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo Sudoeste
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
EUA	Estados Unidos da América
FC	Fundo Comunitário
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEADER	Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FFEE	Fundos Estruturais
FSE	Fundo Social Europeu
GADE	Gabinetes Municipais de Apoio ao Desenvolvimento Económico

GAL	Grupos de Ação Local
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
ICNB	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
IDERSANT	Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região de Santarém
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IES	Instituições de Ensino Superior
IFDR	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
IGF	Inspeção Geral de Finanças
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
INSA	Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge
IPP	Instituto Politécnico de Portalegre
IPS	Instituto Politécnico de Santarém
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IQADE	Implementação e Qualificação de Agências de Desenvolvimento Regional
ISA	Instituto Superior de Agronomia
IST	Instituto Superior Técnico
ITI	Intervenções Territoriais Integradas
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia
MAMAOT	Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
NERE	Núcleo Empresarial da Região de Évora
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OAU	Óleos Alimentares Usados
OI	Organismo Intermédio
ONG	Organização Não Governamental
PAIC	Programa de Apoio à Indústria Corticeira
PCTA	Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo
PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais
PERSU	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos e Urbanos
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMPE	Programa de Modernização do Parque Escolar
PNAC	Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PNACE	Programa Nacional para o Crescimento e Emprego
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PO	Programa Operacional
POCTEP	Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal
POFC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POVT	Programa Operacional Valorização do Território
PRIME	Programa de Incentivos à Modernização da Economia
ProDeR	Programa de Desenvolvimento Rural
PROMAR	Programa Operacional de Pescas 2007-2013
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PROVERE	Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
PRU	Parcerias para a Regeneração Urbana
QA	Questão de Avaliação
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RE	Regulamento Específico
RUCI	Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação
SAICT	Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas
SAPCT	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO

- Relatório Final -

SI	Sistema de Incentivos
SIGPOA	Sistema de Informação e Gestão do Programa Operacional do Alentejo
SIPIE	Sistema de Incentivos à Pequena Iniciativa Empresarial
SPIVN	Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas
SRTT	Sistema Regional de Transferência Tecnológica
ST	Secretariado Técnico
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TP	Turismo de Portugal
UE	Universidade de Évora
VAB	Valor Acrescentado Bruto

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. ÂMBITO, OBJETIVOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A Avaliação Intercalar do INALENTEJO centra-se na apreciação da trajetória de desempenho global e por Eixo Prioritário do PO, até 30/06/2012, e tem por **Objetivo Geral** “Disponibilizar informação e conhecimento relevantes e inovadores sobre as dimensões realização, resultados e impactos das intervenções do INALENTEJO”. A relevância atribuída à formulação de atuações recomendáveis acrescentou um objetivo de dupla face: que remete para as Recomendações: (i) a melhoria da eficácia de implementação do Programa na sua fase final de vigência; e (ii) contribuir para a preparação do período de programação 2014-2020 dos Fundos Estruturais.

Na formulação genérica do Objetivo Geral são identificáveis dimensões de avaliação que se encontram explicitadas nos Objetivos Específicos (reportados à *Dimensão Realizações e Resultados* e à *Dimensão Impactos*) e que, de forma direta ou cruzada, surgem ventiladas nas Questões de Avaliação (QA) conforme se formaliza sinteticamente na Tabela seguinte.

Objetivos Específicos	Questões de Avaliação
✓Caracterizar a evolução dos indicadores de realização e de resultado do PO e seus determinantes.	QA 1 - O desempenho do Programa Operacional em matéria de realizações e resultados é satisfatório? Quais os fatores críticos que explicam esse desempenho e as consequências do mesmo para a prossecução dos objetivos e prioridades do PO? QA 4 - As realizações e os resultados verificados poderiam ter sido alcançados com menos recursos?
✓Caracterizar a evolução de indicadores de realização e de resultado que traduzam objetivos do PO eventualmente não refletidos na sua lista de indicadores e respetivos determinantes.	
✓Caracterizar os desvios até ao momento da Avaliação, face às metas de realização e resultados e os motivos que os justificam.	
✓Identificar as consequências dos desvios verificados no desempenho do PO para a concretização dos seus objetivos.	
✓Identificar o contributo das intervenções já implementadas para os objetivos do PO (ou seja, o impacto efetivo ou potencial, tendo em conta as realizações e resultados contratualizados ou, sobretudo, verificados das intervenções apoiadas).	QA 2 - Quais os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do Programa Operacional, em cada uma das suas prioridades estratégicas? O impacto das intervenções é sustentável? QA 3 - As intervenções apoiadas estão a produzir efeitos não esperados? Em caso afirmativo, quais são esses efeitos e de que modo são convergentes ou divergentes com os objetivos e princípios do Programa Operacional?
✓Identificar eventuais ajustamentos a adotar de modo a potenciar os impactos das intervenções (e a sua sustentabilidade), tendo por referência os objetivos do PO.	
✓Identificar iniciativas que, pela sua inovação e/ou potencial de replicabilidade (para outros públicos ou outros contextos), possam ser consideradas como boas práticas a utilizar como objeto de divulgação e promoção do INALENTEJO junto dos seus destinatários finais e das diferentes partes interessadas.	

Em termos de **Metodologia**, a construção das respostas às Questões de Avaliação assentou, de um modo geral, na triangulação de duas componentes analíticas: (i) uma, que teve por suporte o detalhe em sub-questões de cada QA refletindo os nexos lógicos de entendimento/decomposição com que se encarou os fundamentos de construção da resposta; e (ii) outra, que resultou da utilização cruzada dos

outputs das diversas fontes e métodos, segundo a relação que esses *outputs* estabelecem com as dimensões presentes em cada QA.

O centramento das QA nas realizações e resultados (como campo de identificação de contributos para a concretização de objetivos dos Eixos e do PO) apelou a um uso mais extensivo de *outputs* quantitativos (via exploração e análise dos Sistemas de Informação) ainda que a perceção de resultados e impactos tenha resultado da incorporação equilibrada de elementos qualitativos, sobretudo, com origem nos Inquéritos aos Promotores, nas Entrevistas e nos Estudos de Caso.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

No ciclo mais longo da sua vigência, o INALENTEJO atravessou uma conjuntura prolongada desfavorável às dinâmicas de implementação e de concretização de importantes objetivos. O comportamento regional das principais variáveis de contexto, da atividade económica e empresarial ao emprego, passando pela capacidade de mobilizar recursos próprios e alheios para o financiamento do investimento, não favoreceu uma trajetória de desempenho consentânea com a desejável mudança de ciclo da intervenção dos Fundos Estruturais que se pretendia para a Região.

A sistematização de elementos de resposta às QA deve ter presente essa realidade, ao nível dos desempenhos diferenciados por Eixo e Área de Intervenção, mas também ao nível das dificuldades de identificar de forma mais objetiva, resultados e impactos, no momento intercalar de Avaliação.

QA 1. O desempenho do Programa Operacional em matéria de realizações e resultados é satisfatório? Quais os fatores críticos que explicam esse desempenho e as consequências do mesmo para a prossecução dos objetivos e prioridades do PO?

As Áreas de Intervenção com trajetória de desempenho mais satisfatória, na ótica da concretização dos objetivos e prioridades do INALENTEJO, são as seguintes:

- Parcerias para a Regeneração Urbana, designadamente qualificação do espaço público e criação e apetrechamento de equipamentos para fins culturais e outros serviços de apoio à população;
- Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar;
- Mobilidade territorial, principalmente na vertente melhoria da rede viária;
- Saúde, com destaque para a qualificação dos equipamentos e das urgências dos hospitais e para a disponibilização de cuidados diferenciados;
- Equipamentos e serviços coletivos de proximidade, principalmente de apoio à população idosa;
- Incentivos à Inovação, designadamente visando a ampliação da capacidade produtiva regional de novos bens, serviços, tecnologias e processos produtivos e a internacionalização.

Uma leitura transversal permite, ainda, destacar: (i) o forte investimento nas Tecnologias de Informação e Comunicação (reorganização administrativa dos serviços, introdução de novas tecnologias em contexto escolar, promoção de conteúdos *online* e promoção regional); e (ii) o forte investimento em tipologias complementares para o desenvolvimento e afirmação do sector turístico na Região (desenvolvimento empresarial, valorização e divulgação do património regional e animação cultural).

As metas de realização e resultado com maior dificuldade de serem atingidas, face aos desvios atuais, respeitam aos indicadores associados à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e Empresarial e à Melhoria dos Sistemas de Transportes Coletivos.

Entre os **fatores que estimularam os níveis de realização atual e os resultados esperados**, bem como a prossecução dos objetivos, salienta-se o conjunto de atuações da AG do INALENTEJO e as práticas de trabalho e de iniciativa de entidades de interface, com responsabilidade na dinamização da implementação de instrumentos do PO:

- abordagem dos Regulamentos numa perspetiva mais integrada (p.e., organizando Concursos de forma a estimular projetos comuns no âmbito das Subvenções Globais - Iluminação pública, sinalização semaforica, ...);
- dinamização de abordagens de intervenção por parte das CIM, no sentido de evidenciar vantagens na organização de candidaturas comuns;
- desburocratização e simplificação de procedimentos;
- estímulo e apoio persistente à criação de uma Rede Regional de instituições na área da Ciência e Tecnologia visando a implementação do Sistema Regional de Transferência Tecnológica (SRTT);
- (Incremento das taxas de cofinanciamento - Decisão da CMC QREN).

Ao nível do espaço de intervenção das Entidades de interface beneficiárias do Programa, salientam-se como experiências positivas, desejavelmente replicáveis, as seguintes:

- ✓ *PROVERE - Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo*. Estratégia para as áreas de baixa densidade do sul do País em que a experiência de trabalho de coordenação e dinamização levado a cabo pela ADP Mértola tem produzido resultados visíveis, sendo de destacar como principais fatores determinantes: (i) o carácter distintivo da ideia de projeto, assente em Programa de Ação realista e com elementos de ancoragem técnica robustos; (ii) as lideranças fortes e claramente focalizadas em resultados; (iii) a articulação eficaz com apoios enquadrados pelo Eixo 3 do ProDeR; e (iv) a capacidade de mobilizar parceiros privados, promotores de projetos com relação de mercado e potencial de disseminação.

- ✓ *Entidade Regional de Turismo do Alentejo.* Estruturação de um modelo de intervenção com base técnica de sustentação estratégica e operacional, estimulando uma relação dinâmica com o tecido empresarial, organizando a promoção externa e dotando-a de uma visão integrada que permitiu consolidar a fidelização de segmentos tradicionais da procura e desenvolver novos produtos, numa recomposição da oferta regional com potencial para atrair outros públicos.

Entre os **fatores que condicionaram os níveis de realização e os resultados observados e esperados**, salientam-se os seguintes:

- Crise económica e financeira, que condicionou a disponibilidade dos promotores e alterou as suas prioridades, com atrasos na execução dos respetivos projetos e alterações nas atividades previstas (menos relevante).
- Problemas de regulamentação, p.e., no que respeita à insuficiente definição das elegibilidades entre PO Regionais e Temáticos por deficiente articulação entre objetivos semelhantes e inadequação de Regulamentos Específicos e respetivos critérios de mérito às especificidades regionais (caso dos Sistemas de Incentivos).
- Insuficiente articulação entre as Autoridades de Gestão do PO Regional e diferentes PO Temáticos na dinamização e encaminhamento da localização de projetos de investimento privado de carácter estruturante para as prioridades da Região, p.e., nas atividades das cadeias de valor estratégico.
- Insuficiente coordenação estratégica operacional com os Organismos Intermédios económicos que dispõem de competências na atração e dinamização de IDE e grandes projetos com interesse regional, indispensável à valorização do potencial locativo dos ativos do território do Alentejo.
- Incapacidade dos Municípios e das CIM para alterar o paradigma da execução centrado na predominância de projetos atomizados de relevância fundamentalmente local/municipal, em detrimento de projetos com interesse e uma lógica supramunicipal, revestindo o carácter de ações integradas implementadas em parceria, de maior eficácia na supressão de debilidades regionais que exigem respostas de carácter supra-local.
- Deficiente arquitetura das EEC sectoriais cujos mecanismos se revelaram insuficientes para promover a inserção das entidades regionais nos instrumentos criados a nível nacional (Polos e Clusters) e também das PROVERE e RUCI. O desempenho destas EEC foi condicionado pela fragilidade institucional dos parceiros e dos modelos de governação adotados, pela fraca articulação estratégica das iniciativas de investimento e pelo fraco compromisso das Parcerias para o alcance dos resultados. Estes fatores condicionaram o desempenho e as mais-valias esperadas destes instrumentos, que se pretendiam inovadores na mobilização de iniciativas setoriais e territoriais e aos quais se atribuía um papel importante no acesso aos Fundos.

QA 2. Quais os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do Programa, em cada uma das suas prioridades estratégicas? O impacto das intervenções é sustentável?

Os principais contributos das intervenções para concretizar o leque de objetivos que suportam as prioridades estratégicas do Programa são os seguintes:

- Forte contributo do Programa para o reforço da dotação de serviços coletivos à população, principalmente nas áreas do Ensino Básico e Pré-escolar e Saúde, do Apoio Social a Idosos, Atividades culturais e Modernização Administrativa.
- Forte contributo do Programa para a Criação de Empresas, o Empreendedorismo e a Inovação Empresarial, principalmente através de projetos de modernização e reforço da capacidade empresarial (em empresas existentes e novas empresas) com uma adesão significativa de sectores considerados estratégicos para a Região: turismo (setor com uma dinâmica de investimento muito destacada), mármore e vinho (neste caso com um volume de investimento bastante significativo em fatores dinâmicos de competitividade).
- Forte contributo para a afirmação e desenvolvimento do setor do Turismo, através dos projetos empresariais (p.e., nas componentes de alojamento, animação e promoção turística) e de iniciativas de valorização do património e dinamização de atividades culturais.
- Contributos limitados no que respeita à diversificação da base económica regional (fruto, nomeadamente, da menor expressão dos designados sectores estratégicos emergentes: automóvel, TIC e aeronáutica) e também ao nível da iniciativa empresarial na promoção da I&DT.
- Contributo para o desenvolvimento urbano, fundamentalmente através de iniciativas de qualificação urbana muito concentradas em intervenções no espaço público, nas infraestruturas urbanas, na valorização do património e dinamização cultural e também para o reforço de funções regionais em Centros Urbanos Regionais: Évora (Saúde e Património), Beja e Santarém (Saúde).
- Fraco contributo dos resultados ao nível da *competitividade urbana e do sistema urbano* (diferenciação funcional, dinamização económica e inovação em contexto urbano e afirmação das vocações funcionais dos principais Centros Urbanos Regionais).
- Forte contributo para a mobilidade intrarregional baseado em projetos de qualificação da rede de infraestruturas rodoviárias locais que, contudo, não contribuíram para a qualificação e inovação dos serviços de transporte e para a articulação modal.
- Contributo em aberto das intervenções apoiadas para a constituição de uma Rede Regional de Centros Tecnológicos, por se destacar apenas a perspetiva de desenvolvimentos futuros resultantes da estruturação em curso do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia.

- Contributo para o reforço da Rede Regional de Parques Empresariais desajustado face aos objetivos estabelecidos, pelo fraco investimento nos principais parques empresariais da Região e pela dispersão de Áreas de Acolhimento Empresarial por centros de nível inferior, com menor dimensão e capacidade de dotação de serviços qualificados às empresas, comprometendo o objetivo central da coerência da rede destas Áreas.
- Contributo limitado para o cumprimento dos objetivos na área do ambiente, designadamente para a criação de condições de fruição das áreas de maior valia ambiental e para a proteção e valorização do litoral e mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

O contributo das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do Programa foi condicionado pela persistência do padrão tradicional de investimento municipal muito centrado nas infraestruturas, equipamentos e serviços à população, fruto de lógicas estritamente locais e com fraca capacidade de indução de dinâmicas de desenvolvimento económico.

A Avaliação regista uma forte associação entre a execução do INALENTEJO e o desempenho do sector empresarial (medido pelo Índice Síntese que integra os indicadores de emprego, empresas, volume de vendas, VAB, exportações e importações). Este é o impacto positivo do INALENTEJO mais significativo em termos estatísticos, revelando o efeito dos investimentos realizados ao abrigo do Programa na dinamização da economia local e regional; no entanto, o potencial de impacto na concretização de objetivos e prioridades do INALENTEJO deve ser apreciado de forma conjugada, nomeadamente, com outras iniciativas de política pública.

O INALENTEJO contribui para a generalidade dos impactos identificados, sendo possível sinalizar, como relações mais significativas, as seguintes: (i) o desempenho do sector empresarial revela uma forte relação com o ProDeR, a par da relação observada com o INALENTEJO, sendo que aquele revela uma relação mais estreita especificamente com o número de empresas criadas e com o sector comercial; (ii) o desempenho dos domínios relacionados com as condições de vida, educação, poder de compra, pobreza e criminalidade, possui uma forte relação com o investimento realizado ao abrigo do POPH, sendo evidente o impacto positivo deste Programa no desenvolvimento social da Região; e (iii) o desempenho ao nível do emprego (peso do emprego na fase de construção) possui uma relação significativa com o POVT, responsável pelas grandes intervenções públicas regionais.

QA 3. As intervenções apoiadas estão a produzir efeitos não esperados? Em caso afirmativo, quais são esses efeitos e de que modo são convergentes ou divergentes com os objetivos e princípios do PO?

A avaliação das realizações e resultados dos projetos apoiados, com base nas diferentes fontes de informação e análises efetuadas, não permitiu identificar resultados não esperados. Contudo, foi possível observar alguns desvios que afetaram os resultados observados e esperados: (i) reduzidas dinâmicas de procura e investimento em áreas afetadas pela crise macroeconómica e financeira; e (ii)

concretização mitigada de apostas estratégicas do Programa, por dificuldade de concentração temática e seletiva do investimento (I&D/Transferência de Tecnologia, regeneração/competitividade urbana, ...).

A concentração de investimento na fileira do Turismo, nas vertentes de alojamento hoteleiro, amenidades, promoção e animação turística, valorização do património construído e de outros recursos regionais com potencial diferenciador, constituiu pela positiva um efeito menos esperado. Pela negativa, salienta-se a inexistência de operações aprovadas com componentes de criação/qualificação de serviços partilhados, em nós da Rede de Parques Empresariais.

QA 4. As realizações e os resultados verificados poderiam ter sido alcançados com menos recursos?

Não se verificam desvios significativos entre os custos observados e previstos, principalmente devido à disciplina introduzida sobre a rubrica “trabalhos a mais”, à observância das regras da contratação pública e à consulta ao mercado, através do Procedimento de Concurso Público; a utilização de procedimento concursal tem revelado um impacto positivo nos custos finais das obras. A existência de tabelas de custo padrão, para um leque mais alargado de tipologias de infraestruturas e equipamentos, poderia introduzir maior racionalidade nos custos finais dos projetos apoiados.

A organização pela AG/ST de Concursos estimulando projetos comuns, p.e., no âmbito das Subvenções Globais, terá contribuído para melhorar os indicadores de custos (candidaturas e implementação de projetos aprovados).

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O exercício de identificação de elementos de balanço (Conclusões) e de Recomendações está organizado em duas vertentes/momentos-chave que remetem: (i) para o desenvolvimento do Programa até ao final da sua vigência; e (ii) para a preparação do período de programação 2014-2020.

3.1. Período de vigência do INALENTEJO

3.1.1. Recomendações estratégicas

Conclusão 1. Sectores estratégicos regionais. O Programa registou uma adesão positiva por parte das empresas da Região ao leque de incentivos disponíveis. Como resultado da Avaliação emerge, todavia, uma desequilibrada adesão no conjunto dos designados setores estratégicos regionais que constituem uma parte significativa da base económica regional assentes, nomeadamente, na exploração de recursos produtivos regionais de qualidade.

As atividades da fileira do Turismo apresentam um comportamento muito relevante, sendo a atividade económica mais beneficiada no quadro dos incentivos empresariais. Em contrapartida, regista-se uma fraca presença de iniciativas de investimento empresarial em domínio-chave para o desenvolvimento

regional: agroalimentar, cortiça, TIC e automóvel. Assim, permanece por concretizar, no âmbito do INALENTEJO, a dinamização dos sectores económicos tradicionais, bem como dos sectores emergentes.

Recomenda-se a adoção de uma abordagem focalizada/privilegiada sobre as empresas dos sectores considerados estratégicos para a Região, no âmbito dos Concursos dos Sistemas de Incentivos às empresas, em sede de Aviso de Concurso ou de Orientação Técnica, mobilizando para esse objetivo vários “stakeholders” do PO, com destaque para as Associações Empresariais.

Conclusão 2. Dinamização da procura. As iniciativas de dinamização da procura dirigidas a públicos-alvo específicos, nomeadamente, as iniciativas dirigidas às empresas registaram uma adesão positiva por parte dos agentes locais. Estas iniciativas foram importantes para a dinamização da procura e constituíram formas eficazes de esclarecimento e de aproximação do Programa junto dos potenciais beneficiários e das estruturas associativas. Dadas as características do tecido empresarial regional, a ampliação e consolidação desta linha de ação, pela Autoridade de Gestão, deve constituir uma opção relevante no sentido da dinamização ativa da procura, da promoção de projetos individuais e coletivos e da dinamização de redes, sobretudo, junto de setores estratégicos.

Recomenda-se o reforço dimensão da gestão do Programa através da divulgação permanente junto das empresas da Região, em colaboração com as estruturas associativas dos vários setores. Paralelamente, devem ser alargadas as iniciativas de divulgação do Programa junto de destinatários-alvo e em territórios exteriores à Região, no sentido captar de investimento; para estas iniciativas, a Autoridade de Gestão deve estabelecer parcerias com entidades nacionais, nomeadamente, com os Organismos Intermédios (IAPMEI, AICEP e AdI) e Turismo de Portugal.

Conclusão 3. Âmbito supramunicipal/intermunicipal dos projetos. Apesar de constituir um objetivo do Programa Operacional, em linha com objetivos globais do QREN e dos respetivos PO, a orientação das iniciativas de investimento público (e privado) para intervenções em parceria e com um âmbito territorial alargado, não teve o sucesso esperado e desejado. Com efeito, o peso dos projetos com incidência supramunicipal atinge apenas 10,7% do total dos projetos apoiados e o número de projetos desta natureza enquadrados nos Planos de Ação das CIM foi bastante reduzido: 9, num total de 332 projetos. O investimento promovido pelos Municípios tem, assim, uma influência local estrita e assenta predominantemente em infraestrutura física e equipamento (local).

Recomenda-se o reforço da importância da dimensão supramunicipal e da natureza integrada das intervenções nos processos de avaliação dos projetos, p.e., dos projetos nos domínios das infraestruturas e equipamentos urbanos, com forte incidência na estruturação e organização dos territórios. Paralelamente, deve ser: (i) incentivado o investimento público, que revista uma forte

complementaridade com a promoção da base económica local e a promoção dos fatores relevantes de competitividade territorial e do sistema urbano; e (ii) valorizadas (no âmbito do processo de seleção das operações) as prioridades de desenvolvimento e de ordenamento territorial inscritas nos instrumentos de ordenamento de âmbito municipal (planos diretores municipais), e de âmbito supramunicipal (planos integrados de ordenamento do território) e regional (planos regionais de ordenamento do território).

Conclusão 4. Mobilidade Territorial. Concentração do investimento realizado na Mobilidade Territorial na componente da infraestrutura rodoviária, sendo de registar a ausência de contributos para a qualificação e inovação dos serviços de transporte e para a articulação dos modos de transporte, questão sinalizada como uma fragilidade da Região. Com efeito, com a exceção de um caso todos os projetos desta Área de Intervenção incidiram sobre iniciativas de construção/renovação de rodovias.

Recomenda-se o estabelecimento de critérios de elevada seletividade nesta Área de Intervenção canalizando as operações aprovadas para objetivos de reforço da coerência da rede viária regional (articulação das redes locais com a rede regional e nacional) e para intervenções de melhoria do serviço de transporte regional incentivando soluções ajustadas ao padrão de povoamento do território.

Conclusão 5. Diversificação da Base Económica Regional. A implementação do Programa revela resultados limitados no Objetivo de Diversificação do perfil de especialização produtiva regional. O PO apresenta resultados muito significativos na fileira do Turismo cujo setor constitui o mais dinâmico em termos de investimento apoiado, seguindo-se as atividades ligadas ao vinho e aos mármore. Assim, com exceção do Turismo, o PO revela resultados limitados nos designados sectores emergentes o que pode vir a condicionar o alcance do objetivo de diversificação da base económica regional.

Recomenda-se o reforço das iniciativas da Autoridade de Gestão para atuações de dinamização da procura orientadas para os sectores estratégicos da economia regional, com acesso e mobilização de recursos de financiamento do Eixo Competitividade, Inovação e Conhecimento.

Conclusão 6. Iniciativas de base local. Ausência de apoios, nos campos de intervenção dos Regulamentos Específicos do Programa, para investimentos micro de base local (materiais e imateriais).

Recomenda-se o estímulo à aplicação na Região do Programa Valorizar para construir respostas à necessidade de incentivar os apoios a microempresas e a projetos de natureza produtiva, equacionando a possibilidade de articular com a intervenção dos GAL (Eixo 3 do ProDeR) e dos GADE dos Municípios.

Conclusão 7. Dinamização económica dos investimentos públicos. Predomínio de operações com um âmbito local e fraca capacidade para induzir dinâmicas de desenvolvimento económico de grande parte dos investimentos públicos, mesmo quando enquadrados em Programas / Planos de Ação.

Recomenda-se o reforço das Orientações Técnicas de suporte a novos Avisos de Concursos no sentido de conferir prioridade às intervenções municipais e intermunicipais geradoras de diferenciação funcional, dinamização económica e inovação urbana.

3.1.2 Recomendações Operacionais

Conclusão 8. Sustentabilidade. Sustentabilidade problemática dos investimentos fortemente dependentes do financiamento público, num ciclo prolongado de constrangimentos orçamentais da parte da Administração Central e Local. Em 74,3% dos casos para os quais existe informação disponível (500 projetos), o grau de cobertura dos custos operacionais pelas receitas foi classificado como “negativo” ou “muito negativo”. Trata-se, predominantemente, de projetos de infraestruturização do território e de serviços públicos à população muito dependentes do financiamento por parte de recursos públicos (93% das entidades beneficiárias que indicaram ter como fonte de financiamento recursos públicos, referem que essa dependência se situa entre 75 e 100%).

Recomenda-se uma avaliação mais rigorosa da sustentabilidade das operações, generalizando a introdução de critérios/requisitos de análise de sustentabilidade financeira ajustada à utilidade pública dos investimentos. Paralelamente, *recomenda-se* o reforço da importância atribuída ao critério da sustentabilidade no processo de seleção das operações.

Conclusão 9. Sistema de Indicadores. (a) Insuficiência do conjunto de indicadores existentes, na perspetiva da monitorização e avaliação do contributo das intervenções para os Objetivos do Programa para a Estratégia Regional. Exemplos: Requalificação da Rede Escolar (o acréscimo da cobertura do ensino pré-escolar deveria contemplar um indicador sobre o número de salas/vagas criadas neste nível de ensino); Mobilidade Territorial (inexistência de indicadores que permitam uma leitura do tipo de investimentos ao nível das infraestruturas rodoviárias); e Base económica regional (inexistência de indicadores que permitam acompanhar o comportamento dos designados sectores estratégicos regionais). (b) Insuficiência dos procedimentos de registo e atualização regular da informação relativa às realizações e resultados dos projetos aprovados.

Recomenda-se: (i) Identificação rigorosa de indicadores, associados ao conjunto de objetivos dos Eixos Prioritários do Programa de modo a assegurar uma adequada monitorização de contributos (com relevância para o futuro PO); e (ii) Apetrechamento do SIGPOA com recursos técnicos que assegurem um adequado e atualizado registo de informação do ciclo de vida das operações, com vista a dispor de informação sobre o cumprimento de metas e objetivos, o que pressupõe introduzir novos atributos de registo das operações e indicadores que ventilem a sua relevância estratégica.

Conclusão 10. Planos de Ação. Reduzida expressão e articulação estratégica das iniciativas de projetos e investimentos no âmbito das Estratégias de Eficiência Coletiva e no âmbito das Subvenções Globais, limitando a eficácia e eficiência destes instrumentos de política e contratualização. Com efeito, por um lado, é reduzido o peso que as EEC referentes a PCT, Clusters e PROVERE tiveram no conjunto do PO (abrangem apenas 5,1% do investimento apoiado) e, por outro lado, os investimentos apoiados no âmbito dos restantes Planos de Ação evidenciam uma natureza muito local e atomística.

Recomenda-se o reforço da função acompanhamento dos projetos aprovados e da implementação dos Planos de Ação, com vista a uma maior focalização nos Objetivos e Resultados esperados, enquanto compromissos destes Planos e Parcerias. [O acompanhamento da implementação do Programa Estratégico do SRTT poderá constituir um bom teste].

Conclusão 11. Coordenação. Existência de um potencial de articulação estratégica entre a AG INALENTEJO e a AG do COMPETE e os Organismos Intermédios com intervenção na área empresarial os quais devem reforçar a articulação e a conjugação de recursos e iniciativas no sentido de promoverem os recursos/oportunidades de localização regional no mercado global, visando uma maior procura do Programa e contribuindo desta forma para captar novo investimento empresarial.

Recomenda-se o desenvolvimento de iniciativas conjuntas de captação de IDE e outro com potencial estratégico para a Região, com divulgação e promoção exterior do Programa junto de potenciais interessados em investir na Região beneficiando das condições específicas de apoio ao investimento empresarial oferecidas pelo PO e valorizando o potencial locativo das Áreas de Acolhimento Empresarial existentes no Alentejo.

3.2. Próximo período de programação

3.2.1 Recomendações Estratégicas

Entre as prioridades a equacionar do próximo ciclo de programação dos Fundos Estruturais para a Região, *recomendam-se* as seguintes:

- ✓ Configurar o futuro Programa como instrumento prioritariamente ao serviço da afirmação do desenvolvimento económico, da organização e consolidação do Sistema Urbano Regional e da sustentabilidade ambiental da Região, num contexto de solidariedade de financiamento com os PO Temáticos Nacionais.
- ✓ Estimular a abertura da Região favorecendo a sua participação em redes internacionais ao nível da atividade económica e dos projetos de cooperação de I&D com parceiros ibéricos, europeus e intercontinentais, em domínios de interesse material e imaterial, que contribuam para a

transformação e valorização gradual dos ativos do território (ambiente, cultura, património, competências humanas e tradição produtiva).

- ✓ Promover uma definição rigorosa das áreas de interesse estratégico regional para reorientar o investimento público, segundo prioridades estruturantes de natureza regional e intermunicipal, e concretizar a concentração temática e territorial dos apoios públicos ao investimento.
- ✓ Estruturar um novo ciclo de desenvolvimento urbano centrado na dinamização de funções diferenciadoras que atraiam residentes dotados de qualificações e capacidade de iniciativa e na renovação das vocações estratégicas, nomeadamente dos Centros Urbanos Regionais e Estruturantes da Região.
- ✓ Estruturar uma intervenção orientada para os Territórios de Baixa Densidade, abrangendo os Centros Urbanos Complementares de proximidade, que contemple, p.e., atuações de atração de residentes (nomeadamente, através de um ciclo de revitalização seletiva de pequenos aglomerados e aldeias), de dinamização económica de recursos locais e criação de empresas, de apoio à organização de produções primárias e respetiva valorização de mercados.
- ✓ Desenvolver o exercício da programação do desenvolvimento regional segundo uma abordagem integrada das necessidades de competências escolares e profissionais para a Estratégia, combinando conhecimento e qualificação do potencial humano como condição para alcançar uma Região mais inteligente e mais inclusiva, o que pressupõe envolver nos procedimentos de programação, as instâncias regionais da educação, da formação e do emprego.

3.2.2 Recomendações Operacionais

Esta componente sistematiza elementos de balanço associados a uma visão compreensiva de dimensões-problema do atual período de programação (de caráter estratégico e de caráter operacional), as quais implicam mudanças que o próximo período de programação dos FFE tem vantagem em equacionar desde cedo, com contributos objetivos a partir da visão das necessidades a refletir na programação e gestão do futuro PO Alentejo 2014-2020.

Conclusão 1. Regulamentação dos Programas. A regulamentação dos Programas Operacionais do QREN, ao definir um modelo uniforme baseado nas três Agendas Temáticas e envolvendo uma forte harmonização de conceitos, regras e condições, implicou uma muito limitada tomada em consideração das especificidades e prioridades regionais.

No próximo período programação seria desejável encontrar uma solução mais flexível tanto em relação ao modelo de Concursos – na sequência dos ajustamentos efetuados no âmbito dos PO do atual QREN – como às tipologias de operações e condições para a sua aprovação e financiamento comunitário.

Recomenda-se que a nível nacional sejam apenas aprovadas regulamentações de enquadramento e não de operacionalização, devendo estas últimas – como sempre ocorreu até 2006 – estar ligadas aos objetivos e conteúdo de cada Programa Operacional. Sem prejuízo de elaborar Regulamentos nacionais para algumas categorias de operações, estes deveriam ter carácter genérico, deixando ao futuro PO Regional a decisão de como as operacionalizar (condições específicas de elegibilidade, critérios de seleção, condições de financiamento, etc.), bem como o modelo de acesso (Concursos, Convite, Candidatura contínua, etc.).

Conclusão 2. Implementação de Sistemas de Incentivos. Os Sistemas de Incentivos ao investimento privado a financiar pelo novo PO Alentejo deverão estar ligados aos resultados que se pretende atingir a nível do tecido económico regional, particularmente no caso das micro, pequenas e médias empresas cuja criação e desenvolvimento se encontra mais dependente do mercado local e regional. As regras de funcionamento de tais sistemas devem ser definidas no quadro do Programa.

Ainda que o próximo Regulamento do FEDER – complementado pelas novas orientações em matéria de Auxílios de Estado para 2014-20 – não preveja o financiamento de investimento em grandes empresas existe, naturalmente, um conjunto alargado de empresas de média dimensão (segundo a classificação comunitária) que têm um âmbito de atividade que extravasa largamente o espaço regional e podem justificar uma abordagem nacional, em termos de regulamentação.

Recomenda-se que os Sistemas de Incentivos de Nova Geração (2014-20), embora perfilhando orientações gerais comuns, sejam distintamente regulamentados no que respeita a grandes e pequenos projetos de investimento. Neste entendimento, poder-se-ia definir um limite máximo de investimento e de dimensão de empresa para a regulamentação regional, tudo o resto continuando numa lógica nacional, com intervenção da CCDR na avaliação do mérito regional. Tal solução permitiria conciliar as estratégias nacional e regional, alicerçando os pequenos e médios projetos no potencial de desenvolvimento das regiões e tornando os SI em instrumentos de política pública dessas estratégias.

Conclusão 3. Articulações entre FEDER, FSE e FEADER. A coordenação ou mesmo a integração de atuações financiadas pelos Fundos da Coesão (FEDER e FSE) e pelo FEADER é crucial em regiões com uma forte componente de economia rural. Como corolário, não é razoável nem suficiente que em vastas regiões do Alentejo o desenvolvimento local seja feito única e exclusivamente à base de intervenções cofinanciadas pelo FEADER.

Os novos regulamentos da Política de Coesão privilegiam uma abordagem temática das intervenções dos Fundos, na linha da Estratégia Europa 2020, não existindo prioridades territoriais capazes de dar resposta direta aos objetivos da coesão territorial. Para suprir esta lacuna, os Regulamentos preveem a

existência de novas figuras de integração territorial dos Fundos: as Intervenções Territoriais Integradas (ITI) e o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), as quais podem envolver os três Fundos. Enquanto as ITI são lançadas e geridas por atores públicos, as DLBC seguem a metodologia e experiência LEADER devendo ser coordenadas por associações da sociedade civil.

Recomenda-se que, com vista a reforçar sinergias e complementaridades e desse modo aumentar a eficácia na utilização dos Fundos, seja prevista na programação tanto do PO do Alentejo 2014-20 como do próximo Programa de Desenvolvimento Rural, uma dotação para ações integradas (ITI e DLBC) envolvendo o FEDER, o FSE e o FEADER. Para além disso, deveriam ser encontradas soluções no sentido de os organismos desconcentrados da Administração Central (Educação, Emprego e Formação e Agricultura), acompanharem a aplicação na Região dos diversos Fundos e, assim, articularem atuações quando não exista gestão integrada.

Conclusão 4. Modelo de contratualização. A contratualização generalizada, através de Subvenções Globais, de componentes do INALENTEJO foi um dos elementos novos que deve ser equacionado nas vantagens e desvantagens para compreender o seu efetivo potencial de aprofundamento no próximo período de programação. Em face da nova configuração administrativa do nível NUT III, afigura-se adequado explorar a possibilidade de as Comunidades Inter Municipais (CIM) dinamizarem novas formas de intervenção no território, combinando diversos Fundos de finalidade estrutural (FEDER, FSE e FEADER) e abrindo portas para um modelo de intervenção territorial mais pró ativo no estímulo ao desenvolvimento económico e à criação de emprego.

Recomenda-se que seja equacionada a possibilidade de no próximo PO do Alentejo se configurarem Programas Territoriais de Desenvolvimento que deem origem a ITI abrangendo o FEDER e o FSE e o FEADER e para cuja gestão sejam encontradas fórmulas inovadoras que associem as CIM às estruturas regionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional e do MAMAOT (Agricultura e Pescas) de forma a garantir abordagens integradas de desenvolvimento a nível das NUT III. Este modelo teria, ainda, a vantagem de progressivamente conduzir os Municípios a focalizar-se em outros tipos de atuação que não apenas a construção e gestão de infraestruturas e equipamentos coletivos. Para efetivar este modelo seria necessário assegurar, em sede de programação e ao longo de 2013, numa solução operativa na qual os diversos Fundos envolvidos (e que podem ainda ser complementados pelo FEAMP) afetem à partida uma parcela da sua dotação global a este tipo de operações.

Conclusão 5. Programação do Investimento Público, competitividade territorial e políticas de ordenamento do território. O INALENTEJO apresenta resultados fracos e desajustados nos objetivos e nas áreas de intervenção que se pretendiam contribuírem para a consolidação de um adequado modelo de organização territorial e para a promoção de redes e de fatores e dinâmicas de

competitividade territorial e urbana. O desenvolvimento regional sustentável exige modelos virtuosos de organização e articulação territorial de recursos e de infraestruturas e de promoção de fatores de competitividade territorial, numa lógica de redes territoriais de desenvolvimento.

Nesta perspetiva, as políticas e os instrumentos de apoio ao investimento público e ao investimento privado, nomeadamente, com carácter estruturante, deve ter como referência as opções estratégicas e os modelos de ordenamento territorial consubstanciados nos instrumentos de gestão (planos de ordenamento do território), atração que poderá contribuir também para melhorar a coordenação e a criar sinergias entre os investimentos setoriais.

Recomenda-se que o estabelecimento de uma relação de forte coordenação entre os apoios ao investimento público e privado e a prossecução de objetivos de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano. Trata-se de tomar como quadro de referência da programação de investimentos em infraestruturas e equipamentos de âmbito local e supramunicipal, as opções estratégicas de ordenamento do território estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente, dos de âmbito municipal e regional.

Conclusão 6. Sistema de Indicadores. Desde o primeiro QCA I (1989-93) que foram ensaiados diversos modelos de sistema de indicadores com vista a monitorizar adequadamente os Programas e a fornecer atempadamente a informação necessária às estruturas de gestão, bem como às atividades de avaliação. Dado que nenhum modelo dos até agora implementados (uns mais centralizados como o do QCA 2000-06, outros mais descentralizados, como o atual) respondeu cabalmente às necessidades da gestão, acompanhamento, controlo e avaliação, haverá que encontrar uma solução mais eficiente e eficaz, naturalmente baseada nas necessidades específicas do futuro PO do Alentejo.

A concretização deste objetivo implica a manutenção de um modelo nacional descentralizado em que cada instrumento de programação terá que promover o seu próprio Sistema de Informação, de acordo com as suas necessidades, salvaguardando as indispensáveis articulações de conceção, alimentação, ... com os módulos centrais.

Recomenda-se que a CCDR Alentejo, em concertação com as Autoridades Nacionais, designadamente o IFDR, inicie um processo próprio de construção de um modelo aperfeiçoado de “software” de gestão do PO Alentejo 2014-20, logo que as orientações e a estrutura de base do futuro modelo se encontrem definidas. O sistema a adotar terá necessariamente que incorporar a totalidade da informação relativa às atividades do Programa (ao contrário, p.e., do que acontece agora com os Sistemas de Incentivos) para que se transforme num verdadeiro instrumento de gestão.

EXECUTIVE SUMMARY

1. SCOPE, OBJECTIVES AND EVALUATION METHODOLOGY

INALENTEJO Interim Evaluation focuses on assessing the achievement trajectory of the Operational Programme and its Priority Axes until 30/06/2012. Its **General Objective** is "To provide relevant and innovative information and knowledge about achievement, outcome and impact dimensions of the INALENTEJO interventions." The importance given to the formulation of commendable performances added a double sided aim that demand from the Recommendations: (i) the improvement of the effectiveness of the implementation of the Programme in its final term, and (ii) that contribution to the preparation period of the 2014-2020 Structural Funds programming.

In a generic formulation of the General Purpose, it is possible to identify evaluation dimensions which are unfolded in the Specific Objectives (related to the achievement and outcome dimension and to the impact dimension) which, directly or cross-ventilated appear in the Evaluation Questions (EQ) as it is presented briefly in the following Table.

Specific Objectives	Evaluation Questions
<ul style="list-style-type: none"> To characterize the trajectory of achievement and outcome indicators of the OP and its determinants. To characterize the evolution of achievement and outcome indicators that translate the OP goals not reflected in the list of indicators and their respective determinants. To characterize the deviations from the achievement and outcome goals up to the evaluation moment and the reasons that justify them. To identify the consequences of the deviations in the performance of the OP to the achievement of its goals. 	<p>EQ 1 - The performance of the Operational Programme on achievements and outcomes is satisfactory? What are the critical factors that explain this performance and what are the consequences for the pursuit of the goals and priorities of the OP?</p> <p>EQ 4 - The achievements and actual outcomes could have been achieved with fewer resources?</p>
<ul style="list-style-type: none"> To identify the contribution of interventions already implemented for the purposes of the OP (e.g., the actual or potential impact, considering contracted achievements and outcomes or, mainly, actual outcomes of the actions supported). To identify potential adjustments to be adopted in order to maximize the impact of actions (and their sustainability), with reference to the objectives of the OP. To identify initiatives that, for their innovation and / or potential replicability (for other beneficiaries or other contexts) can be considered good practice to be used for publicizing and promoting the INALENTEJO among its beneficiaries and stakeholders. 	<p>EQ 2 - What are the effective contributions of the interventions supported to achieve the objectives of the Operational Programme, in each of its strategic priorities? The impact of the interventions is sustainable?</p> <p>EQ 3 - Supported interventions are producing unintended effects? If so, what are these effects and how they are convergent or divergent with the goals and principles of the Operational Programme?</p>

In terms of **Methodology**, the answer to the Evaluation Questions was based, generally, on the triangulation of two analytic components: (i) one, which was supported on the detail of each EQ in sub-

EQ reflecting the logical nexus of understanding / decomposition which sustained the construction of the response, and (ii) another, resulting from the crossed use of the outputs from the various sources and methods, according to the relationships established between these outputs and the dimensions stated on each EQ.

The EQ centring on the achievements and results (as identification fields of contributions to the achievement of Priority Axes and OP objectives) appealed for more extensive use of quantitative outputs (via the exploration and exploitation of Information Systems), although the perception of results and impacts resulted from the balanced incorporation of qualitative elements, mainly originating from the Surveys to Promoters, Interviews and Case Studies.

2. MAIN RESULTS OF THE EVALUATION

In the longer cycle of its term, INALENTEJO went through a prolonged unfavourable environment to the dynamics of implementation and achievement of important goals. The regional behaviour of the main context variables, from economic and entrepreneurial activity to employment, through the ability to mobilize own and other finance resources to, did not favour a performance trajectory consistent with the desired cycle change of Structural Funds which was intended for the Region.

The systematization of response elements to the EQ should be mindful of this reality, at the level of differentiated achievements by Axis and Intervention Area, but also at the level of accrued difficulty to identify, more objectively, outcomes and impacts, in the current Interim Assessment.

QA 1 - The performance of the Operational Programme on achievements and outcomes is satisfactory? What are the critical factors that explain this performance and what are the consequences for the pursuit of the goals and priorities of the OP?

The Areas of Intervention with more satisfactory performance trajectories, from the viewpoint of achieving the objectives and priorities of INALENTEJO, are the following:

- Partnerships for Urban Regeneration, namely qualification of public space and building and equipping of facilities for cultural and other support services to the population;
- Rehabilitation of the 1st Primary School network and Pre-School Education network;
- Territorial mobility, especially in the aspect of improving road network;
- Health, with emphasis on the qualification of equipment and emergency rooms of hospitals and the provision of special care;
- Local collective facilities and services, primarily to support the elderly population;
- Incentives for Innovation, particularly aiming to expand regional productive capacity of new goods, services, technologies and production processes and the internationalization.

A transversal reading also allows to highlight: (i) the strong investment in Information and Communication Technologies (administrative reorganization of services, introduction of new technologies in schools, promoting online contents and regional promotion), and (ii) the strong investment in complementary typologies for the development and affirmation of tourism in the Region (business development, enhancement and dissemination of regional heritage and cultural activities).

The achievement and outcome goals more difficult to be attained, given the current deviations, refer to indicators associated with Research and Technological Development and Business Improvement and with the improvement of Collective Transport Systems.

Among the **factors that stimulated the current levels of achievement and expected outcomes**, as well as the pursuit of goals, we highlight the set of actions of the INALENTEJO Managing Authority (INALENTEJO MA) and work practices and initiative of interface entities with responsibility in fostering the implementation of the instruments of the OP:

- a more integrated perspective of the approach on Regulations (eg, organizing tenders to stimulate joint projects under the Global Grants - Lighting, semaphore signalling, ...);
- dynamization of approaches on interventions by the Intermunicipal Communities (CIM), in order to foster advantages in organizing common applications;
- debureaucratization and simplification of procedures;
- persistent encouragement and support for the creation of a regional network of institutions in the area of Science and Technology aimed at implementing the Regional Technology Transfer System (SRTT);
- [Increase of co-financing rates - Decision of the Ministerial Coordination Committee (MCC) of NSRF].

In terms of the area of intervention of the interface entities benefiting from the program, the following stand out as positive experiences, desirably replicable:

- ✓ *PROVERE - Valorisation of Wild Resources in the Mediterranean*. Strategy for low density areas of the south of the country in which the work experience of coordination and promotion conducted by the Association of Defence of the Patrimony of Mértola (ADPM) has produced visible results. The following are the main determinant factors to highlight: (i) the distinctiveness of the project's idea, based on a realistic Programme of Action with robust technique anchoring elements, (ii) the strong leadership, clearly focused on results and (iii) the effective linkage with support under the Axis 3 of the RDP, and (iv) the ability to mobilize private partners, project promoters with market relations and potential for dissemination.

- ✓ *Alentejo Regional Tourism Entity*. Structuring of an intervention model based on strategic and operational technical support, stimulating a dynamic relationship with the business fabric, organizing the external promotion and providing it with an integrated vision that has allowed to consolidate the loyalty of traditional segments of demand and developed new products, in a recomposition of the regional supply with the potential to attract other demands.

Among the **factors that constrained the levels of achievement and the observed and expected results**, we highlight the following:

- Economic and financial crisis, which affected the availability of promoters and changed their priorities, with delays in the implementation of projects and changes in the planned activities (less relevant).
- Problems of regulation, eg in regard to the insufficient definition of eligibility between Regional and Thematic OP by poor articulation between similar objectives and inadequacy of Specific Regulations and respective merit criteria to regional specificities (the case of Incentive Systems).
- Insufficient coordination between the Managing Authorities of Regional OP and different Thematic OP in boosting and routing the location of private investment projects of structuring nature to the priorities of the region, eg in activities of strategic value chains.
- Insufficient strategic operational coordination with the economic Intermediate Bodies that have competences in the attraction and promotion of FDI and large projects of regional interest, essential to exploit the locational potential of assets on Alentejo territory.
- Inability of Municipalities and CIM to change the paradigm of execution focused on the predominance of atomized projects fundamentally relevant at local/municipal level, detrimental to projects with supra-municipal interest and rational, with the character of integrated actions implemented in partnership, of higher efficiency in the suppression of regional weaknesses that require supra-local responses.
- Poor architecture of the Sectoral Collective Efficiency Strategies (CES) whose mechanisms revealed insufficiencies to promote the inclusion of regional entities in national instruments (Poles and Clusters) and also the PROVERE and RUCI. The performance of these CES was limited by weak institutional partners and governance models adopted, by poor strategic articulation of investment initiatives and by weak commitment of Partnerships to achieve results. These factors limited the performance and the added-value of these instruments, which intended to be innovative in mobilizing territorial and sectoral initiatives to which was attributed an important role in accessing funds.

QA 2 - What are the effective contributions of the interventions supported to achieve the objectives of the Operational Programme, in each of its strategic priorities? The impact of the interventions is sustainable?

The main contributions of interventions to achieve the range of objectives that support the strategic priorities of the Programme are the following:

- Strong contribution of the Programme to strengthen the allocation of public services to the population, especially in the areas of Pre-School and Basic Education and Health, the Elderly Social Support, Cultural Activities and Administrative Modernization.
- Strong contribution of the Enterprise Creation, Entrepreneurship and Business Innovation Program, mainly through modernization projects and entrepreneurial capacity reinforcement (for existing and new businesses) with a of significant adherence from sectors considered strategic for the region: tourism (sector with a very prominent investment dynamic), marble and wine (in this case with a very significant amount of investment in dynamic competitiveness factors).
- Strong contribution to Tourism sector affirmation and development, through private business projects (eg, in accommodation, entertainment and promotion components) and cultural heritage promotion initiatives and promotion of cultural activities.
- Limited contributions to regional economic base diversification (as result, namely, of the lower expression of the designated emerging strategic sectors: automotive, aeronautics and ICT) and also at the entrepreneurship level in promoting RTD.
- Contribution to urban development, primarily through urban qualification initiatives heavily concentrated in public space interventions, in urban infrastructure, in the promotion of the heritage and cultural dynamization and also to the strengthening of regional functions in Urban Regional Centres: Évora (Health and Heritage), Beja and Santarém (Health).
- Weak contribution to the results at the level of urban competitiveness and urban system (functional differentiation, economic dynamism and innovation in the urban context and affirmation of functional vocations of major Urban Regional Centres).
- Strong contribution to intraregional mobility based on local road infrastructure network qualification projects, which however did not contribute to the qualification and innovation of the transport services and to the modal articulation.
- An open-ended contribution of supported operations for the establishment of a Regional Network of Technological Centres, because it is only to be highlighted the prospect of future developments resulting from the ongoing organization of the Regional Technology Transfer System.
- Inappropriate contribution to Regional Business Parks Network strengthening given the objectives established, by the low investment in the major business parks in the region and the dispersion of

Hospitality Business Areas along lower-level centres, with smaller allocation capacity and poorer qualified service to firms, undermining the central goal of coherence of the network of these facilities.

- Limited contribution to the achievement of objectives in the environmental area, in particular for the creation of conditions for the fruition of the areas of highest environmental value and for protecting and enhancing of coastal areas and mitigation of the effects of climate change.

The contribution of supported interventions for the achievement of Program objectives was conditioned by the persistence of the traditional pattern of municipal investment, heavily focused in infrastructure, equipment and services to the population, as a result of strictly local focus and with weak ability to induce economic development dynamics.

The Evaluation points a strong association between the implementation of INALENTEJO and the performance of the business sector (measured by the Synthetic Index integrating employment indicators, enterprises, sales turnover, GVA, exports and imports). This is the most positive impact of INALENTEJO in statistical terms, revealing the effect of investments made under the Program in boosting local and regional economy; however, the potential impact on the INALENTEJO achievement of objectives and priorities should be analysed in a combined way, in particular, with other public policy initiatives.

INALENTEJO contributes to the generality of the identified impacts. The most meaningful associations are the following: (i) the performance of the business sector reveals a strong relationship with the RDP, along with the observed relationship with INALENTEJO, revealing however a closer relationship specifically with the number of companies created and the retail sector, (ii) the performance of domains related to living conditions, education, purchasing power, poverty and crime, has a strong relationship with the investment under Human Potential Operational Programme (POPH), being evident the positive impact of this Programme on regional social development, and (iii) the level of employment performance (weight of employment during the construction phase) has a significant relationship with Territorial Enhancement Thematic Operational Programme (POVT), responsible for large public interventions in the region.

QA 3 - Supported interventions are producing unintended effects? If so, what are these effects and how they are convergent or divergent the goals and principles of the Operational Programme?

The assessment of achievements and results of supported projects, based on different sources of information and diverse analysis, did not allow the identification of unexpected results. However, it was possible to observe some deviations affecting observed and expected results: (i) reduced dynamics of demand and investment in areas affected by macroeconomic and financial crisis, and (ii) diminished

achievement of the Program strategic choices by difficulty of thematic concentration and selectiveness of investments (R&D/ Technology Transfer, regeneration / urban competitiveness, ...).

The concentration of investment in the Tourism Cluster, in the areas of hotel accommodation, amenities, promotion and touristic animation, enhancement of the built heritage and other regional resources with differentiation potential, was a less expected positive effect. On the negative side, the lack of approved operations with creation/ qualification components of shared services in the Business Parks Network nodes is to be highlighted.

QA 4 - The achievements and actual outcomes could have been attained with fewer resources?

There are no significant deviations between observed and anticipated costs, mainly due to the introduction of discipline under the section of "additional works", the observance of the rules of public procurement and market consultation, through public tender procedure; the use of tender procedure has revealed a positive impact on the final costs of the constructions. The existence of standard cost tables for a wider range of types of infrastructure and equipment could introduce greater rationality in the final costs of the supported projects.

The organization of tender procedures by the MA/ TS (Technical Secretariat) encouraging joint projects, eg, within the Global Grants, has contributed to improving the cost indicators (applications and implementation of approved projects).

3. CONCLUSIONS AND RECOMMENDATIONS

The exercise of identifying elements of balance (Conclusions) and recommendations is organized in two parts / key moments that refer: (i) to the development of the Programme until the end of its term, and (ii) to the preparation of 2014-2020 period of programming.

3.1. Term of INALENTEJO

3.1.1. Strategic recommendations

Conclusion 1. Regional strategic sectors. The Programme showed a positive adherence of regional enterprises to the available framework of incentives. As a result of the evaluation emerges, however, an unbalanced adherence to the set of designated regional strategic sectors which constitute a significant part of the regional economic base, focused, namely, on exploiting regional quality productive resources.

The Tourism activity row presents a very relevant behaviour, being the most benefited economic activity in the business incentives framework. In contrast, there is a weak presence of business investment

initiatives in key areas for regional development: agro-food industries, cork, ICT and automotive. Thus, the stimulation of the traditional sectors, as well as the emerging, remains to accomplish under INALENTEJO.

It is recommended to adopt a focused/privileged approach on companies of the business sectors considered strategic to the Region, under public tender procedure of Incentives Systems for companies, on the Notice of public tender procedure or Technical Guidance, mobilizing for this purpose various "stakeholders" of the OP, with emphasis on Business Associations.

Conclusion 2. Stimulating demand. The demand stimulation initiatives addressed to specific audiences, namely the initiatives aimed at enterprises, has registered a positive adherence by local actors. These initiatives were important to stimulating demand and were effective ways of elucidation and approaching to the Programme for potential beneficiaries and associative structures. Given the characteristics of the regional business fabric, the expansion and consolidation of this line of action by the Managing Authority should be a relevant option to actively stimulating the demand, promoting individual and collective projects and promoting networks, especially among strategic sectors.

It is recommended to strengthen this dimension of the Programme management through permanent dissemination among regional companies, in collaboration with the associative structures of the various sectors. In parallel, in order to attract investment, initiatives should be extended to publicize the program among target audiences and in territories outside the region; for these initiatives, the Managing Authority should establish partnerships with national entities, namely, with Intermediate Bodies (IAPMEI, AICEP and AdI) and Tourism of Portugal.

Conclusion 3. Supra-municipal/ inter-municipal scope of projects. Although it is an objective of the Operational Programme, in line with the overall aims of the NSRF and the respective OP, public (and private) investment initiatives orientation for partnership interventions and with a wide territorial scope has not had the expected and desired success. Indeed, the share of projects with a supra-municipal focus reaches only 10.7% of the total number of supported projects and the amount of projects of this nature framed by the Plans of Action of the CIM was very low: 9 in a total of 332 projects. The investment promoted by municipalities has, thus, a strict local influence and is predominantly based on local physical infrastructure and equipment.

It is recommended the reinforcement of the importance of the supra-municipality dimension and of the integrated nature of the interventions in the process of tender selection, eg, projects in the fields of infrastructure and urban facilities, with a strong focus on organizing and structuring territories. In parallel, it should be: (i) encouraged public investment, which gives strong complementarity to the

promotion of local economic base and promoting the relevant factors of territorial competitiveness and the urban system, and (ii) valued (in the selection process of projects) the development and spatial planning priorities listed on spatial planning instruments of municipal scope (municipal master plans), or of supra-municipal scope (integrated plans of spatial planning) and of regional scope (regional plans of spatial planning).

Conclusion 4. Territorial mobility. Concentration of investments in Territorial Mobility on the road infrastructure component, noting the absence of contributions for the qualification and innovation of transport services and for the articulation between modes of transport, an issue flagged as a fragility of the region. Indeed, with the exception of just one case, all projects in this Area of Intervention were focused on initiatives of construction/ renovation of roads.

It is recommended the establishment of criteria for high selectivity in this Area of Intervention, channelling approved operations for purposes of improving the coherence of the regional road network (articulation of local networks with regional and national network) and for interventions to improve regional transport service, encouraging solutions adjusted to the settlement pattern of the territory.

Conclusion 5. Regional Economic Base Diversification. The implementation of the Programme reveals limited results on the objective of diversifying the profile of regional productive specialization. The OP presents very significant results in the Tourism Cluster, sector that is the most dynamic in terms of investment, followed by activities related to wine and marbles. Thus, with the exception of Tourism, the OP reveals limited results in the designated emerging sectors which can, ultimately, constrain the achievement of the Regional Economic Base Diversification objective.

It is recommended the enhancement of Managing Authority initiatives for stimulating demand actions oriented for the strategic sectors of the regional economy, with access and mobilization of resources for financing the Competitiveness, Innovation and Knowledge Axis.

Conclusion 6. Locally based initiatives. Lack of incentives in the fields of intervention of Programme Specific Regulations for locally based micro investments (tangible and intangible).

It is recommended stimulating the implementation to the Region of the Programme Valorizar to promote answers for the need to encourage aids to micro-businesses and to productive projects, envisaging the possibility of linking with the intervention of LAG (Axis 3 of the RDP) and the Municipalities' Support Cabinets for Economic Development.

Conclusion 7. Economic promotion of public investments. Predominance of operations with local scope and weak capacity to induce economic development dynamics for most of the public investment even when framed under Programmes/ Action Plans.

It is recommended the strengthening of the Technical Guidelines supporting the new Tender Notices in order to give priority to municipal and intermunicipal interventions generators of functional differentiation, economic dynamization and urban innovation.

3.1.2 Operational Recommendations

Conclusion 8. Sustainability. Sustainability issues of Investments heavily dependent on public funding, in a prolonged cycle of budget constraints for Central and Local Government. In 74.3% of the cases for which information is available (500 projects), the degree of coverage of operating costs by revenue has been classified as "negative" or "very negative". Investments are, predominantly, infrastructure projects and public services to the population, highly dependent on funding from public resources (93% of beneficiaries who indicated having as a financing source public resources, refer that this dependence lies between 75 and 100%).

It is recommend a more rigorous assessment of project sustainability, generalizing the introduction of analysis criteria/ requirements of financial sustainability adjusted to public interest of the investment. In parallel, *it is recommended* to strengthen the importance attributed to sustainability criteria in the project selection process.

Conclusion 9. Information system. (a) Insufficiency of the existing set of indicators, for the monitoring and evaluation of the contribution of interventions for the Program Objectives from the Regional Strategy perspective. Examples: Rehabilitation of School Network (adding coverage of pre-school should provide an indicator on the number of classrooms/ student places created at this level of education); Territorial Mobility (no indicators for a perception of the type of investments at road infrastructure level); and regional economic base (no indicators to monitor the achievements on the designated regional strategic sectors). (b) Lack of registration procedures and regular updating of information on achievements and results of approved projects.

It is recommended: (i) accurate identification of indicators associated with the set of objectives of the Priority Axes of the Programme to ensure contributions to an adequate monitoring (with relevance for future OP), and (ii) the enabling SIGPOA with technical resources to ensure an adequate and updated registration of the operations lifecycle information, in order to have information on the achievement of goals and objectives, which requires introducing new attributes for registering operations and indicators that reveal its strategic relevance.

Conclusion 10. Action Plans. Reduced expression and strategic articulation of projects initiatives and investments under the Collective Efficiency Strategies and within the Global Grants, limiting the

effectiveness and efficiency of these policy and contracting instruments. Indeed, on the one hand, the weight of the CES, considering PCT, Clusters and PROVERE, in the whole OP is small (only 5.1% of the total investment) and, on the other hand, the investments supported within the other Action Plans show a very local and atomistic nature.

It is recommended the strengthening of the monitoring function of the approved projects and of the Plans of Action implementation, towards a greater focus on Objectives and Expected Outcomes, while being commitments of these Plans and Partnerships. [Monitoring of the implementation of the Strategic Program for the SRTT could be a good test].

Conclusion 11. Coordination. Existence of a potential strategic articulation between the INALENTEJO MA and the COMPETE MA and the Intermediate Bodies with intervention in the entrepreneurial area, which should strengthen the coordination and pooling of resources and initiatives to promote the resources/ opportunities for regional positioning in the global market, seeking a greater demand for the Programme, thereby helping to attract new private investment.

It is recommended the development of joint initiatives to attract FDI and other with strategic potential for the region, with dissemination and promotion of the Programme abroad, to potential interested parties to invest in the region, benefiting from specific conditions to support business investment offered by OP and valuing locational potential of Alentejo Hospitality Business Areas.

3.2. Next period of programming

3.2.1 Strategic Recommendations

Among the priorities to consider to the next period of Regional Structural Funds programming, the following are recommended:

- ✓ Setting the future Programme, primarily, as an instrument at the service of the affirmation of economic development, organization and consolidation of the Regional Urban System and of environmental sustainability of the region, in a context of solidarity financing with the National Thematic OP.
- ✓ Stimulating the opening of the region, encouraging the participation in international networks of economic activity and projects of cooperation in R&D with Iberian, European and intercontinental partners, on domains of material and immaterial interest, which contribute to the transformation and gradual valuation of territory assets (environment, culture, heritage, human skills and productive tradition).

- ✓ Promoting a rigorous definition of the areas of regional strategic interest to redirecting public investment, according to structuring priorities of regional and inter-municipal nature, and achieving the thematic and territorial concentration of public aids for investment.
- ✓ Designing a new cycle of urban development centred on the promotion of differentiating features that attract qualified residents with initiative capabilities and on the renewal of strategic vocations, namely the Regional Urban Centres and Regional Structuring Urban Centres.
- ✓ Designing an intervention oriented to Low Density Territories, covering the Urban Complementary Centres of proximity involving, e.g., actions for attracting residents (particularly through a cycle of selective revitalization of villages and towns), economic stimulation of local resources and business creation, supporting the organization of primary production and respective market valuation.
- ✓ Developing the practice of regional development programming according to an integrated approach of academic and vocational skills needed for the Strategy, combining knowledge and qualification of human potential as a condition for achieving a smarter and more inclusive Region, which implies involving the regional education, training and employment entities in programming procedures.

3.2.2 Operational Recommendations

This component systematizes elements of balance associated to a comprehensive view of the problem-dimensions of the current programming period (of strategic and operational character), which involve changes to the next programming period, with objective contributions to the vision of the needs to be reflected on programming and managing the future 2014-2020 Alentejo OP.

Conclusion 1. Regulation of Programmes. The regulation of the NSRF Operational Programmes, by defining a uniform model based on three thematic agendas and involving strong harmonization of concepts, terms and conditions, resulted in a very limited consideration of the specificities and regional priorities.

In the next programming period would be desirable to find a more flexible solution both on the model of tenders - following the adjustments made under the current NSRF OP - and the types of operations and conditions to its approval and financing.

It is recommended, at national level, the approval of regulatory frameworks instead of operationalization regulations; the latter - as always occurred until 2006 - being linked to the objectives and content of each Operational Programme. Notwithstanding the development of national regulations for certain categories of operations, they should be generic, leaving for the future Regional OP the

decision of how to operationalize them (specific conditions of eligibility, selection criteria, financing conditions, etc.) as well as the access model (tenders, invitation, continued application, etc.).

Conclusion 2. Incentive Schemes Implementation. Incentives Systems for private investment to be funded by the new Alentejo OP should be linked to the results to be achieved at the level of regional economy, particularly for micro, small and medium enterprises whose creation and development is more dependent on the local and regional market. The rules of operation of such systems should be defined under the Programme.

Although the next ERDF Regulation - complemented by new guidelines on State aid for 2014-20 - does not provide funding for investment in large companies, there is, naturally, a large number of medium-sized companies (according to the Community classification) that have a scope of activity that spreads far beyond the regional space and can justify a national approach, in terms of regulation.

It is recommended that the Next Generation of Incentive Systems (2014-20), although adopting standard guidelines, to be distinctly regulated in what respects large and smaller investment projects. In this understanding, it would be relevant to set a maximum limit of investment and enterprise size in regional regulations, everything else pertaining to a national logic, with CCDR intervention in regional assessment of merit. This solution would combine the national and regional strategies, consolidating small and medium projects in development potential of regions and IS becoming public policy instruments for these strategies.

Conclusion 3. Articulations between ERDF, ESF and EAFRD. The coordination or integration of actions financed by the Cohesion Funds (ERDF and ESF) and EAFRD is crucial in regions with a strong component of the rural economy. As a corollary, it is not reasonable nor enough that in vast regions of Alentejo local development is done solely based on interventions co-financed by the EAFRD.

New regulations for cohesion policy favour a thematic approach of Funds interventions, in line with the Europe 2020 strategy, with no territorial priorities able to respond directly to the objectives of territorial cohesion. To fill this gap, Regulations foresee the existence of new territorial integration figures of Funds: the Integrated Territorial Interventions (ITI) and the Local Community-Based Development (LCBD), which may involve all three Funds. While the ITI are launched and managed by public actors, LCBD follow LEADER methodology and experience and should be coordinated by civil society associations.

It is recommended, in order to enhance synergies and complementarities, and thereby increase the effective use of funds, to foresee an allocation for integrated actions (ITI and LCBD) involving the ERDF, ESF and EAFRD in the schedule of both the Alentejo PO 2014-20 and the next Rural Development

Programme. Additionally, there should be found solutions towards monitoring the implementation of the various funds in the region by the decentralized agencies of the Central Administration (Education, Training and Employment and Agriculture), and thus articulate actions where there is no integrated management.

Conclusion 4. Contracting Model. Generalized contracting, through Global Grants, of INALENTEJO components was one of the new elements that must be considered on its advantages and disadvantages to understand their actual potential of deepening in the next period of programming. In face of the new administrative setup of the NUTSIII, it is appropriate to explore the possibility of the Inter Municipal Communities (CIM) dynamizing new forms of intervention in the territory, combining several Structural Funds (ERDF, ESF and EAFRD) and opening doors for a more proactive territorial intervention model in stimulating economic development and job creation.

It is recommended to envisage the possibility to include Territorial Development Programs in the next Alentejo OP giving rise to ITI covering the ERDF and ESF and EAFRD and for which management should be found innovative formulas that relate CIM to regional structures of the Employment and Vocational Training Institute and MAMAOT (Agriculture, Fisheries and Territorial Planning Ministry) to ensure integrated approaches to the development of the NUTSIII level. This model would also have the advantage of progressively leading municipalities to focus on other types of activity besides construction and management of infrastructures and collective facilities. To achieve this model it would be necessary to ensure a solution, anchored in programming and throughout 2013, in which several operating funds involved (and can also be complemented by EMFF) would affect a portion of its total allocation to this type of operations.

Conclusion 5. Public Investment Programming, territorial competitiveness and spatial planning policies. INALENTEJO presents weak and misfit results in achievements and areas of intervention that are intended to contribute to the consolidation of a suitable model of territorial organization and to promoting networks, and factors and dynamics of urban and regional competitiveness. Regional sustainable development requires virtuous models of organization and territorial articulation of resources and infrastructure and promoting factors of territorial competitiveness, in a rationale of territorial networks of development.

In this perspective, policies and instruments to support public and private investment, particularly of structuring nature, should refer to the strategic options and models embodied in spatial management instruments (spatial planning tools), contributing to improving the coordination and creation of synergies among sectoral investments.

It is recommended the establishment of a relationship of strong support coordination between public and private investments and pursuing objectives of spatial planning and urban development plans. It should be all about taking as a frame of reference, for programming investments in infrastructure and equipment of local and supra-municipal scope, the strategic options of spatial planning established in territorial management instruments, notably those of municipal and regional scope.

Conclusion 6. Indicators system. Since CSF I - 1989-93 - several models of the indicator system were tested in order to adequately monitor the Programmes and provide timely necessary information to the management structures, as well as to evaluating activities. Since none of the models implemented so far (some, as the CSF 2000-06, more centralized, others, as the current, more decentralized) responded effectively to the needs of management, monitoring, control and evaluation, it should be found a more efficient and effective solution, naturally based on the specific needs of the future Alentejo OP.

Achieving this goal requires the maintenance of a national decentralized model in which each instrument of programming will have to promote its own information system, according to its needs, while preserving the essential articulations of conception, registration, ... with the core modules.

It is recommended that the Alentejo CCDR in consultation with the National Authorities, notably the IFDR, starts building an improved model of management "software" of the 2014-20 Alentejo OP, as soon as the guidelines and the basic structure of the future model are defined. The system will necessarily have to incorporate all of the information concerning the activities of the Programme (as opposed to, eg, what happens now with Incentive Systems) to become a true management tool.

INTRODUÇÃO

O **Relatório Final da Avaliação Intercalar do INALENTEJO** resulta de um processo de trabalho intenso, realizado nos meses de Outubro a Dezembro, ao longo do qual foi recolhido e processado um vasto conjunto de informação empírica orientado para fundamentar respostas adequadas às Questões de Avaliação e também às expectativas da Autoridade de Gestão relativas à Avaliação Intercalar.

Na reunião de trabalho de lançamento da Avaliação Intercalar foram lançados à Equipa de Avaliação desafios pertinentes no contexto da Avaliação:

- Contextualizar as dinâmicas de execução do PO à luz das implicações da crise económica e dos constrangimentos orçamentais sobre o desempenho das entidades beneficiárias dos diferentes Eixos, numa Região de Convergência;
- Processar informação de operacionalização e execução de projetos cofinanciados por outros instrumentos de política na Região (POVT, Compete, ProDeR, ...), procurando compreender as condições de potenciação de resultados nos campos de impactos dos Eixos do INALENTEJO;
- Conduzir uma reflexão prospetiva quanto às prioridades a estabelecer na preparação do próximo período de programação, partindo das lições a extrair da Avaliação Intercalar, das necessidades de intervenção futura e das capacidades e desempenho expectável dos atores regionais.

A condução das atividades do Estudo de Avaliação procurou focalizar o processo de trabalho e os instrumentos (e respetivos conteúdos) na organização gradual de materiais (de natureza quantitativa e qualitativa) suscetíveis de fundamentar conclusões intermédias para responder às interrogações que inspiram o exercício de Avaliação.

Esta abordagem mobilizou fontes primárias e secundárias de informação tendo contribuído para aprofundar o conhecimento sobre a implementação do Programa e trazer à Avaliação diferentes perspetivas de um vasto leque de entidades interessadas direta e indiretamente nos resultados do Estudo, objetivo alcançado através dos vários instrumentos de recolha de informação utilizados.

Em *síntese*, o **Relatório Final da Avaliação Intercalar do INALENTEJO** procura: (i) responder às Questões de Avaliação que nortearam o exercício da Avaliação Intercalar, designadamente através de uma leitura e avaliação crítica das realizações, resultados e impactos da implementação do Programa; (ii) conhecer as dinâmicas potenciais de resultados com origem em outros instrumentos de política apropriáveis pelos atores regionais os quais intercetam campos de impactos de diversos objetivos do INALENTEJO; e (iii) sistematizar elementos de prospetiva que enquadram prioridades e orientações a equacionar na preparação do próximo período de programação, no horizonte 2014-2020.

Em termos de organização de matérias, este Relatório Final segue, no essencial, a estrutura recomendada pelo Caderno de Encargos com ajustamentos pontuais que decorrem da importância atribuída à abordagem das matérias referentes à complementaridade com outros instrumentos de financiamento e as Recomendações para a programação futura.

Capítulo I. Âmbito e Objetivos da Avaliação Intercalar, que compreende: uma breve apresentação geral do Programa e da sua estrutura de objetivos; o enquadramento das prioridades de intervenção do INALENTEJO, à luz de instrumentos de planeamento nacionais, sectoriais e regionais; o modelo de implementação, com referência a elementos de desconcentração de atribuições e competências; e a árvore de objetivos que enquadra a Avaliação Intercalar.

Capítulo II. Metodologia de Avaliação, que compreende a identificação do esquema metodológico global, a identificação das fontes de informação, dos instrumentos de recolha, tratamento e análise, as principais opções metodológicas e o programa de desenvolvimento efetivo das atividades de avaliação. O Capítulo encerra com a seriação das principais limitações do exercício de Avaliação.

Capítulo III. Resposta às Questões de Avaliação, que compreende a sistematização dos elementos-chave que remetem para a resposta “clara e compreensiva” às Questões de Avaliação o que é acompanhado pelos resultados empíricos que fundamentam as respostas. Este Capítulo organiza, igualmente, a informação referente aos contributos de outras intervenções cofinanciadas na Região no âmbito de outros instrumentos de política (sobretudo, PO’s Temáticos do QREN, ProDeR e PROMAR), com condições para influenciar a concretização de objetivos de Eixos do INALENTEJO.

Capítulo IV. Conclusões e Recomendações da Avaliação, que compreende duas secções distintas: (i) uma, que remete para a sistematização das Principais Conclusões da Avaliação Intercalar devidamente acompanhadas de um conjunto de Recomendações com a identificação dos respetivos destinatários e orientações para a sua operacionalização, numa perspetiva da sua aplicação ainda durante o presente período de programação (ii) outra, que procura extrair lições do passado recente, como base de suporte à identificação de Conclusões e à formulação de Recomendações associadas, orientadas para o próximo período de programação.

O **Relatório Final** compreende os seguintes Anexos: (a) Listagem das Entrevistas; (b) Reprogramação do INALENTEJO; (c) Relatórios dos Estudos de Caso; (d) Informação do SIGPOA recolhida e tratada no âmbito da Avaliação; (e) Indicadores de Contexto e Impacte; (f) Importância do INALENTEJO no investimento público na Região; e (g) Quadros-síntese de apuramento do *Inquérito aos Promotores*.

I. ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

I.1. APRESENTAÇÃO GERAL DO INALENTEJO E DA RESPECTIVA CADEIA DE IMPLEMENTAÇÃO

O **INALENTEJO** apresenta-se como motor da operacionalização da **Estratégia Alentejo 2015**, inscrevendo-se nas orientações comunitárias e nacionais:

- de *Política* (“articulação entre competitividade e coesão para alcançar níveis mais elevados de progresso em matéria de convergência”); e
- de *Programação*, assumindo a concentração temática e financeira, num contexto em que as respostas de financiamento às apostas da Estratégia Regional devem ser encontradas também na mobilização de outros “instrumentos de programação estrutural nacionais (PO Temáticos, PDR/ ProDeR e PROMAR) e comunitários (Cooperação Territorial)”.

Na configuração resultante da Reprogramação Técnica, realizada em 2011, a estrutura de Eixos do Programa procurou combinar três grandes tipos de preocupações que delimitam a respetiva Teoria da Programação:

- ✓ **Competitividade, Inovação e Conhecimento**, um Eixo que se situa dentro do Eixo Estratégico Alentejo 2015 referente ao Desenvolvimento Empresarial, Criação de Riqueza e Emprego, abrangendo uma densidade de objetivos que compreende: o Desenvolvimento Empresarial; a construção de uma Rede Regional de Centros Tecnológicos; o reforço da Rede Regional de Parques Empresariais; o reforço das Conexões em rede dos atores regionais, via adoção das TIC; e a Dinamização da Captação de Investimento para a Região. Este leque de objetivos tem enquadramento de Programa e de Regulamentos Específicos em Áreas de Intervenção que contemplam os diversos Sistemas de Incentivos às empresas, o Apoio a Infraestruturas Tecnológicas e Áreas de Acolhimento Empresarial e Logísticas, as Energias Renováveis, a Modernização Administrativa e a Capacitação Institucional.
- ✓ **Valorização do Espaço Regional**, um Eixo que compreende um conjunto de objetivos que encontram inscrição coerente na Agenda Temática da Valorização do Território, designadamente a gestão eficiente de recursos hídricos, a valorização e gestão de áreas de maior valia ambiental, a prevenção e mitigação de riscos tecnológicos, mas também a dotação de serviços coletivos para a população. Trata-se de objetivos que têm respostas a partir dos campos de elegibilidades dos Regulamentos Específicos em Áreas de Intervenção onde se destacam as Ações de Valorização e Qualificação Ambiental, as Ações de Valorização e Animação do Património Cultural e as Infraestruturas e Equipamentos de Saúde, estas últimas

correspondendo a uma área de expressiva intervenção do Programa na resposta ao reforço da dotação de serviços coletivos, instrumento de qualificação do território.

- ✓ **Coesão Local e Urbana**, um Eixo que compreende, sobretudo, objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Competitividade das Cidades e Mobilidade Intrarregional, com base em Áreas de Intervenção onde se destacam instrumentos da política de cidades (sobretudo, Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação), Mobilidade Territorial, Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar e Equipamentos e Serviços Coletivos de Proximidade (Coesão Local).

Em termos de programação financeira, o INALENTEJO beneficiou de uma dotação de 1.069 Milhões de Euros (869,9 MEuros Fundo), assim distribuídos (versão da Reprogramação de 2011):

- Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento 401 MEuros (37,5%);
- Eixo 2 – Valorização do Espaço Regional..... 176 MEuros (16,5%);
- Eixo 3 – Coesão Local e Urbana..... 464 MEuros (43,4%);
- Eixo 4 – Assistência Técnica..... ..27 MEuros (2,6%).

A Avaliação Intercalar desenvolve-se no quadro da versão do Programa resultante desta Reprogramação, atendendo, nomeadamente, à respetiva estrutura de Eixos e de Áreas de Intervenção. Um conjunto de Regulamentos Específicos que, no essencial, replicam as Áreas de Intervenção e Tipologias de Operação de cada Eixo Prioritário, suportam a relação de acesso das entidades beneficiárias aos recursos financeiros programados e estabelecem as elegibilidades concretas de utilização desses recursos, segundo critérios de seleção que foram objeto de aprovação em Comissão de Acompanhamento no início da vigência do INALENTEJO.

Na cadeia de implementação do Programa salienta-se, ainda, o Sistema de Gestão de Acompanhamento que estabelece normas e procedimentos que seguem de perto a arquitetura do Modelo de Gestão dos Programas Operacionais do QREN.

I.2. REPROGRAMAÇÃO DO INALENTEJO

A Autoridade de Gestão apresentou na Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO uma Proposta de Reprogramação, datada de Junho de 2011, posteriormente aprovada pela Comissão Europeia, através da Decisão da Comissão C (2011) 9361, de 15 de Dezembro de 2011 (cf. *Anexo B*).

A reprogramação de 2011 - a designada Reprogramação Técnica - é marcada pela situação de crise económica e financeira que o País viu acentuar-se nos anos de 2009 e 2010. Neste contexto, a reprogramação é desenvolvida na sequência de ajustamentos anteriormente feitos no funcionamento do QREN consubstanciados, nomeadamente, na flexibilização dos Sistemas de Incentivos e nos dois *Memorandum* de entendimento com a Associação Nacional de Municípios (assinados, respetivamente, em 2010 e 2011) visando dinamizar a execução dos investimentos de iniciativa municipal como via de atenuação dos efeitos da crise nas economias locais.

Da Reprogramação de 2011 são de salientar os seguintes traços de caracterização:

✓ **Fundamentos e linhas de orientação**

- Necessidade de reforçar o papel dos PO's do QREN como instrumentos de política pública com elevado poder de estímulo ao investimento e à atividade económica num contexto de evolução negativa de generalidade dos indicadores macroeconómicos, financeiros e socioeconómicos da envolvente de implementação dos PO's;
- Necessidade de reforçar o alinhamento dos PO's do QREN com os desígnios da Estratégia Europa 2020;
- Necessidade de consolidação orçamental, com incidência negativa nas disponibilidades das entidades da Administração Pública (Central, Regional e Local) com expressão nas dinâmicas de execução de importantes Áreas de Intervenção do Programa;
- Retração das dinâmicas de investimento privado que motivaram medidas de flexibilização dos Sistemas de Incentivos (condições de acesso, melhoria das taxas de incentivo, ...);
- Existência de ajustamentos em matéria de programação financeira, com desequilíbrio acentuado nas taxas de cofinanciamento utilizadas em inúmeras tipologias de operação;
- Incorporação de alterações genéricas propostas para os PO's do QREN.

✓ **Principais alterações do Programa**

A reprogramação efetuada, que não interfere com a matriz estratégica e de objetivos gerais do INALENTEJO, contemplou as seguintes alterações:

- Aumento da taxa de cofinanciamento comunitário dos Eixos Prioritários de investimento público para 85%, medida que entrou formalmente em vigor após a Deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, datada de 8 de Agosto de 2011, abrangendo a generalidade dos PO Regionais do Continente;
- Reforço da dotação financeira prevista para os Sistemas de Incentivos no Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento;
- Concentração, com encerramento da elegibilidade no POVT, dos investimentos relativos a: (i) Escolas até ao 3.º ciclo (incluindo a requalificação de escolas do 2º e 3º ciclo); (ii) Equipamentos desportivos; e (iii) Ações Inovadoras de Desenvolvimento Urbano;

- Simplificação da estrutura de Eixos prioritários, através da redução de 6 para 4 Eixos pela manutenção do Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento e com a criação dos Eixos Valorização do Espaço Regional (Eixo 2); e Coesão Local e Urbana (Eixo 3);
- Extinção dos Eixos: (i) Desenvolvimento Urbano; (ii) Conectividade e articulação territorial; (iii) Qualificação ambiental e Valorização do espaço rural; e (iv) Governança e Capacitação institucional;
- Revisão dos indicadores de realização e de resultado (cf. *Proposta de Reprogramação*, Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO, 21 de Junho 2011).

Este conjunto de alterações produziu efeitos positivos, nomeadamente melhorando os ritmos de pagamento aos beneficiários e acelerando a contratualização de novas operações a que não é alheia a alteração da decisão de financiamento que passou o valor máximo do cofinanciamento FEDER aprovado às Entidades Públicas para 85% do Custo Total Elegível.

Em finais de 2012, o INALENTEJO sofre uma nova reprogramação – a designada Reprogramação Estratégica – com efeitos para a presente Avaliação, designadamente, os decorrentes de ajustamentos ao nível da composição das Áreas de Intervenção do Eixo 2 do Programa. Em particular, salienta-se a transição efetuada para o POVT dos compromissos assumidos com operações ainda não concluídas nas seguintes Áreas de Intervenção: (i) Ciclo Urbano da Água; (ii) Otimização da Gestão de Resíduos; e (iii) Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (ações materiais).

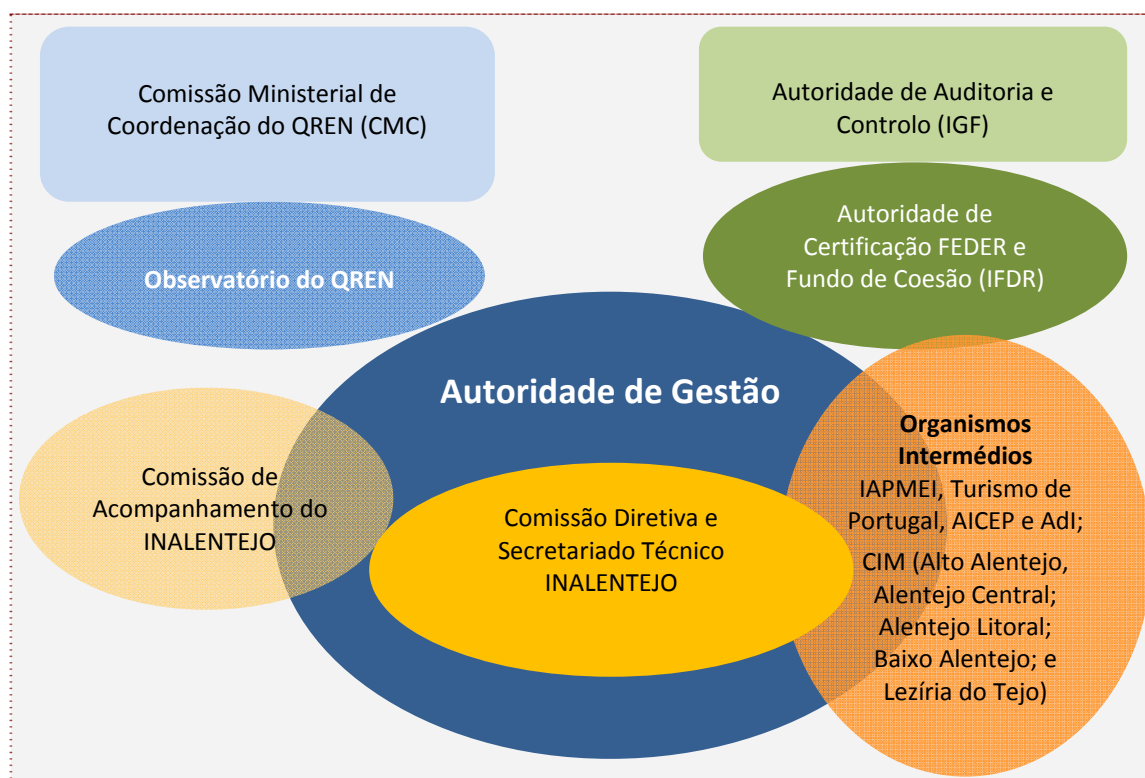
I.3. IDENTIFICAÇÃO DOS STAKEHOLDERS, PROMOTORES E DESTINATÁRIOS

O sistema de atores interno dos Programas Operacionais do QREN tem duas vertentes-chave que relevam de um modelo de governação que procurou soluções orientadas para reforçar a eficácia da gestão administrativa e de suscitação de realizações e resultados da gestão:

- *Autoridade de Gestão (AG)*, composta por uma Comissão Diretiva e um Secretariado Técnico; e
- *Organismos Intermédios (OI's)*, com delegação de competências orientada para a contratualização de funções e para a gestão de recursos de financiamento (sob a forma de Subvenções globais).

O Diagrama seguinte procura sistematizar os órgãos de Governação do INALENTEJO, que enquadram um leque relevante de partes interessadas na implementação do Programa.

Figura 1. Órgãos de Governação do INALENTEJO



Legenda: IGF- Inspeção Geral de Finanças; IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional e CA – Comissão de Acompanhamento.

O Diagrama destaca a importância de dois grupos de Organismos Intermédios: (i) os “OI económicos” que relevam do modelo específico de gestão adotado para os Sistemas de Incentivos às empresas, com funções delegadas no âmbito da análise dos projetos, contratação de inventivos, controlo e acompanhamento de execução; e (ii) os “OI Intermunicipais” que assumem competências traduzidas na contratualização, com subvenção financeira, da gestão de intervenções negociadas a partir de Planos de Ação resultantes de Programas Territoriais de Desenvolvimento, com incidência nos territórios do Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo.

No que se refere ao leque de Promotores, o INALENTEJO apresenta um largo espectro de Entidades Beneficiárias que, de acordo com as respetivas competências, se posicionam ao longo dos diferentes Eixos Prioritários do Programa.

Quadro 1. Entidades beneficiárias por Eixo, do INAlentejo

Eixo	Entidades beneficiárias
<i>Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento</i>	Empresas (privadas, públicas, capitais mistos e sector empresarial local), Associações Empresariais, Agências de Desenvolvimento Regional, Municípios, Associações de Municípios, entidades da Administração Pública Central, Instituições de Ensino Superior e Politécnico, entidades do Sistema Científico e Tecnológico, Associações de Desenvolvimento Local, entre outras.
<i>Eixo 2 – Valorização do Espaço Regional</i>	Organismos da Administração Central (Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, MAMAOT), Municípios, Associações de Municípios, Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos que prossigam fins culturais, Governos Cívicos, Associações Humanitárias de Bombeiros, entre outras.
<i>Eixo 3 – Coesão Local e Urbana</i>	Municípios, Associações de Municípios, IPSS, Serviços da Administração Central, Empresas Públicas, Associações Empresariais, Instituições de Ensino e Formação Profissional, Centros de I&D, ONG, empresas do sector empresarial local, entidades gestoras de infraestruturas e serviços de transportes, entre outras.

No entanto, deve destacar-se a presença ativa dos Municípios nos Eixos 2 e 3, mas também em Áreas de Intervenção do Eixo 1. Em Áreas de Intervenção que constituem domínios de trabalho novos ou pouco consolidados na Região (Inovação, Políticas de Cidades, Estratégias de Eficiência Coletiva, ...), a inexistência de uma base/tecido institucional suscetível de dinamizar importantes estratégias do Programa, tem implicado uma sobre presença de entidades (Agência de Desenvolvimento Regional, Comunidades Intermunicipais e Câmaras Municipais) quando seria desejável encontrar massa crítica técnico-institucional especializada ou, até, a atração de parceiros exteriores à Região.

I.4. PLANOS NACIONAIS, REGIONAIS E SECTORIAIS QUE ENQUADRAM A ESTRATÉGIA

As prioridades estratégicas do INAlentejo encontram eco de racionalidade e coerência num conjunto de instrumentos de política pública, com destaque para Planos e Programas de natureza sectorial mas também instrumentos de ordenamento do território de âmbito nacional e sectorial. As alíneas seguintes sistematizam as principais referências e relações-tipo estabelecidas com o Programa:

(a) Ordenamento do Território

- *Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)*, que enuncia as linhas gerais de estruturação do sistema urbano regional, as quais contribuirão para enquadrar a preparação do PROT Alentejo;
- *Política de Cidades*, que abrange um conjunto de documentos orientadores, nomeadamente com origem na Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades;

- *Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)*, Documento cuja elaboração foi dinamizada pela CCDR, que concretiza as “linhas mestras” do desenvolvimento territorial e a hierarquização do sistema urbano e das principais infraestruturas e equipamentos para as NUT III da Região¹.

(b) Programação Sectorial

- *Plano Rodoviário Nacional (2000)* - Este Documento previa a realização de investimentos em vários eixos da rede fundamental e da rede complementar com incidência na Região, designadamente a construção do IP8 (Sines-Beja-fronteira de Vila Verde e Ficalho), conclusão do IP2 (eixo vertical da Região ligando Beja, Évora, Estremoz e Portalegre) e a construção do IC 33 (ligações Sines-Évora);
- *Portugal Logístico (2006)* - No âmbito da estruturação da Rede Nacional de Plataformas Logísticas foram contempladas as seguintes duas importantes infraestruturas: Sines (investimentos portuários e na Zona Industrial e Logística) e Elvas/ Caia (Plataforma fronteiriça articulada com Badajoz);
- *Estratégias e Planos enquadrados pela Agenda Temática da Valorização do Território* - Estes instrumentos estratégicos e de planeamento enquadram, sobretudo, as intervenções no âmbito da Valorização do Espaço Regional: Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II), Plano Estratégico dos Resíduos, Sólidos Urbanos (PERSU II), Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2006), Plano Nacional da Água, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, entre outros), bem como outras intervenções da agenda nacional com impacto no território regional (p.e., defesa da orla costeira e prevenção e gestão dos riscos);
- *Plano Tecnológico* - Instrumento ancorado nas prioridades do Programa Nacional para o Crescimento e Emprego (PNACE) e fortemente inspirador das abordagens da Competitividade e Inovação (Agenda Temática da Competitividade) presentes nos Eixos 1 dos PO's Regionais e na estrutura de Eixos do PO Fatores de Competitividade (COMPETE);
- *Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética - Portugal Eficiência 2015 (PNAEE)* – Este Plano abrange quatro áreas específicas (Transportes, Residencial e Serviços, Indústria e Estado) incidência que integra um vasto leque de medidas de eficiência energética a que as entidades (públicas, privadas e associativas) beneficiárias dos PO Regionais devem atender na conceção e gestão dos projetos e ações cofinanciadas.

¹ A Lezíria do Tejo encontra-se abrangida pelo PROT Oeste e Vale do Tejo.

- *Programa de Desenvolvimento Rural.* Este Programa, cuja âncora de financiamento reside no ProDeR, tem relevância estratégica regional quer no domínio do apoio à concretização da valência água do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, quer no domínio dos projetos produtivos alguns dos quais se inscrevem em cadeias de valor estratégico regional (agricultura e recursos agroalimentares, vitivinicultura e cortiça);
- *Programa de Modernização do Parque Escolar (PMPE).* Embora não seja referenciado no texto do INALENTEJO (foi concebido posteriormente), o PMPE com vertentes de financiamento enquadradas também pelo POVT, teve apreciável contributo no impulso das dinâmicas de realização de objetivos do INALENTEJO associados à Coesão Local/ Equipamentos Coletivos.

I.5. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO INTERCALAR

A árvore de objetivos implícita na Avaliação Intercalar do INALENTEJO compreende um **Objetivo Geral** e sete **Objetivos Específicos**, enunciados neste ponto na relação com as Questões de Avaliação.

Objetivo Geral. *Disponibilizar informação e conhecimento relevantes e inovadores sobre as dimensões realização, resultados e impactos das intervenções do INALENTEJO.*

A relevância atribuída à formulação de atuações recomendáveis tanto na ótica da eficácia e eficiência da última fase do ciclo de vida do programa, como na ótica da preparação do próximo período de programação dos Fundos Estruturais, esteve na origem da reformulação deste redação do Objetivo Geral, traduzida no acrescento de um objetivo de dupla face que remete para as Recomendações:

Formular Recomendações orientadas de modo a contribuir para: (i) a melhoria da eficácia de implementação do Programa na sua fase final de vigência; e (ii) a preparação do período de programação 2014-2020 dos Fundos Estruturais.

Na formulação genérica do Objetivo Geral são identificáveis dimensões de avaliação que se encontram explicitadas nos Objetivos Específicos e que, de forma direta ou cruzada, surgem ventiladas nas Questões de Avaliação conforme se formaliza sinteticamente nas Tabelas seguintes.

A **Dimensão Realizações e Resultados** é suportada pelo leque de Objetivos Específicos e de Questões de Avaliação que remetem para as vertentes de desempenho objetivo e materializado do Programa (realizações, resultados, indicadores de desempenho, ...), com análise de desvios ocorridos visando uma adequada compreensão das suas implicações.

Objetivos Específicos	Questões de Avaliação
✓ Caracterizar a evolução dos indicadores de realização e de resultado do PO e seus determinantes.	QA 1 - O desempenho do Programa Operacional em matéria de realizações e resultados é satisfatório? Quais os fatores críticos que explicam esse desempenho e as consequências do mesmo para a prossecução dos objetivos e prioridades do PO? QA 4 - As realizações e os resultados verificados poderiam ter sido alcançados com menos recursos?
✓ Caracterizar a evolução de indicadores de realização e de resultado que traduzam objetivos do PO eventualmente não refletidos na sua lista de indicadores e respetivos determinantes.	
✓ Caracterizar os desvios até ao momento da avaliação, face às suas metas de realização e resultados e os motivos que os justificam.	
✓ Identificar as consequências dos desvios verificados no desempenho do PO para a concretização dos seus objetivos.	

A **Dimensão Impactos** emerge da produção de realizações e resultados enquanto contributos potenciais e efetivos para os campos de concretização de objetivos do Programa, compreendendo a identificação de eventuais ajustamentos que potenciem essa concretização, a par da sinalização de práticas com potencial de replicabilidade orientada para o leque de destinatários intermédios e finais do INALENTEJO.

Objetivos Específicos	Questões de Avaliação
✓ Identificar o contributo das intervenções já implementadas para os objetivos do PO (ou seja, o impacto efetivo ou potencial, tendo em conta as realizações e resultados contratualizados ou, sobretudo, verificados das intervenções apoiadas).	QA 2 - Quais os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do Programa Operacional, em cada uma das suas prioridades estratégicas? O impacto das intervenções é sustentável? QA 3 - As intervenções apoiadas estão a produzir efeitos não esperados? Em caso afirmativo, quais são esses efeitos e de que modo são convergentes ou divergentes com os objetivos e princípios do Programa Operacional?
✓ Identificar eventuais ajustamentos a adotar de modo a potenciar os impactos das intervenções (e a sua sustentabilidade), tendo por referência os objetivos do PO.	
✓ Identificar iniciativas que, pela sua inovação e/ou potencial de replicabilidade (para outros públicos ou outros contextos) possam ser consideradas como boas práticas a utilizar como objeto de divulgação e promoção do INALENTEJO junto dos seus destinatários finais, mas também junto das diferentes partes interessadas.	

A **Dimensão Recomendações** acolhe uma perspetiva finalista de ponto de acumulação dos elementos de balanço e orientada para a formulação de orientações de natureza operacional e estratégica compreendendo: (i) a um tempo, o período de vigência final do INALENTEJO, com a preocupação de sinalizar elementos de eficácia e eficiência contributivos para a melhoria do desempenho da arquitetura de objetivos; e (ii) a outro tempo, a reflexão em torno dos elementos de natureza estratégica que contribuam para preparar o futuro ciclo de mobilização e acesso a instrumentos de financiamento público (nacional e comunitário).

II. METODOLOGIA

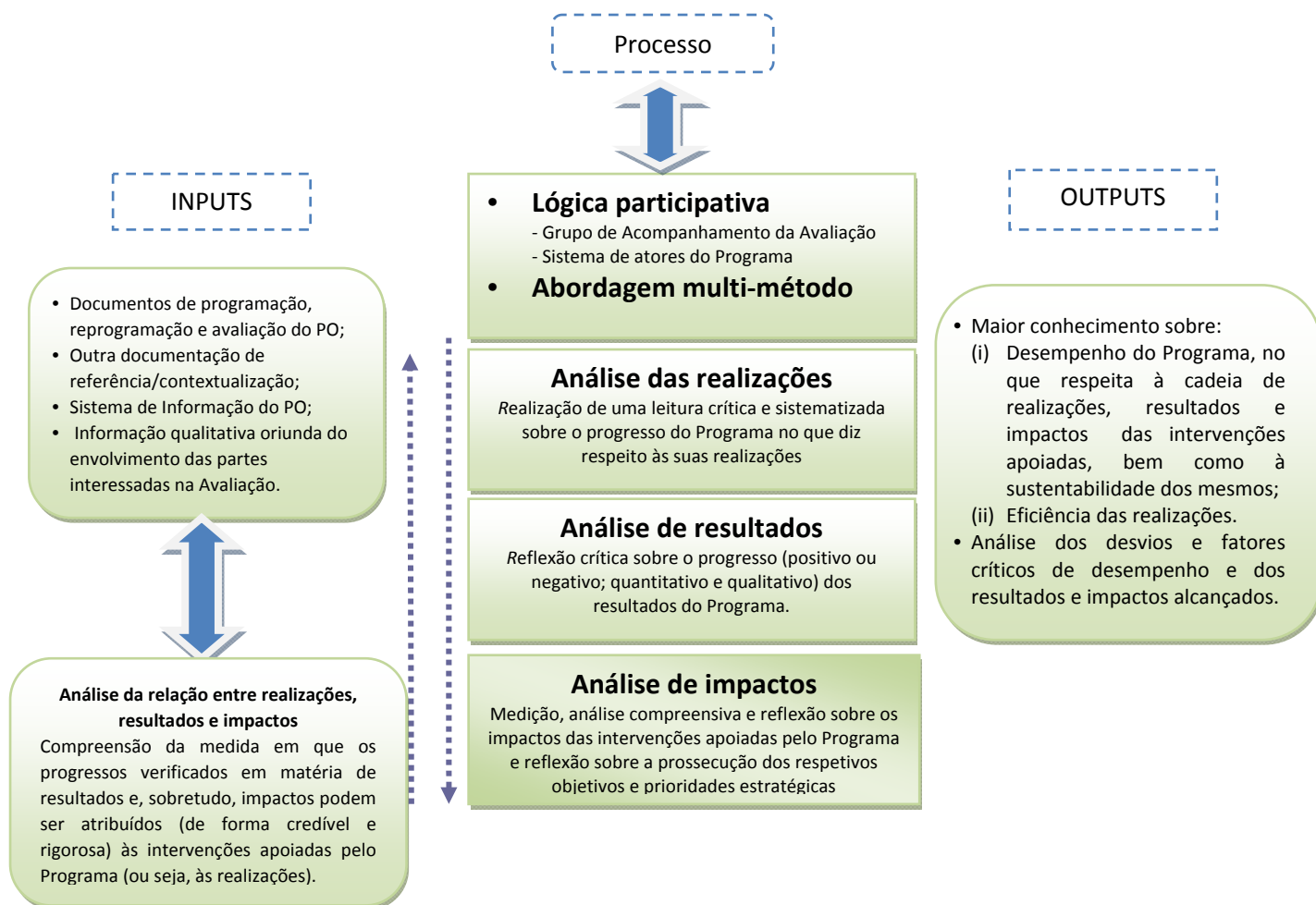
II.1. PRINCÍPIOS DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

A Metodologia que suportou o desenvolvimento da Avaliação teve como princípios orientadores fundamentais de condução do trabalho os seguintes:

- ✓ *Focalização do exercício de Avaliação* – O processo de trabalho e os instrumentos (e respetivos conteúdos) adotados foram orientados para assegurar resposta eficaz às principais preocupações da Autoridade de Gestão subjacentes ao lançamento do Estudo, enunciadas no Caderno de Encargos: (i) alcançar uma leitura e avaliação crítica das realizações, resultados e impactos da implementação do Programa; e (ii) contribuir para uma melhor preparação do próximo período de programação.
- ✓ *Cooperação técnica entre Equipa de Avaliação e a Autoridade de Gestão* –O estabelecimento de um clima de intensa e expedita cooperação ao nível técnico entre a Equipa do IESE e a Autoridade de Gestão, revelou-se um fator crítico para o sucesso global dos trabalhos quer na disponibilização de informação, quer na facilitação dos contactos com entidades regionais interessadas, quer, ainda, na interlocução qualificada ao longo do trabalho de Avaliação;
- ✓ *Abordagem multi-método* – A condução do Estudo socorreu-se de diferentes fontes de informação e conjugou vários métodos de recolha e análise, permitindo articular as dimensões quantitativa e qualitativa e as fontes secundárias e primárias, trazendo para a Avaliação diferentes perspetivas e conhecimentos que se complementam no trabalho de resposta a cada Questão de Avaliação e aos objetivos do Estudo;
- ✓ *Participação ativa das partes interessadas* – A participação das várias entidades interessadas nos momentos de recolha de informação, discussão e validação de resultados, permitiu a recolha das diferentes perspetivas e interpretações (institucionais) da implementação e resultados até agora obtidos com o desempenho do Programa.

A abordagem geral do exercício de Avaliação Intercalar, é apresentada no Esquema seguinte.

Figura 2. Modelo Global da Avaliação



II.2. MODELO ANALÍTICO E OPERACIONAL

O exercício de Avaliação Intercalar foi desenvolvido a partir de um conjunto de Questões de Avaliação (QA) e de Sub-questões que constituíram as linhas fundamentais de orientação da estratégia global de resposta, no que respeita ao modelo operacional de avaliação.

As análises foram realizadas a partir de uma bateria de elementos quantitativos e qualitativos de realização e de resultado, determinantes para responder às Questões e Sub-questões de Avaliação, considerando a relação de cadeia entre realizações, resultados e impactos, indispensável para garantir uma resposta adequada a cada QA.

As condições de desenvolvimento do trabalho de avaliação não viabilizaram a produção de elementos empíricos com profundidade satisfatória para uma resposta cabal à Questão QA 3 referente à produção de efeitos não esperados que aparentemente não se registaram (hipóteses, aliás, contemplada na

formulação da Questão). No entanto, foram sinalizados alguns desvios que se sistematizam na resposta a esta Questão de Avaliação, em ponto específico do Relatório.

QA 1 -O desempenho do Programa em matéria de realizações e resultados é satisfatório? Quais os fatores críticos que explicam esse desempenho e suas consequências para a prossecução dos objetivos e prioridades do PO?
SQ.1.1. Qual o grau de cumprimento das metas de realização física e de resultado estabelecidas, e dos valores financeiros programados, nas tipologias e áreas de intervenção com maior relevância para a prossecução de cada um dos objetivos específicos e prioridades estratégicas do Programa?
SQ. 1.2. Quais os principais desvios verificados face às metas de realização e resultados estabelecidas e de que forma podem condicionar a prossecução dos objetivos e prioridades do Programa? Quais as tipologias e áreas de intervenção, com desempenho mais favorável e maior relevância na prossecução dos objetivos e prioridades do PO?
SQ. 1.3. Quais os fatores que estimularam/condicionaram os níveis de realização (física e financeira) e os resultados observados e esperados? Que mecanismos foram utilizados para promover a concretização das metas de realização e resultado com maior dificuldade de serem atingidas?
SQ. 1.4. Qual a probabilidade de as metas estabelecidas serem atingidas considerando os desvios atuais, o ritmo de execução e as dinâmicas de procura e o horizonte temporal do PO?
SQ. 1.5. Qual a expressão territorial da trajetória dos indicadores de realização física, financeira e de resultado, associados a cada um dos objetivos específicos dos Eixos e a cada um dos objetivos específicos e prioridades estratégicas do Programa? Qual a incidência territorial dos principais progressos observados e perspetivados?
SQ. 1.6. Que boas práticas potenciaram/maximizaram os níveis de realização e os resultados observados, que podem ser disseminadas noutros contextos institucionais e territoriais e/ou revertidas para um novo período de programação?

QA 2 - Quais os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do Programa, em cada uma das suas prioridades estratégicas? O impacto das intervenções é sustentável?
SQ.2.1. Qual o comportamento dos indicadores de impacto que medem a concretização de cada um dos objetivos e prioridades do Programa? Evoluíram de acordo com o esperado, ou seja, de forma convergente com os objetivos e prioridades estratégicas do PO?
SQ.2.2. Até que ponto o comportamento dos indicadores de impacto observados na Região (Alentejo e Lezíria do Tejo) decorrem dos investimentos apoiados no âmbito do Programa, ou de outras iniciativas de política pública, cofinanciadas ou não, bem como de condicionantes contextuais? Que outros fatores e investimentos contribuíram para os impactos registados ou previstos?
SQ.2.3. Qual o contributo efetivo das tipologias de intervenção com maior dinâmica e relevância na prossecução dos objetivos e prioridades estratégicas do PO, para a sua concretização? Qual a intensidade desse contributo?
SQ.2.4. Quais os objetivos e as prioridades do Programa que até à data foram alcançados de forma mais efetiva e quais aqueles que se espera virem a ser alcançados de forma mais efetiva até final do período de programação?
SQ.2.5. Qual a sustentabilidade dos investimentos e dos respetivos resultados? Quais os seus fatores críticos de sustentabilidade e o respetivo impacto previsível na manutenção e consolidação dos impactos observados e esperados?

QA 3 - As intervenções apoiadas estão a produzir efeitos não esperados? Em caso afirmativo, quais são esses efeitos e de que modo são convergentes ou divergentes com os objetivos e princípios do Programa?
SQ. 3.1. As intervenções apoiadas produziram resultados e mudanças não previstas nem visadas inicialmente? Qual o seu contributo para a concretização dos objetivos específicos e prioridades do Programa? Quais os fatores responsáveis pelos efeitos não desejados?
SQ. 3.2. O comportamento dos indicadores de impacto permite sinalizar efeitos e/ou dinâmicas não esperadas? Em que medida são divergentes/convergentes com os objetivos e prioridades do Programa e em que medida são explicados pelas intervenções?
SQ. 3.3. Que mecanismos foram acionados ao nível do sistema de gestão e ao nível do planeamento e implementação das intervenções, no sentido de evitar efeitos não desejados?

QA 4 - As realizações e os resultados verificados poderiam ter sido alcançados com menos recursos?
SQ. 4.1. Nas diferentes Áreas de Intervenção existem desvios significativos entre os custos médios unitários previstos e custos médios observados? Em que tipologias de intervenção esses desvios são mais visíveis e quais as causas desses eventuais desvios?
SQ. 4.2. Os custos médios verificados nas diferentes tipologias de intervenção apoiadas são superiores aos custos padrão de referência para as mesmas áreas de intervenção ou aos custos médios observados noutras regiões?
SQ. 4.3. Qual a relação entre o investimento efetuado e os resultados alcançados nas diferentes Áreas de Intervenção? Quais as que evidenciam uma relação desfavorável entre os níveis de realização financeira e de realização física?
SQ. 4.4. Nos projetos apoiados foram utilizados custos padrão de referência na elaboração da candidatura, na sua apreciação e na execução do projeto? Em que Áreas de Intervenção a sua utilização foi mais sistemática?
SQ. 4.5. Que boas práticas em termos de otimização dos recursos, de processos e metodologias de análise financeira de projetos no sentido de assegurar um bom nível de eficiência, podem ser disseminadas e/ou replicadas no próximo período de programação?

II.3. ELEMENTOS DE RECOLHA, TRATAMENTO E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO

A construção das respostas às QA assentou, de um modo geral, na triangulação de duas componentes analíticas: (i) uma, que teve por suporte o detalhe em sub-questões de cada QA refletindo os nexos lógicos de entendimento/decomposição com que se encarou os fundamentos de construção da resposta; e (ii) outra, que resultou da utilização cruzada dos *outputs* das diversas fontes e métodos, segundo a relação que esses *outputs* estabelecem com as dimensões presentes em cada QA.

O centramento das QA nas realizações e resultados (como campo de identificação de contributos para impactos e objetivos dos Eixos e do PO) apelou a um uso mais extensivo de *outputs* quantitativos (via exploração e análise dos Sistemas de Informação) ainda que, em face dos níveis de execução/projetos concluídos, a perceção de resultados e impactos tenha resultado da incorporação equilibrada de elementos qualitativos, sobretudo, com origem nas Entrevistas.

✓ **Análise Documental.** Esta componente sistematizou informação documental e estatística sobre a programação, execução física e financeira, avaliação e monitorização do Programa:

- “Alentejo 2015” e Programa Operacional Regional do Alentejo – INALENTEJO (informação sobre a programação e reprogramação);
- Sistema de Informação e Monitorização do INALENTEJO (dados sobre a execução física e financeira das intervenções apoiadas e sobre os resultados alcançados);
- Regulamentos Específicos e Avisos de abertura de concursos (critérios e metodologias de análise e seleção de projetos);
- Relatórios de Execução do Programa (2008, 2009, 2010 e 2011);
- Documentos de avaliações anteriores (Avaliação *Ex-ante* e Avaliação da Operacionalização).

Na análise de impactos, a pesquisa e análise documental e estatística incidiu também sobre a informação de contexto relevante para a Avaliação Intercalar (estudos estratégicos e de desenvolvimento regional ou sectorial), sistema estatístico nacional, Sistema de Indicadores de Monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas, definido para monitorizar a implementação do QREN) e sobre a informação relativa a investimentos realizados na Região no âmbito de outros instrumentos de política pública.

✓ **Entrevistas semi-diretivas.** A realização de Entrevistas semiestruturadas com base em guiões previamente concebidos onde as questões colocadas foram selecionadas e adaptadas em função da área de intervenção do interlocutor (no âmbito dos Eixos do Programa), teve em vista:

- compreender os níveis de realização física e financeira e dos resultados, das dinâmicas e perspetivas de procura e execução;
- identificar fatores que condicionaram/estimularam os níveis de execução e os resultados;
- identificar efeitos não esperados e respetiva compreensão;
- identificar impactos e compreender a relação de causalidade entre estes e os resultados;

- identificar o papel de outros fatores/investimentos na Região (Alentejo e Lezíria do Tejo) que concorrem para os mesmos impactos; e
- sinalizar boas práticas.

No *Anexo A* é apresentada a Listagem de entidades entrevistadas que compreende os principais atores do INALENTEJO (AG – Comissão Diretiva e Secretariado Técnico; e os Organismos Intermédios), a par de importantes Entidades beneficiárias em domínios estratégicos do Programa.

- ✓ **Inquérito por Questionário.** A conceção e aplicação de Inquérito teve em vista auscultar a opinião dos promotores/beneficiários sobre a realização, resultados e impactos das intervenções do INALENTEJO. Os conteúdos do Questionário foram concebidos exclusivamente para captar realizações, resultados e impactos (questões de caracterização foram reduzidas ao mínimo indispensável) e ensaiou a quantificação de algumas variáveis. A inclusão de questões abertas deu oportunidade aos respondentes de focar as questões nucleares que interessam à Avaliação Intercalar; as questões abertas foram classificadas.

O universo de inquirição foi constituído por um total de 1.195 projetos que constam da Base de Dados fornecida pelo Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão do INALENTEJO. A Tabela seguinte sintetiza o trabalho realizado, nomeadamente, os procedimentos seguidos tendo por objetivo majorar as taxas de resposta nos diferentes Inquéritos dirigidos a Beneficiários distintos.

	Início do processo de inquirição	Reforços efetuados via email	Fim do processo de inquirição
Questionário a Entidades beneficiárias de Sistemas de Incentivos (Eixo 1)	05/11/2012	08/11/2012; 12/11/2012; 15/11/212	19/11/2012
Questionário a Entidades beneficiárias de outras Áreas de Intervenção do Eixo 1	18/10/2012	29/10/2012	9/11/2012
Questionário a Entidades beneficiárias de Áreas de Intervenção do Eixo 2	18/10/2012	29/10/2012	9/11/2012
Questionário a Entidades beneficiárias de Áreas de Intervenção do Eixo 3	18/10/2012	29/10/2012	9/11/2012

Na Tabela seguinte sistematiza-se a informação relativa aos resultados do processo de inquirição, traduzindo taxas de resposta significativamente robustas e que se situam bastante acima do objetivo indicado na Proposta Técnica do Estudo (295 Questionários válidos, correspondendo a requisitos de segurança).

	Universo	Respostas válidas	Taxa de resposta
Questionário a Entidades beneficiárias de Sistemas de Incentivos (Eixo 1)	182	65	35,7%
Questionário a Entidades beneficiárias de outras Áreas de Intervenção do Eixo 1	244	87	35,6%
Questionário a Entidades beneficiárias de Áreas de Intervenção do Eixo 2	284	139	48,9%
Questionário a Entidades beneficiárias de Áreas de Intervenção do Eixo 3	485	184	37,9%
Total	1.195	475	39,7%

- ✓ **Estudos de Caso.** A realização de Estudos de Caso, teve em vista compreender: (i) as condições e modalidades de apropriação dos instrumentos de política pelos beneficiários intermédios e finais; (ii) a trajetória de concretização de resultados e impactos; (iii) os desvios existentes face aos objetivos e resultados esperados e explicações para a ocorrência dos mesmos; (iv) os fatores críticos de sucesso revelados; e (v) as lições a extrair para o futuro (condições a salvaguardar na programação e na gestão).

Na realização de cada Estudo de Caso, de um modo geral, foram utilizados os seguintes métodos de recolha e tratamento de informação: (i) Análise documental (dossiers das intervenções e outra documentação relevante disponível); (ii) Análise de dados provenientes do sistema de informação do PO e de outros instrumentos de financiamento; e (iii) Entrevistas com o promotor e parceiros envolvidos (quando relevantes) nas intervenções.

A Equipa de Avaliação realizou cinco Estudos de Caso, selecionados em função de uma leitura dinâmica das apostas estratégicas do PO e da respetiva relevância no âmbito da análise de impactos, decorrente da intensidade dos contributos das intervenções para a concretização (efetiva e potencial) dos objetivos e prioridades do Programa refletidas nessas apostas.

- ✓ *Capacitação institucional.* Análise de intervenções da ADRAL nos domínios de trabalho que convergem para a concretização de objetivos estratégicos e operacionais do INALENTEJO.
- ✓ *Criação de um Sistema Regional de Inovação.* Apreciação prévia das iniciativas referentes à constituição do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia.
- ✓ *Eficiência Coletiva.* No enquadramento da Política de Cidades, procedeu-se à análise da RUCI Corredor Azul, nas seguintes vertentes: coerência do Programa de Ação e dos Projetos-âncora; racionalidade da constituição e sustentabilidade das parcerias; e perspetivas de abordagem realizadas pela Entidade Gestora e Entidades Parceiras aos apoios veiculados pelos Eixos do Programa, com destaque para os domínios da Valorização do Espaço Regional e da Coesão Local.
- ✓ *Intervenção inovadora com mobilização complementar de recursos de financiamento.* Análise de uma intervenção que beneficiou de apoios de mais do que um FFEE para financiar componentes de investimento/ações materiais e imateriais.
- ✓ *Intervenção inovadora de base empresarial.* Análise de uma intervenção de acesso aos SI

que beneficiou das externalidades associadas a investimentos públicos (Áreas de Localização Empresarial).

✓ **Focus Group.** A realização de 3 sessões de Focus group, relativas a cada uma das temáticas dos Eixos do Programa tendo como intervenientes entidades regionais e da Administração Central com relevância no processo de implementação de projetos em cada um dos Eixos:

- Focus group – Competitividade, Inovação e Conhecimento,
- Focus group – Valorização do Espaço Regional,
- Focus-group – Coesão Local e Urbana

As sessões foram orientadas para discutir as seguintes grupos de questões: (i) resultados preliminares da Avaliação Intercalar e apreciação da evolução dos resultados e dos impactos; e (ii) reflexão sobre prioridades regionais a estabelecer no horizonte 2020 e no quadro da programação de um novo ciclo de intervenções cofinanciadas pelos Fundos Estruturais.

II.4. CALENDARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

O Estudo desenvolveu-se ao longo de três meses. O processo de trabalho foi organizado em três fases:

- ↳ 1ª Fase – Dedicada ao aprofundamento metodológico da Proposta inicial, à preparação dos trabalhos das fases seguintes e à elaboração do Relatório Inicial da Avaliação (Metodológico).
- ↳ 2ª Fase - Dedicada ao tratamento e análise de informação em resposta às Questões de Avaliação, à elaboração de Recomendações e do Relatório Preliminar da Avaliação.
- ↳ 3ª Fase – Dedicada ao aprofundamento e ajustamento dos resultados preliminares da avaliação e à elaboração do Relatório Final da Avaliação do INALENTEJO.

O Cronograma seguinte contém as atividades desenvolvidas em cada uma das Fases.

Semanas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1ª Fase															
Reunião inicial, preparatória de lançamento do Estudo	®														
Organização e análise preliminar da informação documental e estatística e exploração preliminar do SIGPOA															
Obtenção da lista dos promotores de projetos e contactos															
Estabilização de indicadores de realização e resultado															
Desenvolvimento dos instrumentos de recolha de informação e programação da sua aplicação															
Elaboração do Relatório Inicial															
<i>Relatório Inicial da Avaliação Intercalar</i>															

Semanas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
2ª Fase da Avaliação Intercalar															
Parecer do G.A.E e integração de comentários			®												
Análise documental sistemática															
Exploração do SIGPOA															
Tratamento preliminar de dados de execução e de resultados															
Recolha e sistematização de informação para identificação dos impactos															
Processos de inquirição															
Entrevistas (AG, OI, entidades da Administração Central, ...)															
Reforço de Inquéritos on-line															
Tratamento do Inquérito															
Estudos de Caso															
Tratamento e análise integrada da informação recolhida															
Análise prospetiva Regional															
Elaboração do Relatório Preliminar															
<i>Relatório Preliminar</i>															
3ª Fase da Avaliação Intercalar															
Receção do Parecer sobre Relatório Preliminar															
Realização de três Focus Groups															
Elaboração do Relatório Final															
<i>Relatório Final</i>															

II.5. LIMITAÇÕES DA AVALIAÇÃO

A realização de uma Avaliação Intercalar de um PO Regional com o perfil de objetivos/dimensões analíticas inscrito no Caderno de Encargos, e com um prazo de execução de cerca de três meses, tem pressupostos que importa ter em consideração na preparação prévia e acompanhamento de execução das atividades de avaliação. As notas seguintes pretendem sistematizar esses pressupostos e, em simultâneo, sinalizam algumas limitações do exercício efetuado:

- Quando se pretende avaliar realizações, resultados e impactos, três vertentes de concretização de objetivos do PO que exigem uma abordagem demorada tanto do ponto de vista da recolha de informação qualitativa (através da auscultação dos principais intervenientes do PO), como da informação quantitativa, a fase de recolha de informação constitui um fator crítico para o sucesso da Avaliação.
- A avaliação das realizações e de resultados confrontou-se com a deficiente cobertura de algumas Áreas de Intervenção do Programa por indicadores, bem como com a menor disponibilidade dos mesmos, dificultando uma análise mais sistemática e aprofundada das realizações e resultados, objetivo central da Avaliação.

- A exploração do Sistema de Informação SIGPOA, bem como da informação fornecida à Equipa de Avaliação, com origem nos Sistemas de Informação de outros PO's, revelou uma escassa capacidade de devolução de dados em matéria de realizações físicas.
- Em face da informação do SIGPOA relativa a dados de execução física (escassos ou mesmo inexistentes), a Equipa de Avaliação procurou ultrapassar parcialmente o problema através da utilização dos resultados da inquirição dos beneficiários (*Inquérito aos Promotores*), com a auscultação da AG/ST do INALENTEJO e as Entrevistas (dimensões qualitativas).
- A recolha de informação qualitativa através da realização de Inquéritos às entidades beneficiárias, para se tornar em efetivo valor acrescentado do exercício de Avaliação, pressupõe: (i) por um lado, um conhecimento amadurecido das condições de implementação do PO e da cadeia de resultados potenciais dos projetos e no campo dos objetivos e dimensões de impactos das intervenções dos diferentes Eixos do PO; e (ii) por outro lado, níveis de conhecimento das respostas existentes em matéria de preenchimento de indicadores a partir da informação disponível nas Bases de Dados, bem como a recolha de eventual informação adicional.
- As avaliações de natureza estratégica que remetem para a concretização de objetivos, apelando à identificação de resultados e impactos, ainda que sob a forma de contributos, estão fortemente dependentes, por um lado, do grau de avanço do ciclo de vida das operações e, por outro lado, da qualidade e robustez de informação de realização física carregada nos sistemas.
- No âmbito da avaliação de impactos induzidos pela concretização do INALENTEJO, a qualidade da informação de contexto disponível para a Avaliação depende, do sistema estatístico nacional (INE), que fornece quase exclusivamente os indicadores de contexto que enquadram as análises necessárias. A realização e a disponibilização recente dos principais resultados do Recenseamento Geral da População em 2011 constitui um fator positivo permitindo elaborar um perfil atualizado da Região; no entanto, informação mais fina (sobretudo, de caráter sectorial), indispensável para muitas Áreas de Intervenção/Objetivos em que os efeitos são de âmbito local ou sub-regional, pressupõe dispor de informação de contexto mais desagregada, ainda não disponível.
- Quanto ao processo de inquirição, foram minimizados os riscos de representatividade das respostas, através da opção maximalista de inquirir o universo dos promotores/beneficiários, solução que afastou o risco potencial de uma taxa elevada de não respostas, assegurando patamares robustos de representatividade em torno dos 40% de respostas válidas, ou seja, com validação da qualidade das mesmas.

No contexto do processamento da informação, importa ressaltar a realização de trabalhos (inesperados) de análise detalhada das operações (com reclassificação tipológica de projetos, um exercício complexo e moroso mas indispensável para assegurar uma rigorosa ventilação das operações aos objetivos dos Eixos) e de harmonização/compatibilização de Bases de Dados da AG e dos OI dos Sistemas de Incentivos, com especial relevância, p.e., para apreciar com rigor resultados potenciais em matéria de criação de emprego.

III. QUESTÕES DE AVALIAÇÃO - ELEMENTOS DE RESPOSTA

III.1. DESEMPENHO GLOBAL

III.1.1. Desempenho do INALENTEJO no âmbito da execução do QREN

À data de 30 de Junho de 2012, o INALENTEJO apresentava, segundo dados publicados pela Comissão Técnica de Coordenação do QREN, um total de 1.439 projetos aprovados aos quais correspondia um volume de investimento elegível de € 1.260 milhões e um volume de incentivo de € 850 milhões².

A taxa de aprovação de candidaturas (face às candidaturas apresentadas) atingia, no âmbito do INALENTEJO, os 56%, o que constitui um valor superior à taxa de aprovação média dos PO do QREN (47%) e à taxa de aprovação média dos PO Regionais do Continente (48%).

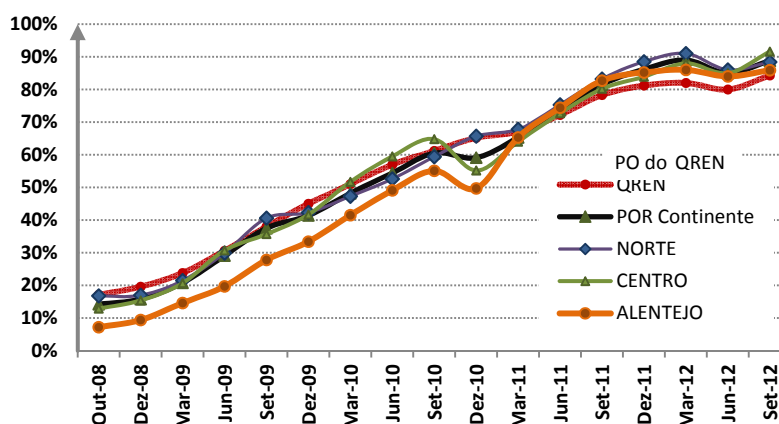
Quadro 2. Enquadramento do INALENTEJO no QREN – síntese do ponto de situação a 30/06/2012

	Apresentadas	Aprovadas	Taxa de Aprovação	Investimento Aprovado (€)	CTE Aprovado (€)	FC Aprovado (€)	Taxa média de cofinanciamento
PO do QREN	102.974	47.868	46,5	37.777.270	32.747.527	19.947.967	60,91
POR Continente	21.990	10.576	48,1	11.113.527	8.369.579	5.645.534	67,45
INALENTEJO	2.578	1.439	55,8	1.452.201	1.260.272	850.408	67,48
INALENTEJO / POR Continente	11,72%	13,61%	1,2	13,07%	15,06%	15,06%	
INALENTEJO/PO do QREN	2,50%	3,01%	1,2	3,84%	3,85%	4,26%	

Fonte: Boletim informativo do QREN nº 16, CTC QREN, Julho de 2012.

No que se refere à evolução da Taxa de Compromisso, o INALENTEJO apresentava um ponto de situação semelhante ao obtido na média dos PO do QREN e dos PO Regionais do Continente registando uma taxa de 84% (a taxa dos PO do QREN iguala os 80% e a do conjunto dos PO Regionais situa-se nos 85%).

Figura 3. Taxa de Compromisso (Aprovado/Programado)

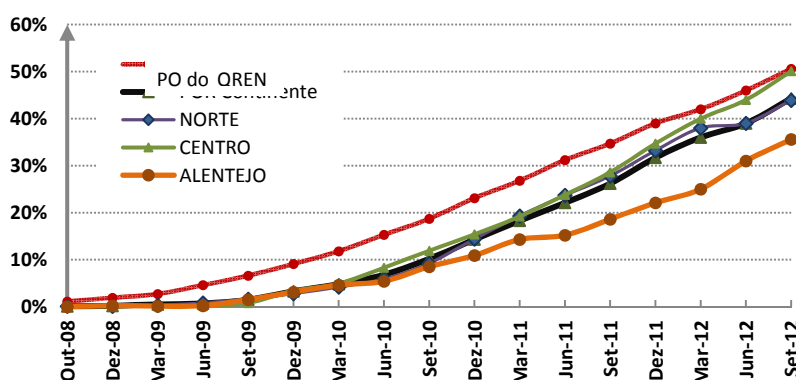


Fonte: Boletins Informativos (trimestrais) CTC/QREN.

² O universo de projetos sujeitos a avaliação é diferente do número apresentado pelo Boletim Informativo da CTC QREN de Junho de 2012 (cf. nota do Ponto III.1.2.).

O INALENTEJO apresenta, face à média do QREN e à situação dos restantes PO das regiões de convergência no Continente (Norte e Centro), uma Taxa de Execução mais baixa (31% no Alentejo, 39% no Norte e 44% no Centro). Relativamente à média dos PO Regionais, o INALENTEJO iniciou uma trajetória de divergência no último trimestre de 2010 a qual se manteve até ao final do primeiro trimestre de 2012. Nos dois últimos trimestres (Março 2012 a Setembro 2012) o programa tem verificado uma ligeira recuperação neste indicador mas, mesmo assim, apresenta no final deste período (Setembro 2012) um nível de execução na ordem de 80% do nível de execução do conjunto dos PO Regionais.

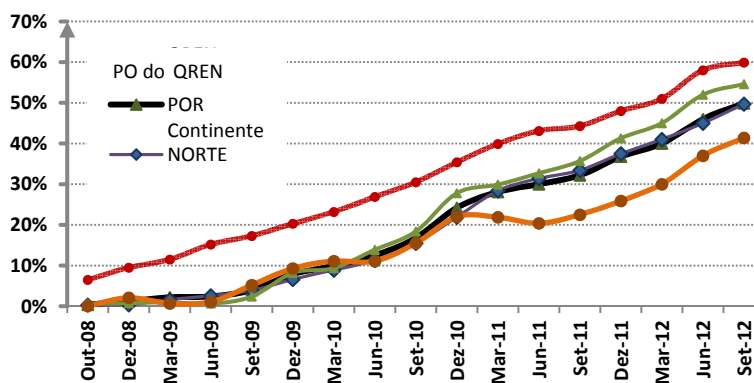
Figura 4. Taxa de Execução (Despesa validada/Programada)



Fonte: Boletins Informativos (trimestrais) CTC/QREN.

À semelhança do observado na Taxa de Execução, também na Taxa de Realização o INALENTEJO evidencia um ligeiro distanciamento face aos PO das restantes Regiões de Convergência, bem como face à média dos PO Regionais. O distanciamento da linha de evolução comum com os outros PO Regionais inicia-se no primeiro trimestre de 2011 e mantêm-se até ao primeiro trimestre de 2012. Também neste indicador o INALENTEJO regista nos dois últimos trimestres (Março 2012 a Setembro 2012) uma ligeira recuperação mantendo, contudo, no final deste período (Setembro 2012) um nível de realização de 83% do nível de realização do conjunto dos PO Regionais.

Figura 5. Taxa de Realização (Despesa validada/Programado)



Fonte: Boletins Informativos (trimestrais) CTC/QREN.

III.1.2. Dinâmicas de procura e de realização

Este ponto da Avaliação pretende construir uma perspetiva das dinâmicas de procura e realização, evidenciando os aspetos que justificam essas mesmas dinâmicas por Eixo, Área de Intervenção, Plano de Ação e Tipo de Beneficiário e que afetaram de uma forma geral a execução do Programa.

O universo é constituído por um total de 1195 projetos dos Eixos 1, 2 e 3 que, à data de 30 de Junho de 2012, estavam aprovados ou concluídos e constam da base de dados fornecida pela Autoridade de Gestão do INALENTEJO, selecionados de acordo com os seguintes critérios: projetos com data de assinatura de contrato e data efetiva de início de realização. Deste universo excluem-se todos os projetos do Eixo 4 – Assistência Técnica, bem como os projetos dos outros Eixos desistidos, anulados e rescindidos, sem data de contrato e sem data efetiva de início de realização.

Análise por Eixo do Programa

De acordo com informação recolhida junto do Secretariado Técnico do Programa, a Região registava naquela data um total de 435 projetos fisicamente concluídos (36% do total de projetos considerados no universo em análise). (*Anexo D - Tabela 1*).

O *Eixo 3 – Coesão Local e Urbana*, apresenta a situação mais favorável no que respeita às dinâmicas de procura e realização, pois concentra o maior número de projetos contratados (40,6%), do CTE aprovado (49,7%) e do Fundo Comunitário (FC) aprovado (53,8%). Esta situação deve-se em grande medida ao facto de concentrar a maior parte das intervenções promovidas pelas Câmaras Municipais, o promotor com maior número de projetos contratados e que mais financiamento absorveu até Junho de 2012. Quanto à realização, trata-se também do Eixo que apresenta a maior percentagem de projetos fisicamente concluídos (58,8%) e as taxas mais elevadas de realização financeira (FC Validado - 46% e despesa apresentada/CTE aprovado – 74%); é também neste Eixo que a percentagem de projetos “atrasados” e “muito atrasados”³ em matéria de execução financeira é menor (6%).

O *Eixo 2 – Valorização do Espaço Regional*, apresenta a situação mais desfavorável, com o menor número de projetos contratados (23,7%), absorve também a menor parte do CTE aprovado (19,9%) e do FC aprovado (20,2%) muito inferiores à média do Programa. Quanto à realização, trata-se também do Eixo que apresenta a percentagem mais baixa de projetos fisicamente concluídos (42%) e as taxas de realização financeira mais baixas (FC Validado – 34,2% e despesa apresentada/CTE aprovado – 61%); a percentagem de projetos “atrasados” e “muito atrasados” é superior à verificada no Eixo 1 (15%).

³ *Muito atrasado*: conclusão prevista em 2011, mas ainda com execução financeira <40%. Conclusão prevista em 2010 ou anos anteriores, mas ainda com execução financeira <60%; *Atrasado*: concluído em junho 2012, execução <40%. Conclusão em 2011, execução <60%. Conclusão em 2010 ou anterior, execução <80%; *No prazo*, mas com fraca execução: conclusão em 2011 ou Junho de 2012 mas execução <80%; *No prazo*: dentro do prazo estimado de conclusão; *Quase concluídos*: 80 a 99% da execução financeira, concluído fisicamente ou não; *Concluído*: execução financeira completa.

O facto de concentrar as intervenções vocacionadas para a gestão dos recursos hídricos e para a valorização e gestão das áreas de maior valia ambiental, em que os principais promotores são entidades da Administração Central (ARH e ex-ICNB) com dificuldade de execução por razões financeiras de contenção orçamental, onde houve mesmo projetos descomprometidos, bem como os problemas regulamentares na Área de Intervenção Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa e na AI Reabilitação de Locais Descontaminados e Zonas Extrativas, que limitaram a elegibilidade de projetos destas áreas no INALENTEJO, justificam a menor dinâmica de procura (inferior às expectativas) e de realização.

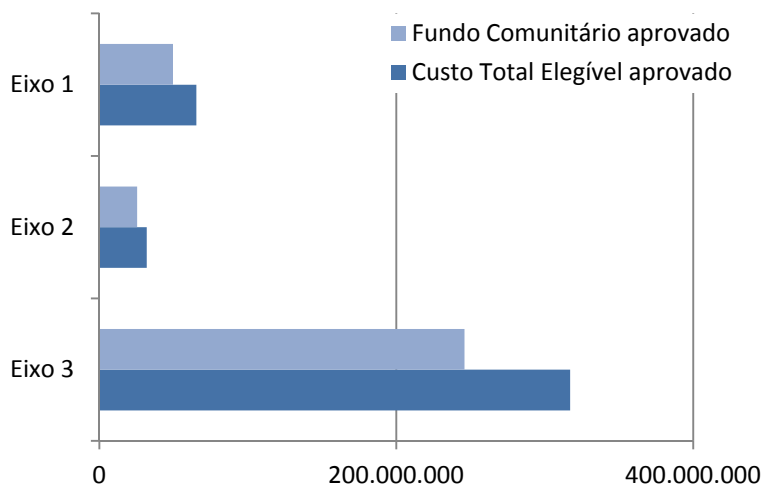
O valor inicial das taxas de financiamento (60%) das entidades regionais da Administração Central justifica também atrasos no arranque das operações e na realização financeira. A alteração recente destas taxas (para 85%) terá certamente consequências positivas no desempenho das operações apoiadas por entidades com forte representatividade neste Eixo, designadamente na área do Ambiente (ARH e ex-ICNB).

O Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento, onde as empresas, principalmente aquelas apoiadas no âmbito do SI à Inovação, absorvem a maior parte do Custo Total Elegível aprovado e do Fundo Comunitário aprovado, concentra 35,6% dos projetos contratados. De acordo com os dados do Sistema de Informação do Programa, este Eixo apresenta a percentagem mais elevada de projetos “muito atrasados” e “atrasados” (17%), sendo os projetos das empresas também os principais responsáveis por esta situação, justificada pela menor adesão das empresas da Região no início do Programa e também pelas dificuldades demonstradas no arranque dos projetos.

Na ausência de informação da Autoridade de Gestão sobre os projetos fisicamente concluídos apoiados pelos Sistemas de Incentivos, importa referir que, de acordo com o Inquérito aos promotores realizado no âmbito desta Avaliação, entre 62 projetos, 27 (43,5%) encontram-se já concluídos. De acordo com informação recolhida nas entrevistas aos elementos do Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão, a dinâmica de procura, bem como o ritmo de realização física e financeira dos projetos das empresas, está a evoluir positivamente prevendo-se, ainda, um acréscimo significativo de candidaturas. O Eixo 1 tem sido aquele que tem merecido maior atenção por parte da Autoridade de Gestão no que respeita a medidas de dinamização da procura (ver secção III.1.3. – *Boas práticas no sentido de dinamizar a procura e a execução do Programa*).

A Figura seguinte traduz as diferentes dinâmicas observadas nos três Eixos do Programa.

Figura 6. Distribuição do Investimento, por Eixo (Euros)



Fonte: SIGPOA

➤ Análise por Área de Intervenção

A análise por Área de intervenção, evidencia uma maior dinâmica de procura e realização nas seguintes Áreas, pela ordem que se segue (ver Anexo D - Tabela 1):

- **Parcerias para a Regeneração Urbana.** Esta Área de Intervenção evidencia-se por ser aquela que concentra maior número de projetos contratados (158-13,2% do total do Programa), 14,2% do CTE aprovado (superior apenas no caso da AI SI à Inovação) e 15,4% do Fundo aprovado, o valor mais elevado, quando comparado com as restantes Área de Intervenção. A forte presença de projetos promovidos por Municípios justifica em grande parte a dinâmica desta Área de Intervenção; a alteração das taxas de financiamento beneficiou também a respetiva execução.
- **Requalificação da Rede Escolar do 1º ciclo do Ensino Básico e da educação pré-escolar.** Com 5% do número de projetos contratados, concentra 10,7% do CTE aprovado e 12% do FC aprovado. O número de projetos fisicamente concluídos é elevado (44 - 73%) e as taxas de realização (FC validado e despesa apresentada/CTE aprovado) são superiores à média do Programa. De acordo com os dados do Inquérito aos promotores, em 24 projetos observados, 15 (62%) encontram-se em funcionamento. O facto de a requalificação da rede escolar constituir uma prioridade do XVII Governo, consubstanciada no Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, bem como a decisão de financiar os projetos através dos PO do QREN, designadamente via PO Regionais, justificou a elevada procura, superior às expectativas, e implicou o reforço da dotação orçamental para esta Área. Se a este investimento adicionarmos o investimento realizado na requalificação das escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e no equipamento das

escolas com quadros interativos (superior a 9.000.000 de Euros), a relevância da requalificação do parque escolar do Ensino Básico no âmbito do Programa é bastante reforçada.

- **Mobilidade territorial.** Esta Área de intervenção concentra 9,1% dos projetos contratados, 10,3% do CTE aprovado e 11,3% do FC aprovado. A percentagem de projetos contratados já concluídos é bastante elevada (87%), bem como as taxas de realização, superiores à média do Programa. De acordo com os dados do *Inquérito aos promotores*, em 39 projetos observados, 25 (64%) encontram-se em exploração.
- **Saúde.** O diagnóstico de situação e o esforço de concertação com a tutela sectorial, designadamente a ARS Alentejo, justificaram e permitiram um forte investimento nesta área.
- **Serviços coletivos de proximidade,** maioritariamente de apoio social e, com menor representatividade, desportivos. No caso dos equipamentos sociais, o facto de as IPSS serem entidades beneficiárias, o que não aconteceu no período de programação anterior, favoreceu a expansão da procura nesta área sectorial.
- **O SI Inovação,** embora com um número reduzido de projetos contratados (55 - 4,6%), destaca-se principalmente por apresentar o valor mais elevado de CTE aprovado (16,2%) e, em termos de FC aprovado (12%), ser superada apenas pela Área de Intervenção Parcerias para a Regeneração Urbana, situação explicada pelo elevado valor financeiro de alguns projetos empresariais apoiados pelo Programa, no domínio da Inovação.
- **Ações de Valorização e Qualificação Ambiental** (9,5% dos projetos contratados, 9,6% dos projetos concluídos e 4,9% de CTE e FC aprovados).

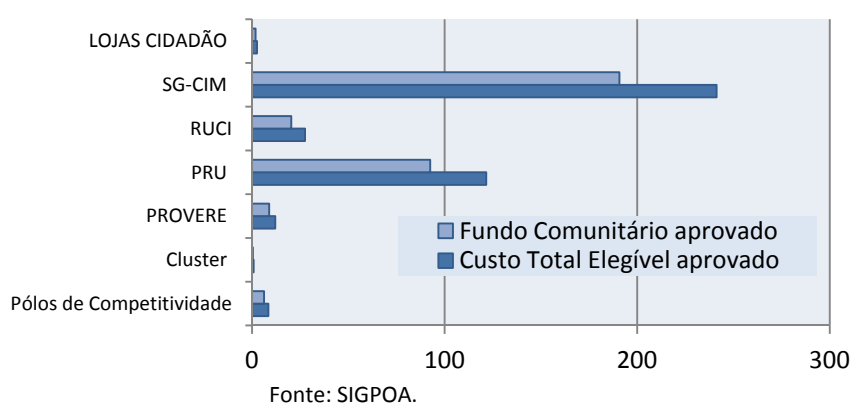
Os resultados do *Inquérito aos Promotores* realizado no âmbito desta Avaliação, evidenciam que, num total de 461 respostas obtidas à Questão - Avançaria com o projeto caso não tivesse qualquer tipo de apoio, na maior parte dos casos (260 - 56,4%) a resposta foi negativa, principalmente nas seguintes áreas⁴: Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Gestão Ativa dos Espaços Protegidos e Qualificados, Requalificação da Rede Escolar, principalmente do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local) e Energia, aquelas onde o Programa terá tido um maior efeito impulsor (*Anexo F - Tabela 1*). A mesma análise por tipo de promotor permite verificar que este efeito terá sido maior entre as Associações de Solidariedade Social, Centros de I&D e Universidades e Associações de Ambiente e Património (100% dos promotores que responderam a esta questão, não teria avançado com o projeto). Entre os Promotores que revelaram menor dependência de apoio financeiro para a concretização dos seus projetos, encontram-se as Empresas (29,5%), Câmaras Municipais e Empresas Públicas (40%) - *Anexo F - Tabela 2*.

⁴ Apenas foram consideradas as áreas em que o número de respostas é significativo do universo dos projetos apoiados.

📌 **Análise por tipo de Plano de Ação**

A análise da dinâmica de procura e de realizações por Plano de Ação (*Anexo D - Tabela 4*), permite concluir que os projetos enquadrados em Planos de Ação (Polos de Competitividade, “Clusters”, PROVERE, Parcerias para a Regeneração Urbana, Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, Programas Territoriais de Desenvolvimento das Comunidades Intermunicipais e Lojas do Cidadão) absorveram 48,1% do investimento (CTE aprovado) e 53,8% do Fundo Comunitário aprovado, sendo a maior parte absorvido pelos PTD das CIM.

Figura 7. Distribuição do investimento, por Plano de Ação
(Milhões de €)



A distribuição dos projetos por tipo de Plano de Ação evidencia principalmente:

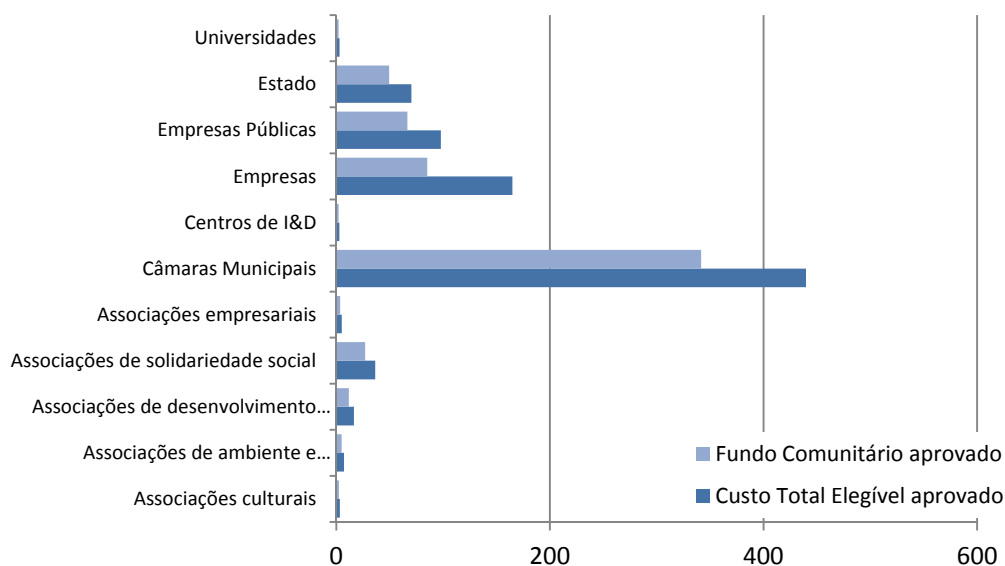
- Relevância das Subvenções Globais contratualizadas com as CIM no total do investimento aprovado o que consubstancia uma opção forte, de âmbito nacional, introduzida no modelo de gestão do QREN, na perspetiva, de acordo com o texto do PO, da “execução descentralizada ou em parceria de ações integradas” que, desta forma, “impeçam a atomização de projetos de investimento e que garantam com eficácia o interesse supramunicipal de tais ações”. Estas Subvenções foram estabelecidas na base de um Programa Territorial de Desenvolvimento, aprovado pela Autoridade de Gestão, o qual deveria definir uma estratégia sólida e uma tipologia de projetos coerentes entre si e em coerência com a Estratégia de Ordenamento Territorial da Região defendida no PROT. Os resultados obtidos neste domínio são, como se terá oportunidade de analisar e exemplificar ao longo desta Avaliação, bastantes limitados persistindo, como determinantes, as lógicas locais de investimento que se traduzem na implementação de projetos atomizados de relevância fundamentalmente municipal.
- Muito reduzido peso dos projetos apresentados no âmbito dos Polos de Competitividade e dos “Clusters”, bem como das Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE e RUCI. No caso dos Polos de Competitividade, a Região confrontou-se com uma grande dificuldade no estabelecimento

dos contactos e na sua articulação com os Polos reconhecidos, maioritariamente sedeados na Região Norte, e cuja abrangência territorial acabou por ser também mais limitada face ao inicialmente pretendido, o que em grande parte explica a reduzida dinâmica de procura e de realizações na Região. Quanto às EEC PROVERE, a reduzida procura justifica-se em grande parte por problemas de organização, experiência e liderança estratégica e degradação da situação financeira das entidades com responsabilidades de liderança e gestão dos Planos de Ação.

📌 Análise por tipo de Beneficiário

A análise por tipo de beneficiário, evidencia: (i) a posição dos Municípios como principais beneficiários do Programa. Com efeito, concentram 52% dos projetos contratados, 52% do Custo Total Elegível aprovado e 57,3% do Fundo Comunitário aprovado, justificando que os projetos que se enquadram nas suas áreas tradicionais de atuação absorvam a maior parte do financiamento do Programa; (ii) o elevado peso do sector público (Câmaras Municipais, Estado e Empresas Públicas), que concentra a grande maioria dos projetos apoiados (799 – 66,9%), 71,8% do CTE aprovado e 76,8% do Fundo Comunitário aprovado. (Anexo D - Tabela 5).

Figura 8. Distribuição do Investimento, por Tipo de Beneficiário
(milhões de €)



Fonte: SIGPOA.

No âmbito desta Avaliação, também merece destaque a preponderância da ação local/municipal. O peso dos projetos com incidência supramunicipal não vai além dos 10,7%, concentrando-se principalmente na promoção turística da Região e na elaboração de projetos de valorização e gestão de áreas de mais-valia ambiental, que ultrapassam os limites concelhios. Pela sua incidência, embora com

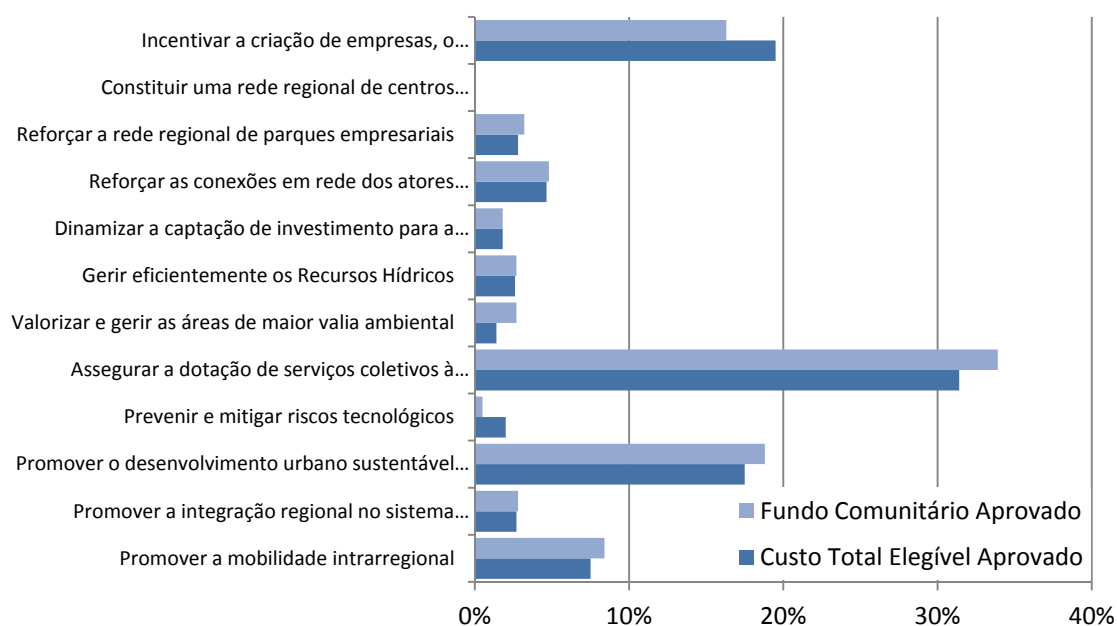
um peso menor, destacam-se, ainda, a área da saúde, a criação de redes digitais, a gestão de resíduos e a modernização administrativa. Os Municípios, embora responsáveis por 52% dos projetos contratados, surgem como promotores de 27,3% dos projetos com incidência supramunicipal, sendo o Estado o principal responsável pelos projetos com esta abrangência territorial (30,5%). O reduzido número destes projetos enquadrados nos Planos de Ação das CIM (9 em 332, sendo 8 promovidos pelas CIM e 1 por um Município), revela também a fraca capacidade dos Municípios em dinamizar a criação de lógicas de intervenção intermunicipais.

III.2. CONTRIBUTO DAS INTERVENÇÕES PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

Para a avaliar o contributo das intervenções apoiadas na concretização dos Objetivos do PO, procedeu-se à análise dos projetos apoiados a partir dos elementos de caracterização constantes do SIGPOA. Face à insuficiência de indicadores e metas com relevância estratégica para a natureza intercalar da Avaliação, a análise aqui apresentada foi desenvolvida na perspetiva da identificação dos principais resultados esperados pela execução do Programa, por Objetivo, introduzindo uma leitura crítica dos mesmos face à Estratégia de Desenvolvimento Regional e à situação de referência.

A Figura seguinte evidencia os Objetivos do Programa com maior volume de investimento aprovado, entre os quais se destacam: *Assegurar a dotação de serviços coletivos à população, Incentivar a criação de empresas, o empreendedorismo e a inovação empresarial e Promover o desenvolvimento urbano sustentável e a competitividade das cidades.*

Figura 9. Distribuição do investimento, por Objetivo do Programa



Fonte: SIGPOA.

III.2. 1. Incentivar a Criação de Empresas, o Empreendedorismo e a Inovação Empresarial

Neste ponto, analisa-se o desempenho atingido pela execução do Programa Operacional na prossecução dos quatro Objetivos Específicos com incidência direta sobre o tecido empresarial. Os Objetivos que serão tomados em consideração são, assim, os seguintes:

- Incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo;
- Aumentar as atividades de I&D associadas aos “clusters” estratégicos;
- Apoiar a incorporação de inovação e conhecimento nas empresas; e
- Promover a densificação do relacionamento empresarial em “clusters”.

Segundo a informação recolhida junto do SIGPOA, os projetos que contribuem para estes quatro Objetivos são oriundos de nove Áreas de Intervenção as quais apresentam intensidades (dadas pelo número de projetos e volume de investimento mobilizado) bastantes diferenciadas na relação com aqueles Objetivos. Assim, e dado o peso dominante e efetivamente determinante do contributo dos Sistemas de Incentivos sobre o conjunto destes Objetivos, a análise desenvolvida neste ponto será circunscrita, justamente, aos projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas⁵.

O conjunto de projetos apoiados, no período em avaliação, totaliza 182 projetos apresentados por um total de 142 empresas. Este nível de adesão evidencia, nomeadamente, uma forte procura do Sistema de Incentivos à Qualificação, com 119 projetos apoiados (73% do total de projetos apoiados pelos SI). Contudo, é nos projetos apoiados pelo Sistema de Incentivos à Inovação que se concentra a parcela mais significativa do investimento apoiado, bem como de incentivo atribuído (82,4% e 84,8% do total dos SI, respetivamente). Em termos de volume de investimento, são os projetos dirigidos à ampliação da capacidade de produção regional, aqueles que manifestam uma mais relevante dinâmica de investimento. Trata-se, acima de tudo, de projetos que visam a criação de novas unidades de produção ou a expansão de unidades existentes, a introdução de melhorias tecnológicas ou o apoio ao empreendedorismo qualificado (*Anexo D - Tabela 6*).

Nº Projetos contratados (% Total PO)	Nº Projetos concluídos (% Total do PO)	CTE Aprovado (%Total do PO)	Taxa de Realização Financeira (FC Val./FC Aprov.)	Despesa Apresentada (% do CTE Aprovado)
182 (15%)	n.d.	19,5%	42%	n.d.

A componente de investimento dirigida aos fatores dinâmicos de competitividade (SI Qualificação) apresenta, com efeito, uma parcela de investimento bastante distante da canalizada para a inovação produtiva. Ainda que com um número elevado de projetos apoiados, os projetos apresentados aos

⁵ A informação utilizada para análise foi recolhida junto do SIGPOA, bem como outra disponibilizada pelos vários Organismos Intermédios contactados: AICEP, IAPMEI e Turismo de Portugal.

Incentivos à Qualificação são responsáveis por 16% do investimento apoiado e por 13% do incentivo atribuído no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas. O Sistema de Incentivos à I&D regista no PO uma muito fraca adesão por parte dos potenciais beneficiários. Seria útil fazer uma apreciação sobre a tipologia do investimento apoiado (natureza das componentes do investimento), contudo, a indisponibilidade destes dados, contemplando o conjunto de projetos, inviabiliza esta análise.

No que se refere ao emprego e com base na informação disponibilizada pelos Organismos Intermédios consultados, verifica-se um assinalável volume total de emprego a criar o qual poderá totalizar 1026 novos postos de trabalho. A criação potencial de novo emprego concentra-se nos projetos de expansão da capacidade produtiva regional (Inovação Produtiva) apresentando nos projetos de Qualificação também um relevante potencial: com 13% do total de incentivo atribuído aos projetos de Qualificação estes apresentam uma parcela de 30% do total de criação potencial de emprego dos SI.

A análise do padrão setorial de investimento empresarial apoiado é uma análise importante do ponto de vista da avaliação estratégica dos resultados obtidos pela implementação do Programa Operacional. De facto, o texto do Programa apresenta um conjunto de ideias fortes e centrais neste domínio, sublinhando, por um lado, uma perspetiva de renovação dos designados sectores tradicionais da base económica regional (agroalimentar, vitivinicultura, cortiça e rochas ornamentais) e, por outro, acolhendo o objetivo de diversificação do perfil de especialização produtivo onde se insere uma ideia forte de promoção dos designados “clusters” emergentes (tecnologias de informação e comunicação, sector automóvel e atividades aeronáuticas). No quadro das apostas sectoriais estratégicas do Programa, o Turismo é identificado como um sector com forte potencial competitivo e inovador⁶.

A análise dos projetos apoiados no período em avaliação aponta para uma concentração do investimento apoiado e do emprego a criar em três setores (*Anexo D - Tabela 7*):

- ✓ *Turismo* (CAE 55, 79 e 93), com um número maioritário de projetos distribuídos pelas atividades de alojamento (em diversos tipos – campismo, hotelaria, turismo rural), de animação turística e pelas atividades dos operadores turísticos. O setor concentra mais de 50% do investimento apoiado e do incentivo aprovado pelos SI às empresas, correspondendo-lhe ainda 34% do novo emprego previsto criar. O sector é muito influenciado pelo peso do projeto da Multiparques a Céu Aberto S.A. (parques de campismo e caravanismo Z-Mar) ao qual corresponde uma parcela de 48% do investimento apoiado em atividades turísticas.

⁶ O PO ao estabelecer como objetivo central a renovação da base económica tradicional, assente nos sectores tradicionais, e a consolidação dos “clusters” emergentes, não identifica, em termos de Classificação das Atividades Económicas, quais os sectores considerados em cada uma destas designações (Sectores Estratégicos Tradicionais e “Clusters” Emergentes). Esta circunstância cria, do ponto de vista da Avaliação, alguma margem de subjetividade no cálculo de indicadores sobre este matéria, pelo que se procurou, na análise desenvolvida, respeitar uma correspondência ajustada entre o conteúdo de cada setor CAE e o tipo de sectores estratégicos definidos pelo PO.

- ✓ *Atividades no domínio da Vinicultura* (inseridas na CAE 46, com particular destaque para a CAE 46341 – Comércio por Grosso de Bebidas Alcoólicas – p.e., Adegas e Sociedades Vinícolas). Particularmente relevante neste sector é o facto de a esmagadora maioria de projeto aprovados serem projetos de Qualificação, apostando, assim, em fatores dinâmicos de competitividade, e de Internacionalização, desta forma contribuindo para o objetivo nacional e regional da abertura e internacionalização da economia.
- ✓ *Outros Produtos de Minerais Não Metálicas* (CAE 23), o qual apresenta 11 projetos apoiados, com 6,1% do total de investimento apoiado e 6% do incentivo aprovado. Neste setor ressaltam os projetos de empresas no subsector dos Mármoreos as quais concentram os projetos predominantemente em fatores dinâmicos de competitividade (Incentivos à Qualificação).

Com particular relevância em termos de criação prevista de emprego, surgem, ainda, as Atividades de Arquitetura e Engenharia (CAE 71) e as Outras Atividades de Consultoria (CAE 74): com apenas 2,5% do investimento apoiado, estas duas atividades apresentam um volume previsto de emprego a criar de 127 novos postos de trabalho o que corresponde a mais de 10% do emprego previsto criar através dos projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos,

Do conjunto de projetos apoiados regista-se ainda um investimento relevante no sector da cortiça (promovido pela Robcork, localizada em Portalegre) e um projeto promovido por uma entidade dedicada ao Ensino, Formação e Treino de Pilotos na área da aeronáutica (Sôr Air, S.A., localizada em Ponte de Sôr).

Em matéria de **Internacionalização**, o *Inquérito aos Promotores* permite evidenciar parte da relevância atribuída pela arquitetura dos Sistemas de Incentivos a este objetivo específico no terreno da Competitividade, enquadrado de forma mais decidida pelos SI Qualificação PME e SI Inovação. De acordo com o Inquérito:

- O mercado internacional constitui o principal mercado de escoamento dos bens e serviços para mais de quarenta por cento (42,4%) das empresas respondentes;
- A internacionalização constitui principal área de investimento de mais de metade das empresas beneficiárias de SI que responderam ao Inquérito (52%), percentagem que é mesmo mais elevada nas beneficiárias do SI Qualificação;
- Mais de duas em cada três empresas beneficiárias dos SI aposta no mercado externo e metade fixa, como objetivo associado ao incentivo, o aumento das exportações;

- A relação das empresas beneficiárias do SI&DT⁷ com as variáveis mercado externo, exportações, internacionalização é residual, resultado que pode significar que a aposta na internacionalização não se encontra suficientemente ancorada num reforço do desenvolvimento de novos produtos e de novas tecnologias.

As Entrevistas e Estudos de Caso realizados no âmbito da Avaliação transmitem evidências que apontam para uma sensibilidade e investimento crescente na frente externa:

- Forte dinamismo de promoção externa por parte da ER Turismo Alentejo e Agência de Promoção Turística, com reflexos nos fluxos de visitantes e turistas e nas “performances” globais dos últimos anos, caracterizadas pelo alargamento de mercados e diversificação de segmentos relativamente ao padrão-tradicional de procura dirigida ao Alentejo;
- Internacionalização crescente das empresas do sector vitivinícola e dos mármore, numa perspetiva de maior orientação exportadora das suas produções tradicionais, mas sem presença autónoma e/ ou com produtos novos nos mercados externos, refletindo alguma dependência das cadeias de distribuição que estreita o potencial de adensamento da cadeia de valor e de valor acrescentado regional.

Neste quadro, pode afirmar-se que a dimensão setorial da estratégia de dinamização empresarial do PO, tendo atingido resultados importantes, ainda se defronta com uma ampla margem de manobra para afirmar na sua plenitude. Os números afetos ao setor do Turismo são, de facto, assinaláveis e revelam uma muito forte dinâmica de investimento na Região, sendo também significativa a posição das atividades do sector vitícola, bem como as dos mármore, sublinhando a aposta deste último sector nos investimentos em fatores qualitativos de desenvolvimento e projeção empresarial (Qualificação).

No entanto, é de assinalar, no que se refere aos sectores tradicionais, a fraca presença das atividades do agroalimentar e do sector florestal: a cortiça encontra-se presente mas apenas com uma empresa apoiada. Também no que se refere aos designados “clusters” emergentes, o panorama revela-se com uma fraca presença dos sectores aqui integrados. Com base em informação obtida através de entrevista aos Organismos Intermédios, admite-se que, relativamente ao sector agroalimentar e florestal, se verifique uma deslocação da procura para os instrumentos de apoio às empresas disponíveis no ProDeR, cujo efeito carece de um cruzamento detalhado de informação.

⁷ Mais recentemente (outubro de 2012), a Autoridade de Gestão aprovou cinco Programas Integrados de SI&DT abrangendo nove projetos, com um montante de investimento elegível superior a 6 milhões de euros. Entre as linhas de investigação, destaca-se o reforço da competitividade dos sectores agrícola e florestal e o reforço do potencial científico e das competências técnicas nos domínios da inovação molecular, biodiversidade e alterações climáticas.

Um aspeto relevante na forma de mobilização dos sistemas de incentivos às empresas, respeita ao papel desempenhado pelas Estratégias de Eficiência Coletiva, designadamente, na forma dos Polos de Competitividade e dos “Clusters” (*Anexo D- Tabela 8*). A informação tratada aponta para um muito fraco resultado obtido nesta vertente da dinamização do investimento empresarial.

Com efeito, apenas 6% dos projetos, 8% do investimento e 13 % do incentivo teve enquadramento em EEC. Estes dados são bastante influenciados pelo contributo que, também a este nível, foi dado pelos projetos do sector do Turismo que mobilizaram 50% do investimento e do incentivo empresarial induzido pelas EEC.

Do ponto de vista do padrão espacial do investimento apoiado pelos Sistema de Incentivos no INALENTEJO um primeiro conjunto de observações pode ser feito sobre a distribuição do investimento ao nível das regiões NUT III (*Anexo D - Tabela 9*). Neste registo, há a assinalar a posição destacada do Alentejo Litoral, que recolhe 40% do total de investimento elegível, valor que é muito impulsionado pelos investimentos no sector do Turismo (alojamento e animação). Também o Alentejo Central regista uma parcela bastante significativa do investimento elegível (24% do investimento e 30% do incentivo). Com um resultado claramente fraco (e preocupante, do ponto de vista dos (des)equilíbrios regionais), são os resultados observados pelo Baixo Alentejo que demonstra, no contexto regional, e tanto quanto os dados do Programa Operacional podem revelar, uma diminuta iniciativa empresarial (8% do número de projetos) e de investimento (3% do investimento elegível).

A Lezíria do Tejo apresenta um número bastante relevante de projetos apoiados (31%) mas de pequena dimensão de investimento (16% do total regional), resultado do volume de projetos relativos ao instrumento Vale Inovação. O Alto Alentejo regista uma posição relativamente equilibrada com projetos que totalizam 20% do investimento elegível e 23% do incentivo à escala regional.

Os concelhos dos Centros Urbanos Estruturantes (centros de 2º nível do Sistema Urbano Regional) são aqueles que, ao nível desta tipologia de municípios, apresentam uma maior parcela de investimento apoiado, isto é, 55% do investimento elegível regional (*Anexo D - Tabela 10*). Este montante é, contudo, bastante influenciado por um número muito reduzido de muito grandes projetos de investimento: p.e., Parque de Campismo e Caravanismo ZMAR (Odemira, 39 milhões de euros de investimento), Fundação Frederic Velge (Grândola, 10 milhões de euros de investimento). Mesmo assim, um número significativo de concelhos dos Centros Urbanos Estruturantes, apresentam, de facto, volumes apreciáveis de investimento: Odemira (€ 39 milhões), Grândola (€ 12 milhões), Ponte de Sôr (€ 14 milhões), Montemor-o-Novo (€ 10 milhões) e Benavente (€ 12 milhões).

Descontado o efeito dos muito grandes projetos sobre o comportamento evidenciado pelos Centros Urbanos Estruturantes, é o conjunto dos concelhos dos Centros Urbanos Regionais (centros do 1º nível

do Sistema Urbano Regional) que se destaca como centros polarizadores de dinâmicas de investimento, revelando, contudo, comportamentos diferenciados entre si. De forma conjunta, estes concelhos totalizam 40% das iniciativas empresariais, 29% do investimento, 32% do incentivo e 48% do emprego previsto criar. Évora e Sines emergem como os grandes centros de acolhimento do investimento apoiado (9% e 8%, respetivamente, do total regional) e com uma dinâmica de investimento muito superior à dinâmica, p.e., de Santarém (2,4% do investimento) ou Elvas (3,1% do investimento apoiado). No extremo inferior da tabela dos concelhos dos Centros Urbanos Regionais, surge Beja com um volume bastante diminuto de iniciativas e de investimento (5 projetos e 0,6% do investimento elegível regional) o que indicia sérias dificuldades em dinamizar e atrair investimento empresarial.

Os concelhos dos Centros Urbanos Complementares (3º nível do Sistema Urbano Regional) acolhem apenas 16% do investimento e 19% do incentivo aprovado. Contudo, existem dois dados complementares relativos a este conjunto de concelhos que merecem registo e reflexão pois tocam um aspeto relevante para a compreensão das dinâmicas territoriais em curso e das abordagens sobre a coesão territorial: por um lado, dos 32 concelhos que constituem este grupo, 11 não registam projetos aprovados estando distribuídos pelas NUT III do Alentejo tradicional (Almodôvar, Alter do Chão, Alvito, Barrancos, Crato, Cuba, Ferreira do Alentejo, Fronteira, Monforte, Redondo e Viana do Alentejo); por outro lado, no conjunto destes concelhos, verifica-se um evidente desajustamento entre o padrão territorial da dinâmica de investimento empresarial e a configuração territorial das infraestruturas de acolhimento empresarial apoiada no presente PO (quatro dos concelhos deste grupo, que desenvolveram projetos de áreas de acolhimento empresarial, não apresentam qualquer projeto de investimento empresarial).

A leitura dos dados disponíveis sugere a seguinte apreciação global neste domínio/objetivo:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Adesão relativamente acentuada aos apoios no âmbito do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização – sistema que apoia o investimento em fatores dinâmicos de competitividade - nomeadamente, em setores estratégicos tradicionais de base económica regional e com relevância estratégica, mármore e vinho) com dinâmica de investimento relevante; • Reforço da capacidade produtiva regional resultante de um volume acentuado de investimento na componente de criação/ /ampliação/qualificação tecnológica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca adesão da Região ao SI I&DT; • Fraca (ou nula) presença de iniciativas de investimento empresarial em setores considerados estratégicos na Estratégia de Desenvolvimento Regional: agroalimentar, cortiça, TIC e automóvel; • Reduzida expressão de projetos empresariais apresentados no âmbito de Estratégias de Eficiência Coletiva, revelando um evidente insucesso global na condução destas iniciativas;

(cont.)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Volume previsto de emprego a criar através dos projetos apoiados (1026 novos postos de trabalho); • Dinâmica empresarial e de investimento registada pelo setor do Turismo (em projetos de alojamento, mas também de animação/dinamização turística). O Turismo apresenta-se, de facto, como o mais destacado setor na procura de incentivos ao investimento empresarial na Região; • Papel polarizador dos Concelhos de Évora e de Sines na dinamização e atracção de Investimento empresarial na Região, acentuando a sua dimensão como polos económicos regionais; • Dinâmica de vários concelhos dos Centros Urbanos Estruturantes (Centros do 2º nível do Sistema Urbano Regional). 	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados globalmente diminutos da dinâmica de investimento empresarial registado pelo Baixo Alentejo e pelo concelho de Beja; • Número significativo de municípios, nomeadamente, de terceiro nível da rede urbana regional, sem iniciativa e sem investimento apoiado, o que constitui um indicador da fragilidade dos respetivos tecidos empresariais locais. • Desajustamento entre o padrão territorial do investimento empresarial e a configuração territorial da “rede” de infraestruturas de acolhimento empresarial apoiadas.

III.2. 2. Constituir uma Rede Regional de Centros Tecnológicos

A estruturação de um Sistema Regional de Inovação do Alentejo constitui um dos “outputs” de orientação constante do Plano Regional de Inovação elaborado em 2004 por iniciativa da CCDR Alentejo e procurou fazer o seu caminho através da constituição de uma Parceria que concebeu o Programa Estratégico do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo (PCTA).

A Candidatura ao Eixo 1 do INALENTEJO em Setembro de 2009 mereceu reparos da Adl e da FCT e teve de ser objeto de alterações que clarificaram: a integração dos projetos (p.e., incubadoras de base tecnológica); o modelo territorial e o conceito integrado de PCTA (com polos por NUT III); a integração do Cartaxo Central Park; e a adoção da nomenclatura SRTT (Sistema Regional de Transferência de Tecnologia).

Após demorada apreciação da candidatura do PE-SRTT, no âmbito do Aviso conjunto de Abertura 1 SAPCT/ SAICT – Novembro de 2010, foi recentemente (final de Novembro de 2012) celebrado um Protocolo que aprova um conjunto de operações no âmbito do SRTT, sintetizadas na tabela da página seguinte, por NUT III e volume de Investimento total e elegível.

De acordo com a informação empírica recolhida e processada no âmbito do Estudo de Caso relativo ao SRTT, sistematiza-se um conjunto de notas que enfatizam as oportunidades, mas também fatores de risco em presença, no horizonte de realizações e resultados das operações aprovadas pelo INALENTEJO e do Programa Estratégico que constitui o quadro de referência para o trabalho das estruturas de gestão do PCTA e do SRTT:

- Negociação do PE SRTT como oportunidade para potenciar ações e projetos que aguardavam condições de financiamento;

- Papel estruturante do Parque de C&T do Alentejo (PCTA) a sedear em Évora, nomeadamente na ótica da atração/fixação de empresas, ou seja, de uma relação dinâmica das atividades e serviços de I&D com o mundo empresarial;
- Importância das operações aprovadas (também pelos montantes de investimento envolvidos) em domínios de aposta estratégica regional (energias renováveis, agroalimentar e rochas ornamentais);
- Articulação promissora entre empresas de base tecnológica (sobretudo, estrangeiras) e a procura/oferta de formação técnica especializada e de formação em alternância, com partilha de equipamentos laboratoriais e outros envolvendo a Universidade e o Centro de Formação Profissional do IEFP de Évora;

Quadro 3. Operações aprovadas pelo INALENTEJO no âmbito da implementação do Programa Estratégico do SRTT

NUT III	Operações aprovadas	Investimento (€)	
		Total	Elegível
Alto Alentejo	Centro de Atendimento Veterinário Escolar/ Análises Clínicas Veterinárias (IPP); Bioenergia (IPP).	2.315.500	1.826.341
Baixo Alentejo	Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (IPB); UVMPROB - Unidade de Valorização de Matérias-primas e Resíduos de Origem Biológica (CEBAL); CEGMA – Centro de Estudos Geológicos e Mineiros do Alentejo (LNEG); Parque Tecnológico de Moura – Laboratórios (Lógica, EM); Infraestruturas do Parque Tecnológico de Moura (Lógica, EM); Incubadora de Empresas (IPB); Unidade de Regadio (COTR).	3.721.192	3.287.770
Lezíria do Tejo	Incubadora de Empresas de base Tecnológica (IDERSANT); Laboratório Comunicacional Hipermédia: de Real Life a Second Life (IPS - EEE); Laboratório de Investigação em Desporto e Saúde (ESD – RM); Unidade de Sistemas de Agricultura e Sustentabilidade (IPS).	2.899.999	2.171.619
Alentejo Central	Laboratório de Ciências e Tecnologia da Terra, Atmosfera e Energia (UE); Unidade da Água e Biogeoquímica Ambiental (UE); Laboratório de Biotecnologia Aplicada e Tecnologias Agroambientais (UE); Micra. Lab (UE); Laboratório de Desenvolvimento e Caracterização Físico-Química (UE); Laboratório de Materiais e Tecnologias de Produção – Unidade de Interoperabilidade (UE); Laboratório de Materiais e de Tecnologias de Produção - Upgrade do Laboratório de Ensaios Mecânicos (CEVALOR); Laboratório de Novas Tecnologias e Produtos da Pedra Natural – NEWTECHSTONE (CEVALOR); Laboratório de Energias Renováveis; Laboratório de Materiais e Tecnologias de Produção – Unidade LAMEC: Laboratório de Automação, Mecânica Experimental e Computacional (UE); Projeto Brain Link (ANJE); Centro de Negócios do Alentejo (NERE); Projeto Centro IDEA (ADRAL) e Governança e Infraestruturas Centrais Comuns, Espaço de localização de empresas e espaços exteriores do PCTA Évora (Entidade gestora do PCTA a criar)	10.413.809	10.408.926
Total		19.350.500	17.694.656

Fonte: AG INALENTEJO.

III.2. 3. Reforçar a Rede Regional de Parques Empresariais

Este Objetivo do Programa é concretizado pela Área de Intervenção relativa ao Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial sendo os objetivos específicos estabelecidos para esta Área, os seguintes:

- a criação de novas infraestruturas;
- a qualificação das AAE e da sua gestão, nomeadamente, através de partilha de serviços prestados;
- a coerência da rede regional de infraestruturas de acolhimento empresarial (como meio de prosseguir o próprio reforço da rede regional).

Nº Projetos contratados (% Total PO)	Nº Projetos concluídos (% Total do PO)	CTE Aprovado (%Total do PO)	Taxa de Realização Financeira (FC Val./FC Aprov.)	Despesa Apresentada (% do CTE Aprovado)
21 (1,8%)	9 (2,1%)	2,8%	43,3%	70,1%

Fonte: SIGPOA

A meta prevista alcançar neste objetivo específico definia o Nº de “10 áreas de inovação empresarial a apoiar”. O conceito de “área de inovação empresarial” não é explicitado no Programa, pelo que se considera, para efeitos de avaliação, as intervenções em áreas de localização empresarial.

Até 30/06/2012 foram apoiados 21 projetos, totalizando um volume de investimento elegível de 23.5 milhões de euros, apresentando, à data da Avaliação Intercalar, uma taxa de realização financeira de 43,3%. Se se atender ao montante de “Despesa Apresentada”, chegaremos a uma percentagem de 70% do Custo Total Elegível aprovado, o que indicia um bom nível de realização física efetiva do conjunto dos projetos e, de acordo com os resultados do *Inquérito aos Promotores*, com uma execução totalmente de acordo com o previsto na candidatura. Os projetos apresentam uma dimensão média, em termos de investimento, bastante significativa (perto de 1,2 milhões de euros por projeto), constituindo importantes intervenções físicas com impactos relevantes na organização territorial da Região e dos aglomerados onde são implantados, o que constitui uma das mais-valias dos projetos reconhecidas nas respostas ao *Inquérito aos Promotores*.

Assim, do ponto de vista da meta estabelecida definida para esta Área, os dados da situação do PO apontam para um resultado positivo da execução do Programa visto o Número de Áreas de Acolhimento Empresarial superar substancialmente a meta: foram apoiadas 21 Áreas quando a meta estabelecia 10. A meta, tal como se encontra definida, revela-se manifestamente insuficiente para medir os níveis de eficácia associados ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, sendo necessário uma análise de carácter qualitativo mais abrangente sobre os dados disponíveis captando outras dimensões do comportamento do Programa neste domínio.

Dos 21 projetos apoiados, 19 respeitam à criação/expansão de áreas infraestruturadas para acolhimento de empresas, consubstanciando, na sua maioria, a criação e infraestruturização de loteamentos industriais; os outros 2 projetos dizem respeito à criação de espaços específicos para acolhimento de micro e pequenas empresas (os designados ninhos de empresas). Os projetos concentram-se em exclusivo na componente de infraestruturização, sendo inexistentes intervenções com a componente de serviços partilhados, uma dimensão que constitui objetivo explícito do Programa neste domínio de intervenção.

Na análise por tipo de territórios, numa perspetiva que remete, de forma aproximada, para a apreciação do investimento aprovado no quadro da rede urbana, constata-se que uma relevante parcela desse investimento é canalizada para concelhos dos Centros Urbanos Complementares (os centros urbanos de 3º nível da Rede Urbana Regional). Esta situação é particularmente expressiva na sub-região do Baixo Alentejo (cinco dos seis projetos em municípios de centros urbanos complementares) e também no Alto Alentejo (cinco dos sete projetos em concelhos do 3º nível da rede urbana).

Apenas dois concelhos de Centros Urbanos Regionais tiveram projetos apoiados nesta Área de Intervenção (Évora e Campo Maior), sendo de destacar, pela sua relevância regional, pelo volume de investimento e pelos níveis de realização já verificados, o projeto da iniciativa do Município de Évora (Parque Industrial de Aeronáutica de Évora destinado a instalar a EMBRAER, SA) que absorve 25% do volume total de investimento elegível neste domínio.

Quadro 4. Distribuição do nº de Projetos e investimento aprovado em Parques Empresariais, por nível hierárquico dos Centros Urbanos

Sistema Urbano	Nº Projetos			CTE Aprovado		Despesa Apresentada
	Apoiados	%	Concluídos	€	%	(% CTE Aprovados)
Centros Urbanos Regionais (CUR)	3	14	2	6.848.161	29	128
Centros Urbanos Estruturantes (CUE)	7	33	2	7.772.136	33	32
Centros Urbanos Complementares (CUC)	11	52	5	8.950.038	38	58
Total	21	100	9	23.570.335	100	70

Fonte: SIGPOA, PROT Alentejo e PROT Oeste e Vale do Tejo.

A **avaliação global** das realizações e dos resultados potenciais obtidos neste domínio encontra-se limitada quer pela inexistência de um quadro de referência sobre a situação de base (Quais são, de facto, os aspetos críticos do dispositivo das infraestruturas de acolhimento empresarial na Região?), quer pela fraca relevância, para efeitos de monitorização e avaliação estratégica, dos indicadores de realização e de resultado definidos pelo Programa.

A leitura dos dados disponíveis sugere a seguinte apreciação global neste domínio/Objetivo.

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> Reforço e qualificação da infraestrutura de acolhimento empresarial no principal centro urbano regional, associado ao desenvolvimento do setor da aeronáutica (setor estratégico no quadro regional); Reforço e qualificação das áreas de acolhimento empresarial no Eixo Lisboa-Évora (através do projetos de Vendas-Novas, Montemor-o-Novo e de Évora), que representa o Eixo com maior potencial de atração e de afirmação empresarial externa da Região; As realizações respondem ao objetivo da criação de novas infraestruturas (aspeto meramente quantitativo, que tem um reverso tratado no lado das evidências negativas). 	<ul style="list-style-type: none"> Persistência de investimentos focalizados na expansão física da dotação de áreas de localização empresariais, de pequena dimensão e assentes em lógicas locais de organização territorial das infraestruturas; Exclusividade de projetos de infraestruturas e ausência de projetos com a componente de serviços partilhados; Inexistência (persistente) de uma perspetiva supramunicipal de abordagem desta área tradicional de intervenção municipal (de que os exemplos dos investimentos nas áreas empresariais nos concelhos vizinhos de Cuba e Vidigueira podem ser uma exemplar expressão); Fraca presença, em termos de projetos, do conjunto dos Centros Urbanos Regionais; As realizações do Programa, centradas em projetos infraestruturais, falham no cumprimento do objetivo da qualificação das áreas de acolhimento empresarial através, nomeadamente, da criação de serviços partilhados; O tipo de projetos aprovados e a sua localização, levantam dúvidas sobre o alcance de um objetivo (forte, sublinhe-se) do Programa relativo à questão central da coerência da rede de áreas de acolhimento empresarial na Região.

III.2. 4. Reforçar as Conexões em rede dos atores regionais através da adoção das TIC

Este Objetivo apresenta uma forte ligação com um Eixo da Estratégia de Desenvolvimento Regional Alentejo 2015 relativo à abertura da economia, sociedade e território ao exterior, matéria que constitui um desígnio nuclear das intervenções públicas estruturais, de âmbito regional, do presente período de programação. A este objetivo da Estratégia Regional estavam associadas, como prioridades de ação, as intervenções nos domínios das redes de acessibilidades físicas e digitais, da projeção das vantagens logísticas regionais e da integração da Região em espaços e redes mais alargadas.

O Objetivo conta com a aprovação de 82 projetos, distribuídos por sete áreas temáticas, apresentando uma taxa de execução financeira de 37% e indiciando uma realização física de 67% do investimento elegível aprovado (com base no montante das despesas aprovadas).

Nº Projetos contratados (% Total PO)	Nº Projetos concluídos (% Total do PO)	CTE Aprovado (%Total do PO)	Taxa de Realização Financeira (FC Val./FC Aprov.)	Despesa Apresentada (% do CTE Aprovado)
82 (6,8%)	20 (4,6%)	4,65%	37,4%	67%

Do ponto de vista da sua operacionalização verifica-se que este objetivo do PO se traduziu, fundamentalmente, em intervenções nos domínios da Modernização Administrativa e da Economia Digital e Sociedade do Conhecimento. Em conjunto, estas duas áreas de intervenção totalizam,

respetivamente, 73% do número de projetos aprovados neste objetivo, 81% do volume de investimento elegível e 84% da despesa apresentada, até Junho de 2012.

Os projetos aprovados no âmbito deste objetivo do PO tiveram como protagonistas (quase exclusivos), por um lado, as autarquias locais (Municípios e CIM), que absorvem 51% do investimento elegível validado e, por outro lado, os organismos regionais da Administração Central (nos sectores da Saúde, da Educação e da Modernização administrativa) os quais totalizam 45% do investimento elegível validado. Nas Áreas de Intervenção que contribuem para o presente Objetivo do PO, regista-se uma muito fraca adesão de instituições beneficiárias fora da esfera dos serviços públicos.

No que se refere ao tipo de intervenções implementadas no âmbito deste objetivo, de acordo com um tratamento realizado pela Equipa de Avaliação, verifica-se que os investimentos se concentram em quatro componentes:

- Modernização e qualificação do atendimento dos serviços públicos, com um recurso muito intensivo ao uso de redes de tecnologias de informação, cujos projetos foram desenvolvidos, fundamentalmente, pelas autarquias locais, com um papel relevante assumido pelas Comunidades Intermunicipais na promoção e apoio de projetos de âmbito intermunicipal, e pela Agência para a Modernização Administrativa;
- Desmaterialização dos processos administrativos e reestruturação dos modelos de organização e gestão da Administração Pública, onde, novamente, se destacaram as iniciativas promovidas pelos Municípios, sendo de destacar projetos que evidenciam intervenções profundas neste domínio, perspetivando, à escala da Região, uma reestruturação acentuada que poderá contribuir para a melhoria dos serviços prestados e a redução de custos de contexto;
- Criação de conteúdos *on-line*, com particular evidência em área de relevância regional: Turismo e Património;
- Reforço da dotação de infraestruturas e equipamentos que permitem, do ponto de vista da base material, um utilização intensiva das TIC nos processos de ensino e aprendizagem (particular destaque para os projetos visando o apetrechamento das salas de aula com quadros interativos). Trata-se, com efeito, de uma área que beneficiou de um extraordinário volume de investimento (ultrapassou os € 9.000.000, o que corresponde a 25% do investimento validado no quadro deste objetivo do PO).

Em face das metas estabelecidas para este objetivo do PO, observa-se que o Programa foi bem sucedido, nomeadamente, no que se refere às iniciativas no domínio da Economia digital e no domínio da Modernização administrativa onde as metas globais se encontram alcançadas com a execução em junho de 2012.

A leitura dos dados globais disponíveis sugere a seguinte apreciação global neste domínio/Objetivo.

Pontos fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Relevância do (contínuo) investimento registado na área da Modernização administrativa traduzida quer na remodelação profunda dos modelos de gestão e de organização, nomeadamente, das autarquias locais (apreciação validada pelos resultados do <i>Inquérito aos Promotores</i>, mais de 90% da respostas avaliam como Forte ou Muito Forte o impacte deste projetos quer na qualificação e modernização do atendimento, quer na modernização administrativa), Qualificação dos circuitos de informação administrativa e reforço da componente da informação geo-referenciada, no âmbito das autarquias locais; Desempenho positivo na produção de conteúdos, promovidos por estruturas associativas (ERT, Terras do Grande Lago, ADP Mértola) em áreas temáticas de relevância económica e social estratégicas – turismo e património; Forte intervenção na criação de condições materiais para o uso intensivo das TIC nas escolas, com destaque para os projetos de colocação de quadros interativos em sala de aula. 	<ul style="list-style-type: none"> Limitada presença de projetos que evidenciem resultados esperados significativos em termos de integração da Região em espaços e redes mais alargadas. Trata-se de facto, no fundamental, de projetos cujos resultados de projetam principalmente a uma escala local/regional; Fraca presença de instituições promotoras fora do perímetro da Administração Pública (Central Regional e Local). Limitada relevância dos projetos aprovados para o aspeto nuclear do objetivo estratégico de desenvolvimento regional a que estas intervenções estão associadas: a abertura da Região, da sociedade e território ao exterior, para o que não será estranho o peso dominante de investimentos em infraestruturas e equipamentos.

III.2. 5. Dinamizar a captação de investimento para a Região

Este Objetivo do Programa está fortemente associado a uma das principais orientações estratégicas de desenvolvimento regional estabelecidas no Alentejo 2015 – abertura da economia, sociedade e território ao exterior. O Objetivo do Programa é concretizado, em exclusivo, através de projetos integrados na Área de Intervenção “Promoção e Capacitação Institucional da Região” a qual, de acordo com o texto do PO, “tem como objetivo principal o aumento da atratividade externa da economia e território regionais” através da dinamização da “captação de investimento para a Região”, do reforço da “notoriedade regional dos “Clusters” estratégicos e dos produtos regionais de excelência”.

A meta prevista neste objetivo específico definia o número de “30 ações promocionais apoiadas”.

Nº Projetos contratados (% Total PO)	Nº Projetos concluídos (% Total do PO)	CTE Aprovado (%Total do PO)	Taxa de Realização Financeira (FC Val./FC Aprov.)	Despesa Apresentada (% do CTE Aprovado)
52 (4,4%)	16 (3,7%)	1,8%	34%	51%

No âmbito deste Objetivo, foram apoiados 52 projetos (na Área de Intervenção “Promoção e Capacitação Institucional da Região”) totalizando um volume de investimento elegível de 14 milhões de euros, apresentando, à data da Avaliação Intercalar, uma taxa de realização financeira de 34% e um total de despesa apresentada correspondente a 70% do Custo Total Elegível aprovado.

As áreas temáticas desenvolvidas pelos projetos apoiados evidenciam uma ampla diversidade sugerindo uma leitura divergente sobre esta matéria: por um lado, regista-se uma concentração, em número de projetos e em volume de investimento, em ações de dinamização e promoção de sectores estratégicos regionais, p.e., no setor do turismo, mas também de promoção de produtos regionais; por outro lado, regista-se uma dispersão de projetos em áreas com pouca relevância para o objetivo último do aumento da atratividade externa da Região. Com efeito, integram o conjunto de projetos apoiados, iniciativas de apoio à dinamização de projetos de Estratégias de Eficiência Coletiva, a delimitação de áreas de reabilitação urbana, a realização de Cartas de Equipamentos Sociais e Cartas Desportivas, matérias que se encontram claramente fora do âmbito estratégico definido pelo Objetivo do PO.

No que se refere aos promotores com maior relevância na dinamização dos projetos, destacam-se as iniciativas das seguintes Entidades: Entidade Regional de Turismo (ERT), Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL) e Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola (ADPM) – cf. *Anexo D - Tabela 11*. A ERT é responsável pela dinamização de 10 projetos de promoção e divulgação das potencialidades turísticas regionais, correspondendo a 31% do investimento total elegível afeto a este objetivo do PO. Os projetos da ERT evidenciam uma mais-valia substantiva para o setor revelando um alcance de escala nacional e internacional estando, assim, em linha com os objetivos de afirmação externa da Região. A ADRAL é promotora de seis projetos destinados à dinamização do investimento e à promoção das produções tradicionais, nomeadamente, inseridos em planos de ação de Estratégias de Eficiência Coletiva – PROVERE. Da mesma forma, a ADP Mértola protagoniza a dinamização/realização de cinco projetos com um significativo peso financeiro (18% do investimento elegível em projetos deste objetivo), fundamentalmente, destinados à valorização dos recursos silvestres e à promoção turística do Vale do Guadiana.

No conjunto dos 52 projetos desenvolvidos é o setor do Turismo aquele que emerge como o grande beneficiário dos mais relevantes projetos desenvolvidos no âmbito deste Objetivo visando a promoção externa da região e a captação de investimento.

A leitura dos dados tratados sugere a seguinte apreciação global neste domínio/Objetivo:

Pontos Fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de projetos (ainda que em número restrito) que evidenciam uma relevância significativa na promoção turística regional, numa perspetiva de afirmação extra-regional e internacional da Região; • Implementação de projetos com incidência em produtos e produções tradicionais com importância económica relevante para Região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dispersão temática de projetos em áreas de fraca (ou nula) relevância para a questão nuclear do Objetivo; • Fraca participação das estruturas associativas empresariais na promoção de projetos; • Desenvolvimento de projetos aparentemente deslocados face à orientação estratégica estabelecida pelo Objetivo; • Fraca participação de entidades da Lezíria do Tejo na promoção de projetos neste Objetivo.

III.2. 6. Gerir eficientemente os Recursos Hídricos

Para este Objetivo, contribuem projetos apoiados no âmbito do Regulamento Específico (RE) Ações de Valorização e Qualificação Ambiental (29) e do RE Ciclo Urbano da Água – Vertente em Baixa” (7).

Nº Projetos contratados (% Total PO)	Nº Projetos concluídos (% Total do PO)	CTE Aprovado (% Total do PO)	Taxa de realização Financeira (FCVal./FC Apr.)	Despesa Apresentada (% do CET Aprovado)
36 (3,0%)	15 (3,4%)	2,6%	49,3%	70,93%

Os projetos apoiados no âmbito do RE Ações de Valorização e Qualificação Ambiental, foram principalmente projetos para a reabilitação e valorização de linhas de água e zonas ribeirinhas, instrumentos para a gestão das bacias hidrográficas, projetos para o ordenamento e valorização de albufeiras e para a monitorização dos recursos hídricos.

Entre os projetos de maior relevância, encontram-se a elaboração dos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Sado e Mira e do Guadiana e da Região Hidrográfica do Tejo, o Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo, a Implementação do Centro Operativo de Monitorização de Recursos Hídricos da ARH do Alentejo I.P. Pela dimensão financeira do projeto, destaca-se também a construção de um Açude no Rio Sorraia.

Os projetos apoiados no âmbito do Ciclo Urbano da Água, visaram a remodelação de redes de água e saneamento “em baixa” abrangendo 5 concelhos, tendo sido Beja e Moura os mais beneficiados. As intervenções no Ciclo Urbano da Água perderam elegibilidade no INALENTEJO, no que respeita à aprovação de novas operações, a partir de 22 de Junho de 2011, passando a ser elegíveis no âmbito do POVT. Os resultados neste domínio terão, assim, que ser avaliados considerando também os projetos apoiados no âmbito deste Programa. A meta do INALENTEJO relativa ao indicador “Km de rede de abastecimento de água nos sistemas em baixa”, ajustada no âmbito da Reprogramação de 2011, passou de 260 para 80km; em virtude desta alteração e reportada do INALENTEJO, a meta apresenta um grau de cumprimento muito elevado (cf. *Anexo D, Tabela 2*).

O Inquérito aos Promotores, realizado no âmbito desta Avaliação, permitiu observar que apenas num caso (1 em 17 respostas) os resultados esperados do projeto apoiado não estão a ser totalmente atingidos por motivo de atraso na execução.

Quanto à capacidade de os projetos apoiados gerarem novos investimentos, de acordo com os dados do Inquérito, 33,3% dos promotores (4 em 12 respostas) deram uma resposta afirmativa. Contudo, apenas em dois casos foi referido o efeito esperado, tendo sido valorizado o impacto positivo dos projetos ao nível das atividades de turismo de natureza.

A leitura dos dados tratados sugere a seguinte apreciação global neste domínio/Objetivo.

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de instrumentos de gestão dos recursos hídricos, integrados no sistema de gestão territorial; • Sinalização de albufeiras; • Reabilitação e valorização de linhas de água; • Monitorização dos recursos hídricos. 	

III.2. 7. Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental

A valorização e gestão de áreas de maior valia ambiental enquadram-se na estratégia de valorização do espaço regional numa perspetiva de sustentabilidade e ordenamento do território.

Nº Projetos contratados (% Total PO)	Nº Projetos concluídos (% Total PO)	CTE Aprovado (% Total PO)	Taxa de real. Financeira (FCVal./FC Apr.)	Despesa Apresentada (% do CET Aprovado)
43 (3,6%)	14 (3,2%)	1,4 %	25,6%	78,7%

As principais dinâmicas de realização relativas aos objetivos específicos do Programa, são as seguintes:

- ✓ *Proteger as áreas classificadas, a sua fruição e o ecoturismo*

Para este Objetivo específico, contribuem diretamente projetos apoiados no âmbito dos RE Ações de Valorização e Qualificação Ambiental (31) e Gestão Ativa dos Espaços Protegidos e Classificados (10). Os projetos apoiados visaram:

- a realização de estudos e ações de promoção da biodiversidade, monitorização de espécies e proteção de “habitats” e a requalificação e valorização de espaços naturais, com contributo direto para a preservação ambiental, de “habitats” e de espécies;
- a elaboração de Planos de Ação Ambiental;
- a criação/qualificação de centros interpretativos e de educação ambiental e a ações de educação ambiental e a criação de redes de percursos, com contributo direto para o ecoturismo;
- a promoção das energias renováveis e da eficiência energética; e
- a elaboração de planos de gestão visando a salvaguarda e gestão de recursos naturais.

Neste domínio, destaca-se a ação intermunicipal para a elaboração e implementação da Agenda 21 Local do Alentejo Central, para a implementação de Sistemas Municipais de Gestão Ambiental do Alentejo Central e para a criação de uma rede de percursos de natureza, no Alto Alentejo.

A meta “Apoiar 23 equipamentos de fruição pública e áreas classificadas até 2015” apresenta um grau de cumprimento baixo (30,4%), uma vez que, de acordo com o Relatório de Execução de 2011, apenas foram contratados 7 projetos, pelo que dificilmente será atingido.

✓ *Valorizar e ordenar a orla costeira*

Apenas foram apoiados 2 projetos - Plano de Requalificação da Lagoa de Melides (3ª fase) e Plano de Execução do Plano de Praia da Galé-Fontainhas. O objetivo de apoiar 11 projetos de valorização de praias até 2015 apresenta um grau de cumprimento baixo (18%) e dificilmente será atingido.

A dinâmica de realizações e os resultados esperados neste tipo de projetos foram condicionados pela capacidade financeira e de execução quer da ARH Alentejo, quer do ICNB, tendo sido mesmo descomprometidos alguns projetos, no caso da Gestão de Espaços Protegidos e Classificados.

O *Inquérito aos Promotores*, realizado no âmbito desta Avaliação, permitiu identificar casos em que os resultados esperados dos projetos apoiados no domínio da gestão e valorização das áreas de mais valia ambiental não serão totalmente atingidos (15 em 42 respostas). As razões explicativas prendem-se principalmente com a necessidade de reprogramação dos projetos e respetivas componentes. No caso do Projeto das Agendas 21 Locais do Alentejo Central, a sua implementação encontra-se aquém das expectativas, o que condiciona os resultados observados e esperados.

Quanto à capacidade dos projetos apoiados gerarem novos investimentos, 25% dos promotores (9 em 36 respostas) deram uma resposta afirmativa. Entre eles, destaca-se o projeto das Agendas 21 Locais do Alentejo Central, que prevê um vasto conjunto de ações e projetos, que estão a ser implementadas.

A leitura dos dados tratados sugere a seguinte apreciação global neste domínio/Objetivo:

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e monitorização de habitats e de espécies; • Elaboração de planos de ação ambiental; • Sensibilização e educação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzido investimento na promoção do ecoturismo e da fruição das áreas de elevado valor ambiental; • Reduzido efeito no ordenamento, na proteção e na valorização da orla costeira; • Dificuldade de cumprimento das metas estabelecidas, por dificuldades de execução por parte dos promotores, sobretudo, ex-ICNB e ARH.

III.2. 8. Assegurar a dotação de serviços coletivos à população

Depois do investimento em equipamentos coletivos efetuado nos anteriores Quadros Comunitários de Apoio, o INALENTEJO fixou como objetivo concluir e consolidar, no atual período de programação, as redes de equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial.

Nº Projetos contratados / (% Total PO)	Nº Projetos concluídos (% Total PO)	CTE Aprovado (% Total PO)	Taxa de realização Financeira (FCVal./FC Apr.)	Despesa Apresentada (% do CTE Aprovado)
262 (21,9%)	139 (32%)	31,4	(38,4%)	55,0%

As principais dinâmicas de realização por objetivos específicos são as seguintes (*Anexo D - Tabela 12*):

✓ *Reforçar e qualificar a oferta educativa do ensino pré-escolar e básico*

Os projetos de Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e Pré-Escolar representam a maior parte do investimento do INALENTEJO em serviços coletivos de apoio à população (1/4 do número de projetos e 51% do custo total elegível validado) e são, quase na totalidade, projetos relativos à Rede do 1º Ciclo e Educação Pré-Escolar (60); apenas 5 projetos respeitam à Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

✓ *Melhorar a cobertura territorial em equipamentos e serviços na área da saúde*

Neste domínio foram apoiados principalmente projetos de qualificação e modernização de infraestruturas e de serviços (31 projetos – 55,4%) em unidades hospitalares e também em unidades de âmbito local, o que permitiu quer a modernização e melhor organização funcional das instalações, quer a qualificação técnica e diferenciação dos serviços de saúde prestados, através da instalação de novos equipamentos e da criação de novas valências. Entre estes projetos, destaca-se o investimento nas urgências das unidades hospitalares de Santarém e Évora.

Merecem referência: (i) a criação de novas unidades de saúde âmbito local / municipal, entre as quais 10 unidades móveis, com efeitos na aproximação aos cuidados de saúde da população em territórios de baixa densidade; e (ii) o investimento em projetos de tecnologias de informação e comunicação facilitando o acesso dos cuidados de saúde, o acesso a dados clínicos e a sua transmissão permitindo o reforço da interação entre unidades de saúde e a facilitação tomada de decisão, bem como uma maior eficiência organizacional e de gestão.

✓ *Melhorar a cobertura territorial em equipamentos sociais e desportivos*

Os equipamentos sociais apoiados no âmbito dos RE Equipamentos e Serviços Coletivos de Proximidade - coesão local (56) e Infraestruturas e Equipamentos de Proteção Social (2), visaram principalmente a melhoria dos serviços prestados à população idosa (27), à infância (11) e a estes dois grupos em simultâneo (3), pelo que serão estes os grupos mais beneficiados. Embora em menor número, destaca-se ainda o investimento em equipamentos de apoio à população com deficiência, pelo seu grau de especialização e abrangência territorial e populacional.

O investimento em equipamentos desportivos, alvo de grande investimento no QCA III, foi relativamente reduzido e focado maioritariamente em equipamentos de âmbito local. O INALENTEJO apoiou este tipo de equipamentos no âmbito do RE Equipamentos e Serviços Coletivos de Proximidade (23) e no âmbito do RE Infraestruturas e Equipamentos Desportivos (2)⁸.

✓ *Promover a valorização do património cultural e sua fruição pública*

Os projetos apoiados visam maioritariamente a recuperação e valorização do património construído como castelos, muralhas, edifícios e outros elementos com elevado valor patrimonial (20 projetos – 44,4%), bem como a melhoria das condições de acesso/visita, a criação de condições para a realização de atividades de animação cultural, correspondendo assim às prioridades do INALENTEJO neste domínio. O Programa de Educação Patrimonial desenvolvido pela Direção Regional de Cultura do Alentejo e que envolveu escolas e outros agentes regionais, deverá permitir potenciar o efeito esperado das intervenções apoiadas.

No que respeita às redes de equipamentos culturais, verificou-se um menor investimento na construção de infraestruturas (já apoiadas no período de programação anterior) e um maior direcionamento para o investimento na programação e animação das infraestruturas existentes. O Programa apoiou maioritariamente bibliotecas e projetos que visaram a programação e, nalguns casos, produção cultural no âmbito de redes culturais, permitindo a itinerância de espetáculos e a produção de atividades de carácter cultural e recreativo. Estes projetos permitiram a inserção de recintos da Região e de atores culturais em redes, principalmente de âmbito regional. Contudo, importa referir que, no âmbito das PRU foram apoiados projetos de criação/apetrechamento de equipamentos culturais (10) e de reabilitação de edifícios para fins culturais, pelo que o investimento global neste domínio foi bastante significativo. Os resultados ficaram aquém das expectativas no caso dos projetos da tipologia Cinema Digital, devido às exigências do RE e ao elevado número de pareceres negativos da tutela.

No tocante à **incidência territorial do investimento em serviços coletivos à população**, a sua distribuição por nível hierárquico dos centros urbanos, permite verificar a maior incidência do investimento nos Centros Urbanos Regionais de Beja (rede escolar, saúde e equipamentos sociais), Évora (saúde, rede escolar e valorização do património) e Portalegre (saúde, rede escolar e valorização do património) e nos Centros Urbanos Complementares.

⁸ Até Dezembro de 2011, este RE era aplicável apenas no POVT.

Quadro 5. Distribuição do nº de Projetos e investimento em serviços coletivos à população, por nível hierárquico dos Centros Urbanos

Sistema Urbano ⁹	Distribuição da população	Projetos apoiados		CTE Aprovado		Despesa Apresentada
		Nº	%	€	%	(% do CTE Aprovado)
Centros Urbanos Regionais (CUR)	33,7	73	30,5	85.562.092	33,8	74,3
Centros Urbanos Estruturantes (CUE)	39,3	76	31,8	83.059.169	32,8	63,7
Centros Urbanos Complementares (CUC)	27,0	90	37,7	84.322.169	33,4	68,5
Total	100,0	239	100,0	252.943.429	100,0	68,9

Nota: Excluem-se os projetos de âmbito regional e sub-regional.

Fonte: Sistema de Informação do INALENTEJO. PROT do Alentejo.

O INALENTEJO reforçou a dotação de serviços coletivos à população principalmente, através do investimento, pela ordem que se segue:

- Na **Requalificação da Rede Escolar**, onde os principais resultados são:
 - o ajustamento das infraestruturas escolares às exigências da prática educativa;
 - a criação de novas valências/espços funcionais dedicados à aprendizagem e educação não formal (biblioteca, salas para atividades extracurriculares e atividades físicas/desportivas, outras), salas de professores e refeitório;
 - a eliminação de regimes duplos;
 - o encerramento de escolas e de espaços inadequados para a prática educativa;
 - a concentração de alunos e de recursos e consequente racionalização das redes; e
 - o acréscimo da cobertura no ensino pré-escolar¹⁰.
- Nas **Infraestruturas e Equipamentos de Saúde**, onde os principais resultados esperados são:
 - qualificação das instalações/espços funcionais nas unidades de saúde (em particular urgências, com destaque para as urgências dos Hospitais de Santarém e Évora) e das condições de prestação de serviços de saúde, acrescentando níveis de conforto, redução dos tempos de espera, qualidade de atendimento e eficiência dos serviços prestados;
 - diversificação dos serviços prestados, acrescentando o acesso da população a serviços de saúde diferenciados;
 - melhoria da cobertura territorial e aproximação da população, em particular nos territórios rurais mais isolados, aos cuidados de saúde primários e de saúde pública;
 - melhoria dos sistemas de informação e comunicação entre unidades de saúde e entre estas e os utentes; e
 - maior eficiência organizacional e na gestão de recursos.

⁹ **Centros Urbanos Regionais:** Évora, Portalegre, Beja, Elvas-Campo Maior e Sines-Santiago do Cacém-Santo André; **Centros Urbanos Estruturantes:** Ponte de Sôr, Nisa, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz, Reguengos de Monsaraz, Castro Verde, Aljustrel, Serpa, Moura, Odemira, Grândola e Alcácer do Sal; **Centros Urbanos Complementares:** restantes sedes de concelho da Região.

¹⁰ Não foi possível contabilizar o acréscimo do número de salas de pré-escolar, relativamente à situação de referência. Contudo, foi possível identificar alguns casos em que os projetos apoiados permitiram aumentar a capacidade instalada (p.e., Évora, Arraiolos e Portalegre).

- Nos **Equipamentos Sociais**, onde os principais resultados são:
 - melhoria dos serviços prestados e o acréscimo da capacidade de resposta e taxas de cobertura, principalmente na valência de Lar de Idosos; e
 - melhoria dos serviços prestados e acréscimo da capacidade de resposta e taxas de cobertura nas valências de Creche, Jardim de infância e apoio à população com deficiência (com menor significado).
- Na **Valorização e Animação do Património Cultural**, onde os resultados esperados são:
 - abertura ao público e incremento das atividades de animação cultural em edifícios e espaços com valor patrimonial;
 - acréscimo do número de visitantes, residentes e turistas, nos espaços intervencionados;
 - reforço da atratividade turística da Região e, em particular, da Cidade de Évora, Património da Humanidade, pelo número de projetos apoiados (11) e respetiva relevância (recuperação do Convento de S. Bento de Castris, para instalação do futuro Museu da Música, atualmente instalado em Lisboa e a montagem da Exposição Permanente do Museu de Évora);
 - difusão e acréscimo da visibilidade do património regional; e
 - acréscimo do conhecimento científico do património regional.

O investimento em Equipamentos Desportivos e Equipamentos Culturais é pouco significativo, sendo que no primeiro caso, os resultados esperados são o reforço e qualificação dos equipamentos de base de nível local. No caso dos equipamentos culturais, o Programa contribuiu principalmente para o fechamento e consolidação da Rede Nacional de Bibliotecas de Leitura Pública, bem como para o incremento da oferta cultural nos concelhos envolvidos dos projetos de programação cultural em rede, e para a dinamização e sustentabilidade dos recintos de espetáculos existentes, em grande parte apoiados no anterior período de programação.

O *Inquérito aos Promotores* permitiu observar que em 25,5% dos casos (14 em 55 respostas) os resultados esperados dos projetos apoiados não estão a ser totalmente atingidos. As razões explicativas prendem-se principalmente com atrasos na execução e dificuldades financeiras. Quanto à capacidade dos projetos apoiados gerarem novos investimentos, de acordo com os dados do Inquérito, 18% dos promotores (9 em 50 respostas) deram uma resposta afirmativa, valorizando o efeito impulsionador dos projetos ao nível das atividades culturais e na dinamização de atividades turísticas.

A leitura dos dados disponíveis sobre os projetos apoiados, permite a seguinte apreciação global do seu contributo (esperado) face aos objetivos.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço das funções regionais de Évora (Saúde e património cultural), Beja e Santarém (saúde). • Qualificação e reorganização da Rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e do pré-escolar; • Qualificação das infraestruturas e serviços de saúde e melhoria do acesso aos mesmos; • Melhoria dos serviços prestados à população idosa, principalmente na valência de Lar de Idosos. • Proteção, valorização e animação do património construído. • Incremento da oferta e da atividade cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Peso relativo excessivo do investimento em infraestruturas de prestação de serviços à população face ao investimento global do PO.

III.2. 9. Prevenir e mitigar riscos naturais e tecnológicos

Para este Objetivo contribui o investimento realizado nos seguintes domínios:

- ✓ Reforço dos meios de proteção civil, através de projetos supramunicipais (3) que visaram o apetrechamento dos Corpos de Bombeiros do Distrito de Santarém, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, e de projetos que visaram a criação/qualificação de infraestruturas municipais e locais de proteção civil e respetivo equipamento (3).
- ✓ Realização de Planos de Emergência Municipal adequados à legislação atual (8). Foi apoiado 1 projeto supramunicipal que abrangeu os municípios do Baixo Alentejo e ainda 7 projetos que visaram a elaboração de Planos Municipais. Foi ainda apoiada a realização de uma campanha de informação, sensibilização e prevenção de multiriscos (alterações climáticas, ondas, calor seca, incêndios, sismos e acidentes) para a população do Alentejo Central.
- ✓ Sistema de valorização e gestão de resíduos. Foram apoiados 10 projetos de Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos, 3 intermunicipais, maioritariamente para a melhoria dos sistemas de recolha seletiva, triagem e tratamento de resíduos e também de valorização de biogás. No âmbito da Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental¹¹, foram apoiados 11 projetos, 6 intermunicipais, centrados nos sistemas de recolha seletiva e tratamento de resíduos sólidos urbanos e óleos. Apenas 2 projetos visaram a realização de ações de sensibilização da população.

Nº Projetos contratados (% Total PO)	Nº Projetos concluídos (% Total do PO)	CTE Aprovado (% Total do PO)	Taxa de realização Financeira (FCVal./FC Apr.)	Despesa Apresentada (% do CTE Aprovado)
36 (3,0%)	18 (4,1%)	2,0%	41,3%	73,4%

¹¹ Área de Intervenção transferida para o POVT com a reprogramação técnica de 2011.

O *Inquérito aos Promotores* permitiu observar que em 100% dos casos (6 respostas) os resultados dos projetos apoiados relativos aos sistemas de valorização e gestão dos resíduos, estão a ser totalmente atingidos. No caso dos projetos relativos à valorização e gestão de resíduos, 40% (6 em 15) consideram que os resultados não serão totalmente atingidos. As razões apresentadas prendem-se com atual crise económica e financeira, sendo que num dos casos foi referido que a recolha de Óleos Alimentares Usados (OAU), inferior ao previsto, inviabilizou um dos investimentos previstos (unidade de produção de biodiesel).

Quanto à capacidade dos projetos apoiados virem a gerar novos investimentos, as respostas foram na totalidade negativas (4) no caso dos projetos relativos à prevenção e gestão de riscos; no caso dos projetos de valorização e gestão de resíduos, embora a maior parte das respostas seja igualmente negativa (11 – 73%), 4 admitiram que o projeto potencia novos investimentos.

A leitura dos dados disponíveis sobre os projetos apoiados, permite a seguinte apreciação global do seu contributo para este Objetivo.

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação e apetrechamento dos Corpos de Bombeiros, reforçando a sua capacidade de prevenção, de gestão de riscos e de ação; • Elaboração de Planos de Emergência Municipal e consequente reforço da função de planeamento e prevenção; • Reforço e melhoria dos sistemas de recolha seletiva e tratamento de resíduos sólidos urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente realização de estudos, inventariação e cartografia das zonas de risco relevantes;

III.2.10. Promover o desenvolvimento urbano sustentável e a competitividade das cidades

Nº Projetos contratados (% Total PO)	Nº Projetos concluídos (% Total do PO)	CTE Aprovado (% Total do PO)	Taxa de realização Financeira (FCVal./FC Apr.)	Despesa Apresentada (% do CTE Aprovado)
227 (19%)	76 (17,5%)	17,5%	35,4%	52,5%

A relevância atribuída no atual ciclo de programação ao desenvolvimento urbano e em particular às cidades, consideradas como “motor” do crescimento económico e criação de emprego, quer ao nível das orientações comunitárias quer no plano da política nacional – Política de Cidades Polis XXI, justificou e influenciou a incorporação da dimensão urbana no desenho dos Programas Operacionais.

Tendo como quadro de referência a Política de Cidades e os respetivos objetivos, o INALENTEJO está especificamente orientado para o desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos, centrado na

regeneração e revitalização urbana, no reforço da competitividade e inovação e no reposicionamento internacional dos centros urbanos. O Programa definiu como objetivos neste domínio:

- Reforçar a competitividade e atratividade das cidades; e
- Promover o desenvolvimento urbano sustentável das cidades.

O INALENTEJO apoiou 227 projetos, no âmbito dos 2 instrumentos de política pública urbana que visaram os objetivos acima referidos: o RE Parcerias para a Regeneração Urbana – PRU (158 projetos) e o RE Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação – RUCI (68 projetos).

✓ *Reforçar a competitividade e atratividade das cidades*

Os projetos apoiados no âmbito das RUCI, que concorrem diretamente para este objetivo, visam a diferenciação funcional dos centros urbanos através da associação entre conhecimento, cultura, valores distintivos de cada centro urbano e atividade económica. O Programa definiu como objetivo para 2015 a criação de 6 Programas Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, estando neste momento aprovados 5 Programas de 5 RUCI constituídas na Região (*Anexo D - Tabela 13*).

Até Junho de 2012 foram contratados um total de 68 projetos, estando finalizados apenas 16 (23,5%).

A dinâmica das realizações permite observar o seguinte para cada uma das redes:

- ✓ **Rede Urbana para o Património** (âmbito sub-regional). A Rede que apresenta o maior número de projetos contratados e concluídos e maior volume de investimento já validado. Os projetos apoiados, estão focados na qualificação, valorização e divulgação do património.

Os projetos de maior dimensão, que concentram 51,4% do CTE aprovado, são o Encontro internacional de Culturas e Mercado Cultural (2010 e 2011) em Serpa, a recuperação de um imóvel para instalação de um Forum Cultural em Almodôvar e o projeto de investigação e musealização de um espaço arqueológico (Museu Vivo) em Beja.

Os projetos concluídos, a maior parte em Mértola (5 de 8), visam a reabilitação do património, a criação de pequenos núcleos museológicos, a melhoria das condições de visita e divulgação turística e a valorização e divulgação do acervo do Museu de Mértola.

- ✓ **Corredor Azul** – Rede regional (municípios do Alentejo Central e do Alentejo Litoral) com 15 projetos contratados e o maior volume de investimento aprovado (CTE aprovado – 8.632.905 euros). Os projetos contratados centram-se no apoio às atividades económicas, designadamente no acolhimento empresarial e apoio à gestão empresarial (4 projetos, 39,5% do CTE aprovado), na criação de infraestruturas de turismo cultural e científico e na valorização do património (3 projetos, 34,7% do CTE aprovado) e na promoção e valorização do território do

Corredor Azul, território entre Sines e Elvas, espaço de conectividade ibérica, visando a atração de pessoas, empresas e investimentos (3 projetos, 11,8% do CTE aprovado). Foram ainda aprovados projetos na área da promoção da eficiência energética e das energias renováveis (2 projetos, 9,7% do CTE aprovado) e de formação para o empreendedorismo (1 projeto, 3,2% do CTE aprovado). Entre os projetos apoiados apenas 2 são intermunicipais: Empreender na Escola (empreendedorismo) e Atratividade Urbana (promoção territorial). Não obstante o potencial de criação de novas funções e condições de atração de atividades económicas, neste momento apenas este último projeto, envolvendo 10 municípios, se encontra concluído.

- ✓ **ECOS – Energia e Construção Sustentável** (âmbito inter-regional). Os projetos apoiados pelo INALENTEJO no âmbito desta rede inter-regional (Alentejo, Oeste e Algarve), visam a promoção de energias renováveis (investigação, inovação e tecnologia e construção sustentável) e envolveram, na Região, os Municípios de Moura e Beja. Atualmente estão concluídos os seguintes projetos: a construção de um edifício que albergará o Laboratório de Investigação de Energia Solar no Parque Tecnológico de Moura e a reabilitação de um edifício em Beja cujo resultado esperado é a redução do consumo energético e o seu efeito demonstrativo.
- ✓ **Terras do Sol** (âmbito sub-regional). Rede que visa incrementar a competitividade do território (Alentejo Central) com base na identidade histórica, patrimonial e cultural e na valorização dos recursos endógenos distintivos. Entre os projetos contratados, encontram-se projetos de requalificação urbana (4), de valorização e divulgação e apoio à comercialização de produtos locais de fileira agroalimentar e gastronomia (4), de recuperação e valorização do património (3), de realização de eventos culturais (3). Entre os projetos intermunicipais contam-se apenas o Plano de Comunicação e Marketing das Terras do Sol, de promoção territorial e a realização do Festival Terras do Sol.
- ✓ **Cidades do Alentejo Litoral** (âmbito sub-regional - Alentejo Litoral). Rede centrada na valorização dos elementos patrimoniais estratégicos para o desenvolvimento de um “Cluster” de atividades turísticas. Entre os projetos apoiados, encontram-se 4 projetos de infraestruturas urbanas e qualificação urbanística que visam a melhoria da acessibilidade local, 1 festival cultural e a reabilitação de um edifício para instalação de postos de internet de acesso público. Apenas se encontra concluído um projeto, que visa o Reforço das Ligações dos Bairros Periféricos à Cidade de Alcácer do Sal.

De acordo com os dados recolhidos através do *Inquérito aos Promotores* de projetos apoiados pelo INALENTEJO, 86% (19 em 22) dos projetos têm área de influência supraconcelhia (*Anexo F - Tabela 7*).

No que respeita à incidência territorial do investimento, uma vez que os projetos apoiados no âmbito das RUCI se destinam a reforçar o sistema urbano e a competitividade das cidades, importa analisar a sua distribuição por nível hierárquico dos centros urbanos, considerando a hierarquia definida no Plano Regional Ordenamento do Território.

Os Centros Urbanos Regionais (CUR) e os Centros Urbanos Estruturantes (CUE), aqueles que possuem maior capacidade competitiva, absorveram maior número de projetos e maior volume de investimento no âmbito das RUCI. Contudo, o desempenho em termos de execução é relativamente baixo no caso dos CUR, enquanto que os CUE, com um valor mais baixo de investimento aprovado, se apresentam com melhor desempenho.

Quadro 6. Distribuição do nº de Projetos e investimento no âmbito das RUCI, por nível hierárquico dos Centros Urbanos

Sistema Urbano ¹²	Distribuição da população	Projetos apoiados		CTE Aprovado		Despesa Apresentada (% do CTE Aprovado)
		Nº	%	€	%	
Centros Urbanos Regionais (CUR)	33,7	14	20,3	9.970.757	38,96	41,6
Centros Urbanos Estruturantes (CUE)	39,3	22	31,9	10.159.747	39,70	48,6
Centros Urbanos Complementares (CUC)	27,0	25	36,2	5.458.588	21,33	56,4
Total	100,0	61	100,0	25.589.092	100,00	47,5

Nota: excluem-se os projetos de âmbito regional e sub-regional.

Fonte: SIGPOA e PROT do Alentejo.

O *Inquérito aos Promotores* permitiu observar que em 27% dos casos (6 em 22 respostas) os resultados esperados dos projetos apoiados não estão a ser atingidos; as razões explicativas apresentadas referem o fraco dinamismo empresarial.

Quanto à capacidade de os projetos apoiados gerarem novos investimentos, de acordo com os dados do Inquérito, 68% dos promotores (15 em 22 respostas) deram uma resposta afirmativa, valorizando o efeito impulsionador dos projetos ao nível das atividades culturais e turísticas, do desenvolvimento empresarial (alargamento das oportunidades de negócio, desenvolvimento do empreendedorismo e captação de novos investimentos) e investimento em tecnologia na área da energia solar.

O contributo dos projetos para a criação de emprego, um dos resultados esperados da implementação deste instrumento de política, revelou-se dececionante: de acordo com a estimativa de postos de trabalho a criar apresentada em sede de candidatura, os projetos apoiados, 53,6% dos projetos não

¹² *Idem* nota 9.

terão impacto na criação de emprego e apenas 4,3% terão um impacto forte ou muito forte¹³ (*Anexo D - Tabela 15*).

A leitura dos dados disponíveis sobre os projetos apoiados, permite a seguinte apreciação global do seu contributo (esperado) face aos objetivos deste instrumento de política.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Contributo dos projetos para: <ul style="list-style-type: none"> - A qualificação e reabilitação urbana (27 projetos apoiados - 40% dos projetos das RUCI); - A qualificação, valorização e divulgação do património, bem como apoio à sua fruição turística; - A dinamização de atividades culturais; - A promoção de energias renováveis; • Efeito Potencial na atratividade turística, na dinamização cultural e desenvolvimento do “Cluster” das energias renováveis; • Potencial das Redes Corredor Azul e ECOS face aos objetivos das RUCI, por via da criação de infraestruturas e serviços supramunicipais de apoio às atividades económicas e de investigação e desenvolvimento, em particular no domínio das energias renováveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraco contributo dos projetos para a diferenciação e competitividade urbana: <ul style="list-style-type: none"> - Fraco investimento na criação de infraestruturas intermunicipais e fraca ação intermunicipal; - Predomínio de iniciativas municipais e isoladas. Com a exceção dos projetos de gestão e governação das redes, apenas foram apoiados 4 projetos intermunicipais no âmbito das 5 Redes; - Fraco investimento na criação de novas funções / funções diferenciadoras e com potencial de atração de atividades inovadoras; - Elevado peso de projetos de qualificação urbana e de valorização do património entre os apoiados; - Reduzido peso de projetos que concorram para o reforço das funções económicas superiores e para a dinamização económica e a criação de emprego; • Fraco contributo para o reforço dos CUR nas redes urbanas supra-regionais, pela relevância estratégica dos projetos apoiados; • Fraco potencial dos projetos apoiados no âmbito das Redes do Alentejo Litoral e Terras do Sol, face aos objetivos das RUCI.

✓ *Promover o desenvolvimento urbano sustentável*

Os projetos apoiados no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, que concorrem diretamente para este objetivo, visam a qualificação e regeneração dos centros urbanos.

Até Junho de 2012, foram aprovados os Planos de Ação de 16 PRU. O INALENTEJO apoiou um total de 158 projetos, dos quais 133 estão integrados em Planos de Ação e 25 correspondem a Ações Individuais; apenas 60 (38%), se encontram fisicamente concluídos (*Anexo D - Tabela 14*).

O objetivo do Programa (Apoiar até 2015 um total de 16 protocolos de Parceria para a Regeneração Urbana), foi já atingido. Os projetos apoiados visaram principalmente:

- a qualificação do espaço público através de arranjos urbanísticos e melhoria das condições de utilização e vivência dos espaços exteriores urbanos; estes projetos representam a maior parte dos projetos apoiados (39 – 24,7%) e do investimento aprovado (35% do CTE aprovado);

¹³ De acordo com os dados do *Inquérito aos Promotores*, os 6 projetos concluídos sobre os quais foi obtida resposta permitiram criar até ao momento apenas 3 postos de trabalho permanentes e 3 temporários.

- a criação e apetrechamento de equipamentos maioritariamente para fins culturais, mas também, embora em menor número, para a prestação de outros serviços públicos destinados à população residente (25 – 15,8%); este investimento representa 15,4% do total dos projetos apoiados e, na maior parte dos casos, consistiu na reabilitação de edifícios e espaços pré-existentes visando a sua refuncionalização;
- a qualificação e valorização do património construído (20 - 12,7%), potenciando as respetivas condições de visita e atratividade; o investimento (CTE aprovado) representa 10% do total;
- a melhoria da circulação viária e pedonal e a mobilidade nos centros urbanos; embora com um número inferior de projetos (16 – 10%), este investimento representa 16,5% do total do investimento contratado.

Merecem referência outras áreas com investimento inferior, como a remodelação/instalação de infraestruturas urbanas primárias, a realização de eventos e outras atividades de divulgação e animação cultural, os equipamentos sociais, de desporto e outros, a criação/reabilitação de espaços para funções comerciais e empresas e construção de uma central de transportes.

De acordo com os dados recolhidos através do *Inquérito aos Promotores* de projetos apoiados pelo INALENTEJO, 64% (37 em 58) dos projetos têm uma área de influência local e concelhia e 36% (21 em 58) têm uma área de influência supraconcelhia/regional/inter-regional (*Anexo F - Tabela 8*).

No que respeita à incidência territorial do investimento, a análise da sua distribuição por nível hierárquico dos centros urbanos (considerando a hierarquia urbana definida no PROT), permite concluir que embora a maior parte dos projetos se concentre nos CUR, em termos de investimento, foram beneficiados os CUE que não tinham sido abrangidos pelo Programa POLIS, no anterior período de programação. Contudo, destaca-se o investimento absorvido por Elvas, o CUR mais beneficiado, o que se pode explicar pelo facto de, ao contrário dos outros CUR, não ter sido abrangido pelo POLIS.

Quadro 7. Repartição do investimento apoiado no âmbito das PRU, por nível hierárquico dos Centros Urbanos

Sistema Urbano	Distribuição da população	Projetos apoiados		CTE Aprovado		Despesa Apresentada
		Nº	%	€	%	(% do CTE Aprovado)
Centros Urbanos Regionais (CUR)	33,70	77,0	48,73	44.381.651	36,81	67,4
Centros Urbanos Estruturantes (CUE)	39,30	65,0	41,14	54.126.494	44,90	62,8
Centros Urbanos Complementares (CUC)	27,00	16,0	10,13	22.049.109	18,29	89,1
Total	100,00	158,0	100,00	120.557.254	100,00	69,3

Fontes: SIGPOA; Plano Regional de Ordenamento do Território.

A leitura dos projetos contratados permite concluir que os principais contributos dos projetos apoiados no âmbito das PRU para o desenvolvimento urbano e a competitividade das cidades serão:

- A qualificação do espaço público através de: (i) arranjos urbanísticos e melhoria das condições de utilização e vivência dos espaços exteriores urbanos; (ii) qualificação e valorização do património construído; e (iii) melhoria da circulação viária e pedonal e da mobilidade nos centros urbanos.
- A criação e apetrechamento de equipamentos maioritariamente para fins culturais, mas também, embora em menor número, para a prestação de outros serviços públicos destinados à população residente.

O *Inquérito aos Promotores* permitiu observar que apenas em um dos casos (1 em 58 respostas) os resultados esperados não estão a ser atingidos, por motivo de atraso na execução do projeto.

Quanto à capacidade de os projetos apoiados gerarem novos investimentos, de acordo com os dados do Inquérito, 27,7% dos promotores (13 em 47 respostas) deram uma resposta afirmativa, valorizando as sinergias com outros projetos de qualificação urbana a desenvolver a curto prazo e os potenciais efeitos dos projetos no incremento de atividades culturais e na captação de investimento público e privado.

A equiparação das PRU a EEC não teve efeito visível na dinamização do investimento empresarial nas áreas abrangidas por PRU's: apenas foram aprovados 2 projetos na Região no âmbito da Iniciativa MERCA. As características do tecido empresarial nestas áreas (centros históricos onde predominam pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços), bem como o investimento mínimo exigido, podem explicar a ausência de procura dos SI nas áreas abrangidas por PRU's.

O PO apoiou ainda um conjunto de projetos de qualificação urbana e ambiental de pequenos aglomerados cujo investimento não foi considerado na análise acima apresentada, por não se enquadrarem nos objetivos da Política de Cidades, centrados na competitividade e reforço do sistema urbano. Trata-se de projetos aprovados no âmbito do RE Ações de Valorização e Qualificação

Ambiental¹⁴, cujo objetivo era promover a revitalização económica do espaço rural. Estes projetos, com incidência em sedes de freguesia e outros lugares de nível inferior, consistiram quase na totalidade em ações de qualificação urbana e ambiental (50 projetos). Apenas 2 projetos visaram exclusivamente a criação/qualificação de equipamentos com capacidade de dinamização das atividades locais (Centro interpretativo e Balneário Termal), 2 projetos visaram a valorização de recursos endógenos e 1 projeto teve também como resultado a criação de percursos ecológicos. O investimento em ações apenas de qualificação urbana, que equivale a 17.648.344,00 (CTE aprovado) e representa 2,1% do total do Programa, não obstante o seu contributo para a qualificação do território e melhoria das condições de vida nestes aglomerados, reveste-se de uma fraca relevância estratégica dado o seu fraco contributo para os objetivos específicos do PO ou para a revitalização económica do espaço rural.

A leitura dos dados disponíveis sobre os projetos apoiados, permite a seguinte apreciação global do seu contributo (esperado) face aos objetivos deste instrumento de política:

Pontos Fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização e atratividade das áreas urbanas potenciando a fixação de atividades e a atividade turística, principalmente por via da melhoria do ambiente urbano e das condições de utilização e vivência dos espaços intervencionados. • Incremento da atividade cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraco contributo para a competitividade urbana: <ul style="list-style-type: none"> - Fraco efeito na diferenciação do capital económico e na revitalização económica das áreas intervencionadas; - Equiparação a EEC com efeito nulo na dinamização dos SI; - Fraco investimento na criação de novas funções / funções diferenciadoras e com potencial de atração de novas atividades; - Fraco investimento na promoção da eficiência energética e outras soluções inovadoras na gestão de recursos e serviços urbanos. • Fraco contributo para o reforço do Sistema Urbano Regional.

III.2.11. Promover a integração regional no sistema aeroportuário

De acordo com o texto do Programa, a prossecução deste Objetivo passa por intervenções em dois domínios relacionados com a rede regional aeroportuária: por um lado, apoiar o desenvolvimento do Aeroporto de Beja no sentido de consolidar a sua posição no contexto do Sistema Aeroportuário Nacional; por outro, reforçar a rede regional de aeródromos, qualificando a sua vocação para apoio logístico à proteção civil e para suporte de atividades turísticas.

¹⁴ Apenas um destes projetos foi apoiado no âmbito do RE Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados.

Nº Projetos contratados (% Total PO)	Nº Projetos concluídos (% Total do PO)	CTE Aprovado (%Total do PO)	Taxa de Realização Financeira (FC Val./FC Aprov.)	Despesa Apresentada (% do CTE Aprovado)
5 (0,4%)	0	2,7%	72,4%	88,7%

Estão em curso cinco projetos com incidência sobre este Objetivo referentes a intervenções em duas das mais importantes infraestruturas aeroportuárias da Região: o Aeroporto de Beja e o Aeródromo de Ponte de Sôr. O volume de investimento previsto executar nos cinco projetos atinge os 23 milhões de euros, com um montante Fundo Comunitário de 17 milhões de euros.

Os investimentos em curso concretizarão infraestruturas necessárias ao funcionamento regular do Aeroporto de Beja. No que se refere aos três projetos a desenvolver em Ponte de Sôr, qualificarão as condições de operacionalidade e ampliarão as potencialidades do serviço prestado pelo Aeródromo, reforçando o seu posicionamento e qualificação global no contexto da rede de infraestruturas regionais aeroportuárias.

A inexistência de metas relativas a este Objetivo limita o exercício de avaliação estratégica sobre a execução e os resultados esperados com os investimentos em curso.

III.2.12. Promover a mobilidade intrarregional

Este Objetivo do Programa é concretizado através de projetos inscritos na Área de Intervenção “Mobilidade Territorial” cujo Regulamento Específico define como objetivos específicos os seguintes:

- melhorar a mobilidade, as acessibilidades e os transportes regionais;
- melhorar a mobilidade urbana;
- melhorar a conectividade interna e externa e aumentar a qualificação, ordenamento e coesão do território; e
- promover a articulação entre diferentes redes e apoiar o desenvolvimento de modos e meios de transporte mais sustentáveis.

Nº Projetos contratados (% Total PO)	Nº Projetos concluídos (% Total do PO)	CTE Aprovado (%Total do PO)	Taxa de Realização Financeira (FC Val./FC Aprov.)	Despesa Apresentada (% do CTE Aprovado)
104 (8,7%)	93 (21,4%)	7,5%	62%	82%

No período em Avaliação foram apoiados nesta Área de Intervenção 104 projetos absorvendo um volume de investimento elegível de 64 milhões de euros, concentrados (quase) exclusivamente em intervenções em rede viária; existe apenas um projeto que não tem como objeto a infraestrutura viária:

um projeto promovido pela autarquia de Ourique visando a criação de um pequeno sistema de transporte coletivo cobrindo a área rural da freguesia da sede do Município.

No que se refere ao comportamento desta Área de Intervenção no domínio da realização física, os resultados disponíveis apontam para resultados bastante positivos: dos 104 projetos aprovados 93 encontram-se já concluídos (22% do total de projetos concluídos do PO). Também do ponto de vista financeiro os resultados da execução desta Área de Intervenção se destacam apresentando os projetos de mobilidade intra-regional, no conjunto das Áreas de Intervenção (com um número de projetos aprovados superior a cinco), a melhor taxa de execução financeira (82%, contra 56% do total do PO).

Contudo, quer a informação que se pode retirar do sistema de informação, quer os resultados das entrevistas realizadas junto das CIM, não permite avançar numa leitura fundamentada sobre a dimensão estratégica dos investimentos realizados neste domínio. De facto, apesar de, nomeadamente, o texto do RE da Mobilidade Territorial apontar para algumas questões bastante relevantes neste domínio a informação disponível inviabiliza uma apreciação estratégica do que foi executado.

Duas observações podem, mesmo assim, ser confirmadas: uma primeira observação sublinha a concentração do investimento na infraestrutura e, como contraponto, a segunda observação sublinha também a ausência de iniciativas na qualificação dos sistemas de transporte coletivo (urbano, rural, intermunicipal, ...).

Do ponto de vista da distribuição territorial dos investimentos os dados disponíveis evidenciam uma posição de destaque do investimento localizado na NUT III Alto Alentejo e uma posição equilibrada entre todas as restantes sub-regiões.

A leitura dos dados disponíveis sugere a seguinte apreciação global neste domínio/Objetivo:

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> Bons resultados globais obtidos na perspetiva da execução física e financeira dos projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> Persistência da concentração dos investimentos na infraestrutura; Inexistência de intervenções significativas e relevantes do ponto de vista da novas formas de gestão da mobilidade, atendendo às especificidades territoriais da Região; Limitações no exercício de avaliação do carácter racional/estratégico das intervenções prosseguidas decorrentes das limitações apresentadas pela informação disponível no Sistema de Informação.

III.2.13. Contributo do Programa para a criação de emprego

Embora não revestindo o estatuto de um Objetivo Específico do Programa, o contributo dos projetos apoiados para a criação de emprego mereceu a atenção desta Avaliação no âmbito da análise de resultados, com processamento de informação exterior ao PO.

A análise dos dados do SIGPOA sobre a estimativa de criação de emprego pelos projetos apoiados apresentada em sede de candidatura, permitiu classificar os projetos quanto ao seu potencial efeito na criação de emprego.

Quadro 8. Projetos apoiados em função do seu potencial efeito na criação de emprego

Forte		Muito forte		Positivo		Sem impacto/nr		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
139	11,6	31	2,6	511	42,7	514	43,1	1195	100,0

Fonte: SIGPOA.

Nota: Estimativa (emprego criado + emprego mantido): muito forte: > 100; forte: 20-100; positivo: 1-20; sem impacto: 0.

De acordo com este critério, reconhecendo que se trata de uma estimativa nem sempre rigorosa, é possível referir que a maior parte dos projetos (43%) não terá qualquer impacto na criação de emprego. Entre os projetos com maior impacto na criação de emprego, encontram-se os equipamentos e serviços coletivos à população, principalmente escolas, equipamentos sociais, de saúde e culturais (na sua maioria integrados nas PRU) e os projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos (*Anexo D - Tabela 15*).

Os dados fornecidos pelos Organismos Intermédios (IAPMEI, TP e AICEP) sobre a previsão de criação de postos de trabalho pelos projetos apoiados, permitem concluir que, no total, os projetos apoiados (exceto os projetos Vale I&DT e Vale Inovação), preveem criar 1026 postos de trabalho, sendo que, a maior parte serão criados pelos projetos apoiados no âmbito do SI Inovação/Inovação produtiva (48,1%) e SI Qualificação PME / projetos individuais e de Cooperação (30,3%). (*Anexo D - Tabela 16*).

Os resultados do Inquérito aos Promotores (*Anexo F – Tabela 7*), permitem concluir que, os projetos já concluídos e em funcionamento e sobre os quais foi obtida resposta a esta questão (111), permitiram gerar, até ao momento, 262 postos de trabalho permanentes e 99 postos de trabalho temporários, com os empregos permanentes a serem gerados, principalmente, pelos projetos de requalificação da rede escolar¹⁵. Os empregos temporários, foram gerados principalmente por projetos da Mobilidade territorial e das Redes de água – vertente em baixa. Nos próximos 12 meses, estes mesmos projetos preveem criar apenas 7 postos de trabalho permanentes e 1 posto de trabalho temporário.

Estes números afastam-se bastante das estimativas apresentadas em sede de candidatura, já que estes mesmos projetos previram em sede de candidatura a criação de 643 postos de trabalho permanentes e 4.228 postos de trabalho temporários. O maior desvio verifica-se nos projetos das Parcerias para a Regeneração Urbana que previram um total de 3.375 empregos temporários e apenas geraram até ao

¹⁵ Os números apresentados resultam da confirmação dos dados fornecidos no Inquérito, junto das entidades promotoras dos projetos. No caso do emprego gerado pelos projetos de Requalificação da Rede Escolar, os números correspondem efetivamente a novos contratos, de acordo com a informação obtida; contudo, não foi possível apurar a correspondente criação líquida de emprego, que teria que ter em conta o impacto do encerramento de escolas e salas de aula e as transferências de pessoal docente e outro.

momento 16. Verificam-se também desvios significativos nos projetos da Saúde, no que respeita aos postos de trabalho permanentes e nos projetos da Mobilidade urbana, Educação, Património cultural e Equipamentos coletivos de proximidade, no que respeita à criação de emprego temporário.

Considerando as estimativas de criação de postos de trabalho, destaca-se: o impacto dos projetos das empresas e dos projetos de requalificação da rede escolar; e, como síntese mais global, o evidente desvio entre as estimativas e a criação efetiva de postos de trabalho.

Em termos mais gerais, a problemática do emprego nas Regiões de Convergência, com mercados de trabalho fortemente fragilizados e rarefação de oportunidades de atração de investimento, dotados de dinâmica empreendedora acentuada, sofre também com os reduzidos conteúdos em postos de trabalho das operações apoiadas pelos Sistemas de Incentivos.

Neste contexto, importaria que as empresas valorizassem nos seus investimentos os aspetos relacionados com a organização do trabalho e com conteúdos funcionais dos postos de trabalho de molde a mobilizarem novas competências, p.e., através do acesso a apoios e a qualificações, p.e., via frequência de ações da formação ou via programas de estágios e incentivos e estímulo ao emprego.

Com a colaboração da Delegação Regional do IEF, foi possível processar informação que liga as entidades com operações aprovadas nos diversos Eixos do INALENTEJO à procura de medidas ativas de emprego. Os dados empíricos processados refletem uma baixa intensidade de contacto das entidades beneficiárias com o serviço público de emprego e formação mas, não obstante este traço mais geral, é possível salientar alguns elementos mais específicos:

- existência de um recurso limitado aos programas de estágio, com perspectivas de contratação sequentes, condicionadas pelos estrangimentos orçamentais, sobretudo por parte dos Municípios e das IPSS;
- utilização de estágios como forma de acesso a competências relevantes para a concretização de objetivos de operações aprovadas pelos SI a empresas privadas, que nos Inquéritos manifestam intenção de contratação;
- existência de ofertas de emprego visando o acesso a competências específicas, nem sempre disponíveis nas bases de desempregados inscritos dos Centros de Empregos.

Este último aspecto sugere haver vantagem numa maior interação entre a AG/ST do Programa e o Serviço Público de Emprego, veiculando (em antecipação) necessidades de mão-de-obra face às intenções de investimento em análise

III.3. METAS DO PROGRAMA – ponto de situação e análise global

A análise do desempenho do Programa por Área de Intervenção, com base no grau de cumprimento das metas de realização e resultado definidas¹⁶, constituiu um exercício insatisfatório quer pelas reduzidas cobertura e relevância dos indicadores de realização e resultado com metas definidas, quer pelos dados disponíveis sobre a sua execução uma vez que para uma grande parte das metas (34,8% no caso das metas de realização e 90,5% no caso das metas de resultado), não está disponível o valor relativo à execução mas apenas o valor relativo ao contratado. Não obstante as limitações apontadas, é possível concluir o seguinte:

- ✓ A maior parte dos indicadores de realização (14 - 60,9%), considerando os valores contratados, apresenta um grau de cumprimento das metas definidas para 2015 “muito elevado” ou “elevado”, o que revela um boa dinâmica principalmente no Eixo 3, onde a percentagem de indicadores com um bom desempenho é mais elevada.
- ✓ O desempenho dos indicadores de realização, considerando também os valores contratados, foi bastante positivo principalmente na criação de Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística, na Modernização Administrativa, principalmente no que respeita à criação de Lojas do Cidadão e Centros Multisserviços, na Promoção da Região no exterior, na Melhoria das Redes de Abastecimento de Água e na Requalificação da Rede Escolar do 1º ciclo do Ensino Básico e Pré-escolar, em que as metas foram já ultrapassadas e ainda nas TIC, na Densificação do relacionamento empresarial, na Valorização e animação do património, na Regeneração urbana, na Melhoria das Infraestruturas rodoviárias e na Saúde.
- ✓ O desempenho dos indicadores de realização foi fraco no que respeita à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e Empresarial, à Valorização e Gestão das áreas de maior valia ambiental (designadamente, na promoção da fruição pública das áreas de maior valia ambiental) e na Valorização do Litoral e à Requalificação do Parque Escolar do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico. Contudo, à data da Avaliação (Junho de 2012) de acordo com informação da Direção Regional da Educação, eram 5 os estabelecimentos do 2º e 3º ciclos apoiados, o que corresponde a 50% da meta programada (grau de cumprimento *médio*).

¹⁶ Cf. *Relatório Anual de Execução do INALENTEJO*, de 2011 (dados mais recentes disponíveis).

Quadro 9. Grau de cumprimento das metas de Realização

(Valores contratados à data de 31/12/2011)

	Muito Elevado (>95%)	Elevado (70-95%)	Médio (50-69%)	Baixo (<50%)
Eixo 1	-Nº de áreas de inovação empresarial apoiadas -Nº de lojas do cidadão e centros multisserviços apoiados -Nº de ações promocionais apoiadas	-Nº ações coletivas apoiadas -Nº projetos apoiados de promoção da eco digital -Nº projetos de modernização administrativa apoiados	-Nº de micro e pequenas empresas apoiadas	-Nº de empresas criadas -Nº start-ups (tecnológicas) criadas -Nº ações de cooperação apoiadas
Eixo 2	-Km de rede de abastecimento de água nos sistemas de baixa	-Nº de unidades de saúde apoiadas		-Nº de equipamentos de fruição pública em áreas classificadas (apoiados) -Nº de projetos de valorização de praias
Eixo 3	-Nº de estabelecimentos educativos apoiados no pré-escolar e 1º CEB -Nº de elementos patrimoniais apoiados -Nº de protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados -Programas Estratégicos de Desenvolvimento Urbano -Nº infraestruturas aeroportuárias apoiadas -Km de rede rodoviária intervencionada			- Nº de estabelecimentos educativos apoiados no 2º e 3º CEB

Fonte: Relatório Anual de Execução do INALENTEJO, de 2011.

- ✓ A maior parte dos indicadores de resultado (11 - 64,7%) apresenta igualmente um grau de cumprimento das metas definidas para 2015 “muito elevado” ou “elevado”, o que revela uma boa dinâmica, principalmente no Eixo 1, onde a percentagem de indicadores com um bom desempenho é mais elevada.
- ✓ O desempenho dos indicadores de resultado foi bastante positivo, principalmente no que respeita à incorporação de inovação e conhecimento nas empresas e orientação para mercados internacionais, promoção da densificação do relacionamento empresarial, população servida por Lojas do Cidadão e Centros Multisserviços, Animação do património construído e População escolar abrangida pelos Centros Escolares do 1º Ciclo e Ensino Pré-escolar

construídos/requalificados e saúde, em que as metas estabelecidas para 2015 foram já atingidas ou ultrapassadas, e ainda no que respeita à população abrangida pelas operações de regeneração urbana e número de visitantes dos equipamentos de fruição pública em áreas de maior valia ambiental.

- ✓ Os indicadores com desempenho fraco refletem o menor investimento aprovado até Dezembro de 2011 face ao programado, na Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e Empresarial, na Requalificação da Rede Escolar do 2º e 3º ciclos e nos Sistemas de Transportes Coletivos.

Quadro 10. Grau de cumprimento das metas de Realização

(Valores contratados à data de 31/12/2011)

	Muito Elevado (>95%)	Elevado (70-95%)	Médio (50-69%)	Baixo (<50%)
Eixo 1	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à inovação produtiva - VAB gerado em sectores com potencial de crescimento - Orientação para a produção transacionável e internacionalizável - Orientação para mercados internacionais - Nº de PME envolvidas em ações coletivas apoiadas - População servida por lojas do cidadão e centros multisserviços 			<ul style="list-style-type: none"> - Nº de PME envolvidas em ações de cooperação apoiadas - Relevância das atividades de I&D em consórcio - Empresas criadas em sectores com potencial de crescimento (%)
Eixo 2	<ul style="list-style-type: none"> - População servida por unidades de saúde apoiadas - Acréscimo do nº de visitantes às infraestruturas apoiadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de visitantes dos equipamentos de fruição pública apoiados em áreas classificadas 	-	<ul style="list-style-type: none"> - Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados
Eixo 3	<ul style="list-style-type: none"> - Alunos abrangidos por centros do 1º ciclo do Ensino Básico e da educação pré-escolar construídos e/ou ampliados/requalificados 	<ul style="list-style-type: none"> - População abrangida por operações de regeneração urbana 	-	<ul style="list-style-type: none"> - Alunos abrangidos por escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídas/ /requalificadas - População servida por sistemas de transportes coletivos apoiados

Fonte: Relatório Anual de Execução do INALENTEJO, de 2011.

III.4. SUSTENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE EFICIÊNCIA

Para a avaliação da sustentabilidade dos investimentos recorreu-se principalmente à informação recolhida através do *Inquérito aos Promotores*, realizado no âmbito desta Avaliação, mas também ao SIGPOA e às Entrevistas realizadas.

A análise da sustentabilidade das intervenções apoiadas pelo INALENTEJO, dadas as características próprias do respetivo processo de financiamento, maioritariamente assente em recursos públicos nacionais e comunitários, não pode seguir os métodos habituais que perspetivam a sua auto-sustentação. Perante projetos de interesse público, a avaliação da sustentabilidade futura não se prende tanto com a rentabilidade do projeto mas, em grande medida, com as perspetivas de procura / utilização dos serviços e infraestruturas criados (recorde-se que o sector público, designadamente Câmaras Municipais, Estado e Empresas Públicas, concentra a grande maioria dos projetos apoiados - 66,9%, bem como do Fundo Comunitário aprovado - 76,8%).

Acontece que, em muitos casos, o imperativo de interesse/serviço público remete a análise da sustentabilidade para uma questão formal e, mesmo nos casos em que se justificaria, não é apresentado em sede de candidatura o estudo de viabilidade económica do projeto com elementos sobre a procura social e os níveis de utilização perspetivados. De acordo com a informação recolhida nas Entrevistas, os elementos solicitados em sede de candidatura, são de facto insuficientes para avaliar com algum rigor o grau de sustentabilidade dos projetos, mesmo nos casos em que a rentabilidade assume algum relevo.

Quanto à atenção dada à análise da sustentabilidade dos projetos apoiados em sede de candidatura, da análise dos Regulamentos Específicos, saliente-se que apenas têm como critério de seleção (ou referem) a sustentabilidade da operação, os seguintes:

- Regulamento Específico do Património Cultural;
- Regulamento Específico da Saúde;
- Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local, que refere como critério o “Âmbito supraconcelhio e a existência de parcerias que garantam a sustentabilidade do projeto”.

A sustentabilidade ambiental e a utilização sustentável dos recursos naturais, em particular da Energia, constitui critério de seleção em 4 Regulamentos Específicos:

- Mobilidade Territorial;
- Requalificação da rede escolar do 1.º ciclo do Ensino Básico e da educação pré-escolar;
- Energia;
- Rede de Equipamentos Culturais; e
- Infraestruturas e Equipamentos Desportivos.

Embora estejamos perante projetos em que a avaliação da sustentabilidade se reveste de fortes limitações, foram desenvolvidas algumas análises que permitem uma aproximação ao tratamento desta Questão, designadamente a identificação das áreas de intervenção cujos projetos apresentam um maior desequilíbrio na cobertura dos custos pelas receitas e a identificação do grau de dependência dos projetos, de recursos públicos, indicador da maior ou menor fragilidade da respetiva sustentabilidade num quadro de decréscimo do financiamento público.

Com recurso ao Sistema de Informação do Programa, foi possível, para os projetos que em sede de candidatura apresentaram estimativas de custos (pessoal, energia, materiais de exploração e manutenção, divulgação e promoção e outros custos e encargos de exploração) e receitas, proceder à sua classificação com base na cobertura dos custos pelas receitas¹⁷ e, assim, identificar as tipologias de investimento de maior fragilidade em termos de sustentabilidade financeira.

Desta análise excluem-se, os projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos, para os quais o SIGPOA não disponibiliza esta informação. Contudo, refira-se que no domínio dos projetos propostos no âmbito dos Sistemas de Incentivos, o próprio processo de avaliação do projeto empresarial candidatado é sujeito a uma apreciação da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira surgindo este aspeto como critério de avaliação de mérito do projeto, nomeadamente, nos projetos sujeitos a apreciação no âmbito do SI Qualificação.

Para os casos em que esta informação está disponível (673 projetos), a sustentabilidade com base no critério acima exposto é muito negativa/negativa em 74,3% dos casos (500 projetos); trata-se de um grupo em que predominam os projetos de infraestruturização do território (principalmente estradas e qualificação urbana) e de serviços públicos à população (em que as escolas e saúde apresentam a situação mais desfavorável). A sustentabilidade é muito positiva/positiva apenas em 11,3% dos projetos (76) de entre os quais se destacam os Equipamentos sociais.

Os resultados do *Inquérito aos Promotores* foi possível analisar os seguintes aspetos, relevantes para avaliar a sustentabilidade das intervenções, concluídas e em funcionamento:

- ✓ *Financiamento dos custos operacionais no caso dos projetos concluídos e em funcionamento*

Todas as respostas obtidas referem como fontes de financiamento apenas receitas próprias e recursos públicos, sendo de destacar a maior dependência dos recursos públicos; em nenhum caso foram referidas outras fontes de financiamento. As entidades beneficiárias que indicaram ter como fonte de

17 *Muito positiva*: saldo superior a 100.000 €; *Positiva*: saldo entre 100 e 100.000 €; *Negativa*: saldo entre -100 e -100.000 €; *Muito negativa*: saldo inferior a -100.000 €.

financiamento recursos públicos (73), referem (em 93,2% dos casos), que essa dependência se situa entre 75 e 100%.

Quadro 11. Dependência dos projetos apoiados, de recursos públicos para financiamento dos custos operacionais, por Área de Intervenção

EIXO	Área de Intervenção	Financiamento com origem em recursos públicos (centrais ou locais)				
		0-25	25-50	50-75	75-100	Total
1	Apoio à Modernização Administrativa	-		3	-	3
	Energia	-	-	-	-	0
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	-	-	-	6	6
	Apoio à Acessibilidade e Utilização de TIC	-	-	-		0
2	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	-	-	-	5	5
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	-	-	-	0	0
	Valorização e Animação do Património Cultural	-	-	-	3	3
	Infraestruturas e Equipamentos de Saúde	-	-	-	7	7
	Rede de Equipamentos Culturais	-	-	-	1	1
	Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa”	-	-	-	1	1
	Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	-	-	-	0	0
	Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	-	-	-	0	0
3	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	-	-	-	5	5
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	-	-	1	10	11
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	1	-	-	9	10
	Mobilidade Territorial		-	-	17	17
	Infraestruturas e Equipamentos Desportivos		-	-		0
	Equipamentos e Serviços coletivos de proximidade (coesão local)		-	-	4	4
Total (N)		1	0	4	68	73
Total (%)		1,4	0,0	5,5	93,2	100,0

Fonte: *Inquérito aos Promotores*, IESE, 2012.

Na situação descrita encontram-se, principalmente, projetos de mobilidade territorial, projetos financiados no âmbito das PRU e escolas; um número bastante inferior indicou ter como fonte de financiamento receitas próprias (37), sendo que em 65% dos casos, essa dependência se situa entre os 75 e os 100% (*Anexo D – Tabela 17*).

Quadro 12. Dependência dos projetos apoiados, de receitas próprias para financiamento dos custos operacionais, por Área de Intervenção

Eixo	Áreas de Intervenção	Financiamento com origem em receitas próprias				
		0-25	25-50	50-75	75-100	Total
1	Apoio à Modernização Administrativa	-	3	-	-	3
	Energia	-	-	-	1	1
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	-	1	-	-	1
	Apoio à Acessibilidade e Utilização de TIC	-	-	-	1	1
2	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	1	-	-	2	3
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	1	-	-	-	1
	Valorização e Animação do Património Cultural	-	-	-	-	0
	Infraestruturas e Equipamentos de Saúde	4	-	-	-	4
	Rede de Equipamentos Culturais	-	-	-	-	0
	Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa”	-	-	-	-	0
	Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	-	-	-	3	3
	Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	-	-	-	1	1
3	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	-	-	-	1	1
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	-	1	-	5	6
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	-	-	-	4	4
	Mobilidade Territorial	-	2	-	3	5
	Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	-	-	-	1	1
	Equipamentos e Serviços coletivos de proximidade (coesão local)	-	-	-	2	2
Total (N)		6	7	-	24	37
Total (%)		16,2	18,9	-	64,9	100,0

Fonte: *Inquérito aos Promotores*, IESE, 2012.

- ✓ *Perspetivas de evolução do financiamento dos custos operacionais do projeto e condições de funcionamento nos próximos 3 anos*

No que respeita às perspetivas de evolução das diferentes componentes de financiamento (receitas próprias, recursos públicos e outras fontes de financiamento), é em relação às receitas próprias que as expectativas de crescimento são mais favoráveis (22,4% contra 2,5%, no caso dos recursos públicos e 14,3% no caso de outras fontes de financiamento).

A perspetiva de decréscimo é, principalmente, referida no caso dos recursos públicos (16,5% contra 2%, no caso das receitas próprias, e 0%, no caso de outras fontes). Estas perspetivas não deverão, contudo, colocar em causa o normal funcionamento dos projetos apoiados nos próximos 3 anos, para a quase totalidade dos casos (99 - 98%). Apenas em 2% dos casos (2) o seu normal funcionamento se encontra ameaçado (escola e equipamento desportivo).

Quadro 13. Perspetivas de evolução do financiamento dos custos operacionais dos projetos apoiados

Fontes de financiamento	Diminuir		Manter		Aumentar		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Financiamento com origem em receitas próprias	1	2,0	37	75,5	11	22,4	49	100,0
Financiamento com origem em recursos públicos (centrais ou locais)	13	16,5	64	81,0	2	2,5	79	100,0
Financiamento com origem noutras fontes de financiamento	0	0,0	18	85,7	3	14,3	21	100,0

Fonte: *Inquérito aos Promotores*, IESE, 2012.

✓ *Financiamento dos custos operacionais dos projetos concluídos e em funcionamento*

Num total de 102 respostas, em 96,1% dos casos (98) os projetos não apresentam neste momento dificuldades de financiamento que afetem o seu normal funcionamento. Apenas em 4 casos (3,9%) foi referida a existência de dificuldades e apenas em 2 casos foram referidas as razões explicativas: diminuição de receitas próprias e dificuldades financeiras da entidade promotora.

Embora não se tratando de uma análise sistemática, a Avaliação permitiu identificar casos em que o funcionamento futuro das operações financiadas pode estar comprometido. Como exemplos, podem referir-se:

- (i) Equipamentos sociais cujas infraestruturas financiadas pelo INALENTEJO se encontram concluídas, mas que não entraram em funcionamento porque, por falta de recursos financeiros, não foi possível a assinatura do protocolo de funcionamento por parte do Instituto da Segurança Social;
- (ii) Projetos de Valorização e Animação do Património, em que a falta de recursos humanos e financeiros por parte da Direção Regional de Cultura, pode comprometer a conservação, limpeza e manutenção da abertura ao público de alguns edifícios intervencionados; neste caso, o estabelecimento de acordos com as das autarquias pode revelar-se de grande utilidade.

Apesar da insuficiência dos elementos disponíveis para avaliar a sustentabilidade deste tipo de projetos, pode afirmar-se que o seu elevado grau de dependência de recursos públicos num cenário previsível de decréscimo de financiamento público, mesmo quando as previsões das entidades beneficiárias inquiridas são otimistas, questiona seriamente a sua sustentabilidade futura, em termos de manutenção e sobrevivência.

Quanto à questão da **eficiência das realizações**, importa referir que, em algumas Áreas de Intervenção, principalmente as mais relacionadas com a realização de obras/empreitadas, a atual conjuntura económica teve um efeito positivo nos custos finais dos projetos, permitindo a sua adjudicação por valores inferiores ao estimado. Esta situação permitiu, p.e., nos projetos de Valorização do Património

cultural), melhorar os projetos introduzindo novas componentes e potenciando melhores resultados ou ir mesmo além dos resultados previstos à partida.

De acordo com a informação recolhida junto do Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão e das CIM, os desvios observados entre custos programados e custos finais dos projetos não são significativos, pelo que não se tem justificado a implementação de procedimentos no sentido de acrescer as tarefas de controlo. Sempre que surgem dúvidas sobre os custos apresentados em sede de candidatura, é sugerido ao promotor o cumprimento das regras de contratação pública, bem como a consulta ao mercado. No caso dos projetos apoiados no âmbito dos Eixos 2 e 3, a questão tem sido muito minimizada pela disciplina dos trabalhos a mais (que não são apoiados) e pelo elevado grau de exigência no que respeita ao grau de maturidade dos projetos. O facto de, em muitos casos, ser exigida como condição de admissibilidade da operação, a evidência do lançamento de Concurso, implica que o preço base do projeto esteja calculado na fase de candidatura.

Um procedimento também por vezes utilizado (p.e., nas operações de otimização de gestão de resíduos, PRUs, AVQA, Cineteatros e Bibliotecas) consiste na indicação nos Avisos de montantes máximos por operação ou por beneficiário.

Como aspeto menos positivo, referira-se a existência de custos de referência para um número limitado de tipologias de investimento (principalmente, Equipamentos Coletivos Sociais), destacando-se a sua ausência p.e., nos projetos da Mobilidade territorial.

III.5. EFEITOS NÃO ESPERADOS E OUTROS EFEITOS

A identificação de efeitos não esperados associáveis à implementação de uma Intervenção Operacional cofinanciada por Fundos Estruturais, remete para a ocorrência de resultados que não integram o campo de objetivos das Áreas de Intervenção que materializam os Eixos Prioritários programados. Quando temos presente e avaliamos as realizações e resultados dos projetos contratados no âmbito do INALENTEJO, com base nas diferentes fontes de informação processadas pelo trabalho de Avaliação Intercalar, em rigor não são identificáveis resultados não esperados.

No entanto, é possível sinalizar um conjunto de ocorrências que, de alguma forma, configuram desvios de implementação que pela positiva ou pela negativa acabam por refletir trajetórias que descentram do campo de objetivos associados à adesão aos apoios dos diversos instrumentos da implementação dos Eixos do INALENTEJO:

- ✓ *Contexto de implementação do Programa.* Esta dimensão remete para a ocorrência de um acentuado desfasamento entre o momento de conceção do PO e dos seus Eixos de Intervenção

(2007) e o período predominante de vigência (2.º semestre de 2008 e semestres/anos seguintes) marcado pela crise macroeconómica e financeira indutora de constrangimentos orçamentais e dificuldades de acesso ao crédito. Neste contexto, algumas dimensões significativamente inovadoras de matriz de intervenção do INALENTEJO (p.e., SI Inovação e I&DT, e Políticas de Cidades) seguiram uma trajetória de absorção de recursos e de concretização de realizações e resultados que se situam bastante aquém da expectativa associada às prioridades inspiradoras da melhoria qualitativa da situação de partida nestes domínios: baixos índices de procura/volume reduzido de projetos, reduzida dimensão média de investimento, escassa concretização de projetos de parceria institucional e operativa nas dimensões EEC, PROVERE, RUCI e PRU, etc.

- ✓ *Concretização de apostas estratégicas do Programa.* A concentração temática e seletiva do investimento, que deveria ocorrer em torno das cadeias estratégicas de valor e no apoio a projetos para a estruturação do Sistema Regional de Inovação, deu lugar a alguma pulverização das operações aprovadas, fruto da natureza, das dinâmicas efetivas reveladas ao longo da vigência do Programa. Ou seja, independentemente de terem surgido projetos que foram aprovados e contratados, dentro da matriz de objetivos esperados, os mesmos não têm associada massa crítica bastante geradora de acumulação de efeitos para a competitividade, a inovação, o conhecimento, a internacionalização e a cooperação em rede que se pretendia atingir, p.e., na esfera da Investigação & Desenvolvimento/Transferência de Tecnologia e nas esferas do desenvolvimento urbano e da revitalização económica e do desenvolvimentos sociocultural das cidades).

- ✓ *Concentração de investimento no Complexo de atividades Turísticas.* A densidade de projetos aprovados em Áreas de Intervenção do Eixo Competitividade, Inovação e Conhecimento que remetem, *lato sensu*, para o Turismo constitui um efeito menos esperado em que convergem: (i) a aprovação de projetos com expressão económica e de financiamento bastante elevado (p.e., projetos PIN, aparentemente de enquadramento preferencial no POFC/Compete); (ii) a aprovação de um conjunto vasto de projetos da Entidade Regional de Turismo, significativo no volume financeiro e diversificado (promoção externa, diversificação do produto, empreendedorismo, ...). Ou seja, o INALENTEJO surge associado a uma intervenção que combina promoção económica e institucional do destino e dos seus produtos turísticos, com atração de investimento de dimensão média elevada, predominantemente valorizando recursos com potencial diferenciador (paisagem, água, produções e valores tradicionais, vinho, montado ...).

Uma segunda vertente analítica remete para a existência de outros efeitos com origem, nomeadamente, nas estratégias setoriais e/ou de intervenção temática que estão associadas ao desempenho regional de outros PO. A Avaliação Intercalar desenvolveu um trabalho de aproximação aos efeitos que pode permitir aquilatar alguns efeitos não concretizados, sobretudo se tivermos presente que, para alguns campos de objetivos da Estratégia Alentejo 2015, os contributos de outras intervenções de investimento público na Região se apresentavam como fundamentais. Esses efeitos são referenciados e as principais conclusões encontram-se sintetizadas nas alíneas de leitura da análise estatística apresentada no Anexo E.

III.6. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

Q1. O desempenho do Programa Operacional em matéria de realizações e resultados é satisfatório? Quais os fatores críticos que explicam esse desempenho e as consequências do mesmo para a prossecução dos objetivos e prioridades do PO?

O Programa apresenta um desempenho destacado do Eixo 3 – Coesão Local e Urbana influenciado pela procura de financiamento para projetos, principalmente de iniciativa municipal e um desempenho positivo no domínio dos incentivos às empresas, onde os apoios à Inovação se afirmam como uma das mais importantes áreas de investimento e de incentivo atribuído. O Eixo 2 – Valorização do Espaço Regional, é aquele cujos indicadores de realização física e financeira são mais desfavoráveis.

A análise do desempenho do Programa com base no grau de cumprimento das metas de realização e resultado definidas¹⁸, pode considerar-se positiva, uma vez que a maior parte dos indicadores de realização (14 - 60,9%) e dos indicadores de resultado do Programa (11 - 64,7%), apresenta um grau de cumprimento das metas definidas para 2015 “muito elevado” ou “elevado”.

Quais as áreas de intervenção e tipologias com desempenho mais favorável e maior relevância na prossecução dos objetivos e prioridades do PO?

As Áreas de Intervenção com desempenho mais favorável são as seguintes:

- Parcerias para a Regeneração Urbana, designadamente qualificação do espaço público urbano e criação e apetrechamento de equipamentos para fins culturais e outros serviços de apoio à população;
- Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar;

¹⁸ Face à ausência de cálculo dos indicadores com base nos valores de execução devido ao número reduzido de projetos dados como concluídos no Sistema de Informação, privilegiou-se a análise do cumprimento das metas com base nos valores programados.

- Mobilidade territorial, principalmente melhoria da rede viária;
- Saúde, com destaque para a qualificação dos equipamentos e das urgências dos hospitais e disponibilização de cuidados diferenciados.
- Equipamentos e serviços coletivos de proximidade, principalmente de apoio à população idosa;
- SI Inovação, designadamente visando a ampliação da capacidade produtiva regional, de novos bens, serviços e processos.
- Ações de Valorização e Qualificação Ambiental, destacando-se a elaboração de planos de gestão de recursos naturais (das bacias hidrográficas e outros), de planos de ação ambiental e a requalificação e valorização de linhas de água e outros espaços naturais.

Uma leitura transversal permite, ainda, destacar:

- O forte investimento nas Tecnologias de Informação e Comunicação em diversos contextos e envolvendo intervenções dirigidas à reorganização administrativa dos serviços, à introdução de novas tecnologias em contexto escolar, à promoção de conteúdos online e à promoção regional, nomeadamente promoção turística.
- O forte investimento em tipologias de investimento que concorrem de forma complementar para o desenvolvimento e afirmação do sector turístico na Região (desenvolvimento empresarial nas áreas do alojamento hoteleiro, promoção e animação turística; valorização, animação e divulgação do património cultural regional; e animação cultural).

Qual o grau de cumprimento das metas de realização física e de resultado estabelecidas nas áreas de intervenção com maior relevância para a prossecução de cada um dos objetivos específicos e prioridades estratégicas do programa? Quais os principais desvios verificados face às metas estabelecidas e de que forma podem condicionar a prossecução dos objetivos e prioridades do programa?

O grau de cumprimento esperado das metas de realização e resultado nas áreas de intervenção com maior relevância para a prossecução dos objetivos do Programa é “muito elevado” ou “elevado” no caso das *Parcerias para a Regeneração Urbana, da Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, da Mobilidade Territorial* (apenas no que respeita à melhoria das infraestruturas rodoviárias) e da *Saúde*; no caso do *Sistema de Incentivos Inovação*, apenas os indicadores de resultado relativos à incorporação de inovação e conhecimento nas empresas apresentam um bom desempenho, com um grau de cumprimento “muito elevado”. No que respeita às *Ações de Valorização e Qualificação Ambiental*, há que registar apenas o bom desempenho do indicador de resultado Número de visitantes dos equipamentos de fruição pública apoiados em áreas

classificadas, com um grau de cumprimento “elevado”. No caso dos *Equipamentos e Serviços Coletivos de Proximidade*, o Programa não define qualquer indicador de realização ou resultado.

Esta análise assenta, contudo, em grande medida em resultados esperados, face à (quase) ausência de cálculo dos indicadores em termos de execução.

As metas de realização e resultado com maior dificuldade de serem atingidas face aos desvios atuais, calculados com base nos valores apresentados no Relatório de Execução do INALENTEJO de 2011, respeitam aos indicadores associados à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e Empresarial, à Melhoria dos Sistemas de Transportes Coletivos e à Requalificação da Rede Escolar do 2º e 3º ciclos. No entanto, nesta última Área de Intervenção, considerando os projetos aprovados à data de reporte da Avaliação (5 no total) e também a perspetiva de apresentação de novas candidaturas, prevê-se que os resultados se aproximem bastante da meta programada.

Quais os fatores que estimularam os níveis de realização e os resultados observados e esperados? Que mecanismos foram utilizados para promover a concretização das metas de realização e resultado com maior dificuldade de serem atingidas? Que boas práticas potenciaram /maximizaram os níveis de realização e os resultados observados, podem ser disseminadas noutros contextos institucionais e territoriais e/ou revertidas para um novo ciclo de programação?

No que respeita aos fatores que estimularam os níveis de realização atual e os resultados esperados, bem como a prossecução dos objetivos, salienta-se, por um lado, o conjunto de atuações da AG do INALENTEJO e, por outro lado, as práticas de trabalho e de iniciativa de entidades de interface com responsabilidade na dinamização da implementação de instrumentos do PO. Ao nível do espaço de atuação da AG, destacam-se as seguintes medidas com carácter mais abrangente:

- Abordagem dos Regulamentos numa perspetiva mais integrada (p.e., organizando Concursos de forma a estimular projetos comuns no âmbito das Subvenções Globais - Iluminação pública, sinalização semafórica, ...).
- Dinamização de abordagens de intervenção por parte das CIM, no sentido de evidenciar vantagens de organização de candidaturas comuns.
- Medidas mais dirigidas, focadas principalmente nas Áreas de Intervenção do Eixo 1, entre as quais se destacam as seguintes dirigidas às empresas beneficiárias dos Sistemas de Incentivos:
 - critérios de seleção mais adaptados às características do tecido produtivo da Região;
 - pagamento com apresentação de fatura, para gerar liquidez aos beneficiários e dinamizar a execução;

- realização de um *road-show* na Região com várias iniciativas no sentido de estimular os empresários e crescer o número de candidaturas, cujos resultados foram positivos, tendo sido mesmo necessário reforçar a dotação prevista no último Aviso.
- Criação em março de 2012 do Gabinete de Apoio ao Investimento.
- Ações de divulgação e dinamização do SIAC e da Iniciativa MERCA.
- Desburocratização e simplificação de procedimentos.
- Alteração dos procedimentos de verificação de despesa relativa aos projetos aprovados no âmbito das Subvenções Globais contratualizadas com as CIM.
- (Incremento das taxas de financiamento decisão CMC QREN).
- Sessões junto de potenciais promotores na área da Energia.
- Estímulo e apoio persistente à criação de uma Rede Regional de instituições na área da Ciência e Tecnologia para a implementação do Sistema Regional de Transferência Tecnológica (SRTT), com componentes de atividades e serviços destinados às empresas, promovendo a ligação entre a Investigação e Desenvolvimento e a área empresarial.

Ao nível do espaço de intervenção das Entidades de interface beneficiárias do Programa, salientam-se duas experiências positivas:

- ✓ *PROVERE - Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo*, liderado pela Câmara de Almodôvar, configurando uma estratégia para as áreas de baixa densidade do sul do País. A experiência de trabalho de coordenação e dinamização levado a cabo pela ADP Mértola tem produzido resultados visíveis, sendo de destacar como fatores determinantes:
 - o carácter distintivo da ideia de projeto, assente em Programa de Ação realista e com elementos de ancoragem técnica robustos;
 - as lideranças fortes e claramente focalizadas em resultados;
 - a capacidade de atração de parceiros, com responsabilidade por atividades e subprojectos, e com competências distintivas (p.e., INIAV e ISA);
 - a articulação eficaz com apoios enquadrados pelo Eixo 3 do ProDeR, no quadro de relação bem estruturada com a ESDIME;
 - a capacidade de mobilizar parceiros privados, promotores de projetos com relação de mercado e potencial de disseminação; e
 - a relação com Instituições de Ensino Superior;

- ✓ *Entidade Regional de Turismo do Alentejo.* Num contexto de reorganização prolongada e, frequentemente, controversa da intervenção das Regiões de Turismo, a ERT Alentejo conseguiu estruturar um modelo de intervenção com uma base técnica de sustentação estratégica e operacional, estimular uma relação dinâmica com o tecido empresarial e organizar a frente da promoção externa dotada de uma visão integrada que permitiu consolidar a fidelização de segmentos tradicionais da procura e desenvolver novos produtos numa recomposição da oferta regional (cf. caixa seguinte).

Entidade Regional de Turismo do Alentejo Dinâmicas de promoção de resultados
<p>O Complexo de Atividades do Turismo e do Lazer, nas vertentes promoção institucional e investimento privado, constitui a área de investimento com maior peso na Agenda da Competitividades do INLAENTEJO.</p> <p>Os dados empíricos da Avaliação Intercalar apontam no sentido de um contributo relevante da intervenção da Entidade Regional de Turismo de Alentejo. A ERTA é uma das entidades com maior número de projetos aprovados no INALENTEJO (18 projetos, com um montante global de investimento elegível que ascende a 7,9 Milhões de Euros). A dinâmica de iniciativa de projeto tem por suporte um <i>Plano Operacional de Turismo para o Alentejo</i> que tem funcionado como Magna Carta para enquadrar o futuro do Turismo Regional, segundo um triplo objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • afirmação do papel de liderança/pivot da intervenção da ERT, estimulando o relacionamento e a interação entre instituições setoriais/regionais e as empresas do setor; • reengenharia do produto turístico regional potenciado, recursos patrimoniais e identitários nos segmentos dos mercados de implantação; • sofisticação/modernização da oferta turística regional e fidelização de procuras com maior capacidade de absorção de destino e de capacidade aquisitiva (de despesa média/superior). <p>Estre os elementos (em curso de concretização), com potencial de geração de resultados destacam-se pela dinâmica revelada os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Interatividade junto da procura para reforçar o volume de visitas e a intensidade de fruição dos recursos/produtos que compõem a oferta turística regional; ✓ Apoio à iniciativa turística de futuros empreendedores na ótica do aproveitamento de oportunidades de negócio, com perceção dos segmentos de mercado, requisitos a preencher e ajudas mobilizáveis; ✓ Desenvolvimento de novos produtos estruturados em torno de recursos regionais: <ul style="list-style-type: none"> • Zona dos Mármore – Turismo Industrial na Rota Tons de Mármore, abrangendo os concelhos de Sousel, Alandroal, Estremoz, Borba e Vila Viçosa (sinalética, trabalho com pedreiras demonstrando viabilidade das visitas, equipas a trabalhar centeúdos e componentes de merchandising, ...); • Olivais e lagares, trazendo os azeites para a dinâmica dos vinhos, envolvendo os produtos e cerzindo recursos, iniciativas e interesses. ✓ (Re)estruturação do Produto Turismo Natureza, aproveitando alojamento existente e/ou recuperável e ligando com a dinâmica dos parques temáticos que beneficiam de apoios em vários Eixos do INALENTEJO e com expressão regional (Fluviário de Mora, Badoca Park de Santiago do Cacém, Aldeia da Terra, Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros,...).

A capacidade de envolver uma rede de parceiros empresariais e da área da cultura e património (trabalho com empresários, dinamização/atração de atores dos Mármore, dos Azeites, das

gastronomias mediterrânicas, colaboração com a Comissão Vitivinícola, ...), constitui uma prática com resultados promissores para o desenvolvimento do Turismo do Alentejo, testemunhada por trabalhos recentes do Observatório Regional de Turismo (de iniciativa e coordenação da ERTA).

Para além dos fatores referidos, merecem ainda referência, enquanto fatores que estimularam os níveis de realização e os resultados observados:

- A capacidade de execução dos Municípios, os principais beneficiários do Programa, fator responsável pelo desempenho satisfatório principalmente nas áreas de intervenção da sua responsabilidade (p.e., a qualificação urbana, a requalificação do parque escolar do 1º CEB e Pré-escolar, a melhoria das infraestruturas rodoviárias) e pela relevância das Subvenções Globais contratualizadas com as CIM no total dos projetos e do investimento aprovados.
- A decisão política de financiar a execução de medidas de política sectorial (Educação, Política de Cidades e Modernização Administrativa) através dos PO Regionais o que justificou a elevada procura em áreas como a Requalificação do Parque Escolar do 1º CEB e Pré-escolar, parcerias para a Regeneração Urbana e Modernização Administrativa.

Quais os fatores que condicionaram os níveis de realização e os resultados observados e esperados?

Entre os fatores que condicionaram os níveis de realização atual e os resultados esperados, bem como a prossecução dos objetivos, encontram-se os seguintes:

- Crise económica e financeira, que condicionou a disponibilidade financeira dos promotores e alterou as suas prioridades. No caso das empresas, o Programa não se adaptou às suas prioridades atuais, p.e., a procura de novos mercados. De acordo com o *Inquérito aos Promotores*, 33,8% das entidades Beneficiárias indicaram que a crise económica e financeira provocou atrasos na execução dos respetivos projetos e 8,8%, que provocou alterações nas atividades previstas (*Anexo F - Tabela 3*).
- Problemas de regulamentação, designadamente no que respeita à deficiente definição das elegibilidades entre PO Regionais e Temáticos por deficiente articulação entre PO com objetivos semelhantes e inadequação de alguns Regulamentos Específicos e respetivos critérios de mérito às especificidades regionais, designadamente no caso dos Sistemas de Incentivos. Refira-se ainda a incapacidade de encontrar soluções regulamentares, designadamente no campo dos Regulamentos Específicos, para responder a procuras micro (incentivo a pequenos projetos de

investimento com intervenções materiais e imateriais a nível local), domínio de complementaridade potencial com intervenções do Eixo 3 do ProDeR.

- Insuficiente iniciativa de orientação estratégica da procura e focalização, por parte da Autoridade de Gestão face ao diagnóstico de referência, às prioridades e objetivos específicos da Estratégia Regional, o que condicionou a relevância estratégica do projetos e dos respetivos resultados em determinadas áreas.
- Insuficiente articulação entre as Autoridades de Gestão dos diferentes PO Regional e Temáticos na dinamização e encaminhamento de projetos de investimento privado de carácter estruturante para as prioridades da Região, designadamente nas atividades das cadeias de valor estratégico.
- Insuficiente coordenação estratégica e operacional com os Organismos Intermédios na área empresarial os quais dispõem de competências e recursos com potencial para ser explorados no sentido de atrair e dinamizar investimento de origem extra-regional (nacional ou estrangeiro), com interesse regional, atração indispensável à valorização mais eficaz do potencial locativo dos ativos do território do Alentejo.
- Dificuldade de adesão das empresas da Região aos SI, associados a uma “imagem de complexidade”, na primeira metade de vigência do Programa.
- Dificuldades de execução financeira por parte de entidades da Administração Central, principalmente na área do ambiente, fator agravado pelas baixas taxas de financiamento.
- Incapacidade dos Municípios e, principalmente das CIM de alteração do paradigma da execução centrado na predominância de projetos atomizados de relevância fundamentalmente local / /municipal, em detrimento de projetos com interesse e uma lógica supramunicipal, revestindo o carácter de ações integradas implementadas em parceria, de maior eficácia na supressão de debilidades regionais que exigem respostas e intervenções de carácter supralocal.
- Falência de empresas de construção e obras públicas, que afetou principalmente projetos que envolviam obras/empreitadas.
- Elevado número de projetos alvo de reprogramação temporal (46,5%) e financeira (38,1%), o que afeta os prazos de execução dos projetos e limita a evidência de resultados observados¹⁹. Estas reprogramações afetam principalmente os projetos enquadrados em PRU, os projetos de Ações de Valorização e Qualificação Ambiental, de Mobilidade Territorial, de Valorização do

¹⁹ Fonte: Inquérito aos Promotores, realizado no âmbito da presente Avaliação.

Património Cultural e de Equipamentos e serviços coletivos de proximidade. (Anexo F - Tabelas 4, 5 e 6).

- Deficiente configuração das EEC, designadamente dos Polos de Competitividade e Tecnologia, cujos mecanismos se revelaram insuficientes para promover a inserção das entidades regionais nos Polos criados a nível nacional e também das PROVERE, Clusters e RUCI, cujo desempenho foi condicionado pela fragilidade institucional dos parceiros e dos modelos de governação adotados, pela fraca articulação estratégica das iniciativas de investimento, bem como pelo fraco compromisso das Parcerias para o alcance dos resultados. Estes fatores condicionaram o desempenho e as mais-valias esperadas destes instrumentos, que se pretendiam inovadores na mobilização de iniciativas setoriais e territoriais e aos quais se atribuía um papel importante no acesso aos Fundos.

Qual a expressão territorial da trajetória dos indicadores de realização física, financeira e de resultado, associados a cada um dos objetivos do Programa? Qual a incidência territorial dos principais progressos observados e prospetivados?

A distribuição do investimento do INALENTEJO é relativamente equilibrada e acompanha, excluída a influência dos projetos de grande dimensão, a hierarquia dos Centros Urbanos delineada no PROT Alentejo, o que decorre em grande medida da sua forte componente municipal e transversalidade relativamente às áreas de intervenção abrangidas. Contudo, as análises efetuadas evidenciam:

- A menor capacidade de captação do investimento das sub-regiões do Alto Alentejo e, principalmente, da Lezíria do Tejo, que surge claramente desfavorecida no conjunto da Região, revelando baixos índices de investimento global cofinanciado tanto INALENTEJO como por outros PO, o que resulta numa capitação (investimento por habitante) bastante inferior à média regional, sobretudo no que respeita ao investimento da Administração Local.
- A maior capacidade de captação de investimento dos concelhos de Évora e Beja, face aos concelhos dos restantes centros regionais, em grande medida devido ao investimento no Parque de Indústria e Aeronáutica no 1º caso e, no 2º caso, aos investimentos relacionados com a construção do Aeroporto.
- No que respeita à atração de investimento empresarial, destaca-se o papel polarizador dos concelhos de Évora e Sines e a fraca dinâmica registada no Concelho de Beja, bem como a dinâmica dos Centros de 2º nível do Sistema Urbano Regional;
- No que respeita ao reforço da Rede Regional de Parques Empresariais, destaca-se o reforço e a qualificação (i) da infraestrutura de acolhimento empresarial no principal centro urbano regional

- Évora, associado ao desenvolvimento do sector da aeronáutica num contexto de fraca dinâmica do conjunto dos centros urbanos regionais; e (ii) o reforço e qualificação das áreas de acolhimento empresarial no Eixo Lisboa-Évora, aquele com maior potencial de atração e de afirmação empresarial externa.
- Relativamente à dotação de serviços coletivos à população, as análises efetuadas evidenciam a maior incidência do investimento nos centros Urbanos Regionais de Beja, Évora e Portalegre e o reforço das funções regionais de Évora (Saúde e Património cultural), Beja e Santarém (Saúde).
 - Quanto à promoção da competitividade e atratividade das cidades, destaca-se a maior incidência territorial do investimento no âmbito das RUCI, nos Centros Urbanos Complementares (3º nível da hierarquia) e o reduzido investimento nos Centros Urbanos Regionais, aqueles com ambiente mais favorável à inovação económica e social e maior capacidade competitiva e de afirmação externa.
 - No que respeita ao desenvolvimento sustentável das cidades, a distribuição dos projetos apoiados respeita a hierarquia urbana, acolhendo os Centros Urbanos Regionais o maior número de projetos, com destaque para Elvas, o centro mais beneficiado; contudo, em termos de investimento são beneficiados os Centros Urbanos Complementares.

QA 2 - Quais os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do Programa, em cada uma das suas prioridades estratégicas? O impacto das intervenções é sustentável?

A resposta à Questão de Avaliação é desenvolvida através das respostas às Sub-questões seguintes.

Qual o contributo efetivo das tipologias de intervenção com maior dinâmica e relevância na prossecução dos objetivos e prioridades estratégicas do PO, para a sua concretização? Qual a intensidade desse contributo?

As análises efetuadas permitem evidenciar o seguinte:

- Forte contributo do Programa para o reforço da dotação de serviços coletivos à população, principalmente nas áreas do Ensino Básico e Pré-escolar e Saúde, pelos níveis de insucesso escolar e pelas notórias insuficiências em infraestruturas de saúde diagnosticadas na Região, mas também no Apoio social a idosos, Atividades culturais e Modernização Administrativa.
- Forte contributo do Programa para a Criação de Empresas, o Empreendedorismo e a Inovação Empresarial, principalmente através de projetos de modernização e reforço da capacidade empresarial (em empresas existentes e novas empresas) com uma adesão significativa de

sectores considerados estratégicos para a Região: turismo (setor com uma dinâmica de investimento muito destacada), mármore e vinho (neste caso com um volume de investimento bastante significativo em fatores dinâmicos de competitividade). Contudo, os resultados foram limitados no que respeita à diversificação da base económica regional (fruto, nomeadamente, da fraca expressão dos designados sectores estratégicos emergentes: automóvel, TIC e aeronáutica) e também ao nível da iniciativa empresarial na promoção da I&DT.

- Forte contributo para a afirmação e desenvolvimento do setor do Turismo, quer através dos projetos empresariais (p.e., nas componentes de alojamento, dinamização, animação e promoção turística), quer por via de iniciativas de valorização do património e dinamização de atividades culturais.
- Forte contributo para o desenvolvimento urbano, fundamentalmente através de iniciativas de qualificação urbana muito concentradas em intervenções no espaço público, nas infraestruturas urbanas, na valorização do património e dinamização cultural e contributo positivo também para o reforço de funções regionais em Centros Urbanos Regionais: Évora (Saúde e Património), Beja e Santarém (Saúde). Contudo, apesar do forte investimento realizado ao abrigo dos instrumentos da Política de Cidades, principalmente no âmbito das PRU, os resultados ao nível da **competitividade urbana e do sistema urbano** (diferenciação funcional, dinamização económica e inovação em contexto urbana e afirmação das vocações funcionais dos principais centros urbanos regionais), podem considerar-se fracos. O Objetivo de Reforçar a Competitividade e Atratividade do Sistema Urbano Regional sai, de certa forma, enfraquecido em face da dinâmica muito acentuada do investimento municipal, da fraca capacidade de afirmação de orientações estratégicas intermunicipais do investimento e da fraca coordenação e orientação estratégica regional do investimento público. Os resultados atingidos neste Objetivo encontram-se associados, fundamentalmente, ao efeito livre e cumulativo das iniciativas públicas e privadas, locais e setoriais.
- Forte contributo para a mobilidade intrarregional baseado, fundamentalmente, em projetos de qualificação da rede de infraestruturas rodoviárias locais; contudo, é de registar a ausência de contributo na qualificação e inovação dos serviços de transporte e na articulação dos modos de transporte, questão sinalizada como uma fragilidade da Região.
- Fraco contributo das intervenções apoiadas para a constituição de uma rede regional de centro tecnológicos, face aos fracos resultados no domínio da criação e dinamização de infraestruturas

científicas e tecnológicas regionais, sendo de destacar apenas a perspetiva de novos desenvolvimentos com a estruturação do Sistema regional de transferência de Tecnologia.

- Contributo para o reforço da Rede Regional de Parques Empresariais desajustado face aos objetivos estabelecidos, pelo fraco investimento nos principais parques empresariais da Região e dispersão de áreas de acolhimento empresarial por centros de nível inferior, com menor dimensão e capacidade de dotação de serviços qualificados às empresas, comprometendo o objetivo central da coerência da rede de áreas de acolhimento empresarial.
- Contributo limitado para o cumprimento dos objetivos na área do ambiente, designadamente para a gestão eficiente dos recursos hídricos, para a criação de condições de fruição das áreas de maior valia ambiental, dadas as potencialidades da Região, e ainda para a proteção e valorização do litoral e mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

O contributo das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do Programa foi condicionado pela persistência de um padrão tradicional de investimento municipal muito centrado na criação/ampliação de infraestruturas, equipamentos e serviços à população, fruto de lógicas municipais, frequentemente com um alcance estritamente local e com fraca capacidade de indução de dinâmicas de desenvolvimento económico.

Quais os objetivos e as prioridades do Programa que até à data foram alcançados de forma mais efetiva e quais aqueles que se espera virem a ser alcançados de forma mais efetiva até final do período de programação?

A reduzida informação relativamente a resultados alcançados, constitui uma limitação na resposta à Questão de Avaliação, principalmente no caso dos objetivos para os quais não estão disponíveis indicadores e o respetivo cálculo. Contudo, tendo presente os projetos e o investimento aprovados, bem como os resultados observados e esperados, pode considerar-se que os objetivos que foram/serão alcançados de forma mais efetiva são os seguintes:

- *Objetivos específicos do PO:* Assegurar a dotação de serviços coletivos à população, Incentivar a criação de empresas, o empreendedorismo e a inovação empresarial, Promover o desenvolvimento urbano sustentável e Promover a mobilidade intrarregional.
- *Objetivos específicos de Eixo:* Eixo 1- Incentivar a criação de empresas, incentivar a inovação produtiva nas micro e pequenas empresas, Reforçar a informatização e modernização da Administração Pública, promovendo a disponibilização de serviços nos meios digitais, Facilitar o contacto dos cidadãos e empresas com a Administração Pública, através da reorganização espacial dos serviços, Aumentar a notoriedade internacional da Região para a captação de IDE qualificante e para a atividade turística. Eixo 2 – Melhorar a cobertura territorial em

equipamentos e serviços na área da Saúde e Promover a valorização do património cultural e a sua fruição pública. Eixo 3 – Reforçar e qualificar a oferta educativa do Ensino Pré-escolar, Básico e Básico integrado, Promover a regeneração urbana e a requalificação de áreas específicas, Melhorar a cobertura territorial em equipamentos sociais e Melhorar a articulação da rede viária regional.

- Os Eixos prioritários com objetivos alcançados de forma mais efetiva, foram o Eixo da Coesão Local e Urbana e, em segundo lugar, o Eixo da Competitividade, Inovação e Conhecimento.

Qual o comportamento dos indicadores de impacto que medem a concretização de cada um dos objetivos e prioridades do Programa? Evoluíram de acordo com o esperado, ou seja, de forma convergente com os objetivos e prioridades estratégicas do PO?

Das análises estatísticas efetuadas conclui-se que as relações entre a evolução dos indicadores que medem a evolução do desenvolvimento regional e os indicadores (de investimento), que medem a execução do Programa são globalmente fracas, fruto principalmente do reduzido grau de execução do Programa e do desfasamento entre as temporalidades de execução e dos efeitos induzidos. A (in)disponibilidade de grande parte da informação estatística para 2011 (2009 e, nalguns casos 2010, é o período de observação mais recente), conduz a que os indicadores observados dificilmente traduzam a influência dos investimentos realizados no âmbito do INALENTEJO e os resultados do Programa.

Contudo, são evidentes as seguintes relações:

- Forte associação entre a execução do INALENTEJO e o desempenho do sector empresarial (medido pelo Índice Síntese que integra os indicadores de emprego, empresas, volume de vendas, VAB, exportações e importações). Este é o impacto positivo do INALENTEJO mais significativo em termos estatísticos, revelando o efeito dos investimentos realizados ao abrigo do Programa na dinamização da economia local e regional.
- Relação significativa do INALENTEJO com as áreas do ensino e do património natural e ambiente, já que nos territórios onde o investimento ao abrigo do Programa foi reduzido, os indicadores associados a estas áreas sofrem uma variação negativa.
- Relação significativa do INALENTEJO com a demografia, já que nos territórios em que o investimento foi muito elevado, observa-se uma evolução favorável do crescimento demográfico.

Até que ponto o comportamento dos indicadores de impacto observados na Região decorrem dos investimentos apoiados no âmbito do Programa, ou de outras iniciativas de política pública, cofinanciadas ou não, bem como de condicionantes contextuais? Que outros fatores e investimentos contribuíram para os impactos registados ou previstos?

As análises efetuadas permitem concluir que o INALENTEJO é, face aos outros Programas, aquele que possui maior relação com o desempenho dos indicadores nos domínios observados e contribui decisivamente para os impactos detetados em quase todos os perfis de investimento. Contudo, é possível observar relações significativas:

- O desempenho do sector empresarial revela uma forte relação também com o ProDeR, a par da relação observada com o INALENTEJO, sendo que aquele revela uma relação mais estreita especificamente com o número de empresas criadas e com o sector comercial.
- O desempenho dos domínios relacionados com as condições de vida, educação, poder de compra, pobreza e criminalidade, possui uma forte relação com o investimento realizado ao abrigo do POPH, sendo evidente o impacto positivo deste Programa no desenvolvimento social da Região.
- O desempenho ao nível do emprego (peso do emprego na fase de construção) possui uma relação significativa com o POVT, responsável pelas grandes intervenções públicas regionais.
- O POFC é o Programa que evidencia uma menor relação com o desempenho de qualquer domínio ou sector de atividade.

Quando analisado o impacto do INALENTEJO na Região face aos outros Programas de financiamento de iniciativa pública, é também evidente a complementaridade entre eles no suporte à concretização dos objetivos do PO, exceto no que respeita ao sector empresarial em que existem algumas sobreposições quer com o ProDeR (com o qual existe concorrência), quer com o POFC, face aos grandes investimentos apoiados também pelo INALENTEJO. A relação de complementaridade é observada principalmente com o POVT e o POFC que financiam a maior parte das grandes operações de investimento na Região (sendo que o POFC tem intervenção determinante na indústria transformadora) e também com o ProDeR, que tem maior incidência no sector primário e na indústria alimentar, na infraestruturação material (p.e., rede de rega dinamizada pela EDIA na envolvente do EFMA) e na valorização económica de recursos e iniciativas locais, lacuna de intervenção do INALENTEJO.

O INALENTEJO diferencia-se dos outros Programas pela sua focalização e maior investimento em domínios relacionados com os serviços predominantemente públicos e com as debilidades diagnosticadas na Região (fragilidade da rede urbana, desvitalização dos centros históricos, rede viária incompleta, insuficiente disponibilização do património para fruição pública, insucesso escolar, insuficiência dos serviços de saúde...). Os grandes projetos de transportes (marítimo, aéreo e terrestre)

de abertura da Região ao exterior, o investimento na fileira agroalimentar e turismo, o apoio ao desenvolvimento industrial e à exploração mineira, os projetos ambientais de maior impacto, são contemplados, principalmente, por outros Programas.

Em termos territoriais, o INALENTEJO tem uma importância relativa superior aos outros Programas no Alto Alentejo, onde estes têm uma menor incidência. A polarização do investimento em Évora e Beja é reforçada através do investimento realizado pelos outros Programas.

Qual a sustentabilidade dos investimentos e dos respetivos resultados? Quais os seus fatores críticos de sustentabilidade e o respetivo impacto previsível na manutenção e consolidação dos impactos observados e esperados?

A sustentabilidade futura, em termos de manutenção e de sobrevivência dos investimentos apoiados encontra-se seriamente em risco devido ao desequilíbrio entre custos de manutenção/exploração e receitas e ao elevado grau de dependência de recursos públicos, num cenário de previsível decréscimo do financiamento público.

A reduzida importância atribuída à sustentabilidade (diversas dimensões) na seleção das candidaturas e a deficiente avaliação da sustentabilidade das operações (pela insuficiência dos elementos solicitados em fase de candidatura e pela ausência, na maior parte dos casos, de estudos de viabilidade económica e financeira), acrescem os riscos de sustentabilidade das operações apoiadas.

QA 3 - As intervenções apoiadas estão a produzir efeitos não esperados? Em caso afirmativo, quais são esses efeitos e de que modo são convergentes ou divergentes com os objetivos e princípios do Programa?

A avaliação das realizações e resultados dos projetos apoiados, com base nas diferentes fontes de informação e análises efetuadas, não permitiu identificar resultados não esperados.

Contudo, foi possível observar alguns desvios que afetaram os resultados observados e esperados sinalizados ao longo do presente Relatório, relativamente aos fatores seguintes:

- (i) Dinâmicas de procura e investimento em áreas afetadas pela crise macroeconómica e financeira, indutora de constrangimentos orçamentais e de dificuldades de acesso ao crédito que condicionaram a execução nalgumas áreas de cariz mais inovador (p.e., SI Inovação e I&DT, Política de Cidades e EEC) as quais assentavam na concretização de projetos de parceria institucional e operativa, que, fortemente afetada pelas diferente capacidade de execução dos parceiros envolvidos, limitou bastante os resultados globais observados; e
- (ii) Concretização de apostas estratégicas do Programa por dificuldade de concentração temática e seletiva do investimento. Independentemente de terem sido contratados projetos dentro da matriz dos objetivos e apostas estratégicas do Programa, os mesmos não têm associada massa

crítica bastante geradora de acumulação de efeitos para a competitividade (inovação, conhecimento, internacionalização, cooperação em rede) que se pretendia atingir, p.e., nas esferas da I&D/Transferência de Tecnologia e da regeneração e competitividade urbana.

Entre os resultados não esperados, refira-se a concentração de investimento na fileira do Turismo, fruto do investimento apoiado no âmbito do Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento, onde convergiram projetos com elevada expressão económica (aparentemente de enquadramento preferencial no POFC/Compete) e de âmbito diversificado, com impacto ao nível das várias dimensões da fileira turística (promoção externa, diversificação do produto, empreendedorismo...), reforçado pelo investimento realizado no âmbito dos outros Eixos, designadamente na valorização e divulgação do património construído e de outros recursos com potencial turístico. O INALENTEJO surge, assim, associado a uma intervenção que combina promoção da Região como destino, valorização e promoção dos seus produtos e valores com potencial diferenciador.

Ao nível dos desvios face a objetivos relevantes do Programa, são de referenciar (não concretização):

- Rede de Parques Empresariais – as operações aprovadas concentraram-se em exclusivo na componente de infraestruturação, sendo inexistentes intervenções com a componente de serviços partilhados, uma dimensão que constitui objetivo explícito do Programa, associado à criação/qualificação da Rede.
- Promoção e abertura da Região ao exterior - presença limitada de projetos que evidenciem resultados significativos em termos de integração da Região em espaços e redes mais alargadas; no fundamental, trata-se de projetos cujos resultados têm um alcance principalmente local/regional.

QA 4 - As realizações e os resultados verificados poderiam ter sido alcançados com menos recursos?

Atualmente não se verificam desvios significativos entre os custos observados e previstos, principalmente devido à disciplina introduzida sobre os “trabalhos a mais”, observância de regras da contratação pública e consulta ao mercado através do Procedimento de Concurso Público. A utilização de procedimento concursal tem um impacto positivo nos custos finais das obras.

A existência de tabelas de custo padrão para um número de tipologias de infraestruturas e equipamentos mais alargado, poderia introduzir maior racionalidade nos custos finais dos projetos apoiados.

A organização de Concursos de forma a estimular projetos comuns no âmbito das Subvenções Globais e a apresentação de candidaturas comuns (intermunicipais) no quadro das estratégias preconizadas pelos

Programas Territoriais de Desenvolvimento promovidos pelas CIM, deveriam ter constituído uma prática mais generalizada, com efeito tendencial muito positivo ao nível da relação entre os custos da elaboração das candidaturas e de implementação dos projetos e os respetivos resultados. Apesar da predominância de uma lógica atomizada dos projetos apoiados, aquele efeito foi conseguido, nomeadamente, no domínio da iluminação pública e da sinalização semafórica, na elaboração das Agendas 21 Locais do Alentejo Central, nos projetos de Economia Digital e na Modernização Administrativa dos Serviços Municipais.

IV. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As Conclusões do exercício de Avaliação Intercalar aqui apresentadas são fundamentadas, por um lado, no tratamento e análise de dados empíricos recolhidos ao longo do processo de trabalho e, por outro lado, na reflexão (numa perspetiva de avaliação), apresentada e desenvolvida no Capítulo anterior. Este capítulo beneficia ainda dos resultados obtidos nos vários espaços de auscultação e de participação de entidades interessadas na discussão dos resultados gerados pelo processo de Avaliação Intercalar. Neste aspeto, destaca-se os resultados obtidos via Entrevistas, Estudos de Casos e Focus Group.

No sentido de responder de forma direta ao solicitado no Caderno de Encargos, as Conclusões aqui apresentadas têm associadas um conjunto de Recomendações formuladas numa dupla perspetiva: por um lado, numa perspetiva de intervenção ainda no período restante do atual ciclo de programação; por outro lado, numa perspetiva de contribuir com um conjunto de elementos de reflexão no sentido da preparação da Região para o próximo período de programação.

Os níveis de compromisso atuais do INALENTEJO, em termos globais e por Eixo Prioritário, e a circunstância de a realização da Avaliação Intercalar ocorrer a cerca de um ano do fecho do período de vigência formal do Programa, delimitam/condicionam o campo de formulação deste conjunto de Recomendações da Avaliação Intercalar nomeadamente daquelas que se pretende venham a ser implementadas, ainda, no decurso do atual período de programação.

O registo adotado nas Tabelas seguintes (que associam as Conclusões a Recomendações e estabelecem linhas de operacionalização destas) estrutura conteúdos que se orientam, por um lado, para a melhoria da eficácia da gestão e do acompanhamento da implementação do Programa e, por outro lado, para dinamizar a absorção de recursos de financiamento em Áreas de Intervenção importantes para a arquitetura de objetivos do Programa.

IV. 1. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES - vigência do INALENTEJO

Uma nota prévia, de natureza mais global, remete para uma constatação: entre o 2.º Semestre de 2008 e o momento de realização da Avaliação Intercalar, no ciclo mais longo da sua vigência, o INALENTEJO tem vivido uma conjuntura prolongada desfavorável às dinâmicas de implementação e de concretização de importantes objetivos. O comportamento regional das principais variáveis, da economia ao emprego, não tem favorecido uma trajetória de desempenho consentânea com a desejável mudança de ciclo da intervenção dos Fundos Estruturais que se pretendia para a Região.

Todavia, e face à concretização de importantes objetivos de qualificação do território, entretanto consumada, seria desejável que qualquer margem de manobra das dotações financeiras disponíveis (ou a disponibilizar por eventuais desistências/cancelamento/rescisões de projetos) fosse encarada como uma oportunidade para retomar opções e prioridades estratégicas, nomeadamente em áreas de Intervenção do Eixo da Competitividade, Inovação e Conhecimento e procurando valorizar as apostas nas cadeias de valor estratégicas e sectores emergentes.

Nesta perspetiva, fixam-se as seguintes Conclusões e respetivas Recomendações associadas, com sinalização de destinatários e de elementos de operacionalização.

Conclusão (C1) - Sectores estratégicos regionais: O Programa registou uma adesão positiva por parte das empresas da Região ao leque de incentivos disponíveis. Como resultado da Avaliação emerge, todavia, uma desequilibrada adesão no conjunto dos designados setores estratégicos regionais que constituem uma parte significativa da base económica regional assentes, nomeadamente, na exploração de recursos produtivos regionais de qualidade.

As atividades da fileira do Turismo apresentam um comportamento muito relevante, sendo a atividade económica mais beneficiada no quadro dos incentivos empresariais. Em contrapartida, regista-se uma fraca presença de iniciativas de investimento empresarial em domínio-chave para o desenvolvimento regional: agroalimentar, cortiça, TIC e automóvel. Assim, permanece por concretizar, no âmbito do INALENTEJO, a dinamização dos sectores económicos tradicionais, bem como dos sectores emergentes.

Recomendação - Adoção de uma abordagem focalizada/privilegiada sobre as empresas dos sectores considerados estratégicos para a Região, no âmbito dos Concursos dos Sistemas de Incentivos às empresas, em sede de Aviso de Concurso ou de Orientação Técnica, mobilizando para esse objetivo vários “stakeholders” do PO, com destaque para as Associações Empresariais.

Destinatário: Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios

Operacionalização: Ajustar os Avisos dos Concursos no sentido de estabelecer como empresas/setores-alvo ou a privilegiar as empresas/setores estratégicos regionais.

Conclusão (C2) - Dinamização da procura: As iniciativas de dinamização da procura dirigidas a públicos-alvo específicos, nomeadamente, as iniciativas dirigidas às empresas registaram uma adesão positiva por parte dos agentes locais. Estas iniciativas foram importantes para a dinamização da procura e constituíram formas eficazes de esclarecimento e de aproximação do Programa junto dos potenciais beneficiários e das estruturas associativas. Dadas as características do tecido empresarial regional, a ampliação e consolidação desta linha de ação, pela Autoridade de Gestão, deve constituir uma opção relevante no sentido da dinamização ativa da procura, da promoção de projetos individuais e coletivos e da dinamização de redes, sobretudo, junto de setores estratégicos.

Recomendação - Reforço dimensão da gestão do Programa através da divulgação permanente junto das empresas da Região, em colaboração com as estruturas associativas dos vários setores. Paralelamente, devem ser alargadas as iniciativas de divulgação do Programa junto de destinatários-alvo e em territórios exteriores à Região, no sentido captar de investimento; para estas iniciativas, a Autoridade de Gestão deve estabelecer parcerias com entidades nacionais, nomeadamente, com os Organismos Intermédios (IAPMEI, AICEP e AdI) e Turismo de Portugal.

Destinatário: Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios

Operacionalização: Estabelecer uma agenda específica e regular de divulgação do PO junto de públicos alvo específicos, com mobilização das Associações Empresariais.

Conclusão (C3) - Âmbito supramunicipal/intermunicipal dos projetos: Apesar de constituir um objetivo do Programa Operacional, em linha com objetivos globais do QREN e dos respetivos PO, a orientação das iniciativas de investimento público (e privado) para intervenções em parceria e com um âmbito territorial alargado, não teve o sucesso esperado e desejado. Com efeito, o peso dos projetos com incidência supramunicipal atinge apenas 10,7% do total dos projetos apoiados e o número de projetos desta natureza enquadrados nos Planos de Ação das CIM foi bastante reduzido: 9, num total de 332 projetos. O investimento promovido pelos Municípios tem, assim, uma influência local estrita e assenta predominantemente em infraestrutura física e equipamento (local).

Recomendação - Reforço da importância da dimensão supramunicipal e da natureza integrada das intervenções nos processos de avaliação dos projetos, p.e., dos projetos nos domínios das infraestruturas e equipamentos urbanos, com forte incidência na estruturação e organização dos territórios. Paralelamente, deve ser: (i) incentivado o investimento público, que revista uma forte complementaridade com a promoção da base económica local e a promoção dos fatores relevantes de competitividade territorial e do sistema urbano; e (ii) valorizadas (no âmbito do processo de seleção das operações) as prioridades de desenvolvimento e de ordenamento territorial inscritas nos instrumentos de ordenamento de âmbito municipal (planos diretores municipais), e de âmbito supramunicipal (planos integrados de ordenamento do território) e regional (planos regionais de ordenamento do território).

Destinatários: Autoridade de Gestão e CIM
Beneficiários

Operacionalização: Reforçar o carácter integrado e a dimensão intermunicipal dos (pacotes) de projetos apresentados.

Acentuar o carácter de complementaridade entre o investimento público e a dinamização da economia local.

Estabelecer como critério de seleção a conformidade dos projetos e programas de investimento a candidatar com as opções de ordenamento do território e de urbanismo de âmbito municipal, intermunicipal e regional.

Conclusão (C4) - Mobilidade Territorial: Concentração do investimento realizado na Mobilidade Territorial na componente da infraestrutura rodoviária, sendo de registar a ausência de contributos para a qualificação e inovação dos serviços de transporte e para a articulação dos modos de transporte, questão sinalizada como uma fragilidade da Região. Com efeito, com a exceção de um caso todos os projetos desta Área de Intervenção incidiram sobre iniciativas de construção/renovação de rodovias.

Recomendação - Estabelecimento de critérios de elevada seletividade nesta Área de Intervenção canalizando as operações aprovadas para objetivos de reforço da coerência da rede viária regional (articulação das redes locais com a rede regional e nacional) e para intervenções de melhoria do serviço de transporte regional incentivando soluções ajustadas ao padrão de povoamento do território.

Destinatário: Autoridade de Gestão e CIM

Operacionalização: Ajustar Avisos de Concursos a esta Recomendação.

Conclusão (C5) - Diversificação da Base Económica Regional: A implementação do Programa revela resultados limitados no Objetivo de Diversificação do perfil de especialização produtiva regional. O PO apresenta resultados muito significativos na fileira do Turismo cujo setor constitui o mais dinâmico em termos de investimento apoiado, seguindo-se as atividades ligadas ao vinho e aos mármore. Assim, com exceção do Turismo, o PO revela limitados resultados nos designados sectores emergentes o que pode vir a condicionar o alcance do objetivo de diversificação da base económica regional.

Recomendação - Reforço das iniciativas da Autoridade de Gestão para atuações de dinamização da procura orientadas para os sectores estratégicos da economia regional, com acesso e mobilização de recursos de financiamento do Eixo Competitividade, Inovação e Conhecimento.

Destinatário: Autoridade de Gestão

Operacionalização: Organizar sessões de divulgação dirigida centradas em “players” da modernização empresarial e investimento com participação ativa das Associações Empresariais.

Conclusão (C6) - Iniciativas de base local: Ausência de apoios, nos campos de intervenção dos Regulamentos Específicos do Programa, para investimentos micro de base local (materiais e imateriais).

Recomendação - Estímulo à aplicação na Região do Programa Valorizar para construir respostas à necessidade de incentivar os apoios a microempresas e a projetos de natureza produtiva, equacionando a possibilidade de articular com a intervenção dos GAL (Eixo 3 do ProDeR) e dos GADE dos Municípios.

Destinatário: Autoridade de Gestão

Operacionalização: Regulamentação específica e Orientações Técnicas preparatórias de Avisos de Concurso; e Equacionar a possibilidade de articular com a intervenção dos GAL (Eixo 3 do ProDeR) e dos GADE dos Municípios.

Conclusão (C7) - Dinamização económica dos investimentos públicos: Predomínio de operações com um âmbito, fundamentalmente, local e fraca capacidade para induzir dinâmicas de desenvolvimento económico de grande parte dos investimentos públicos, mesmo quando enquadrados em Programas / Planos de Ação.

Recomendação - Reforço das Orientações Técnicas de suporte a novos Avisos de Concursos no sentido de conferir prioridade às intervenções municipais e intermunicipais geradoras de diferenciação funcional, dinamização económica e inovação

Destinatário: Autoridade de Gestão

Operacionalização: Reforço das Orientações Técnicas de suporte a novos Avisos de Concursos.

Conclusão (C8) - Sustentabilidade: Sustentabilidade problemática dos investimentos fortemente dependentes do financiamento público, num ciclo prolongado de constrangimentos orçamentais da parte da Administração Central e Local. Em 74,3% dos casos para os quais existe informação disponível (500 projetos), o grau de cobertura dos custos operacionais pelas receitas foi classificado como “negativo” ou “muito negativo”. Trata-se, predominantemente, de projetos de infraestruturização do território e de serviços públicos à população muito dependentes do financiamento por parte de recursos públicos (93% das entidades beneficiárias que indicaram ter como fonte de financiamento recursos públicos, referem que essa dependência se situa entre 75 e 100%).

Recomendação - Avaliação mais rigorosa da sustentabilidade das operações, generalizando a introdução de critérios/requisitos de análise de sustentabilidade financeira ajustada à utilidade pública dos investimentos. Paralelamente, recomenda-se o reforço da importância atribuída ao critério da sustentabilidade no processo de seleção das operações.

Destinatário: Autoridade de Gestão e CIM

Operacionalização: Introduzir critérios de sustentabilidade no processo de seleção; e Rever condições de admissibilidade das operações, nos casos aplicáveis.

Conclusão (C9) - Sistema de Indicadores: (a) Insuficiência do conjunto de indicadores existentes, na perspetiva da monitorização e avaliação do contributo das intervenções para os Objetivos do Programa para a Estratégia Regional. Exemplos: Requalificação da Rede Escolar (o acréscimo da cobertura do ensino pré-escolar deveria contemplar um indicador sobre o número de salas/vagas criadas neste nível de ensino); Mobilidade Territorial (inexistência de indicadores que permitam uma leitura do tipo de investimentos ao nível das infraestruturas rodoviárias); e Base económica regional (inexistência de indicadores que permitam acompanhar o comportamento dos designados sectores estratégicos regionais). (b) Insuficiência dos procedimentos de registo e atualização regular da informação relativa às realizações e resultados dos projetos aprovados.

Recomendação - (i) Identificação rigorosa de indicadores, associados ao conjunto de objetivos dos Eixos Prioritários do Programa de modo a assegurar uma adequada monitorização de contributos (com relevância para o futuro PO); e (ii) Apetrechamento do SIGPOA com recursos técnicos que assegurem um adequado e atualizado registo de informação do ciclo de vida das operações, com vista a dispor de informação sobre o cumprimento de metas e objetivos, o que pressupõe introduzir novos atributos de registo das operações e indicadores que ventilem a sua relevância estratégica.

Destinatário: Autoridade de Gestão

Operacionalização: Reforçar a qualidade do Sistema de Informação do Programa, nomeadamente, no domínio do sistema de indicadores utilizados. As melhorias a introduzir neste domínio deverão tornar este sistema de indicadores num instrumento qualificado na produção de informação, de natureza operacional e estratégica e, como tal, utilizado em fase de gestão corrente, de monitorização e de avaliação do Programa.

Conclusão (C10) - Planos de Ação: Reduzida expressão e articulação estratégica das iniciativas de projetos e investimentos no âmbito das Estratégias de Eficiência Coletiva e no âmbito das Subvenções Globais, limitando a eficácia e eficiência destes instrumentos de política e contratualização. Com efeito, por um lado, é reduzido o peso que as EEC referentes a PCT, Clusters e PROVERE tiveram no conjunto do PO (abrangem apenas 5,1% do investimento apoiado) e, por outro lado, os investimentos apoiados no âmbito dos restantes Planos de Ação evidenciam uma natureza muito local e atomística.

Recomendação - Reforço da função acompanhamento dos projetos aprovados e da implementação dos Planos de Ação, com vista a uma maior focalização nos Objetivos e Resultados esperados, enquanto compromissos destes Planos e Parcerias. [O acompanhamento da implementação do Programa Estratégico do SRTT poderá constituir um bom teste].

Destinatário: Autoridade de Gestão

Operacionalização: Afetar recursos técnicos e humanos às tarefas da função acompanhamento.

Conclusão (C11) - Coordenação: Existência de um potencial de articulação estratégica entre a AG INALENTEJO e a AG do COMPETE e os Organismos Intermédios: As AG do INALENTEJO, do COMPETE e os Organismos Intermédios com intervenção na área empresarial devem reforçar a articulação e a conjugação de recursos e iniciativas no sentido de promoverem a divulgação do Programa Regional junto de empresas no exterior da região visando uma maior procura do programa por parte das empresas exteriores à região contribuindo desta forma para a captação de novo investimento empresarial.

Recomendação – Desenvolvimento de iniciativas conjuntas de captação de IDE e outro com potencial estratégico para a Região, com divulgação e promoção exterior do Programa junto de potenciais interessados em investir na Região beneficiando das condições específicas de apoio ao investimento empresarial oferecidas pelo PO e valorizando o potencial locativo das Áreas de Acolhimento Empresarial existentes no Alentejo.

Destinatário: Autoridade de Gestão

Operacionalização: Ações de divulgação no exterior dos incentivos disponíveis; e atuações pró-ativas, p.e., de diplomacia económica valorizando o potencial locativo das principais Áreas de Localização Empresarial.

IV.2. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES - próximo ciclo de programação

Os elementos de balanço da Avaliação Intercalar evidenciam um conjunto de dimensões-problemas e de necessidades de intervenção que não podem ser objeto de correção ou reorientação na vigência do INALENTEJO mas cuja relevância e pertinência, à luz das necessidades de promoção do desenvolvimento regional, sugerem haver vantagem em ser tomadas como prioridades a equacionar do próximo ciclo de programação dos Fundos Estruturais para a Região.

Estas prioridades devem ser equacionadas conjugadamente com os contributos para o próximo período de programação apresentados no *Apêndice* a estas Recomendações que integra, igualmente, as orientações da Política de Coesão para a programação, no horizonte 2014-2020.

A. Pressupostos de trabalho a adotar na programação

- ✓ *Seletividade e concentração temática e territorial do investimento* correspondendo à necessidade de orientar as estratégias de acesso e utilização dos recursos de financiamento do futuro PO, mas também para vincar a necessidade de os Regulamentos Específicos assegurarem maior adequação às dinâmicas de efetiva territorialização das políticas públicas deixando para o Regulamento geral dos Fundos a regulação e harmonização das matérias comuns.

- ✓ *Configurar o futuro Programa como instrumento prioritariamente ao serviço da afirmação do desenvolvimento económico, da organização e consolidação do Sistema Urbano Regional e da sustentabilidade ambiental da Região*, num contexto de solidariedade de financiamento com os PO Temáticos Nacionais. A estes deve caber o enquadramento de investimentos de maior dimensão deixando para o PO Regional um margem de suscitação de procura de investimento de pequena e média escala suscetível de alavancar novas âncoras de criação e fortalecimento da base económica e produtiva associadas ao modelo de ordenamento do território.
- ✓ *Estimular a abertura da Região* favorecendo a sua participação em redes internacionais ao nível da atividade económica e dos projetos de cooperação de I&D com parceiros ibéricos, europeus e intercontinentais (cooperação económica, plataformas de cidades, ...) em domínios de interesse material e imaterial para a Região, que contribuam para a transformação e valorização gradual dos ativos do território (ambiente, cultura, património, competências humanas e tradição produtiva).
- ✓ *Promover uma definição rigorosa das áreas de interesse estratégico regional para reorientar o investimento público*, segundo prioridades estruturantes de natureza regional e intermunicipal, num terreno crucial para concretizar (de facto) a concentração temática e territorial dos apoios públicos ao investimento.
- ✓ *Estruturar um novo ciclo de desenvolvimento urbano centrado na dinamização de funções diferenciadoras* que atraiam residentes dotados de qualificações e capacidade de iniciativa e *na renovação das vocações estratégicas*, nomeadamente dos Centros Urbanos Regionais e Estruturantes da Região. Trata-se de promover uma efetiva passagem das lógicas de qualificação do território *stricto senso* (infraestruturação material, dotação de Serviços à população, Proteção civil e Modernização administrativa) para as lógicas de dinamização económica e funcional das cidades e corredores económicos de valorização dos ativos do território nos respetivos mercados de implantação.
- ✓ *Estruturar uma intervenção orientada para os Territórios de Baixa Densidade*, abrangendo os Centros Urbanos Complementares de proximidade, que contemple, p.e., atuações de atração de residentes (nomeadamente, através de um ciclo de revitalização seletiva de pequenos aglomerados e aldeias), de dinamização económica de recursos locais e criação de empresas, de apoio à organização de produções primárias e respetiva valorização de mercados. Esta intervenção deve estimular articulações de financiamento com o FEADER e o FSE e equacionar mesmo as condições de enquadramento na figura das Intervenções Territoriais Integradas.

- ✓ Desenvolver o exercício da programação do desenvolvimento regional segundo uma *abordagem integrada das necessidades de competências para a Estratégia*, combinando conhecimento e qualificação do potencial humano como condição para alcançar uma Região mais inteligente e mais inclusiva, o que pressupõe envolver nos procedimentos de programação, as instâncias regionais da educação, da formação e do emprego.
- ✓ *Reorientar a capacitação institucional* no sentido de apoiar prioritariamente as estruturas técnicas de governação dos instrumentos de Programação das Estratégias de Eficiência Coletiva, contribuindo para qualificar e consolidar as intervenções dos atores na fase de implementação dos projetos subordinados à concretização de resultados.
- ✓ *Aprofundar o exercício de programação no sentido de garantir uma focalização de objetivos e resultados* ligada à identificação de dotações financeiras que fundamentem uma definição mais rigorosa de metas e indicadores, que veiculam as prioridades programáticas e que tenham por suporte dispositivos de monitorização (baterias de indicadores, normas de registo e atualização de informação, ...) que vinculem as partes interessadas (AG, OI e Entidades beneficiárias).

B. Recomendações operacionais

Esta componente sistematiza elementos de balanço não associados às Questões de Avaliação mas a uma visão compreensiva de dimensões-problema do atual período de programação as quais implicam mudanças que o próximo período de programação dos FFEE tem vantagem em equacionar desde cedo. Dado que esta preparação se encontra numa fase muito embrionária, a nível da estruturação orgânica e técnica, afigura-se prematura a identificação de destinatários das Recomendações; contudo, a formulação destas, apresenta já um registo bastante operacionalizável.

Conclusão (C1) - Regulamentação dos Programas. A regulamentação dos Programas Operacionais do QREN, ao definir um modelo uniforme baseado nas três Agendas Temáticas e envolvendo uma forte harmonização de conceitos, regras e condições, implicou uma muito limitada tomada em consideração das especificidades e prioridades regionais.

No próximo período programação seria desejável encontrar uma solução mais flexível tanto em relação ao modelo de Concursos – na sequência dos ajustamentos efetuados no âmbito dos PO do atual QREN – como às tipologias de operações e condições para a sua aprovação e financiamento comunitário.

Recomendação (R1) - Recomenda-se que a nível nacional sejam apenas aprovadas regulamentações de enquadramento e não de operacionalização, devendo estas últimas – como sempre ocorreu até 2006 – estar intimamente ligadas aos objetivos e conteúdo de cada Programa Operacional. Mesmo que se entenda elaborar regulamentos nacionais para algumas categorias de operações, estes deveriam ter carácter genérico, deixando ao futuro Programa Operacional Regional do Alentejo a decisão de como as operacionalizar (condições específicas de elegibilidade, critérios de seleção, condições de financiamento, etc.), bem como o modelo de acesso (Concursos, Convite, Candidatura contínua, etc.).

Conclusão (C2) - Implementação de Sistemas de Incentivos. Os Sistemas de Incentivos ao investimento privado a financiar pelo novo PO Alentejo deverão estar ligados aos resultados que se pretende atingir a nível do tecido económico regional, particularmente no caso das micro, pequenas e médias empresas cuja criação e desenvolvimento se encontra mais dependente do mercado local e regional. As regras de funcionamento de tais sistemas devem ser definidas no quadro do Programa.

Ainda que o próximo Regulamento do FEDER – complementado pelas novas orientações em matéria de Auxílios de Estado para 2014-20 – não preveja o financiamento de investimento em grandes empresas existe, naturalmente, um conjunto alargado de empresas de média dimensão (segundo a classificação comunitária) que têm um âmbito de atividade que extravasa largamente o espaço regional e podem justificar uma abordagem nacional, em termos de regulamentação.

Recomendação (R2) - Recomenda-se que os Sistemas de Incentivos de Nova Geração (2014-20), embora perfilhando orientações gerais comuns, sejam distintamente regulamentados no que respeita a grandes e pequenos projetos de investimento. Neste entendimento, poder-se-ia definir um limite máximo de investimento e de dimensão de empresa para a regulamentação regional, tudo o resto continuando numa lógica nacional, com intervenção da CCDR na avaliação do mérito regional. Tal solução permitiria conciliar as estratégias nacional e regional, alicerçando os pequenos e médios projetos no potencial de desenvolvimento das regiões e tornando os SI em instrumentos de política pública dessas estratégias.

Conclusão (C3) - Articulações entre FEDER, FSE e FEADER. A coordenação ou mesmo a integração de atuações financiadas pelos Fundos da Coesão (FEDER e FSE) e pelo FEADER é crucial em regiões com uma forte componente de economia rural; não é razoável nem suficiente que em vastas regiões do Alentejo o desenvolvimento local seja feito única e exclusivamente à base de intervenções cofinanciadas pelo FEADER.

Os novos regulamentos da Política de Coesão privilegiam uma abordagem temática das intervenções dos Fundos, na linha da Estratégia Europa 2020. Nesse quadro, não existem prioridades territoriais capazes de dar resposta direta aos objetivos da coesão territorial. Com vista a suprir esta lacuna, os Regulamentos preveem a existência de novas figuras de integração territorial dos Fundos: as Intervenções Territoriais Integradas (ITI) e o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Tanto num caso como no outro, trata-se de figuras que podem envolver os três Fundos, mas enquanto as ITI são lançadas e geridas por atores públicos, as DLBC seguem a metodologia e experiência LEADER devendo ser lideradas por associações da sociedade civil.

Recomendação (R3) - Recomenda-se que com vista a reforçar sinergias e complementaridades e desse modo aumentar a eficácia na utilização dos Fundos, sejam previstas na programação tanto do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-20 como do próximo Programa de Desenvolvimento Rural uma dotação para ações integradas (ITI e DLBC) envolvendo o FEDER, o FSE e o FEADER. Para além disso, deveriam ser encontradas soluções – p.e., a nível do Conselho de Coordenação Intersectorial da CCDR Alentejo – no sentido de acompanharem a aplicação na Região dos diversos Fundos e, assim, se articularem atuações nos casos em que não exista gestão integrada.

Conclusão (C4) - Modelo de contratualização. A contratualização generalizada, através de Subvenções Globais, de componentes do INALENTEJO foi um dos elementos novos que deve ser equacionado nas vantagens e desvantagens para compreender o seu efetivo potencial de aprofundamento no próximo período de programação. Em face da nova configuração administrativa do nível NUT III, afigura-se adequado explorar a possibilidade de as Comunidades Inter Municipais (CIM) dinamizarem novas formas de intervenção no território, combinando diversos Fundos de finalidade estrutural (FEDER, FSE e FEADER) e abrindo portas para um modelo de intervenção territorial mais pró ativo no estímulo ao desenvolvimento económico e à criação de emprego.

Recomendação (R4) - Recomenda-se que seja equacionada a possibilidade de no próximo PO do Alentejo se configurarem Programas Territoriais de Desenvolvimento que deem origem a ITI abrangendo o FEDER e o FSE e o FEADER e para cuja gestão sejam encontradas fórmulas inovadoras que associem as CIM às estruturas regionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional e do MAMAOT (Agricultura e Pescas) de forma a garantir abordagens integradas de desenvolvimento a nível das NUT III. Este modelo teria, ainda, a vantagem de progressivamente conduzir os Municípios a focalizar-se em outros tipos de atuação que não apenas a construção e gestão de infraestruturas e equipamentos coletivos. Para efetivar este modelo seria necessário assegurar, em sede de programação e ao longo de 2013, numa solução operativa na qual os diversos Fundos envolvidos (e que podem ainda ser complementados pelo FEAMP) afetem à partida uma parcela da sua dotação global a este tipo de operações.

Conclusão (C5) - Programação do Investimento Público, competitividade territorial e políticas de ordenamento do território. O INALENTEJO apresenta resultados fracos e desajustados nos objetivos e nas áreas de intervenção que se pretendiam contribuírem para a consolidação de um adequado modelo de organização territorial e para a promoção de redes e de fatores e dinâmicas de competitividade territorial e urbana. O desenvolvimento regional sustentável exige modelos virtuosos de organização e articulação territorial de recursos e de infraestruturas e de promoção de fatores de competitividade territorial, numa lógica de redes territoriais de desenvolvimento.

Nesta perspetiva, as políticas e os instrumentos de apoio ao investimento público e ao investimento privado, nomeadamente, com carácter estruturante, deve ter como referência as opções estratégicas e os modelos de ordenamento territorial consubstanciados nos instrumentos de gestão (planos de ordenamento do território), atração que poderá contribuir também para melhorar a coordenação e a criar sinergias entre os investimentos setoriais.

Recomendação (R5) – Recomenda-se o estabelecimento de uma relação de forte coordenação entre os apoios ao investimento público e privado e a prossecução de objetivos de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano. Trata-se de tomar como quadro de referência da programação de investimentos em infraestruturas e equipamentos de âmbito local e supramunicipal as opções estratégicas de ordenamento do território estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente, dos de âmbito municipal e regional.

Conclusão (C6) - Sistema de Informação. Desde o primeiro QCA I (1989-93) que foram ensaiados diversos modelos de sistema de informação com vista a monitorizar adequadamente os Programas e a fornecer atempadamente a informação necessária às estruturas de gestão, bem como às atividades de avaliação. Dado que nenhum modelo dos até agora implementados (uns mais centralizados como o do QCA 2000-06, outros mais descentralizados, como o atual) respondeu cabalmente às necessidades da gestão, acompanhamento, controlo e avaliação, haverá que encontrar uma solução mais eficiente e eficaz, naturalmente baseada nas necessidades específicas do futuro PO do Alentejo.

A concretização deste objetivo implica a manutenção de um modelo nacional descentralizado em que cada instrumento de programação terá que promover o seu próprio Sistema de Informação, de acordo com as suas necessidades, salvaguardando as indispensáveis articulações de conceção, alimentação, ... com os módulos centrais.

Recomendação (R6) - Recomenda-se que a CCDR Alentejo, em concertação com as Autoridades Nacionais, designadamente o IFDR, inicie um processo próprio de construção de um modelo aperfeiçoado de “software” de gestão do PO Alentejo 2014-20, logo que as orientações e a estrutura de base do futuro modelo se encontrem definidas. O sistema a adotar terá necessariamente que incorporar a totalidade da informação relativa às atividades do Programa (ao contrário, p.e., do que acontece agora com os Sistemas de Incentivos) para que se transforme num verdadeiro instrumento de gestão.

APÊNDICE – CONTRIBUTOS DA ANÁLISE PROSPETIVA PARA 2014-2020

1. ABORDAGEM PROSPETIVA

No final da 1.ª década dos anos 2000, o Departamento de Prospetiva e Planeamento apresentou os resultados de um exercício de prospetiva intitulado *Territórios em transformação - Alentejo, Horizonte 2030* que constitui, pela exigência metodológica e pelo trabalho em profundidade levado a cabo, uma referência incontornável para pensar a Região, salvaguardando as distâncias da temporalidade mais próxima tomada por referência para o futuro exercício da programação (2020).

As entradas seguintes sinalizam um conjunto de elementos-chave para a análise prospetiva no horizonte 2020, que são adaptadas dinamicamente daquele Documento do DPP.

1.1. Elementos de suporta a uma visão estratégica

Da conjugação das opções presentes nos documentos oficiais e dos projetos (e intenções) de investimento, anunciados até 2009, pode extrair-se uma **Visão Estratégica implícita** para a Região que se baseava na exploração de um conjunto de oportunidades relevantes.

✓ **Aproveitamento da localização e configuração geográfica do Alentejo**

Esta vertente assenta na possibilidade de exploração positiva das seguintes Oportunidades:

- Maior integração das economias de Espanha e Portugal e, em particular, estreitamento de fluxos de mercadorias e pessoas entre a Região de Madrid e Lisboa e o Sul de Portugal;
- Reforço das rotas marítimas que ligam, e tenderão a ligar ainda mais, a Ásia à Europa (Rota do Índico/Mediterrâneo pelo Canal do Suez e Rota Pacífico/Atlântico pelo Canal do Panamá, em alargamento);
- Exigências de diversificação de abastecimento energético da Europa que pode vir a suportar novos acessos marítimos, ao continente quer para petróleo (e, sobretudo, gás natural), quer também de matérias-primas para biocombustíveis.

A possibilidade de o Alentejo vir a explorar estas Oportunidades seria facilitada por um conjunto de infra-estruturas em curso de construção ou planeadas*:

- Porto de Sines com ampliação do terminal de carga contentorizada (Terminal Vasco da Gama) e atração de novas empresas para a Zona Industrial e Logística anexa;
- Construção de uma nova linha ferroviária em bitola europeia Sines/Évora/Elvas;

*Em 2009, o Documento considera neste conjunto a decisão de localização do Novo Aeroporto de Lisboa, na margem sul do Tejo, em Alcochete.

- Porto de Setúbal com as suas três valências: granéis, carga contentorizada e RO-RO;
- Construção da Plataforma Logística do Poceirão;
- Construção da linha de Alta Velocidade ferroviária Lisboa/Madrid, com paragem em Évora.

✓ **Aproveitamento da Base de Recursos Naturais, Clima, Ambiente e Energia**

Esta vertente assenta na possibilidade de exploração positiva das seguintes Oportunidades:

- Procura por parte da Europa do Norte de terras regadas e com clima ameno que dispensem o consumo energético para produção intensiva de primores e procura por parte de Espanha de novas áreas irrigadas face a dificuldades de recursos hídricos nas regiões de agricultura intensiva do Sul (sobretudo, Andaluzia);
- Procura acrescida de minérios em consequência do forte crescimento das economias emergentes da Ásia.
- Forte crescimento esperado da procura de energias renováveis por motivos de limitação de oferta de combustíveis fósseis e por razões ambientais, com destaque para as energias solares, em que o potencial de inovação tecnológica é de longe maior, contando a Região com um nível de insolação dos mais elevados da Europa, combinado com grande disponibilidade de espaço não edificado.

✓ **Aproveitamento de uma nova vaga de investimento imobiliário**

Esta vertente admite a existência de um forte potencial de mercado do conjunto de valências naturais e de paisagem da Região (quando comparado com outras regiões que aspiram a atrair a construção de *resorts* integrados) sobretudo, conjugado com a proximidade de um aeroporto (eventual utilização do Aeroporto de Beja para voos *low cost*) e da linha de Alta Velocidade Lisboa/Madrid (atualmente com menor probabilidade).

Desse potencial resultaria a possibilidade de exploração das seguintes Oportunidades:

- *Boom* de investimento residencial no *Sunbelt* europeu por parte de classes médias europeias – *baby boomers* e gerações mais novas;
- Procura de novas áreas para residências secundárias por parte das classes média/alta da Área Metropolitana de Lisboa e do Norte do País.

1.2. Alteração das condições externas e internas - consequências para o Alentejo

A crise financeira internacional e, posteriormente, a crise da dívida soberana na Zona Euro transformaram radicalmente parte das expectativas em que se baseava a referida **Visão Estratégica**:

- A crise impôs uma muito maior seletividade e exigência de garantias para os financiamentos privados na construção de grandes infra-estruturas que iriam favorecer o Alentejo, caso do adiamento *sine die* dos projetos do TGV e do Novo Aeroporto de Lisboa, bem como a atraso na concretização da Plataforma Logística do Poceirão.
- A crise imobiliária internacional e a crise financeira que se lhe sucedeu, desencadearam uma retração em larga escala do investimento em empreendimentos de turismo residencial, na sua maior parte, os que se localizavam no Alentejo ainda não tinham iniciado a construção.
- A crise financeira internacional e a crise da dívida soberana fizeram rever em baixa muitas das expectativas de investimento privado em grandes instalações de eletricidade solar, a partir do momento em que deixou de ser possível subsidiá-las de forma significativa.
- As incertezas quanto ao futuro crescimento do comércio Europa/Ásia, o surgimento de um concorrente de Sines para as funções de *transshipment* no interface Mediterrâneo /Atlântico e as opções quanto às Redes Transeuropeias, não vieram beneficiar o posicionamento estratégico deste importante ativo do território do Alentejo.

Se as expectativas existentes quanto ao turismo residencial como nova alavanca de crescimento do Alentejo e quanto à capacidade de Sines atrair investimentos industriais em segmentos como os biocombustíveis ou se desenvolver como plataforma oceânica se goraram, acontece que outras realidades antecipadas naquela Visão vieram a concretizar-se:

- Transformação em curso da oferta agrícola do Alentejo, iniciada com o setor vitivinícola e, posteriormente - graças ao empreendimento de Alqueva -, com o olival intensivo e, mais recentemente, com o milho e a agricultura de especialidades.
- Intensificação da exploração das valências mineiras do Alentejo (novos investimentos em Neves Corvo e início da prospeção de ouro).
- Constituição de um Pólo Aeronáutico no Alentejo, um elemento-chave para um novo “Cluster” de atividades, iniciada com a instalação em Évora das fábricas da EMBRAER, acionista majoritária da principal empresa do setor aeronáutico nacional - as OGMA.
- Investimento no “Cluster” automóvel (atividade de empresas instaladas no Parque Industrial de Vendas Novas e perspectivas de consolidação da TYCO Electronics, em Évora).

- Consolidação do papel do Porto de Sines como porto energético, via expansão das instalações de desliquefação de gás natural e ampliação da capacidade do terminal de contentores até ao milhão de TEUS que, continuando a ser explorado em concessão pelo Porto de Singapura, é atualmente visitado regularmente por dois grandes armadores (MSC e CGM_CMA); finalmente, foi decidida a construção uma linha ferroviária para mercadorias, em bitola ibérica entre Sines e Madrid, passando por Elvas / Badajoz.
- Abertura do Aeroporto de Beja ao tráfego civil ainda sem orientação definida quanto ao futuro comercial, num contexto em que foi suspensa a construção da Auto - estrada Beja/Sines.
- Avanço de projetos de turismo residencial que constituem um inicial teste à capacidade de atração do Alentejo Central e do Baixo Alentejo para esse tipo de investimentos; vários outros espaços, viram autorizada a sua utilização para instalar *Resorts*.

1.3. Visão para o futuro do Alentejo - Horizonte 2020

Neste ponto sistematizam-se os principais elementos estruturantes da visão prospetiva do Documento *Territórios em transformação – Alentejo, Horizonte 2030*.

(a) Elementos Pré-determinados

- Dinâmica demográfica endógena - traduzir-se-á num envelhecimento ainda mais pronunciado da população, tornando a evolução demográfica do Alentejo completamente dependente da atração de novos residentes.
- Território alentejano - a defrontar-se, simultaneamente, com a reestruturação e concentração das redes públicas de serviços básicos e com uma maior restrição orçamental dos Municípios.
- População residente (atual e, sobretudo, a que for atraída) - a concentrar-se ainda mais em torno nas cidades existentes mais bem equipadas.
- Dinâmica das Alterações Climáticas (aumento de temperatura, vagas de calor, etc.) - a agravar significativamente os problemas com a disponibilidade de água para as “indústrias de regadio”, e a trazer uma maior presença de insetos oriundos do Norte de África, com os riscos e efeitos inerentes, p.e, na atração de turistas (evolução gradual, no horizonte 2030).

- Elevação e volatilidade dos preços agrícolas e aumento dos custos de transporte a longa distância por via marítima (custos de energia) – a criar condições para valorizar o território do Alentejo como produtor e exportador agroalimentar.
- Transformação na geoeconomia mundial da energia, com a ascensão do Atlântico Sul e Índico e de países produtores no espaço Lusófono (Brasil, Angola e Moçambique), ocorrendo em paralelo com quebra de importações dos EUA - a concentrar os fornecimentos destas regiões na Europa, pelo que o Porto e a ZIL de Sines poderão ter uma forte expansão que será maior, se se concretizar o corredor energético ocidental previsto nas Redes Transeuropeias de Energia.
- Desenvolvimento do Alentejo - a depender muito da afirmação da Área Metropolitana de Lisboa na economia global, incluindo a disponibilidade de infraestruturas e serviços de transporte aéreo que assegurem elevada conectividade internacional. Com a AML a funcionar como atrator de investimentos, visitantes e novos residentes para o Alentejo, deverá ser reativada a construção para turismo residencial nas áreas do Alentejo orientada para turismo sénior, desde que se assegure uma oferta planeada serviços.
- Reforço das interações económicas entre o Alentejo e o Algarve - probabilidade elevada podendo o Aeroporto de Beja vir a funcionar como complemento do Aeroporto de Faro, que se apresenta com expansão bloqueada.
- Estagnação/fraco crescimento da economia de Espanha e, em especial das autonomias na vizinhança do Alentejo - ausência/não indução de estímulos diretos ao crescimento da Região habituada a encontrar procura dinâmicas do outro lado da fronteira.

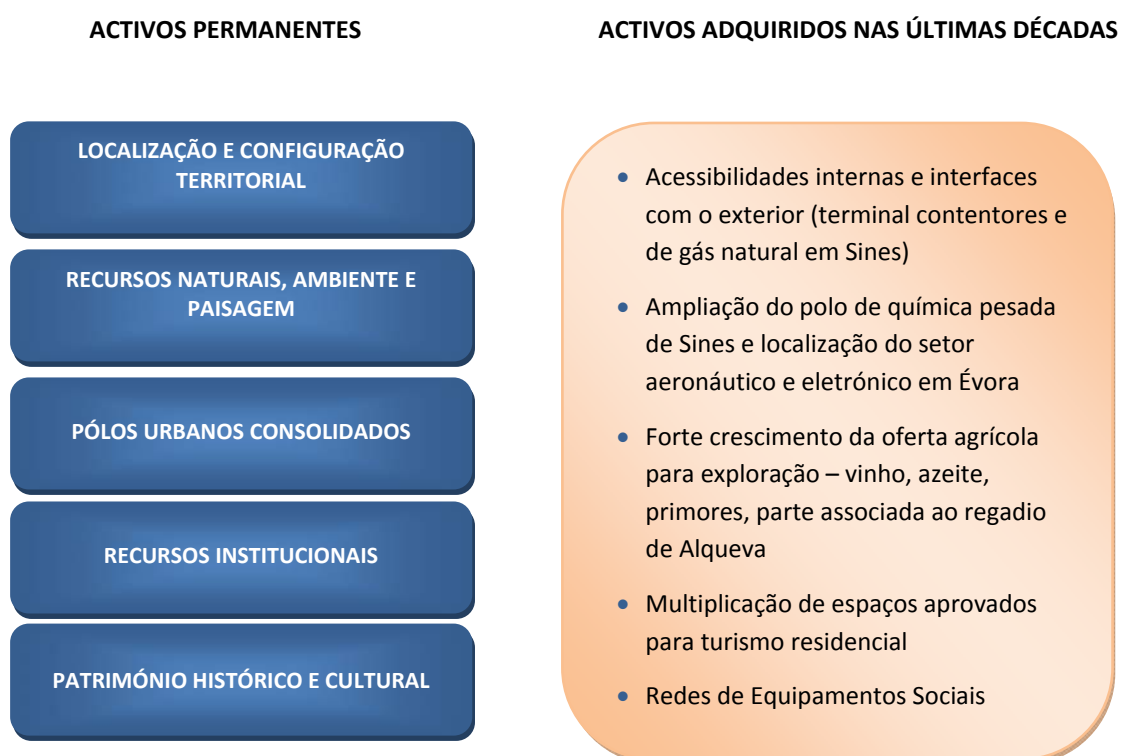
(b) Incertezas Cruciais

- Dinâmica de reformatação da União Europeia e de posicionamento futuro de Portugal nesse processo, com eventuais realinhamentos por blocos.
- Impacto do ajustamento estrutural resultante do Programa de Assistência Económica e Financeira sobre os futuros fatores de atratividade de Portugal e do Alentejo (disponibilidade de recursos humanos qualificados, oferta de serviços que garantam qualidade de vida e desenvolvimento das infraestruturas e serviços de conectividade internacional, ...).
- Padrão de relacionamento económico futuro com Espanha e as Autonomias do país vizinho, com riscos manifestos de fechamento ao comércio externo.

2. UMA VISÃO PARA O ALENTEJO 2020-

(a) Ponto de partida

Uma reflexão prospetiva sobre o Alentejo tem de partir de uma caracterização sintética de ativos de que o Alentejo dispõe ou que foi adquirindo ao longo das duas últimas décadas. Assim, evidencia-se na Visão Prospetiva: (i) o modo diferente e inovador com que se pretende valorizar e fazer evoluir o que designámos como "ativos permanentes"; (ii) a dinâmica que se propõe para consolidar os ativos adquiridos; e (iii) os novos ativos que se pretende desenvolver no período 2014-2020.



(b) Uma visão de conjunto

Após as reformas realizadas durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira externa, admite-se que Portugal se tornará mais atrativo para o investimento, terá também que atrair talentos do exterior dado que, no período crítico de austeridade, se assistiu a uma fuga de dezenas de milhares de jovens licenciados que não encontravam emprego no País.

Portugal graças à conjugação de novos investimentos das multinacionais nas áreas de serviços para exportação e em indústrias tecnologicamente mais intensivas (sob dinâmica de PME's), experimentou novas vagas exportadoras e conseguiu atrair rendimentos do exterior graças à instalação de dezenas de milhares de novos residentes sénior vindos da Europa do Norte. Este rendimento veio dinamizar o mercado interno, travando o impacto recessivo da longa fase de consolidação orçamental.

A AML afirmou-se na exportação de bens e serviços e na atração de operadores globais (com forte ênfase nas indústrias criativas, da saúde e das comunicações) e ganhou um perfil de atividades suscetível de potenciar no Alentejo um turismo com muito maior ênfase no património cultural e histórico e nas atividades e eventos globalizados (p.e., associados ao hipismo). Évora cresceu como cidade integrada numa Região Metropolitana de Lisboa.

A fachada atlântica do Alentejo viu crescer o papel de Sines como grande porto energético europeu, ponto de partida do corredor prioritário de transporte de gás natural do Ocidente europeu. No que respeita às funções de transporte de carga contentorizada Sines passou a ser um porto de serviço da Área Metropolitana de Madrid, à qual passou a estar ligado por ferrovia, competindo com Valência.

O Alentejo viu também reforçado o seu papel na oferta de alimentos para o mercado global e, favorecido pela dinâmica da AML e pela atratividade do seu território, revelou-se capaz de atrair Investimento nas fileiras agroalimentares, com potencial de mercado valorizado pelo sistema agropecuário sazonal.

Por sua vez, a exploração dos recursos mineiros de subsolo foi intensificada (expansão das minas de Neves Corvo, entrada em exploração de minas de ouro, etc.) e isso permitiu aumentar o investimento produtivo de forma muito significativa com reflexos na criação de emprego e no reforço da capacidade exportadora da Região sustentada pela presença de empresas estrangeiras e nacionais com uma acentuada ligação ao comércio internacional de *commodities* que alimentam a forte procura de economias emergentes.

O Turismo residencial, que havia constituído uma esperança na primeira década do milénio, e cuja dinâmica fora interrompida pela crise financeira, consolidou-se como uma das principais transformações da Região; uma população de novos residentes estrangeiros gerou uma dinâmica de mercado que, por sua vez, favoreceu a implantação de novos motivos de atração turística assente na riquíssima história do Alentejo.

A valorização dos espaços naturais de elevada biodiversidade e a projeção internacional do património histórico e cultural do Alentejo despertou o interesse e a motivação de turistas estrangeiros que procuram esta Região como um destino turístico que valoriza as referências culturais e ecológicas.

Atividades intensivas em conhecimento, vieram também instalar-se, com destaque para o projeto estruturante de consolidação do Pólo Aeronáutico em Évora e o seu alargamento a Beja, aproveitando a infraestrutura aeroportuária e instalações anexas. Beja passou a estar mais ligada a duas áreas turísticas - o Algarve e o Litoral Alentejano - tendo o seu Aeroporto passado a servir de plataforma de

apoio a essas regiões turísticas. Portalegre, por sua vez viu reforçar as relações com Castelo Branco e a Beira Interior Sul.

O Alentejo desenvolveu, assim, uma função de articulação territorial com outros espaços vizinhos, onde foi buscar fatores adicionais de crescimento.

3. ELEMENTOS PARA UM PROGRAMA OPERACIONAL PARA O ALENTEJO 2014/2020

3.1. Orientações da Política de Coesão para 2014-2020

Em matéria de financiamento, as *Prioridades políticas para o próximo período de programação dos Fundos Estruturais* (horizonte 2014-2020) apresentam-se em linha com a Estratégia Europa 2020 que enfatiza as vertentes do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Neste enquadramento, são contempladas como grandes áreas de atuação as seguintes: conhecimento (I&D), inovação, educação, sociedade digital, ambiente, energias renováveis, mercado de trabalho e luta contra a pobreza.

Os Regulamentos da Política de Coesão estabelecem um conjunto de **Objetivos temáticos** (adiante identificados) a partir dos quais os Estados-membros e as Regiões deverão escolher um número limitado que concretizará a Estratégia de Desenvolvimento a apoiar pelos Fundos, num contexto de programação que pode mobilizar recursos de mais de um Fundo.

- Reforçar a IDT e inovação
- Melhorar o acesso, uso e qualidade das TIC
- Melhorar a competitividade das PMEs, do sector agrícola e dos sectores das pescas e aquicultura
- Apoiar a mudança para uma economia de baixo teor em carbono, em todos os sectores
- Promover a adaptação às mudanças climáticas, a prevenção e gestão de riscos
- Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos
- Promover o transporte sustentável e remover estrangulamentos nas redes de infraestruturas essenciais
- Promover o emprego e apoiar a mobilidade do trabalho
- Promover a inclusão social e combater a pobreza
- Investir na educação, competências e aprendizagem ao longo da vida
- Melhorar a capacidade institucional e uma Administração Pública eficiente.

Esses Objetivos temáticos deverão ser objeto de escolha seletiva após a qual se procederá à identificação de prioridades de investimento a incluir no futuro PO do Alentejo, para 2014-2020.

A Resolução do Conselho de Ministros RCM 98/2012 define os Objetivos a prosseguir com a utilização dos Fundos Estruturais no período 2014/2010, assim formulados:

- Estimulo à produção de bens e serviços transacionáveis e à internacionalização da economia, assegurando a reconversão estrutural da economia portuguesa através da dinamização da indústria e promovendo a ciência e a transferência dos seus resultados para o tecido produtivo
- Reforço do Investimento na Educação, incluindo a formação avançada, e na formação profissional orientada para empregabilidade, desenvolvendo o sistema de formação dual e assegurando o cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e reduzindo os níveis de abandono escolar.
- Reforço da integração social das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social, dinamizando medidas inovadoras de intervenção social e apoios diretos aos grupos populacionais mais desfavorecidos.
- Prossecução de instrumentos de promoção da coesão e competitividade territoriais, nas cidades e nas zonas de baixa densidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente numa ótica de eficiência na utilização de recursos naturais.
- Apoio ao Programa de Reforma do Estado, assegurando que os Fundos possam contribuir para a racionalização, modernização e capacitação institucional da Administração Pública e para reorganização dos modelos de provisão de bens e serviços públicos.

3.2. Objetivos Alentejo 2020 - Focos principais de atuação estrutural

- *Internacionalização do território* sustentada em projetos como Alqueva e Sines, mas também em atividades económicas com orientação exportadora, o que pressupõe a finalização de infraestruturas e interfaces de conectividade internacional (Ferrovia para mercadorias; Expansão do Terminal de contentores de Sines; Expansão dos Terminais energéticos) e explorando corretamente o capital simbólico desta Região, traduzido na sua valia ambiental. A excelência ambiental da Região carece de uma base produtiva capaz de arrastar os territórios de baixa densidade, renovados pelo conhecimento, de evoluir na estruturação de relações com o mercado interno e de acompanhar o esforço de exportação já hoje presente em setores tradicionais com valor estratégico.
- *Aposta num “Cluster” Agroalimentar e de Recursos naturais* que permita uma projeção da Região no exterior e ajude à atração de Investimento Direto Estrangeiro para superar os enormes défices de capital e tecnologia que o País enfrenta. Constituem domínios estratégicos dessa aposta: (i) a valorização das atividades regionais competitivas na Agricultura e no Turismo (Enoturismo, Turismo cultural e ecológico, ...), assegurando sustentabilidade na utilização de recursos hídricos; (ii) o desenvolvimento de novos

“Clusters” económicos como os da Pedra Natural; e (iii) o estímulo ao empreendedorismo em torno de atividades de serviços intensivas em conhecimento. Neste quadro, a inserção do Ribatejo no território regional poderá constituir uma vantagem para conferir uma massa crítica mais ampla para os processos de desenvolvimento económico.

- *Dinamização de um Sistema Regional de Inovação* assente no papel da Universidade de Évora, de outras Instituições de Ensino Superior e de outras entidades participantes no processo de estruturação do nascente Sistema Regional de Transferência de Tecnologia.
- *Atração de Investimentos em atividades que fixem recursos humanos qualificados através da aposta no sistema de formação.* Essa aposta, mais visível e reforçada na Aprendizagem e na formação técnica especializada (Instituições de Ensino Superior e Centros de Formação), facilitará a proximidade com as empresas e uma maior profissionalização de quadros intermédios, com vantagens para o reforço da empregabilidade e contribuindo para construir uma economia mais amiga do emprego. Alentejo, uma Região qualificante e com futuro!
- *Organização de um Sistema Urbano Policêntrico* – a modernização das cidades (atrativas e “inteligentes”) e as dinâmicas de captação de agentes inovadores e de investimentos-âncora em corredores territoriais estruturantes (suscetíveis de induzirem mudanças qualitativas na base económica regional), deve ser combinada com a construção de respostas aos desafios da valorização do património e da reabilitação urbana, em articulação com a mobilidade sustentável. A ideia-chave consiste em saber de que modo um território como o Alentejo, com o seu vasto e interessante património, pode ganhar uma nova configuração baseada em cidades/territórios virados para o futuro e o mundo global.
- *Renovação do papel da denominada Economia social* para responder à insuficiência de serviços de apoio à população e também a uma notória fragilidade da iniciativa empreendedora tanto nas áreas urbanas, como nos territórios de baixa densidade.

ANEXOS

ANEXO A. ENTREVISTAS REALIZADAS NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR

ANEXO B. EVOLUÇÃO DO PROGRAMA

ANEXO C. ESTUDOS DE CASO

ANEXO D. INFORMAÇÃO INALENTEJO

ANEXO E. IMPORTÂNCIA DO INALENTEJO NO FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO NA REGIÃO

ANEXO F. INDICADORES DE CONTEXTO E IMPACTE DO INALENTEJO

ANEXO G. QUADROS-SÍNTESE DE APURAMENTO DO INQUÉRITO AOS PROMOTORES

ANEXO A. ENTREVISTAS REALIZADAS NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR

Entidade	Interlocutor(es)
Comissão Diretiva da AG	Dr. António Costa Dieb Dr. A. Costa da Silva Dr. Filipe Palma
AG Secretariado Técnico Eixo 2	Dra. Teresa Costa Dra. Maria do Carmo Dr. Figueira Antunes Dr. Joaquim Aranha
AG Secretariado Técnico Eixo 1	Dra. Maria João Serrano Dr. Nuno Amado Dr. Luís Castilho Dr. Nelson Faustino Dr. Figueira Antunes
AG Secretariado Técnico Eixo 3	Arqt. José Ramalho Dra. Ana Prates Dra. Maria do Carmo Dr. Figueira Antunes
DR Cultura Alentejo	Dra. Aurora Carapinha
Delegação Regional do IEFP	Dr. Palma Rita Dra. Cristina Varela
DR Educação Alentejo	Dra. Maria Reina
CIM Alentejo Central	Arq. André Espenica Eng.º Alfredo Barroso
CIM Alto Alentejo	Dr. Armando Varela Dr. Carlos Nogueiro
CIM Alentejo Litoral	Dr. Ventura Leite
CIM Baixo Alentejo	Dr. Luís Lança
CIM Lezíria do Tejo	Dr. António Torres
IAPMEI	Dr. Pedro Cilínio/Dra. Ana Raposo
Turismo de Portugal	Dra. Elisabete Félix
C.M. Sines	Dra. Lúcia Nascimento
Entidade Regional de Turismo	Dr. José Santos
C.M. Évora	Dr. José Emílio Guerreiro
C.M. Vendas Novas	Dr. José Figueira
Universidade de Évora	Prof. Cancela de Abreu (Pró- Reitor) Prof. José Manuel Caetano (Vice-Reitor)
ADRAL	Dr. Luís Cavaco Dra. Paula Paulino
Anterior Responsável da AG	Dr. João Cordovil
Consultor RUCI Corredor Azul	Prof. António Figueiredo (QP)

ANEXO B. EVOLUÇÃO DO PROGRAMA

PO versão Inicial (2007)		PO versão Reprogramação Técnica (2011)	
Objetivos Específicos do PO	Objetivos Específicos do Eixo	Objetivos Específicos do Eixo	Objetivos Específicos do PO
Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento		Eixo 7 - Competitividade, inovação e conhecimento	
Incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo	Incentivar a criação de empresas inovadoras	Incentivar a criação de empresas inovadoras	Incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo
	Incentivar o empreendedorismo de base tecnológica	Incentivar o empreendedorismo de base tecnológica	
Aumentar as atividades de I&D associadas aos clusters estratégicos	Promover a I&DT nas micro e pequenas empresas em regime de cooperação empresarial	Promover a I&DT nas micro e pequenas empresas em regime de cooperação empresarial	Aumentar as atividades de I&D associadas aos clusters estratégicos
	Apoiar atividades conjuntas de I&DT entre empresas e entidades do sistema C&T	Apoiar atividades conjuntas de I&DT entre empresas e entidades do sistema C&T	
Apoiar a incorporação de inovação e conhecimento nas empresas	Incentivar a inovação produtiva nas micro e pequenas empresas	Incentivar a inovação produtiva nas micro e pequenas empresas	Apoiar a incorporação de inovação e conhecimento nas empresas
	Promover a diversificação do tecido empresarial, reforçando a presença em sectores intensivos em C&T	Promover a diversificação do tecido empresarial, reforçando a presença em sectores intensivos em C&T	
	Apoiar os sectores mais expostos aos mercados internacionais, promovendo o incremento da produção transacionável	Apoiar os sectores mais expostos aos mercados internacionais, promovendo o incremento da produção transacionável	
	Reforçar a orientação comercial das MePME para os mercados internacionais	Reforçar a orientação comercial das MePME para os mercados internacionais	
Promover a densificação do relacionamento empresarial em clusters	Promover a densificação do relacionamento empresarial através de ações coletivas	Promover a densificação do relacionamento empresarial através de ações coletivas	Promover a densificação do relacionamento empresarial em clusters
Constituir uma rede regional de centros tecnológicos	Dinamizar a transferência de "know-how" das entidades do sistema científico e tecnológico para o tecido empresarial	Dinamizar a transferência de "know-how" das entidades do sistema científico e tecnológico para o tecido empresarial	Constituir uma rede regional de centros tecnológicos
Reforçar a rede regional de parques empresariais	Incentivar a instalação de empresas em áreas de acolhimento para a inovação empresarial	Incentivar a instalação de empresas em áreas de acolhimento para a inovação empresarial	Reforçar a rede regional de parques empresariais
Reforçar as conexões em rede (...)	Promover o desenvolvimento da economia digital, em especial, reforçando a competitividade das empresas regionais	Promover o desenvolvimento da economia digital, em especial, reforçando a competitividade das empresas regionais	Reforçar as conexões em rede dos atores regionais através da adoção das TIC
Eixo 2 - Desenvolvimento urbano		Reforçar a informatização e modernização da Administração Pública, promovendo a disponibilização de serviços nos meios digitais	
Promover o desenvolvimento urbano sustentável	Promover a regeneração urbana e a requalificação de áreas específicas das cidades	Facilitar o contacto dos cidadãos e empresas com a Administração Pública, através da reorganização espacial dos serviços	
Reforçar a competitividade (...) das cidades	Dinamizar a economia e o emprego regional através de estratégias de cooperação interurbana	Aumentar a notoriedade internacional da região para a captação de IDE qualificante e para a atividade turística	Dinamizar a captação de investimento para a região
Reforçar a mobilidade intrarregional, (...)	Reforçar a cobertura populacional e territorial dos serviços de transportes de passageiros	Eixo 8 - Valorização do Espaço Regional	
Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial		Preservar, valorizar e salvaguardar os recursos naturais, incluindo a melhoria da qualidade e quantidade da água para abastecimento público	Gerir eficientemente os recursos hídricos
Reforçar a mobilidade intrarregional (...)	Melhorar a articulação da rede viária regional	Proteger as áreas classificadas e promover a sua fruição e o ecoturismo	Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental
Assegurar a dotação de serviços coletivos à população	Melhorar a cobertura territorial em equipamentos e serviços de proximidade na área da saúde	Valorizar e ordenar a orla costeira	Prevenir e mitigar os riscos naturais e tecnológicos
	Reforçar e qualificar a oferta educativa do ensino pré-escolar e 1º CEB	Intensificar a redução, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos urbanos	Assegurar a dotação de serviços coletivos à população
	Promover a valorização do património cultural e sua fruição pública	Melhorar a cobertura territorial em equipamentos e serviços na área da saúde	
		Promover a valorização do património cultural e sua fruição pública	

(Continua)

Eixo 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural		Eixo 9 - Coesão Local e Urbana	
Promover a revitalização económica do espaço rural	Dinamizar a criação de emprego em territórios de baixa densidade, através de ações integradas de valorização económica	Melhorar a cobertura territorial em equipamentos sociais e desportivos	Assegurar a dotação de serviços coletivos à população
Gerir eficientemente os recursos hídricos	Aumentar a cobertura e a qualidade dos sistemas públicos de abastecimento domiciliário de água	Reforçar e qualificar a oferta educativa do ensino pré-escolar, básico e básico integrado	
Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental	Proteger as áreas classificadas e promover a sua fruição e o ecoturismo	Promover a regeneração urbana e a requalificação de áreas específicas	Promover o desenvolvimento urbano sustentável
	Valorizar e ordenar a orla costeira	Dinamizar a economia e o emprego regional através de estratégias de cooperação interurbana inovadoras	Reforçar a competitividade (...) do sistema urbano
Prevenir e mitigar os riscos naturais e tecnológicos	Valorizar ambiental e economicamente as áreas extrativas	Melhorar a articulação da rede viária regional	Reforçar a mobilidade intrarregional, através da melhoria das infraestruturas e dos sistemas de transportes
Eixo 5 - Governação e capacitação institucional		Reforçar a cobertura populacional e territorial dos serviços de transportes de passageiros	
Reforçar as conexões em rede dos atores regionais através da adoção das TIC	Reforçar a informatização e modernização da Administração Pública, promovendo a disponibilização de serviços nos meios digitais		
	Facilitar o contacto dos cidadãos e empresas com a Administração Pública, através da reorganização espacial dos serviços		
Dinamizar a captação de investimento para a região	Aumentar a notoriedade internacional da região para a captação de IDE qualificante e para a atividade turística		

Legenda:

- Objetivos específicos do Eixo 7 ou que transitaram para os Objetivos Específicos do Eixo 7 no processo de reprogramação
- Objetivos específicos do Eixo 8 ou que transitaram para os Objetivos Específicos do Eixo 8 no processo de reprogramação
- Objetivos específicos do Eixo 9 ou que transitaram para os Objetivos Específicos do Eixo 9 no processo de reprogramação
- Objetivos específicos dos Eixos iniciais do PO que deixaram de estar consagrados no PO após a Reprogramação Técnica de 2011

Fontes:

Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, setembro 2007;
 Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, julho 2011 (versão pós reprogramação técnica)

ANEXO C. ESTUDOS DE CASO

CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL – PAPEL DA ADRAL EM DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO DO INALENTEJO

SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO – A ABORDAGEM DO SRTT

POLÍTICA DE CIDADES NO ALENTEJO – A ABORDAGEM DA RUCI CORREDOR AZUL

EMPRESA ALTAS QUINTAS, LDA.

EMPRESA FABRIRÉS - PRODUTOS QUÍMICOS, LDA.

**CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL – PAPEL DA ADRAL
EM DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO DO INALENTEJO**

Nas Regiões de Convergência a estruturação de recursos para a promoção do desenvolvimento regional tem uma componente de reforço de competências de suporte à animação territorial, organização de redes, etc., suscetíveis de estimular a existência de abordagens mais inovadoras e de qualificação dos desempenhos dos agentes territoriais.

As intervenções da ADRAL nos domínios de trabalho que convergem para a concretização de objetivos estratégicos e operacionais do INALENTEJO constituem uma ilustração possível de contributo ativo para a promoção do desenvolvimento do Alentejo com o apoio de financiamento público (comunitário e nacional)¹.

1. Enquadramento de Missão e Domínios de atividade da Agência

A ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, SA foi constituída em meados de 1998 no enquadramento do Projeto IQADE tendo por base uma parceria abrangente e multissetorial na qual se encontram representados os principais atores da Região do Alentejo (Instituições de Ensino Superior, Comunidades Inter Municipais e Associações de Municípios, Associações Empresariais, Sindicatos, Associações de Desenvolvimento Local, Empresas,...).

A Agência tem intervenção territorial nas quatro NUT III da Região e tem a sua estruturação de trabalho assente numa exigente e desafiante árvore de **objetivos estratégicos**:

- ✓ Incentivar à Inovação, à transferência de tecnologia e ao desenvolvimento de serviços de suporte às empresas como forma de garantir o desenvolvimento sustentado da Região;
- ✓ Desenvolver e apoiar a dinamização de redes de cooperação e do conhecimento inter e extra regionais;
- ✓ Promover o empreendedorismo como meio catalisador de desenvolvimento e dinamização do tecido empresarial da Região; e
- ✓ Promover a qualificação de pessoas, empresas e outros agentes, orientada para a mudança, despertando para a inovação e recorrendo ao conhecimento como forma de diferenciação.

Entre os **domínios de atividade** da ADRAL, destacam-se os seguintes: Estudos Regionais e Informação Económica, Marketing Territorial, Animação Económica, Empreendedorismo e Competitividade, Assistência Técnica à Administração Pública, Consultoria, Formação e Inovação e Tecnologias de Informação.

¹ A realização deste Estudo de caso assentou na análise de documentação vária, dados de aprovação e execução de projetos aprovados pelo INALENTEJO e entrevistas a diversas entidades (ADRAL, Universidade de Évora, CIM's, Câmaras Municipais de Vendas Novas e de Évora).

A estruturação destes domínios de atividade, tendo por suporte por um corpo técnico dotado de competências transversais, a par do recurso a consultoria externa específica, tem posicionado a Agência como um parceiro habilitado a preparar intervenções e a desenvolver ações e projetos que, globalmente, têm contribuído para a qualificação de iniciativas de promoção do desenvolvimento do Alentejo, com um elevado centramento nos domínios do desenvolvimento económico, do empreendedorismo e das abordagens de inovação e “marketing” territorial.

Estes elementos explicam, em grande medida, uma presença muito relevante da ADRAL em intervenções emblemáticas do desenvolvimento recente da Região, nomeadamente na experimentação de novos instrumentos das políticas públicas de que são exemplo o envolvimento na preparação e dinamização das Estratégias de Eficiência Coletiva (PROVERE, RUCI, PRU, ...) e o próprio Sistema Regional de Transferência de Tecnologia, em cuja consolidação (Programa Estratégico, negociação de projetos, arquitetura institucional de gestão e promoção, ...) tem desempenhado relevante papel.

2. Atividades e projetos da ADRAL no âmbito do INALENTEJO – aproximação a resultados

A Tabela seguinte identifica o conjunto de intervenções promovidas pela ADRAL que foram aprovados no âmbito do Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento do INALENTEJO, atingindo cerca de 1,9 Milhões de Euros de custo total elegível.

Projetos aprovados pelo INALENTEJO tendo como beneficiário a ADRAL

Designação da Operação	Investimento Elegível (€)
Alentejo Empreende - Ações de prospeção e promoção do empreendedorismo	319.351
Alentejo INVEST	137.237
Conceção e desenvolvimento de uma linha de conteúdos de apoio à dinamização do investimento empresarial - PromoAlentejo	200.000
eModernização ADRAL 2010	440.415
EneRural - Eficiência Energética e Energias Renováveis em Espaço Rural	56.425
Rota dos Recursos Silvestres	200.000
Rota dos Sabores - Ações de animação, dinamização e diversificação dos produtos tradicionais qualificados	205.641
StarNet-Alentejo: Rede Colaborativa do Alentejo	338.025
<i>Total</i>	1.897.095

Fonte: SIGPOA

Os oito projetos contratados refletem a diversidade de domínios de intervenção da ADRAL:

- Empreendedorismo e dinamização do investimento empresarial 34,6%;
- Tecnologias de Informação e Comunicação/Sociedade Digital 41,0%;
- Energia 3,0%;
- Rotas de Produtos/ Valores Tradicionais21,4%.

Os dados da SIGPOA, à data de 30/06/2012, apontam para uma baixa taxa de execução destes projetos (2,2%); no entanto, uma parte significativa dos mesmos tem um horizonte de execução até final de 2012 (4) e meados de 2013 (1).

A composição de projetos aprovados enfatiza a presença da ADRAL em áreas importantes de qualificação do desenvolvimento regional nas quais o papel charneira da Agência se revela crucial para manter dinâmicas territoriais de participação em projetos de interesse regional, (NTIC, valorização de recursos endógenos, apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento empresarial, ...). Em algumas destas áreas existe uma atuação supletiva que tende a induzir ganhos de eficácia e eficiência para entidades parceiras da Agência que, de outra forma, teriam mais dificuldade em assegurar uma intervenção técnica qualificada em áreas para as quais revelam menor apetência e recursos, caso dos Municípios no estímulo ao empreendedorismo e à dinamização económica local, com trabalho de identificação e mapeamento de oportunidades de iniciativa e de negócio².

Embora com expressão financeira residual, a área das Energias Renováveis tem motivado particular investimento preparatório da ADRAL: a Agência protagonizou uma candidatura ao PROVERE que não foi aprovada e tem mantido participação pontual em ações realizadas no âmbito das atividades das RUCI ECOS tendo, p.e., colaborado na organização da visita a uma experiência de sustentabilidade urbana, próximo de Madrid.

A informação processada acerca das dinâmicas de realização das operações contratadas, permite identificar perspetivas mais promissoras de resultados nos seguintes projetos:

- *Starnet* (com consultoria da CISCO Internacional) – que procura situar o papel das NTIC no desenvolvimento dos principais centros urbanos da Região e protagonizou um grande *Forum* regional com participação dos principais atores regionais em contacto, via videoconferência, com grandes empresas para sinalização de opções locativas para a atração de investimento;
- *eModernização* - organização de serviços internos para ligação videoconferência com os vários polos sub-regionais (Beja, Santo André, Portalegre,...) assegurando contacto virtual para o esclarecimento de empresários e a articulação de áreas de trabalho com as CIM das quatro Sub-regiões;
- *Rotas dos Sabores e dos Recursos Silvestres* (PROVERE InMotion e da ADP Mértola) – trabalhando a frente de valorização dos produtos endógenos certificados, combinando a sensibilização para a inovação e a qualidade, com a criação de novas empresas de produção e prestação de serviços.

² A criação de um *Centro de Oportunidades Empresariais e de Inovação* constitui, também, uma iniciativa em gestação no âmbito do Projeto PROMOINVEST (RUCI Corredor Azul).

- *Alentejo Empreende* – num contexto regional em que mais de seis dezenas de entidades prestam apoio ou dinamizam ações orientadas para o Empreendedorismo (Municípios, ADR's, Associações Empresarias, Instituições de Ensino Superior, ...), o papel da Agência tem sido orientado para identificar oportunidades para desenvolver atividades empresariais, negócios e projetos de investimento nos 47 Concelhos da Região suscetíveis de encontrarem interessados aos quais é proporcionada informação adicional (legislação, processos de licenciamento, ajudas à iniciativa e ao investimento, ...).

A intervenção de conceção e dinamização destas operações ocorre num contexto em que a Agência presta assistência técnica a inúmeras entidades, com destaque para as Autarquias e suas Associações, em domínios de atividade (Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico, organização de ações de formação, consultoria de planeamento e programação de investimentos, “dossiers” de financiamento ...), acentuando a heterogeneidade de áreas de trabalho a qual se confronta com uma estrutura técnica de sustentabilidade problemática, em termos de cobertura de encargos.

3. Fatores críticos de sucesso da capacitação institucional

Nos diferentes segmentos de atividade e projetos dinamizados pela ADRAL constata-se uma preocupação de integrar/cerzir pontas, oferecendo/construindo uma perspetiva supralocal, indispensável a intervenções dotadas de maior eficácia nos resultados e maior eficiência na afetação de recursos.

Ainda que não existam evidências materiais de alteração do padrão de abordagem (nomeadamente por parte dos atores municipais que continuam a privilegiar intervenções localistas), a ADRAL tem desenvolvido um importante trabalho de cooperação institucional sendo generalizadamente reconhecida a responsabilidade da Agência: na conceção, dinamização e manutenção de projetos transversais em algumas EEC, de que a RUCI – Corredor Azul será o exemplo mais evidente.

Também o trabalho realizado no enquadramento do SRTT surge referenciado como um exemplo de um papel, simultaneamente, institucional (cimentar relações orientadas para a negociação com entidades de regulação do SCTN; constituição de parcerias, redes e estruturas de gestão) e técnico (conceção do Programa Estratégico, engenharia dos mecanismos de financiamento, ...).

Este envolvimento expressivo em áreas relativamente heterógenas afigura-se questionável. Com efeito, se, por um lado, contribui para suprir debilidades existentes (de concertação de interesses, de fundamentação técnica de dossiers, ...), por outro lado, tende a inibir o desenvolvimento de capacidades por parte de atores com inserção institucional relevante mas que tardam a afirmar-se em áreas

estratégicas para a Região nas quais deveriam dispor de (ou organizar) recursos para sustentar lideranças, de acordo com a sua vocação e matriz de atribuições e competências.

As Instituições de Ensino Superior e as CIM's constituem exemplo eloquente desta contradição, com incidência explícita nas dificuldades reconhecidas, p.e., na afirmação do Sistema Regional de Inovação, nas lógicas de desenvolvimento urbano, no contexto dos instrumentos de Política de Cidades (RUCI, PRU, ...) ou nas estratégias de valorização económica dos recursos endógenos (EEC PROVER). Em todos estes exemplos constata-se uma escassa participação das IES e uma municipalização descentrada da vocação dos instrumentos.

Na ótica dos fatores críticos de sucesso, a capacitação Institucional pressupõe capacidade para assumir riscos e lideranças suscetíveis de escrutínio público (e político) centrado na avaliação dos resultados. Enquanto instrumento de suporte e a montante das realizações que procuram ser traduzidas na concretização de resultados e impactos, a ADRAL tem dificuldade em desempenhar papéis que envolvam compromissos (mesmo no patamar do pronunciamento técnico sobre opções e prioridades) o que limita o seu potencial de alavancagem de processos que influenciam em realizações efetivas e a produção de resultados.

Alguns dados de avaliação revelam posicionamentos, porventura perversos, que vão no sentido de determinados instrumentos de política, que pressupõem trabalho (político e técnico) de coordenação e parceria, serem remetidos para a Agência ("para isso temos a ADRAL") a qual surge "mandatada" para desempenhar um papel de instância de parceria fechado, com funções supletivas de uma efetiva construção de parcerias estratégicas de projeto e compromisso.

A dificuldade em consolidar mecanismos de governação mais exigentes e pró-ativos (ou seja, caracterizados pela adoção de compromissos políticos e estratégicos que vinculem os parceiros municipais) no contexto das RUCI, a incapacidade de mobilizar para uma participação ativa em projetos-âncora e complementares parceiros privados e entidades de interface, constituem realidades que tendem a questionar seriamente a base institucional existente na Região para abordagens mais exigentes de políticas de que as abordagens expressas na construção de EEC nos Polos e Clusters RUCI, PRU e PROVERE, representaram uma primeira experiência.

Num quadro regional em que o tecido institucional acompanha (e espelha) as fragilidades dos processos de desenvolvimento, a pressão para o envolvimento na preparação de EEC (Programas de Ação Estratégica e Contratos de Parceria) rapidamente de revelou gerador de "fadiga institucional"³ que se

³ "A constituição de parcerias confronta-se, no entanto, com problemas há muito identificados, desde o recurso oportunista aos chamados «parceiros de conforto» à designada «fadiga institucional» inerente a processos que se tornam, não raro, demasiado complexos e absorventes para as capacidades das entidades envolvidas e para os resultados visados", Entrevista de João Ferrão enquanto SEOTC, in LVT – Revista da CCDR LVT, Agosto/ Setembro de 2009.

refletiu e continua a refletir, de forma expressiva, na qualidade e profundidade dos processo de trabalho, no âmbito das RUCI, dos PROVERE e dos Polos e Clusters.

4. Perspetivas de futuro

As questões abordadas no ponto anterior justificam, em nosso entender uma reflexão ponderada na ótica do “empowerment” institucional e técnico dos parceiros regionais implicados direta e indiretamente na implementação territorializada das políticas públicas.

A preparação do próximo período de programação constitui uma oportunidade para equacionar soluções de reforço da capacidade institucional que contribuam para responder, simultaneamente, a necessidades de intervenção, das políticas setoriais (educação e formação; cultura; inovação; indústria; agricultura; turismo; ...) e de integração territorial rural-local.

Neste contexto, e na ótica da promoção e capacidade institucional, importará refletir em torno de uma arbitragem adequada entre:

- reforço das capacidades de envolvimento regional (técnico e político) de entidades desconcentradas das Administração Central, a exemplo do que sucede atualmente com as dinâmicas estabelecidas pelo serviço público de emprego e formação;
- consolidação do trabalho de parceria público-privado desenvolvido pela Entidade Regional de Turismo;
- afirmação de competências com reforço de recursos da Rede de Transferência de Tecnologia, com lideranças claras e monitorização de resultados;
- avaliação da viabilidade de estimular o “up-grade” de intervenção de algumas ADL com “know how” acumulado para a dinamização nos territórios de baixa densidade de políticas públicas com financiamento plurifundos (desenvolvimento económico, combate à pobreza e inclusão social – no contexto das ITI ou do DCBL);
- avaliação das capacidades ainda existentes para recentrar a atividade dos NERE’s no domínio suscitação qualificada/ orientada da procura de investimento, no contexto de uma nova geração de Sistemas de incentivos;
- clarificação do posicionamento técnico-político das CIM’s, num contexto de recomposição administrativa de atribuições e competências, com implicações inevitáveis para os campos/ /autonomias de intervenção de Municípios, ADL, etc.

Neste enquadramento, com expressão de novos protagonistas capazes de integrar papéis próprios e com autonomia satisfatória, o papel da ADRAL poderia beneficiar de um “up-grade” em direção a competências mais especializadas de concertação institucional com eventual intervenção a montante

(p.e., valorizando competências de engenharia dos Fundos Estruturais) e a jusante de monitorização e acompanhamento no território dos resultados das intervenções, criando um interface de relação com o CODR e por essa via com a CCDR Alentejo.

SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO – A ABORDAGEM DO SRTT

A conceção de um Eixo Competitividade, Inovação e Conhecimento no INALENTEJO, mostra-se particularmente exigente na criação/consolidação de argumentos ao nível da I&D e da Transferência de Tecnologia, ainda que beneficiasse, à partida, da existência de um Plano Regional de Inovação e de entidades com conhecimento acumulado de linhas de trabalho, com interesse regional.

A análise das iniciativas referentes à constituição do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia, através de componentes de análise documental e de Dossiers de projetos aprovados e de Entrevistas, nomeadamente envolvendo a Universidade de Évora e outras Entidades com responsabilidade na dinamização de projetos de C&T apoiados pelo INALENTEJO, tem em vista contextualizar os desafios em presença para a estruturação de um polo regional do SCTN.

1. Relevância da inovação para a dinamização empresarial em territórios de baixa densidade

Por iniciativa da CCDR Alentejo foi elaborado, entre 2004 e 2006, o Plano Regional de Inovação do Alentejo, instrumento que fundamentou um conjunto de intervenções a partir de “clusters” setoriais (rochas ornamentais, agroalimentar, vinho, cortiça ...) com expressão económica e potencial na Região, tanto no plano dos recursos produtivos como de I&DT (Instituições de Ensino Superior, Centros Tecnológicos, ...).

Este ponto de partida contribuiu em parte para inspirar uma abordagem de programação estratégica do desenvolvimento para o período 2007-2013 com uma vertente de inovação e desenvolvimento que tinha a aparente vantagem de estabelecer ligações fortes com domínios de investimento dotados de uma relativa “clusterização” de atividades (articulação interempresarial, instituições de I&D, projetos com algum amadurecimento, ...).

De acordo com o Documento do Programa Estratégico do SRTT (2010) “a aproximação rápida dos indicadores de Desenvolvimento e Produto aos padrões médios nacionais e comunitários pressupõe (...) a criação de uma malha intensa de inter-relações entre as instituições de I&D e os sectores e empresas (...) combatendo as lacunas decorrentes da escassez de inovação e desenvolvimento sustentado no tecido empresarial do Alentejo. (...) A Região necessita de um espaço que promova I&D, a inovação e o desenvolvimento empresarial, de modo a estimular a propensão para a internacionalização, para a inovação e para a cooperação empresarial e institucional”.

2. Abordagem do SRTT ao INALENTEJO

A abordagem inicial na ótica do financiamento de intervenções centrou-se na figura do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo (PCTA) e deu origem a um Programa Estratégico e a uma Parceria de iniciativa para a promoção e a gestão protagonizando uma candidatura ao INALENTEJO em Setembro de

2009 (Aviso de Abertura n.º 9 SAPCI/SA ICT, no âmbito do Eixo 1). A candidatura suscitou vários pedidos de clarificação e recomendações emanadas pela AdI (Agência de Inovação) e pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), com destaque para o (re)enquadramento dos projetos referentes às Incubadoras de Base Tecnológica, para a alteração do modelo territorial e do conceito integrado de PCTA para o atual de Sistema Regional de Transferência de Tecnologia do Alentejo e para a integração do Programa Estratégico do Cartaxo Central Park.

A informação empírica processada evidencia grandes dificuldades de consensualização do Programa Estratégico tanto a nível interno (estruturação das parcerias regionais e combinação de intenções polinucleadas de investimento, refletindo logicas sub-regionais do Baixo Alentejo à Lezíria do Tejo), como a nível externo (com a AdI e a FCT) cujas competências de regulação se revelaram limitativas de abordagens de natureza mais territorializada.

A Comissão Diretiva da AG do INALENTEJO aprovou o Programa Estratégico do SRTT em final de 2011, apuração que refletia as condições/requisitos constantes dos pareceres da AdI e da FCT relativos à criação de uma Sociedade de Gestão do PCTA e de uma Rede de Transferência de Tecnologia, com estrutura de gestão própria.

A generalidade das entidades envolvidas na preparação, análise e aprovação deste Programa Estratégico, realça o papel desempenhado pela ADRAL na consensualização de interesses e na elaboração técnica do Programa. Em idêntico sentido, mas no plano do desbloqueamento do processo da aprovação do financiamento, é destacado o papel da CCDR/AG do INALENTEJO, a qual manteve uma pressão elevada sobre os parceiros para a concretização dos mecanismos de gestão (da Rede SRTT e da Sociedade Gestora do PCTA), indispensáveis à ancoragem institucional e à relação de mercado das instâncias e projetos aprovados.

Em Janeiro de 2011 tinha sido estabelecido um Protocolo de financiamento do qual constava a obrigatoriedade de apresentação de candidaturas até final de 2011, segundo Orientações Técnicas específicas; este prazo viria a ser prolongado até final de Julho de 2012, no quadro de dois Avisos Conjuntos (Infraestruturas e Incubadoras SAPCT E SAICT), com dotação de 30 Milhões de Euros. Nas incidências do “parto difícil” do SRTT avulta, ainda, a publicação do Despacho referente ao cancelamento genérico dos Avisos abertos que implicou um pedido de exceção à CMC/QREN a qual viabilizaria a abertura de um Concurso definitivo com uma dotação bastante inferior (de 15 Milhões de Euros) e com eliminação de normas de maturidade refletindo perspectivas de envolvimento mais fragilizados por parte das entidades, mesmo num contexto em que as taxas de cofinanciamento tinham, entretanto, evoluído até ao patamar dos 85%.

3. Operações aprovadas pelo INAlentejo

A Tabela seguinte sistematiza o conjunto de operações que foram objeto de aprovação pela Autoridade de Gestão do INAlentejo no início de Dezembro de 2012 e que resultam de um complexo processo negocial de ajustamento face às propostas e prioridades do Programa Estratégico, às intenções objeto de candidatura e à dotação financeira substancialmente reduzida face à programação inicial e que motivara a abertura de Concursos com limiares de financiamento mais elevados e com maior capacidade de enquadramento das intenções de investimento constantes do PE SRTT.

Operações aprovadas pelo INAlentejo no âmbito da implementação do Programa Estratégico do SRTT

NUT III	Operações aprovadas	Investimento (€)	
		Total	Elegível
Alto Alentejo	Centro de Atendimento Veterinário Escolar/ Análises Clínicas Veterinárias (IPP); Bioenergia (IPP).	2.315.500	1.826.341
Baixo Alentejo	Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (IPB); UVMPROB - Unidade de Valorização de Matérias-primas e Resíduos de Origem Biológica (CEBAL); CEGMA – Centro de Estudos Geológicos e Mineiros do Alentejo (LNEG); Parque Tecnológico de Moura – Laboratórios (Lógica, EM); Infraestruturas do Parque Tecnológico de Moura (Lógica, EM); Incubadora de Empresas (IPB); Unidade de Regadio (COTR).	3.721.192	3.287.770
Lezíria do Tejo	Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (IDERSANT); Laboratório Comunicacional Hipermédia: de Real Life a Second Life (IPS - EEE); Laboratório de Investigação em Desporto e Saúde (ESD – RM); Unidade de Sistemas de Agricultura e Sustentabilidade (IPS).	2.899.999	2.171.619
Alentejo Central	Laboratório de Ciências e Tecnologia da Terra, Atmosfera e Energia (UE); Unidade da Água e Biogeoquímica Ambiental (UE); Laboratório de Biotecnologia Aplicada e Tecnologias Agroambientais (UE); Micra. Lab. (UE); Laboratório de Desenvolvimento e Caracterização Físico-Química (UE); Laboratório de Materiais e Tecnologias de Produção – Unidade de Interoperabilidade (UE); Laboratório de Materiais e de Tecnologias de Produção - Upgrade do Laboratório de Ensaaios Mecânicos (CEVALOR); Laboratório de Novas Tecnologias e Produtos da Pedra Natural – NEWTECHSTONE (CEVALOR); Laboratório de Energias Renováveis (UE); Laboratório de Materiais e Tecnologias de Produção – Unidade LAMEC: Laboratório de Automação, Mecânica Experimental e Computacional (UE); Projeto Brain Link (ANJE); Centro de Negócios do Alentejo (NERE); Projeto Centro IDEA (ADRAL) e Governação e Infraestruturas Centrais Comuns, Espaço de localização de empresas e espaços exteriores do PCTA Évora (Entidade gestora do PCTA a criar).	10.413.809	10.408.926
Total		19.350.500	17.694.656

Fonte: AG INAlentejo.

As operações aprovadas constituem uma redução acentuada da árvore de intervenções que integrava o Programa, bem como do volume global de investimento em presença (de 36,15 Milhões de Euros, para um Investimento elegível de 17,695 Milhões). Deste conjunto de operações, destacam-se as principais linhas de leitura com relevância para a estruturação futura do SRTT:

- Peso elevado (30,7% do número de operações e 48% do volume de investimento) dos projetos promovidos pela Universidade de Évora, importante nó da Rede de Transferência de Tecnologia e que enquadra investimentos laboratoriais e de outros equipamentos que abrangem um leque alargado de departamentos técnico-científicos da Universidade.
- Aprovação de uma Incubadora de Base Tecnológica e Serviços Centrais para a Lezíria do Tejo com um montante financeiro inferior à proposta inicial e um investimento elegível correspondente a 5,1%, não foram aprovadas idênticas infraestruturas para o Alentejo Central¹ e para o Baixo Alentejo² que estavam incluídas no PE SRTT.
- Aprovação de Projetos dinamizados por entidades de C&T de fileiras produtivas regionais de que são exemplo o CEVALOR – Centro Tecnológico das Rochas Ornamentais (Alentejo Central), o CEBAL – Agropecuária e o COTR – Tecnologia do Regadio (Baixo Alentejo).
- Aprovação de projetos, com expressão financeira e de integração com atividades existentes e intervenções em curso, no domínio das energias renováveis com destaque para os projetos da Universidade de Évora (Laboratório de Energias Renováveis), do Parque Tecnológico de Moura e do Instituto Politécnico de Portalegre (BioEnergia).
- Aprovação de projetos para I&D das atividades do Cluster Agroalimentar (incluindo Biotecnologia Aplicada e Tecnologias Agroambientais) e dos Recursos hídricos/Gestão da água envolvendo entidades promotoras regionais com “know-how” reconhecido.
- Aprovação dos projetos em domínios de atividade emergentes (Materiais e Tecnologias de Produção, Automação Mecânica Experimental e Computacional e Atmosfera e Energia, Ciências Computacionais, Criatividade e Multimédia e Atividade física e Saúde,...) dos quais se espera possam evoluir da I&D para componentes de Transferência de Tecnologia e de prestação de Serviços às empresas.

A análise das Fichas-síntese das 26 operações aprovadas no âmbito do SRTT, na ótica dos objetivos, evidencia um conjunto interessante de referências explícitas à **relação com as empresas**, que ocorre nas seguintes manchas de projetos:

- ✓ *Brain Link (ANJE)* – construção e apetrechamento da Incubadora; e *Centro IDEA (ADRAL)* – Rede de transferência de conhecimentos para apoiar as empresas regionais na transposição de ideias de negócio para o mercado;
- ✓ *Centro de Negócios do Alentejo (NERBE)* – Acolhimento de empresas nascentes, da iniciativa de jovens e/ou de quadros qualificados.

¹ A Incubadora Base Tecnológica da C.M. de Évora tem indicação de financiamento via Eixo 2 do INALENTEJO, enquadrado no Programa de Ação da RUCI Corredor Azul.

² Aprovado projeto de pequena Incubadora de ideias de empreendedorismo do I.P. Beja.

- ✓ Projetos de aquisição de equipamentos industriais inovadores para qualificar a prestação de serviços às empresas (p.e., Centro Tecnológico *CEVALOR*).
- ✓ *BioEnergia* – disponibilizar às empresas mecanismos energéticos eficientes e qualidade ambiental;
- ✓ *Unidade de Água e BioGeoquímica ambiental (UÉvora)* – transferência de conhecimento e desenvolvimento de capacidade de inovação (ligação Universidade/empresa);
- ✓ *Laboratório de Ciências e Tecnologias da Terra, Atmosfera e Energia (UÉvora)* – disponibilizar unidades laboratoriais de interface com as empresas (instrumentação científica ambiental e conversão de energia solar);
- ✓ *LADECA e LAMEC (UÉvora)* - aumentar a competitividade e a inovação das empresas e fomentar a criação de novas empresas de base tecnológica.

Entre os projetos identificados pelo Programa Estratégico que não beneficiaram de financiamento destacam-se: a Incubadora Tecnológica da Realidade Virtual (I.P. Portalegre); a Incubadora de Base Tecnológica Serviços de Apoio e Áreas Comuns do I.P. Beja; o Laboratório de Biotecnologia Aplicada e Tecnologias Agroambientais da Escola Superior Agrária de Santarém; o Laboratório de Inovação Industrial e Empresarial e o Centro de Competências de Materiais, ambos do IDERSANT (Lezíria do Tejo); e a Unidade de Mecânica Estrutural (Universidade de Évora).

Em termos mais gerais de articulação das operações do SRTT com instrumento das políticas públicas, designadamente com a missão e atividades/projetos dos Polos e Clusters, observa-se na Tabela seguinte uma integração tendencial com alguma expressão, destacando-se, nomeadamente, as relações mais intensas com os Polos da Energia, TICE, Tecnologias de Produção (PRODUTECH), Agroindústrias e com o Cluster da Pedra Natural.

Operações aprovadas pelo INALENTEJO no âmbito do SRTT, segundo a relação com Polos e Clusters

Operações	Polos e Clusters
Centro de Atendimento Veterinário Escolar/ Análises Clínicas Veterinárias (IPPortalegre)	PCT Agroindustrial
Bioenergia (IPPortalegre)	PCT Energia
Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (IPBeja)	-
UVMPROB - Unidade de Valorização de Matérias-primas e Resíduos de Origem Biológica (CEBAL)	PCT Agroindustrial
CEGMA – Centro de Estudos Geológicos e Mineiros do Alentejo (LNEG)	Cluster Pedra Natural
Parque Tecnológico de Moura – Laboratórios (Lógica, EM)	PCT Energia
Infraestruturas do Parque Tecnológico de Moura (Lógica, EM)	
Incubadora de Empresas (IPBeja)	-
Unidade de Regadio (COTR)	PCT Agroindustrial
Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (IDERSANT)	-
Laboratório Comunicacional Hipermédia: de Real Life a Second Life (IPSantarém - EEE)	PCT Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica

Operações aprovadas pelo INALENTEJO no âmbito do SRTT, segundo a relação com Polos e Clusters (cont.)

Operações	Polos e Clusters
Laboratório de Investigação em Desporto e Saúde (ESD – RM)	PCT Saúde
Unidade de Sistemas de Agricultura e Sustentabilidade (IPSantarém)	Cluster Agroindustrial do Ribatejo
Laboratório de Ciências e Tecnologia da Terra, Atmosfera e Energia (UÉvora)	PCT Energia
Unidade da Água e Biogeoquímica Ambiental (UÉvora)	PCT Tecnologias de Produção
Laboratório de Biotecnologia Aplicada e Tecnologias Agroambientais (UÉvora)	PCT Agroindustrial
Laboratório de Desenvolvimento e Caracterização Físico-Química (UÉvora)	PCT Tecnologias de Produção
Micra. Lab (UÉvora)	
Laboratório de Materiais e Tecnologias de Produção – Unidade de Interoperabilidade (UÉvora)	
Laboratório de Materiais e de Tecnologias de Produção - Upgrade do Laboratório de Ensaios Mecânicos (CEVALOR)	Cluster Pedra Natural PRODUTECH
Laboratório de Novas Tecnologias e Produtos da Pedra Natural – NEWTECHSTONE (CEVALOR)	Cluster Pedra Natural PRODUTECH
Laboratório de Energias Renováveis (UÉvora)	PCT Energia
Laboratório de Materiais e Tecnologias de Produção – Unidade LAMEC: Laboratório de Automação, Mecânica Experimental e Computacional (UÉvora)	PRODUTECH
Projeto Brain Link (ANJE)	-
Centro de Negócios do Alentejo (NERE)	-
Projeto Centro IDEA (ADRAL)	-

Todavia, quando se analisa a participação das Entidades Parceiras do SRTT em EEC dos Pólos e Clusters, constata-se uma presença residual que tende a limitar a profundidade das articulações inicialmente ventiladas. Com efeito, regista-se apenas as seguintes participações:

- CEVALOR, no Cluster da Pedra Natural e no Pólo das Tecnologias de Produção – PRODUTECH;
- LÓGICA, EM, no Pólo da Energia; e
- Escola Superior Agrária do IP Santarém, no Cluster Agroindustrial do Ribatejo.

4. Perspetivas de Futuro e Fatores de Risco

As entrevistas realizadas³ e o processamento de informação documental (Programa Estratégico do SRTT, fichas-síntese das operações aprovadas, ...), permitem sistematizar elementos que, em rigor, relevam de uma avaliação *ex-ante* do SRTT e sinalizam perspetivas de futuro e fatores de risco:

(i) Perspetivas de futuro

Entre as operações aprovadas existem projetos com níveis de ancoragem bastante heterogéneos que tenderão a determinar a efetiva produção de resultados e/ou o ritmo a que estes irão ocorrer. A tipologia seguinte salienta as operações com condições mais favoráveis de consolidação de resultados:

³ Universidade de Évora (Vice-Reitor e Pró-Reitor), CEVALOR, IPP/CIMAA, ADRAL e CD/AG INALENTEJO.

- ✓ Projetos que envolvem parcerias de partilha de instalações e equipamentos, bem como protocolos com empresas (Laboratório de Mecatrónica da Universidade de Évora, Centro de Formação Profissional do IEFP, Embraier);
- ✓ Laboratórios de Energias Renováveis – Banco de Ensaios/Solar Térmico (cátedra financiada, a funcionar na Universidade de Évora, e procura empresarial);
- ✓ Laboratório Fotovoltaico no Parque Tecnológico de Moura (com valências únicas a nível europeu e intercâmbios técnicos).
- ✓ Projetos que reforçam competências, capacidade instalada para a prestação de serviços com procura empresarial específica (Laboratórios de Materiais, Tecnologias e Produtos para o Cluster da Pedra Natural - CEVALOR);
- ✓ Unidade de Regadio do COTR;
- ✓ Unidade de valorização de Matérias-primas e Resíduos de origem Biológica (CEBAL)⁴;
- ✓ Projetos que reforçam competências de promoção do empreendedorismo e de apoio à criação de empresas e ao desenvolvimento de negócios na Região:
 - Incubadora Brain Link da ANJE;
 - Centro de Negócios do Alentejo do NERÉvora;
 - Centro de Inovação e Desenvolvimento Económico do Alentejo (IDEIA- ADRAL);
 - Incubadora de Empresas do I.P. Beja.

(ii) Fatores de Risco

A informação processada identifica como principais fatores de risco, nesta fase, os seguintes:

- Complexidade do enquadramento institucional a qual inibiu no passado a concretização de projetos e ações delineadas pelo Plano Regional de Inovação do Alentejo e criar dificuldades significativas ao amadurecimento e concretização do pacote de candidaturas recentemente objeto de Protocolo celebrado com a AG do INALENTEJO;
- Necessidade de ultrapassar os constrangimentos que no passado não facilitaram a fixação de empresas, ancoragem indispensável ao sucesso do PCTA e de núcleos de incubação de base tecnológica que reflete também um problema mais vasto de relacionamento adulto com o tecido empresarial endógeno e exógeno à Região;
- Necessidade de testar de forma paciente a governação da Parceria que suporta a implementação do SRTT, num contexto de relativa fragmentação de interesses que pode ser

⁴O Centro de Biotecnologia Agrícola e Agroalimentar do Baixo Alentejo e Litoral assinou recentemente dois contratos de financiamento (montante total de 1,3 Milhões de Euros), com a AG/INALENTEJO para desenvolver os projetos “GenoSuber” (descodificação e conhecimento do código genético do sobreiro) e “WaterTre&Val” (utilização de tecnologia de membranas para a recuperação sustentável de água, tratamento e valorização), inseridos no Programa Integrado Science 4 Value.

potenciada pelas características multipolares da solução adotada e pela conjuntura prolongada da crise institucional e financeira da rede de Instituições de Ensino Superior.

Os fatores de risco assinalados reforçam a importância das vertentes: *Modelo de Governança* (e, em concreto da Sociedade de Gestão do PCTA⁵ e da estrutura de gestão da Rede de Transferência de Tecnologia) e da capacidade para criar uma dinâmica de mercado; e *suscitação respetiva da procura*, dinamizando a atração/fixação de competências, a criação de consórcios de I&D e a atração de parceiros externos e de fluxos de investimento inovadores orientados não só para a renovação das cadeias estratégicas de valor, mas também para a estruturação de atividades e setores emergentes.

⁵ A abordagem do Modelo de Sustentabilidade, em sede Programa Estratégico, refere a representatividade do Consórcio (refletindo a importância e solidez da iniciativa) como “contribuindo em muito para a sustentabilidade do SRTT”. Trata-se de uma perspectiva desafiante, sobretudo se se tiver presente a fragilidade institucional de partida e as dificuldades de concertação de interesses revelada. Em matéria de sustentabilidade (institucional, económica e financeira) importará, todavia, deslocar o centro de gravidade para a relação com as empresas e as dinâmicas de mercado.

POLÍTICA DE CIDADES NO ALENTEJO – A ABORDAGEM DA RUCI CORREDOR AZUL

Algumas abordagens inovadoras dos instrumentos de política no âmbito do QREN estabeleceram uma relação forte com os PO Regionais, nomeadamente os instrumentos da política de cidades (RUCI e PRU), da inovação e competitividade (Polos e Clusters) e do desenvolvimento dos territórios de baixa densidade (PROVERE).

Neste âmbito, e no enquadramento da **Política de Cidades**, foi objeto de análise¹ de uma RUCI, nomeadamente, nas seguintes vertentes: coerência do Programa de Ação e dos Projetos-âncora, racionalidade da constituição e sustentabilidade das parcerias e perspetivas de abordagem realizadas pela Entidade Gestora e Entidades Parceiras aos apoios veiculados pelos Eixos do Programa, com destaque para os domínios da Valorização do Espaço Regional e da Coesão Local.

1. Elementos de enquadramento

A Comunicação da CE ao Conselho e ao Parlamento Europeu denominada *A Política de Coesão e as Cidades: contribuição das cidades e das aglomerações para o crescimento e o emprego nas regiões*, publicada em Julho de 2006, procurou situar a problemática do desenvolvimento urbano sustentável na política regional europeia para o período de programação 2007-2013 e inspirou os instrumentos da Política de Cidades que encontraram enquadramento de financiamento, nos PO Regionais.

O Documento enfatiza a ideia segundo a qual as cidades, pela acumulação de recursos, de empresas, de estabelecimentos de ensino, de unidades de I&D e centros de mudança, têm uma importância crucial na concretização dos objetivos do crescimento económico sustentável e do emprego. Neste enquadramento, as políticas públicas urbanas devem combinar intervenções orientadas para: (i) a atratividade das cidades (transportes, acessibilidade e mobilidade; acesso a serviços e equipamentos; ambiente natural e físico; e cultura); e (ii) o apoio à inovação, ao espírito empresarial e à economia do conhecimento (ações a favor das PME e das microempresas; e inovação e economia do conhecimento, ao serviço do crescimento). Em Maio de 2008, o XVII Governo Constitucional ao estabelecer a Política de Cidades Polis XXI acolheu parcialmente estas perspetivas fixando ambições para as cidades, nomeadamente enquanto territórios de inovação e competitividade, de cidadania e coesão social e de qualidade de ambiente e de vida.

Entre os instrumentos de política que suportam a ambição identificada e os objetivos subjacentes, destacam-se as Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (RUCI) que devem enquadrar as dimensões de intervenção referentes à competitividade/ diferenciação. Ou seja, dimensões relativas à

¹ Os elementos processados referem-se: ao Programa de Ação e outra documentação produzida pelas atividades e projetos da Rede; e aos resultados das Entrevistas com diversas entidades (Câmara Municipal de Évora, Vendas Novas e Sines, Consultores responsáveis por Estudos e Programas, ADRAL, IEFP e CEVALOR).

afirmação de capacidades competitivas e à valorização de fatores de diferenciação, abrangendo o apoio a estratégias de afirmação internacional, a criação de equipamentos urbanos e infra-estruturas diferenciadoras, em termos de inserção em redes nacionais e internacionais, e a cooperação entre cidades portuguesas para a valorização partilhada de recursos, potencialidades e conhecimento.

Este é o quadro lógico de objetivos e de domínios de intervenção à luz do qual deverá ser processada informação empírica para apreciação do desempenho da RUCI Corredor Azul, enquanto expressão na Região deste instrumento da Política de Cidades.

2. Elementos estruturantes da RUCI Corredor Azul

Esta RUCI assume âmbito e vocação regional tendo por suporte um conceito territorial de *corredor económico*, caracterizado por uma envolvente de recursos locativos, de vida, de trabalho e de visitação que evolui da fachada atlântica (Sines) à fronteira (Elvas), um território com um padrão de infraestruturas e de acessibilidades que se inscreve na conectividade das redes transeuropeias, em que se destaca a ligação mais vasta entre Lisboa e Madrid.

A iniciativa de promoção da Rede tem uma base estruturante autárquica estabelecida em torno dos dez Municípios do Corredor (Sines, Santiago do Cacém, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Évora, Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Elvas), com liderança do Município de Évora. Na montagem da Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) foram mobilizadas as seguintes entidades parceiras: Instituto de Emprego e Formação Profissional; Universidade de Évora; Instituto Politécnico de Portalegre, através da Escola Superior Agrária de Elvas; ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo; Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais (CEVALOR); Fundação Alentejo/EPRAL; Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas; e APS – Administração do Porto de Sines.

No plano da formulação técnica do Programa Estratégico foi adotada uma abordagem que identifica para cada promotor: o valor acrescentado dos recursos/dinâmicas próprias para as iniciativas/atividades da Rede; as potencialidades e projetos estruturantes; e o envolvimento dos parceiros. Esta perspetiva de abordagem estende-se, de algum modo, à identificação de Projetos-âncora que adotam uma formulação e conteúdos muito abrangentes resultando mais da preocupação de colocar em rede, p.e., equipamentos municipais, intenções de investimento dos Municípios, instrumentos de promoção (eventos, feiras e pavilhões de exposição, ...) e programas de atividades de entidades parceiras. Trata-se de um conjunto relevante de ativos existentes e potenciais (programados e/ ou em intenção de iniciativa) que, no essencial, convergem para compor uma oferta que se pretende dotada de

atratividade, função de critérios de localização ao longo de um importante corredor económico regional, com conetividade ao exterior bastante favorável.

As referências aos Projetos âncora (segundo a abordagem do Dossier de Candidatura) são sistematizadas na Tabela seguinte, que anota Municípios e Entidades parceiras potencialmente mais envolvidas nas perspetivas de intervenção do Programa de Ação para estas intervenções.

Áreas-chave de intervenção	Argumentos/ Ativos do Corredor
<i>Plataformas Logísticas e Multimodais [Elvas, Vendas Novas e Sines]</i>	Complexo logístico e portuário do Porto de Sines e porta de entrada da Europa, por via marítima. Iniciativas em consolidação no território que visam a promoção e divulgação de atividades associadas às Plataformas (p.e., Feira de Indústria e Logística do Alentejo). Infraestruturas ferroviárias previstas para a Região.
<i>Expansão das Áreas de Acolhimento das Atividades Económicas (Parques Empresariais e de Negócios) [UÉvora, IP Portalegre, ADRAL e CEVALOR]</i>	Rede de Parques e Zonas industriais existentes, sobretudo os equipamentos do Alentejo Central potenciados pela conceção da Rede Comunitária de Banda Larga que os deverá dotar de valências tecnológicas competitivas para a atração do investimento. Rede de Tecnopolos (Sines e Évora) indutores de externalidades para o território do Corredor, em articulação com as IES e os Centros Tecnológicos.
<i>Valorização do Património Natural e Cultural [Montemor-o-Novo]</i>	Definição do conjunto de produtos turísticos (turismo e lazer), suportada por estratégia promocional partilhada pela Rede. Planos de Marketing e comercialização (posicionamento de marcas existentes e novas marcas). Projetos em funcionamento no território (Rota dos Vinhos, Rota dos Sabores, Rota de Produtos Regionais de Qualidade, Inovação e Tradição). Projeto Centro Nacional de Artes Transdisciplinares.
<i>Criação e expansão dos empreendimentos turísticos</i>	Qualidade e diferenciação da oferta turística. Criação de projetos inovadores assentes na sustentabilidade ambiental e na valorização da diversidade (património, cinegética, desporto, lazer, eco-turismo,...)
<i>Criação de um Centro de Oportunidades Empresariais e de Inovação</i>	Implementação de projetos ao nível: do desenvolvimento de produtos e respetiva produção e introdução no mercado; da modernização tecnológica de processos produtivos, administrativos e de comercialização e colocação dos produtos no mercado; da adoção de normas e técnicas de controlo de qualidade; da prestação de serviços de design e marketing; da consultoria em gestão e elaboração de estudos de mercado para novos produtos e da sua viabilidade técnica e/ ou económica; e da consultoria em gestão de recursos humanos e perfis de funções. Definição das estratégias sectoriais e programas mobilizadores, consubstanciados em projetos de prospetiva de desenvolvimento tecnológico por temas, clusters ou áreas sectoriais e em projetos de apoio à instalação, na rede urbana, de empresas estrangeiras, com atividades tecnológicas relevantes, para a sua competitividade.

A Tabela seguinte, recuperada do Programa de Ação, sistematiza as prioridades estratégicas da Rede com identificação de responsabilidades de coordenação e liderança.

Operações a financiar pelo Regulamento das RUCI

Prioridades Estratégicas	Descrição sintética	Beneficiário
1. Atratividade Empresarial	Criação de um Centro de Promoção de Oportunidades e de Acolhimento de Empresas e Negócios, com uma configuração em rede, aproveitando sinergias ao nível da gestão, utilização de meios comuns, comunicação, relacionamento das empresas com o território e populações. Terá como objetivo o acolhimento e suporte logístico de atividades económicas de valor acrescentado, suportado nas infraestruturas existentes ou a criar, prevendo-se ações necessárias para adaptação de áreas de localização de empresas em macroestruturas em rede, privilegiando a dimensão incorpórea dos investimentos necessários à captação e fixação de empresas no território.	Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas (SPIVN)
2. Conhecimento, Investigação e Inovação	Constituição de um Tecnopolo em rede, dispositivo fundamental de apoio à competitividade empresarial e ao desenvolvimento e implementação de uma estratégia de inovação para todo o território de intervenção.	Câmara Municipal de Sines
3. Atratividade Urbana	Investimentos indutores da atração de pessoas para os centros urbanos recorrendo a formas inovadoras e à criatividade.	Câmara Municipal de Elvas
4. Governança	Estruturação da animação, governação e monitorização da Rede Urbana e da Parceria de forma a organizar os procedimentos e ações de boa governação da Rede, garantindo a dinamização da parceria e a eficiente e eficaz concretização das operações.	Câmara Municipal de Évora

Adaptado de Programa Estratégico da RUCI Corredor Azul.

Esta visão presente em várias EEC (RUCI, PROVERE, Polos e Clusters, ...) veio a revelar-se ilusória, nomeadamente por incapacidade de reajustar Regulamentos Específicos dos PO Temáticos e aceitar a incorporação de critérios que veiculassem de forma objetiva as prioridades que se pretendia associar a estas abordagens inovadoras de parceria e integração de intervenções.

Da Tabela ressalta, ainda, uma significativa desproporção de montantes de investimento por relação às dotações que viriam a ser programadas para os Avisos destinados às RUCI e, também, para a real capacidade de dinamizar candidaturas por parte de um número relevante de entidades parceiras, sobretudo no espaço de intervenção dos Projetos complementares.

O Programa Estratégico de Ação procede a um exercício de ventilação indicativa de instrumentos de financiamento a mobilizar para a concretização das operações a candidatar, partindo do pressuposto da existência de recursos com afetação privilegiada à RUCI (Subvenção Global?) e apostando nas disponibilidades de financiamento dos PO Temáticos.

Enquadramento das Operações nas fontes de financiamento

Prioridade Estratégica	Operações	Programas Operacionais	Despesa Elegível (€)
1. Atratividade Empresarial	Atratividade Empresarial	RUCI	3.000.000
	Acessibilidades	POVT e PO Alentejo	2.500.000
	Infraestruturas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística	PO Alentejo	60.000.000
	Investimento produtivos privados	POFC, PO Alentejo e ProDeR	80.000.000
2. Conhecimento, Investigação e Inovação	Conhecimento, Investigação e Inovação	RUCI	4.000.000
	Infraestruturas de interface tecnológico	PO Alentejo	10.000.000
	Ações de valorização, promoção e dinamização dos produtos tradicionais	PO Alentejo e ProDeR	1.000.000
	Desenvolvimento do Potencial Humano	POPH	20.000.000
3. Atratividade Urbana	Atratividade Urbana	RUCI	2.500.000
	Intervenções inovadoras de animação e valorização do património histórico e cultural	POVT e PO Alentejo	10.000.000
	Equipamentos públicos coletivos	PO Alentejo	3.000.000
4. Governança	Governança	RUCI	500.000
	Estrutura de coordenação e gestão da estratégia de eficiência coletiva	PO Alentejo	1.100.000
Total			197.600.000

Adaptado de Programa Estratégico da RUCI Corredor Azul.

3. Enquadramento de operações da RUCI Corredor Azul no InAlentejo

Na abordagem ao financiamento foram apresentadas candidaturas de dois tipos de projetos: (i) *Projetos-Âncora* de carácter transversal (três)² protagonizados pelos Municípios de Elvas, Vendas Novas e Sines; e (ii) *Projetos Complementares* de natureza autónoma (sobretudo, Municípios). Aliás, a generalidade dos projetos tem promoção municipal, incluindo o Projeto-âncora de Vendas Novas que inicialmente tinha como responsável indicado a Sociedade do Parque Industrial.

A Tabela seguinte construída a partir de informação do SIGPOA organiza as dinâmicas de projeto geradas a partir de RUCI Corredor Azul (todos da iniciativa de Municípios, oito em dez), evidenciando o peso de algumas operações/áreas de investimento, nomeadamente:

- *Cultura, Património e Identidade* (3,46 Milhões de Euros, correspondendo a 40% do custo total elegível aprovado);
- *Dinamização do Investimento e Desenvolvimento Empresarial* (2,39 Milhões de Euros, correspondendo a 27,7% do custo total elegível aprovado);

² O Projeto de Monitorização da RUCI não avançou sendo as componentes previstas asseguradas no contexto da Assistência Técnica prestada pela ADRAL ao Município de Évora, entidade líder da EEC.

- *Inovação e Desenvolvimento Tecnológico* (1,59 Milhões de Euros, correspondendo a 18,4% do custo total elegível aprovado);
- *Energia* (834 mil Euros, correspondendo a 9,7% do custo total elegível aprovado); e
- *Atratividade Urbana* (254 mil Euros, correspondendo a 2,9% do custo total elegível aprovado).

Projetos de entidades parceiras da Rede Corredor Azul aprovados pelo INALENTEJO

Designação da Operação	Entidade beneficiária	Custo total elegível aprovado (€)
Academia das Energias	Município de Sines	628.629
Acolhimento a Miróbriga	Município de Santiago do Cacém	1.026.724
Ampliação do Centro de Negócios Transfronteiriço - 1ª Fase	Município de Elvas	1.685.274
Atratividade Urbana	Município de Elvas	254.000
Centro de Apoio às Empresas de Santiago do Cacém	Município de Santiago do Cacém	133.418
Centro Interpretativo no Convento de Santo António	Município de Estremoz	1.793.139
Fundo de eficiência energética	Município de Sines	205.000
Identidade Territorial e Memória Coletiva	Município de Arraiolos	270.014
Museu do Mármore de Vila Viçosa - 1ª Fase	Município de Vila Viçosa	173.900
O Tapete está na Rua'010	Município de Arraiolos	197.821
Programa de Fomento da absorção de tecnologia	Município de Sines	290.000
Programa Empreender na Escola	Município de Sines	275.000
PROMOINVEST - Rede de Promoção Empresarial	Município de Vendas Novas	300.000
Tecnopolo da RUCI Corredor Azul	Município de Évora	1.300.000
Governância da RUCI Corredor Azul	Município de Évora	100.000
Total	-	8.632.918

Fonte: SIGPOA.

Os projetos transversais encontram-se em execução com graus de concretização de objetivos bastante diferenciados:

- ✓ *Atratividade urbana* (Coordenação do Município de Elvas) - objetivo centrado na criação de instrumentos destinados à atração de residentes para as Cidades e aglomerações urbanas do Corredor Azul.

A operação consiste na elaboração do Programa de Atração de Pessoas para o território do Corredor Azul, na Implementação do Programa de Atração e na sua Promoção e Divulgação. Esta operação imaterial concretiza-se em ações e iniciativas sobre a envolvente de vida, de trabalho e de visitação do território e enquadra os investimentos que enraízam a competitividade e a inovação no desenvolvimento dos meios urbanos, promovendo a qualidade de vida para fixar as pessoas qualificadas necessárias ao desenvolvimento

empresarial, mas, também, favorecendo o ambiente de iniciativa, risco, inovação, intermediação e negócio.

- ✓ *Atração de Investimento* (Coordenação do Município de Vendas Novas). Objetivo centrado na conceção de instrumentos orientados para a atração de investimento para as infraestruturas de acolhimento empresarial existentes e/ ou a criar no Corredor Azul.

O Projeto PROMOINVEST-Rede de Promoção Empresarial visa promover e divulgar o Corredor Azul, enfatizando potencialidades e realçando oportunidades, numa perspetiva predominantemente empresarial. O Projeto prevê a estruturação de uma *Rede de Centros de Oportunidades Empresariais* (investimentos da Rede em aspetos de natureza imaterial) e ações a desenvolver em parceria para a internacionalização da Rede, promoção e marketing territorial, nomeadamente na ótica da atração de investimentos empresariais.

- ✓ *Empreender na Escola* (Coordenação do Município de Sines). O Programa Empreender na Escola tem objetivo centrado na promoção do Empreendedorismo junto das comunidades educativas das escolas com 3º ciclo do Ensino Básico, ou equivalente, do território do Corredor Azul. No desenvolvimento do Programa participam 10 escolas, uma por cada um dos concelhos do Corredor Azul, que deverão criar e gerir uma miniempresa, em que os estudantes são confrontados com a necessidade de tomarem decisões de negócios de forma autónoma, mas acompanhada. Cada turma integrada será uma empresa, da qual são sócios todos os alunos dessa turma. A empresa terá uma identificação corporativa, capital social, e negócios reais, extinguindo-se no final do ano letivo.

4. Âmbito dos resultados – fatores críticos de sucesso

A informação processada aponta para um perfil de realizações que se situa significativamente a montante da concretização de objetivos operacionais associados ao Programa de Ação da RUCI do Corredor Azul. Em concreto, encontram-se disponíveis os seguintes instrumentos:

- Documentos de trabalho/ Relatórios que constituem os resultados dos projetos PROMOINVEST e Atratividade Urbana, designadamente os Programas de Atração de Investimento e de Residentes; e

- Constituição da Rede de Escolas que se revelou de adesão difícil por parte dos estabelecimentos de ensino dos nove municípios, para além de Sines, e começou a estruturar conteúdos/ orientações mais recentemente com a participação/ consultoria da Universidade do Algarve³.

Em termos de impactos potenciais, associados à consolidação dos resultados sinalizam-se os seguintes fatores críticos:

- (i) *Atração de residentes.* A definição de políticas municipais que interfiram positivamente com as escolhas de fixação de novos residentes, constitui um dos verdadeiros nó-górdio da concretização de impactos nesta vertente do Programa de Ação. Ou seja, o que se afigura determinante para o sucesso das intervenções tendentes à atração será a capacidade de destinar parte dos Orçamentos Municipais à sensibilização para ações coerentes e integradas visando a atração a partir de um pacote coerente de medidas (p.e., redução do IMI, do preço da água e das taxas de licenciamentos).

O horizonte de curto prazo 2013/2015 não se afigura favorável à cativação de verbas (ou à dispensa de receitas) que estimulem a instituição daqueles instrumentos de atratividade efetiva, a qual interfere nas escolhas concretas de localização, em favor de um ou de outro concelho.

Paralelamente, aguarda-se a adoção política do Modelo de Governação proposto pelos consultores externos que equacionam de forma enfática a necessidade de se assumir compromissos políticos traduzidos na prioridade a conferir às ações com impacto efetivo de atração (cf. *Modelo de Governação para Atração de Residentes*, Relatório n.º 8, Quaternaire Portugal).

- (ii) *Atração de investimento.* Alguma informação processada (documentação do Projeto e entrevistas a entidades parceiras) evidenciam escassa inovação introduzida, nos materiais do Programa à exceção de um simulador de vantagens locativas, face a um conjunto de fatores disponibilizados pelos Municípios que procuram evidenciar o respetivo potencial locativo.

Dada a enorme relevância estratégica que as intervenções estruturantes da atração de investimento assumem para o território do Corredor Azul, seria muito importante ventilar no Plano de Ação o volume de investimento necessário e os recursos de financiamento mobilizáveis. Sem essa ventilação rigorosa de viabilidade económica e financeira, não parece aceitável que se faça assentar uma estratégia de atração de investimentos em argumentos

³ Em duas reuniões de trabalho com entidades parceiras da RUCI constatou-se um desconhecimento relativamente a metodologias e materiais de trabalho (orientações, kit, ...) disponíveis, nomeadamente os desenvolvidos em 2007/2008 no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL, com participação de especialistas europeus e experiências realizadas em escolas portuguesas.

locativos cuja concretização se afigura problemática, mesmo no horizonte 2020, face aos recursos de financiamento necessários à execução dessas intervenções.

Outrossim, seria desejável desenvolver uma Estratégia de Atração de Investimento que levasse prioritariamente em linha de conta a necessidade de reestruturar/ reconverter as Áreas de Localização Empresarial ao longo do Corredor Azul, melhorando significativamente as infraestruturas existentes dotando-as de equipamentos, serviços comuns e amenidades e criando condições logísticas que contribuam para a sustentabilidade das empresas existentes e para a atratividade de novas empresas.

Em termos mais gerais, existe uma dimensão de natureza estrutural que questiona a capacidade de produção de resultados e impactos e que remete para os mecanismos de governação tanto a nível político, como a nível técnico. Com efeito, importante constatar:

- Acentua-se a municipalização (mesmo num contexto de projetos caracterizados pela preocupação de valorizar o território do Corredor no seu conjunto), com predomínio de abordagens locativas (cf. peso dos Projetos complementares no domínio da Cultura, Património e Identidade) que o Programa de Ação já indiciava e sem um claro compromisso de envolvimento político que, por um lado, reflita o espírito da intermunicipalidade indispensável e que, por outro lado, arraste os demais parceiros sem presença visível nas atividades da Rede para a dinamização de iniciativas que enfatizam as problemáticas do crescimento económico e do emprego e das competências;
- Observa-se um “gap” acentuado entre a vertente política da Rede (Conselho Estratégico, com representação de Presidentes/ Vereadores) e a vertente técnica (de trabalho, no âmbito dos Conselhos Consultivos), onde participam técnicos dos Municípios cuja capacidade de assunção de risco (de prioridades e escolhas, ...) é, frequentemente, limitada e se confronta com constrangimentos de vária ordem.

5. Perspetivas de futuro

A Política de Cidades que enquadra as Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (RUCI) constitui, decerto, um dos mais importantes instrumentos de política regional em sucessivas gerações de políticas públicas para os territórios objeto de financiamento pelos Fundos Estruturais. No contexto do modelo de intervenção temático do QREN, a Política de Cidades convocava uma mobilização dinâmica e criativa das Agendas da Valorização do Território e da Competitividade podendo, em determinados domínios de projeto e iniciativa, mobilizar apoios à formação de competências com origem na Agenda do Potencial Humano.

Na fase de preparação dos Programas de Ação e de constituição das Parcerias que sustentaram as Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) das RUCI, foi desenvolvido um processo de trabalho de reconhecida valia técnica expressando uma sistematização dinâmica de perspectivas de intervenção estratégica e de intenções de investimento, em alguns casos em projetos de envergadura (objetivos e dimensão financeira) e com protocolos de parceria estabelecidos.

A concretização de objetivos das RUCI ocorreu, todavia, num contexto temporal particularmente adverso que contextualizou também a implementação do Programa Estratégico de Ação da RUCI Corredor Azul avultando, nesse contexto, os traços seguintes:

- ✓ Dificuldades de integração de recursos de financiamento resultantes da reduzida prioridade atribuída à concretização dos Programas de Ação por parte das Autoridades de Gestão dos PO Regionais e dos PO Temáticos. Essa reduzida prioridade traduziu-se em atrasos no lançamento de Avisos de Concurso e na ausência de Orientações Técnicas clarificadoras dos mecanismos de financiamento mobilizáveis para as Ações do Programa.
- ✓ Emergência da crise macroeconómica e financeira, com desenvolvimentos expressivos desde o 2º Semestre de 2008 que provocaram uma erosão acentuada da capacidade de investimento das empresas e da capacidade de atrair fluxos de investimento.
- ✓ Emergência e consolidação de constrangimentos orçamentais e outros de natureza administrativa (reorganização de serviços, redução de funções/cargos dirigentes, ...) que passaram a enquadrar o desempenho das atribuições de competências dos Municípios, com sérias implicações nas dinâmicas de realização de investimentos em domínios estruturantes das infraestruturas, equipamentos e de atuações mais inovadoras que vinham norteando a abertura das políticas públicas locais em direção às áreas e da dinamização económico-empresarial.

Os elementos de reflexão resultantes deste Estudo de Caso, vão no sentido da necessidade de (re)equacionar as condições de operacionalização dos instrumentos da Política de Cidades, aproximando-os da sua vocação de partida (cooperação/ trabalho em rede, integração de intervenções e de recursos) e explorando intervenções que combinem ações materiais e imateriais. No sentido, também de evidenciar para os parceiros não municipais (Instituições de Ensino Superior, organismos desconcentrados da Administração Central – Educação, Formação, Cultura, Desporto, Saúde, ...) as utilidades derivadas para a sua própria missão e atividades do envolvimento em projetos das Redes.

Em segundo lugar, importa também constatar que a RUCI-Corredor Azul não alcançou um reconhecimento territorial-institucional objetivo, num contexto em que o desenvolvimento da Região carece de uma reflexão aprofundada sobre as condições adequadas para uma nova abordagem da territorialização das políticas públicas. Ou seja, seria conveniente evoluir para corredores,

simultaneamente, económicos e de geoestratégia territorial, que valorizassem Sines, Évora e Alqueva, promovessem a excelência ambiental da Região e lhe dessem uma base produtiva que arrastasse os territórios de baixa densidade, estimulando as suas capacidades produtivas (identitárias e renovadas pelo conhecimento), na relação com o mercado interno, mas também o esforço de exportação.

No retorno à matriz fundadora de prioridades estratégicas da RUCI Corredor Azul, seria importante estimular capacidades muito orientadas para resultados, nomeadamente:

- ✓ Capacidades de atração de investimento orientadas para captar em antecipação as trajetórias de procura de localização de novas intenções de investimento, nomeadamente de IDE.
- ✓ Capacidade de dinamização de projetos e de realização de investimentos regionais estruturantes e de investimentos municipais indispensáveis à atração de projetos de investimento (p.e., reordenamento e infraestruturação de Áreas de Localização Empresarial).
- ✓ Capacidade de lançar, organizar e implementar projetos e ações de parceria urbano envolvendo entidades privadas e associativas, procedendo à atualização da disponibilidade e das intenções/interesses das entidades-parceiras da Rede.
- ✓ Capacidade de estruturar, ao nível municipal e intermunicipal, recursos (de financiamento e, sobretudo, técnico-orgânicos) de programação, organização e iniciativa suscetíveis de dinamizar um conjunto vasto de atividades e tarefas especializadas que emergem das propostas constantes dos Planos de Ação (Atração de Residentes e Atração de Investimento).

EMPRESA ALTAS QUINTAS, LDA.

A capacidade de conceber projetos com combinação de componentes materiais e imateriais continua a ser procurada/estimulada pelas políticas públicas com escassos resultados. Neste âmbito, foi selecionada para análise¹ uma intervenção que beneficiou de apoios de mais do que um FFEE para financiar componentes de investimento/ações materiais e imateriais.

1. Elementos de enquadramento da empresa

A empresa **Altas Quintas Exploração Agrícola e Vinícola, Lda.** foi criada em Julho de 2004 (capital social 425.000€), tendo como objeto a viticultura e a produção de vinhos (CAE 11021). Os vinhos produzidos pela empresa orientam-se para num segmento de mercado de vinhos de qualidade e diferenciação, que apresentam padrões de elevada qualidade, enológica e projetam uma imagem de mercado assente em *design* moderno e apelativo.

Sedeada no concelho de Portalegre, a produção vinícola da empresa tem origem em 48 hectares de vinha instalados na Quinta da Vergeirinha, com base em modernos sistemas de condução, sistemas de regas computadorizadas, redes de drenagem otimizadas e um sistema de gestão integrado (de proteção dos produtos utilizados na vinha), que procuram contribuir para alcançar os objetivos estratégicos da empresa: produzir excelentes vinhos com elevada diferenciação, num “terroir” de características ímpares no planalto, a 600 m de altitude na Serra de São Mamede.

Trata-se de uma pequena empresa, com três postos de trabalho permanentes à data de 30 de Junho de 2012, e que apresentou um volume de negócios compreendido entre 500.000€ e 1.000.000€, em 2011. O mercado nacional é o principal destino dos vinhos produzidos que são distribuídos, nomeadamente, a garrafeiras e lojas “gourmet”. O mercado externo constitui outro destino, igualmente, importante para esta empresa. Brasil, Dinamarca, Irlanda, Suécia e Suíça são atualmente os principais mercados de destino dos vinhos produzidos pela Alta Quintas. Os vinhos produzidos por esta empresa têm merecido vários prémios e reconhecimento em concursos nacionais e internacionais.

2. Filosofia de intervenção e utilização de recursos dos Fundos Estruturais

No atual período de programação, a empresa Altas Quintas, Lda. beneficiou de apoios concedidos no Programa Operacional Potencial Humano (POPH) destinados a Formação para a Inovação e Gestão e apoios do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME (INALENTEJO), tendo por objetivo promover o aumento das exportações, através do apoio a intervenções consolidadas junto do

¹ Para efeitos da análise foram processados dados do SIGPOA, informação documental diversa e recolhida em websites, nomeadamente sobre a fileira do vinho e, ainda, os resultados da resposta da empresa ao *Inquérito aos Promotores* realizado no âmbito da Avaliação Intercalar.

mercado externo, contribuindo de forma importante para a concretização da orientação estratégica de crescimento da empresa.

Projeto aprovado à Altas Quintas no âmbito do INALENTEJO

Instrumento	OI	Concelho	Data de Aprovação	Investimento Elegível (€)	Incentivo (€)
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	AICEP	Portalegre	11-Jul-2008	172.178	77.480

Fonte: SIGPOA, informação a 30/06/2012.

O projeto de investimento apoiado pelo INALENTEJO visou o desenvolvimento de um conjunto de fatores dinâmicos de competitividade, qualidade, comercialização e marketing e internacionalização, que complementam e acrescentam valor às atividades-base da empresa.

3. Realizações e resultados – trajetória de contributo para a concretização de impactos

O Sistema de Incentivos Qualificação e Internacionalização para as PME tem por objeto promover a competitividade destas empresas através de uma intervenção no domínio dos fatores dinâmicos/imateriais de competitividade (aumento de produtividade, flexibilidade, capacidade de resposta aos desafios do mercado global, ...).

O projeto da Altas Quintas foi concebido para apoiar a internacionalização (promoção da presença no mercado externo), tendo em Abril de 2011 uma taxa de execução de 80% (cf. *Inquérito aos Promotores*, IESE, 2012). A atual crise económica e financeira motivou atrasos na execução do projeto.

De acordo com a informação obtida junto da empresa, os apoios concedidos foram importantes para a estratégia empresarial. Todavia, a Altas Quintas realizaria os investimentos apoiados, com recurso a financiamento próprio, ainda que em moldes diferentes do projeto, entretanto, desenvolvido.

A disponibilidade de fundos comunitários para investimentos empresariais tem constituído uma oportunidade para as empresas da fileira da vinha e vinho, surgindo a região vitivinícola do Alentejo como um território que tem explorado positivamente essa oportunidade (cf. análise desenvolvida em “Competitividade do Cluster do Vinho em Portugal”).

A tabela seguinte organiza informação relativa às operações aprovadas pelo INALENTEJO, nas CAE do Vinho, num montante global superior a 7 Milhões de euros com elevado centramento em investimentos de modernização (nomeadamente na esfera da vinificação) e de ações orientadas para a internacionalização.

Listagem de Projetos aprovados pelo INALENTEJO (CAE Vinho)

CAE/ Designação de Operação	Beneficiário	Custo total elegível aprovado
11021 - Produção de vinhos comuns e licorosos	4 Projetos	1.838.749
Projeto de internacionalização da Adega das Mouras de Arraiolos	Adega das Mouras de Arraiolos, Lda.	472.615
Projeto de internacionalização e de economia digital da Adega do Mouchão	Vinhos da Cavaca Dourada, SA	57.334
Vinhos com modernidade	Ilex Vinhos Enologia Gastronomia e Turismo, Lda.	876.000
Vinhos portugueses de excelência	Herdade de Coelheiros, Sociedade Agrícola, SA	432.800
46341 - Comércio por grosso de bebidas alcoólicas	19 Projetos	5.292.304
Internacionalização da empresa nos mercados emergentes (China, Brasil, Rússia e Angola)	Fiúza Bright - Sociedade Vitivinícola, Lda.	115.598
Desenvolvimento da estratégia de internacionalização de vinhos portugueses / Região Alentejo	Enoforum - Comércio e Exportação de Vinhos, SA.	210.664
Qualificação empresarial e internacionalização dos vinhos altas quintas, implementação de melhores	Altas Quintas - Exploração Agrícola e Vinícola, Lda.	172.178
Internacionalização de vinhos e azeites orgânicos e verdes	Sociedade Agrícola Herdade dos Lagos, Lda.	389.900
Consolidar a estratégia de internacionalização dos vinhos e azeites da herdade da calada	BCH - Comércio de Vinhos SA	296.823
Vinhos com Corpo e Alma	Serrano Mira, Sociedade Vinícola SA	205.960
Wine brand	João T. Barbosa - Vinhos, Lda.	595.510
Vinhos com Arte e Tradição	Julian Cuellar Reynolds, Lda.	313.750
Vinhos de colombo	Sociedade Agrícola Vale de Fornos SA	162.282
Desenvolvimento da estratégia de internacionalização de vinhos portugueses / Região Alentejo	Enoforum - Comércio e Exportação de Vinhos, SA	111.586
Portuguese Top Wines in Asia	Topwines, Lda.	539.200
Vinhos com nome	Paulo Laureano, Vinus, Lda.	329.400
Dream wines	Miguel Louro, Lda.	123.500
Vinhos com tradição	Quinta da Plansel, SA	136.500
Vinhos e azeites alentejanos de excelência	RG - Herdades do Monte Novo e Conqueiro	239.275
Style wines	Tiago Mateus Cabaço e Cabaço	235.900
Definição e consolidação da estratégia de internacionalização da DFJ vinhos	DFJ Vinhos, SA	350.360
Azeite e vinhos com tradição	Cortes de Cima, SA	248.570
Wine for you	Wintrading, Lda.	515.350
Total CAE Vinhos	23 Projetos	7.131.053

Fonte: SIGPOA, informação a 30/06/2012.

No caso da empresa Altas Quintas, constatou-se que da realização do projeto resultaram impactos positivos no domínio dos novos produtos, da melhoria da qualidade dos produtos/serviços existentes e no aumento da capacidade de produção.

O projeto induziu também resultados positivos na organização e gestão da empresa, tendo contribuído para a manutenção dos postos de trabalho e para a melhoria da capacidade técnica e de gestão e dos sistemas de gestão de qualidade (implementação do Sistema de Gestão de Segurança Alimentar ISO

22000). O projeto previa a contratação de um quadro técnico (licenciado-nível VI) para efetuar o acompanhamento da implementação desta norma na empresa; todavia, o *Inquérito aos Promotores*, realizado no âmbito da Avaliação Intercalar, refere que os impactos do projeto foram “fracos” em matéria de criação de emprego.

O projeto permitiu também a criação de um site corporativo (www.altaquintas.pt) tendo em vista reforçar a notoriedade da empresa e dos seus produtos, não apenas no mercado nacional, mas principalmente no mercado global.

Os principais impactos do projeto situaram-se ao nível da conquista de novos mercados a nível internacional (diversificação dos mercados externos) e no aumento do volume de vendas. A realização do projeto permitiu ultrapassar pontos fracos identificados que inibiam a internacionalização da empresa: reduzida disponibilidade de oferta; concorrência de outros vinhos já presentes em cada mercado local, com posicionamento semelhante; e reduzida notoriedade, que conduzia a um menor reconhecimento da qualidade intrínseca dos vinhos Altas Quintas.

Na perspetiva da empresa, o projeto irá contribuir para melhorar o desempenho, nomeadamente para o aumento da produtividade, mas a concretização dos resultados pode ser retardada/prejudicada pela conjuntura económica recessiva prolongada.

4. Balanço/lições a extrair do modelo de intervenção/objetivos do Projeto

O projeto apresentado pela Altas Quintas, visou a **Qualificação empresarial e a internacionalização nos vinhos**, um setor altamente competitivo.

A falta de visibilidade dos vinhos Portugueses no mercado internacional tem sido identificada como uma importante lacuna na competitividade externa dos vinhos portugueses. As características dos vinhos produzidos pela empresa Altas Quintas (“Blending” de castas, para um segmento de vinhos de elevada qualidade) permitem tirar partido das oportunidades do mercado mundial, nomeadamente ao nível da diferenciação dirigida a consumidores mais exigentes. Ou seja, a qualidade e a inovação do produto são fatores competitivos para a adaptação às exigências dos consumidores atuais. A aposta estratégica da empresa, apoiada pelo INALENTEJO, visou a implementação de melhores práticas de gestão da qualidade alimentar (certificação na qualidade de segurança alimentar) e a afirmação dos vinhos da marca Altas Quintas no posicionamento de excelência na qualidade e distinção, consolidando a diferenciação tanto no mercado nacional, como nos mercados externos.

Portugal tem uma importante vantagem competitiva nos fatores naturais: clima, solo e castas. A reestruturação da vinha e a modernização das empresas de transformação é um aspeto positivo da

evolução do sector vinícola nacional. Todavia, o baixo nível de inovação ocorrido em Portugal neste sector continua a ser um obstáculo à internacionalização dos vinhos portugueses.

O recente estudo realizado no Projeto “Winetech” apurou que no Alentejo menos de metade das empresas do sector vitivinícola utilizam a inovação como aspeto fundamental para o desenvolvimento da sua atividade, concluindo o projeto que é necessário fortalecer o papel da inovação na empresa como fator-chave para a melhoria da competitividade do sector. Os Vinhos do Alentejo detêm, na categoria de vinhos engarrafados de qualidade com classificação DOC e IG, a maior quota de mercado nacional em valor 43,53% e em volume 39,81%.

Apesar de existir uma aposta forte no que respeita à melhoria da qualidade do vinho em Portugal, no entanto, esta melhoria ainda não foi totalmente apercebida pelos consumidores devido ao facto das campanhas de marketing terem sido insuficientes e pouco “aguerridas”, sobretudo nos mercados internacionais.

5. Perspetivas/necessidades futuras de atuação

O sector vinícola constitui um dos “ativos distintivos da Economia Portuguesa”, sendo Portugal o 5.º maior produtor europeu de vinhos e o 10.º maior exportador mundial², tendo duplicado o volume de negócios exportado entre 2005 e 2011. O mercado internacional dos vinhos tem sofrido uma profunda alteração, motivada, em parte, pela consolidação da posição dos países emergentes neste sector e a regressão dos países tradicionalmente produtores³. Num contexto de concorrência acrescida à escala mundial é fundamental melhorar o desempenho competitivo do sector e das empresas que nele operam, sendo que nessa perspetiva, o próximo ciclo de programação dos Fundos Estruturais, que irá valorizar o desenvolvimento sectorial e apostar nos produtos endógenos, constitui uma oportunidade para a valorização deste importante recurso endógeno de notoriedade reconhecida na Região do Alentejo—o vinho.

As exportações de vinhos do Alentejo têm vindo a aumentar, representando já 20% do total da produção vinícola da Região⁴, o que de acordo com a Comissão Vitivinícola da Região do Alentejo (CVRA) é “demonstrativo da saúde dos vinhos do Alentejo, cada vez mais representados nos mercados mundiais”. Atualmente, Brasil, Estados Unidos, Canadá, Angola, Suíça, Suécia, Dinamarca e Reino Unido constituem os principais mercados de exportação dos Vinhos do Alentejo.

² Espirito Santo Research (2012), *Ativos distintivos da Economia Portuguesa*.

³ Alberto, Deolinda e Ferreira, João (sd). *A Competitividade do Cluster do Vinho em Portugal*.

⁴ Correio do Alentejo. “Exportações de vinhos do Alentejo estão a aumentar” (22.11.2012) <http://www.infovini.com/article117610>.

EMPRESA FABRIRÉS - PRODUTOS QUÍMICOS, LDA.

As apostas do INALENTEJO na competitividade revestem um espectro largo, dos SI às intervenções na logística, Áreas de localização Empresarial e intervenções de inovação. Neste âmbito, foi selecionada para análise¹ uma intervenção de acesso aos SI que beneficiou das externalidades associadas a este tipo de investimentos públicos.

1. Elementos de enquadramento da empresa

A empresa **Fabrirés - Produtos Químicos, Lda.** foi constituída em Março de 2006 com o capital social 40.000€² e tem como objeto a fabricação de produtos químicos auxiliares para uso industrial (CAE 24620). A empresa especializou-se na produção de colas e emulsões para a indústria de cortiça, nomeadamente para o fabrico de “rolhas técnicas” e de revestimentos de aglomerados de cortiça e, no final de 2011, a assegurava 11 postos de trabalho permanentes.

A localização da empresa no Parque Industrial de Vendas Novas é valorizada pelos responsáveis combinando uma boa acessibilidade aos mercados de abastecimento e escoamento da empresa, com um ambiente empresarial dinâmico e internacionalizado do Parque.

A Fileira da Cortiça, na qual esta empresa se integra, valoriza um importante recurso endógeno nacional (Portugal é o principal produtor mundial de cortiça, com 49,6% da produção mundial) e assume um papel relevante na manutenção dos montados de sobro do sul do País. No plano económico, o comércio externo cifrado em 806,1 milhões de Euros, representou 2% das exportações nacionais em 2011. O sector rolheiro representa, atualmente, mais de 70% do valor das exportações da indústria da cortiça (em 2011, este sector exportou 563 milhões de Euros), tendo-se registado nos últimos anos uma perda efetiva de quota de mercado para produtos concorrentes na área dos vedantes para vinhos. O segmento dos revestimentos de cortiça para construção tem denotado crescimento, tendo representado 22% das exportações da fileira em 2011.

De acordo com o Estudo sobre Sector Corticeiro³ realizado pela APCOR – Associação Portuguesa da Cortiça em 2011, a Fileira da Cortiça tem apresentado sinais de algum enfraquecimento, agravado pela crise económica e financeira internacional, cujos impactos se fizeram sentir sobretudo nos anos de 2008 e 2009. A crise do sector viria a despoletar um importante processo de ajustamento estrutural da fileira, nomeadamente ao nível da indústria transformadora. Em resultado das medidas implementadas pelo Ministério da Economia com o

¹ Para efeitos de análise foram processados dados dos Sistemas de Informação, informação recolhida em websites e imprensa, bem como documentação global da fileira da cortiça.

² Em 2007 a empresa aumentou o capital social para 150.000€.

³ APCOR (2011), *Cortiça - Estudo de Caracterização Sectorial*, 84 pgs.

Programa de Apoio à Indústria Corticeira (PAIC), em 2010, a cortiça conheceu os primeiros sinais de retoma com as exportações a apresentarem uma taxa de crescimento de 8%.

Aquele estudo apurou ainda que o investimento em Inovação e I&DT no período 2000-2010, considerando os sistemas de incentivos de vários PO (PRIME, COMPETE, AGRO, ...) e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), cifrou-se em 85,9 milhões de Euros, cerca de 17,8% do investimento total com fundos públicos, o que é elucidativo quanto ao esforço que a fileira da cortiça desenvolveu nos últimos anos, para proceder ao necessário reforço da competitividade tecnológica, na melhoria e/ou desenvolvimento de novos produtos, processos e sistemas.

Sendo Portugal o líder mundial na exportação da cortiça, a competitividade e a inovação nas empresas, nomeadamente na apresentação de novos produtos e na melhoria da qualidade dos vedantes de cortiça, constituem desafios relevantes para o futuro. Nessa perspetiva, o segmento das rolhas técnicas de aglomerado de cortiça (produtos de menor valor comercial), constitui o segmento onde existe um maior potencial de crescimento e uma maior necessidade de inovar, assim como o segmento dos materiais de cortiça para revestimento, pelo que a aposta da empresa Fabrirés se afigura de grande oportunidade num momento em que o sector corticeiro nacional apresenta sinais consolidados de retoma do crescimento após a crise internacional de 2008/09.

2. Filosofia de intervenção e utilização de recursos dos Fundos Estruturais

A Fabrirés, beneficiou de apoios do Sistema de Incentivos à Pequena Iniciativa Empresarial (SIPIE – PRIME), aquando da sua instalação.

No período de programação em vigor, a empresa beneficiou de apoios concedidos no Programa COMPETE, nos Sistemas de Incentivos para I&DT e para a Qualificação e Internacionalização das PME, investimentos que foram considerados como “cruciais” pela empresa. O quadro seguinte sintetiza a informação dos apoios atribuídos à Fabrirés, SA no âmbito de PO do QREN.

Projetos aprovados à Fabrirés no período 2008/2012

Instrumento	PO	OI	Concelho	Data de Aprovação	Investimento Elegível (€)	Incentivo (€)
I&DT Empresas Projetos em Co-promoção (Indústria) (*)	PO FC	Adl	Vendas Novas; Lisboa	8-Jun-09	1.023.733	729.786
SI Qualificação PME/Projeto Individual (Indústria) (*)	PO Alentejo	IAPMEI	Vendas Novas	2-Abr-08	415.576	187.009

(*) Acresce a atribuição de uma bolsa de investigação em cooperação com o IST no âmbito de um projeto I&DT financiado pelo COMPETE.

Fonte: COMPETE e SIGPOA, informação a 30/06/2012.

O financiamento concedido pelo POFC no âmbito do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) foi destinado para a concretização do projeto de investigação científica e desenvolvimento tecnológico “LIRACORK – Ligantes inócuos para rolhas e aglomerados de cortiça. Este projeto de investigação, liderado pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), em consórcio com o Instituto Superior Técnico e com a Fabrirés, visa desenvolver I&D de ligantes inócuos para cortiça de baixa toxicidade e posterior registo de patentes, com carácter europeu e internacional. O projeto irá permitir dotar o INSA, e o País, de meios tecnológicos, até agora inexistentes, necessários para a execução de análises de segurança alimentar das rolhas de cortiça (Cf. Ficha de projeto: <http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/ID/Paginas/LIRACORK.aspx>).

O projeto aprovado no âmbito do INALENTEJO – SI Qualificação e Internacionalização de PME (Aviso 01/2007), visou o desenvolvimento de novos produtos e de matérias-primas alternativas aos hidrocarbonetos, a criação de um laboratório de Investigação e Desenvolvimento, bem como a dinamização da atividade exportadora. Este projeto de investimento também possibilitou a melhoria do equipamento do Laboratório de Qualidade, o que permitiu dar “respostas mais atempadas e consistentes aos clientes”⁴.

A inovação, que está na base da estratégia empresarial da Fabrirés, deve constituir uma preocupação nuclear das estratégias empresariais e, nesse domínio, dados os riscos e a incerteza inerentes ao processo de inovação, a intervenção pública assume um papel decisivo na promoção da inovação, nomeadamente ao nível das micro e pequenas empresas.

No domínio dos apoios ao emprego a empresa tem apoios no âmbito dos Estágios Profissionais decorrendo um estágio até Janeiro de 2013, com contratação sequente prevista.

A tabela seguinte sistematiza informação relativa aos projetos da CAE da cortiça que beneficiam de apoios do INALENTEJO apenas três operações mas registando o financiamento de grande dimensão da empresa ROBCORK na área dos aglomerados, com componentes mistas e visando um segmento de mercado e habitat e construção com potencial elevado de expansão.

⁴ QREN/OJE (2010). Suplemento “Pequenas e microempresas inovadoras”, Casos de sucesso –Fabrirés/Rolhas inócuas patenteadas, pp.11.

Listagem de Projetos aprovados pelo INALENTEJO (CAE Cortiça)

CAE/ Designação de Operação	Beneficiário	Custo total elegível aprovado
16293 - Indústria de preparação da cortiça	1 Projeto	20.000
Implementação do Código Internacional das Práticas rolheiras	A. L. Castro - Cork, Unipessoal, Lda.	20.000
16295 - Fabricação de outros produtos de cortiça	1 Projeto	3.703.183
Transformação industrial de cortiças para fabrico de aglomerados puros e compósitos, em cortiça, para soluções de isolamento, revestimento e underlayment reve	ROBCORK – Valorização de produtos de cortiça, SA.	3.703.183
46213 - Comércio por grosso de cortiça em bruto	1 Projeto	295.275
Soluções de cortiça	Figueiras dos Santos, Herdeiros de João José Figueiras dos Santos, Lda.	295.275
Total CAE Cortiça	3 Projetos	4.018.458

Fonte: SIGPOA, informação a 30/06/2012.

3. Realizações e resultados – trajetória de contributo para a concretização de impactos

O projeto apresentado pela empresa Fabrirés, aos apoios do SI Qualificação e Internacionalização de PME, designado “Reforço de competências distintivas”, visou a **inovação industrial** e a **aposta na internacionalização**, correspondendo a duas vertentes-objetivo relevantes para a concretização das prioridades do Eixo Competitividade, Inovação e Conhecimento do INALENTEJO.

A empresa valorizou, enquanto opção estratégica, a instalação no Parque Industrial de Vendas Novas, um importante investimento regional na vertente de infraestruturação material para o desenvolvimento geradora de economias de escala e de qualidade das condições de acolhimento empresarial. Trata-se de uma envolvente favorável à atividade da Fabrirés, tanto na ótica da integração da fileira (unidades de indústria transformadora em Vendas Novas, Ponte de Sor, Coruche e Montijo), como na ótica da integração num ambiente de internacionalização proporcionado pela existência de um leque significativo de empresas exportadoras e pela proximidade de ligação por via rodoviária (A6), a linhas de produção espanholas situadas na Estremadura e Andaluzia.

O projeto de investimento teve como objetivo estratégico o desenvolvimento (para posterior proteção de propriedade industrial) de um novo produto (gama MDI), trabalhado essencialmente com matérias-primas alternativas (não petroquímicas), sendo a parceria com o Instituto Superior Técnico e com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge fundamental para a concretização desse objetivo.

Os investimentos previstos pela empresa irão permitir o reforço do quadro de pessoal (laboratório de I&D e área comercial) e a adesão da empresa à economia digital, com a criação de um sítio institucional na Internet (www.fabrirés.pt). Os investimentos realizados também permitem reforçar a parceria de

cooperação com o Instituto Superior Técnico, que garante a presença de estagiários no desenvolvimento de projetos de I&D.

A melhoria da área da qualidade e a certificação do sistema de gestão de qualidade ao abrigo da norma ISO 9001, complementado com a certificação no sistema de gestão do ambiente (ISO 14001), constituem elementos decisivos para a competitividade da empresa nos mercados exterior. A aposta na internacionalização, nomeadamente nos mercados de Espanha, França e Itália (e também Alemanha e Estados Unidos), compreende o desenvolvimento da área comercial e de uma estratégia de marketing, bem como dos necessários sistemas de certificação de produto a montante.

4. Balanço/lições a extrair do modelo de intervenção/objetivos do Projeto

As principais áreas de intervenção do Projeto (Máquinas e Equipamentos; Investigação e Desenvolvimento; e Área Comercial e Internacionalização), contribuíram significativamente para a produção de novos produtos e a melhoria de qualidade dos existentes, com a introdução de novas tecnologias e processos. No plano da *organização e gestão* os aspetos mais valorizados pela empresa na resposta ao Inquérito da Avaliação Intercalar, foram a abertura à I&D e à cooperação com entidades externas, enquanto em termos de relações de *Mercado* se valoriza a conquista de novos clientes com abertura a novos mercados a nível internacional com aumento de exportações e reforço da posição da empresa no mercado externo.

As componentes de inovação e qualidade assumem-se cada vez mais como fatores determinantes para a competitividade da empresa, contribuindo para consolidar a aposta na exportação dos seus produtos como vetor principal de crescimento. As valências apoiadas permitem, dar cumprimento aos objetivos estratégicos de crescimento da empresa alicerçados na penetração no mercado, na extensão do produto e do mercado e na diversificação da produção.

5. Perspetivas/necessidades futuras de atuação

O Projeto induziu a realização de novos investimentos para aumento de capacidade produtiva (compra de novos equipamentos com recursos a financiamento bancário).

O gestor da empresa em declarações prestadas em 2010, considerava que o acesso aos Sistemas de Incentivos era fácil, “ainda que a aprovação de um projeto exige muita persistência, tendo em conta que o mesmo é alvo de uma análise exaustiva e rigorosa”. No entanto, a empresa admite recorrer de novo a financiamentos comunitários.

O novo ciclo de programação dos Fundos Estruturais, que irá valorizar o desenvolvimento sectorial e apostar nos produtos endógenos, tem no Cluster da Cortiça uma clara oportunidade para a concretização desses objetivos estratégicos. O Alentejo concentra 95% da área de sobreiro em Portugal e mais de 97% da produção nacional de cortiça, tem instalado um conjunto de pólos sub-regionais de transformação de cortiça (Montijo, Vendas Novas, Coruche, Ponte de Sor), dispõe do acesso a infraestruturas portuárias (Portos de Sines e Setúbal), rodoviárias (A6 e A2) e ferroviárias para o escoamento e internacionalização dos produtos e concentra instituições de investigação/conhecimento quer na Região (Universidade de Évora, Institutos Politécnicos de Beja e Setúbal), quer na sua envolvente, em Lisboa (Instituto Superior de Agronomia, Instituto Superior Técnico).

Assim, será importante manter os incentivos às empresas ao nível da promoção da competitividade, inovação, I&DT e da internacionalização, com uma modelação positiva para o desenvolvimento de projetos para as áreas competitivas, integradas em clusters estratégicos regionais. Como referiu o Presidente da APCOR – Associação Portuguesa de Cortiça, João Rui Ferreira, em entrevista ao jornal “Vida Económica”⁵, a “indústria da cortiça está num novo ponto de viragem”, sendo que “a inovação e a internacionalização serão sempre desafios” deste sector.

⁵ *Vida Económica*, edição de 18.6.2012.

AValiação Intercalar do Inalentejo
- Relatório Final -

ANEXO D. INFORMAÇÃO INALENTEJO

Tabela 1. Síntese de realizações e indicadores financeiros por Eixo e Área de Intervenção

Eixo / Área de Intervenção	Projetos			CTE			FC			DP apres	Tx Realiz	
	Nº	%	N.º FConc	Aprov	% Aprov	Val	Aprov	% Aprov	Val		(FC Val)	(DP apres/ CTE ap)
Eixo 7	426	35,6	57	258.082.974	30,5	106.532.040	155.238.299	26,0	60.810.784	58.111.113	39,2	22,5
01- Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	119	10,0	-	24.477.316	2,9	8.618.681	11.178.563	1,9	3.969.839	-	35,5	0,0
02- Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8	0,7	-	2.472.740	0,3	698.940	1.594.852	0,3	404.953	-	25,4	0,0
03- Incentivos à Inovação (SI Inovação)	55	4,6	-	137.054.999	16,2	64.143.265	71.876.913	12,1	31.265.577	-	43,5	0,0
25- Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	9	0,8	-	2.744.921	0,3	475.530	1.984.116	0,3	395.631	1.322.371	19,9	48,2
26- Apoio à Modernização Administrativa	34	2,8	7	20.823.484	2,5	7.994.301	14.881.432	2,5	5.898.599	12.189.102	39,6	58,5
27- Promoção e Capacitação Institucional	59	4,9	16	15.373.237	1,8	4.755.361	11.513.180	1,9	3.591.105	8.169.791	31,2	53,1
28- Apoio a Ações Coletivas	18	1,5	1	7.060.368	0,8	1.781.624	4.911.723	0,8	1.213.184	3.507.857	24,7	49,7
62- Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	4	0,3	-	3.628.905	0,4	2.043.509	2.777.194	0,5	1.550.947	2.274.576	55,8	62,7
63- Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	21	1,8	9	23.570.335	2,8	10.113.693	18.824.553	3,2	8.154.140	16.513.209	43,3	70,1
65- Energia	64	5,4	12	8.411.628	1,0	2.041.708	6.287.380	1,1	1.427.656	3.821.124	22,7	45,4
66- Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	32	2,7	9	12.301.718	1,5	3.705.604	9.305.807	1,6	2.838.666	10.145.168	30,5	82,5
67- Apoio à Acessibilidade e Utilização de TIC	3	0,3	3	163.323	0,0	159.825	102.586	0,0	100.487	167.915	98,0	102,8
Eixo 8	284	23,8	120	168.297.209	19,9	57.360.816	120.225.395	20,2	41.060.637	103.176.624	34,2	61,3
30- Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	11	0,9	4	3.651.953	0,4	702.519	2.323.853	0,4	421.511	1.535.536	18,1	42,0
31- Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	114	9,5	42	41.673.136	4,9	13.865.902	29.124.983	4,9	9.635.454	26.983.104	33,1	64,7
32- Ações de Valorização do Litoral	2	0,2	1	490.667	0,1	148.790	303.239	0,1	96.433	185.714	31,8	37,8
36- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	6	0,5	4	2.598.767	0,3	1.466.686	1.992.290	0,3	1.173.349	2.148.001	58,9	82,7
37- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais	9	0,8	1	1.114.153	0,1	20.184	871.719	0,1	12.110	239.886	1,4	21,5
47- Valorização e Animação do Património Cultural	45	3,8	17	23.775.029	2,8	6.281.966	18.045.147	3,0	4.951.825	11.240.383	27,4	47,3
48-Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	56	4,7	30	66.444.562	7,8	24.434.372	46.714.454	7,8	17.126.567	42.480.051	36,7	63,9
52- Rede de Equipamentos Culturais	13	1,1	5	7.519.126	0,9	1.247.726	5.973.935	1,0	1.033.715	3.348.450	17,3	44,5
54- Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa”	7	0,6	3	7.735.046	0,9	3.615.840	6.188.037	1,0	3.021.150	4.921.275	48,8	63,6
59-Infra-estruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	10	0,8	7	6.511.131	0,8	3.418.823	3.992.289	0,7	2.006.658	6.004.642	50,3	92,2
60- Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	11	0,9	6	6.783.639	0,8	2.158.008	4.695.449	0,8	1.581.864	4.089.583	33,7	60,3
Eixo 9	485	40,6	258	420.520.502	49,7	184.695.341	320.729.175	53,8	147.540.583	312.347.632	46,0	74,3
40- Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	69	5,8	16	27.482.424	3,2	4.730.071	20.386.475	3,4	3.596.617	13.075.263	17,6	47,6
41- Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	158	13,2	60	120.557.254	14,2	46.036.877	91.778.520	15,4	36.084.667	83.538.745	39,3	69,3
44- Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	60	5,0	44	90.533.198	10,7	46.391.333	71.797.381	12,0	37.203.632	81.793.478	51,8	90,3
49-Infra-estruturas e Equipamentos de Proteção Social	2	0,2	-	596.781	0,1	-	417.747	0,1	-	58.022	0,0	9,7
50- Mobilidade Territorial	109	9,1	95	86.818.806	10,3	55.718.759	67.206.495	11,3	43.350.350	72.966.134	64,5	84,0
53-Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos	2	0,2	1	1.160.908	0,1	256.278	928.727	0,2	205.093	741.258	22,1	63,9
56- Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	79	6,6	40	55.146.278	6,5	16.390.942	42.335.858	7,1	12.963.359	30.917.184	30,6	56,1
97- Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	5	0,4	2	20.519.471	2,4	5.171.082	15.877.973	2,7	4.136.866	11.552.166	26,1	56,3
98- Iniciativa Comunitária Jessica	1	0,1	-	17.705.382	2,1	10.000.000	10.000.000	1,7	10.000.000	17.705.382	100,0	100,0
Total Geral	1195	100,0	435	846.900.685	100,0	348.588.198	596.192.870	100,0	249.412.004	473.635.370	41,8	55,9

Fonte: SIGPOA.

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO

- Relatório Final -

Tabela 2. Indicadores e Metas de Realização do INALENTEJO

Objetivo específico do PO	Indicadores de Realização	Metas Programa		Contratado 2011 (Rel.Exec)		Executado 2011 (Rel.Exec)	
		Meta 2010	Meta 2015 (2011)	Nº	Contr./Meta 2015 (%)	Nº	Exec./Meta 2015 (%)
EIXO 1 - Competitividade, inovação e conhecimento							
Incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo	A - Nº de empresas criadas	50	100	46	46,0	2	2,0
	A - Nº start-ups (tecnológicas) criadas	12	15	7	46,7	0	0,0
Aumentar as atividades de I&D associadas aos clusters estratégicos	A - Nº ações de cooperação apoiadas	4	12	4	33,3	0	0,0
Apoiar a incorporação de inovação e conhecimento nas empresas	A - Nº de micro e pequenas empresas apoiadas	140	450	285	63,3	0	0,0
Promover a densificação do relaciona/ empresarial em clusters	A - Nº ações coletivas apoiadas	4	20	17	85,0	1	5,0
Constituir uma rede regional de centros tecnológicos	A - Nº infraestruturas tecnológicas apoiadas	2	4	0	0,0	0	0,0
Reforçar a rede regional de parques empresariais	A - Nº áreas de inovação empresarial apoiadas	5	10	16	160,0	5	50,0
Reforçar as conexões em rede dos atores REG através da adoção das TIC	A - Nº projetos apoiados de promoção da eco digital	20	30	26	86,7	11	36,7
	A - Nº projetos de modernização administrativa apoiados	12	25	22	88,0	3	12,0
	A - Nº de lojas do cidadão e centros multiserviços apoiados	15	40	49	122,5	0	0,0
Dinamizar a captação de investimento para a região	A - Nº ações promocionais apoiadas	8	15	28	186,7	6	40,0
EIXO 2 - Valorização do Espaço Regional							
Gerir eficientemente os recursos hídricos	A - Km de rede de abastecimento de água nos sistemas de baixa	80	80	86,6	107,5	6	7,5
Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental	A - Nº equipamentos de fruição pública em áreas classificadas (apoiados)	8	23	7	30,4	1	4,3
	A - Nº de projetos de valorização de praias	4	11	5	45,5	0	0,0
Assegurar a dotação de serviços coletivos à população	A - Nº de unidades de saúde apoiadas	7	60	52	86,7	13	21,7

(continua)

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

Tabela 2. Indicadores e Metas de Realização do INALENTEJO (cont.)

Objetivo específico do PO	Indicadores de Realização	Metas Programa		Contratado 2011 (Rel.Exec)		Executado 2011 (Rel.Exec)	
		Meta 2010	Meta 2015 (2011)	Nº	Contr./Meta 2015 (%)	Nº	Exec./Meta 2015 (%)
EIXO 3 - Coesão Local e Urbana							
Promover a integração regional no sistema aeroportuário nacional	A - Nº infraestruturas aeroportuárias apoiadas	1	2	2	100	2	100
Assegurar a dotação de serviços coletivos à população	A – Nº de estabelecimentos educativos apoiados no pré-escolar e 1ª CEB	11	60	65	108,3	32	53,3
	A – Nº de estabelecimentos educativos apoiados no 2º e 3º CEB	-	10	4	40,0	0	0,0
	A - Nº de elementos patrimoniais apoiados	4	30	29	96,6	14	46,7
Promover o desenvolvimento urbano sustentável das cidades	A - Nº de protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados	4	16	16	100,0	2	12,5
Reforçar a competitividade e atratividade das cidades	A – Programas Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	3	6	6	100,0	0	0,0
Reforçar a mobilidade intra-regional, através da melhoria das infraestruturas e dos sistemas de transportes	A – Nº Km de rede rodoviária intervencionada	25	800	759,5	95,0	493	61,6
	A – Nº de sistemas de transportes coletivos apoiados	2	5	s.d.	-	s.d.	-

Fonte: Programa Operacional do Alentejo 2007/13 – Versão da Reprogramação de 2011; Relatório Anual de Execução do Programa Operacional do Alentejo, 2011.

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO

- Relatório Final -

Tabela 3. Indicadores e metas de Resultado do INALENTEJO

Objetivo específico do PO	Indicadores de Resultado	Metas Programa		Contratado 2011 (Rel.Exec)		Executado 2011 (Rel.Exec)	
		Meta 2010	Meta 2015 (2011)	Nº	Contr./Meta 2015 (%)	Nº	Exec./Meta 2015 (%)
EIXO 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento							
Incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo	A- Empresas criadas em sectores com potencial de crescimento %	25%	40%	15%	38,0	0	0
Aumentar as atividades de I&D associadas aos clusters estratégicos	A- Nº de PME envolvidas em ações de cooperação apoiadas	40	80	4	5,0	0	0
	A - Relevância das atividades de I&D em consórcio	7%	35%	11%	31,4	0	0
Apoiar a incorporação de inovação e conhecimento nas empresas	A - Incentivo à inovação produtiva	45%	80%	83%	103,8	0	0
	A - VAB gerado em sectores com potencial de crescimento	15%	20%	29%	145,0	0	0
	A - Orientação para a produção transacionável e internacionalizável	50%	80%	81%	101,3	0	0
	A - Orientação para mercados internacionais	1,5	3,6	11,8	327,8	0	0
Promover a densificação do relaciona/ empresarial em clusters	A - Nº de PME envolvidas em ações coletivas apoiadas	80	260	1.305	501,9	0	0
Constituir uma rede regional de centros tecnológicos	A - N.º de patentes registadas por 1.000.000 hab.	10	30	0,000506	0,0	0	0
Reforçar as conexões em rede dos atores REG at da adoção das TIC	A - % de empresas com presença na internet e acesso à banda larga	40%	100%	n.d.	0,0	0	0
	A - População servida por lojas do cidadão e centros multi-serviços	30%	70%	70,3%	100,4	0	0
EIXO 2 - Valorização do Espaço Regional							
Gerir eficientemente os recursos hídricos	C - Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	7.700	27.000	2.594	9,61	0	0
Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental	A - Nº de visitantes dos equipamentos de fruição pública apoiados em áreas classificadas	40.000	172.500	152.340	88,31	0	0
Assegurar a dotação de serviços coletivos à população	A - População servida por unidades de saúde apoiadas	-	767.679	767.679	100,00	0	0
	A - Acréscimo do nº de visitantes às infraestruturas apoiadas	40.000	150.000	238.995	159,3	0	0

(continua)

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

Tabela 3. Indicadores e metas de Resultado do INALENTEJO (cont.)

Objetivo específico do PO	Indicadores de Resultado	Metas Programa		Contratado 2011 (Rel.Exec)		Executado 2011 (Rel.Exec)	
		Meta 2010	Meta 2015 (2011)	Nº	Contr./Meta 2015 (%)	Nº	Exec./Meta 2015 (%)
EIXO 3 - Coesão Local e Urbana							
Promover a integração regional no sistema aeroportuário nacional (introduzido reprog 2012)	A - nº de passageiros (aéreos) transportados	235.000	1.100.000	n.d	n.d.	2.237	0,95
Assegurar a dotação de serviços coletivos à população	A - Alunos abrangidos por centros do 1º ciclo do EB e da educação pré-escolar construídos ou requalificados	1.420	12.270	15.912	129,7	7.485	61,00
	A - Alunos abrangidos por escolas do 2º e 3º ciclo do ensino básico construídas e/ou ampliadas/requalificadas	-	5.000	2.207	44,1	0	0
Promover o desenvolvimento urbano sustentável das cidades	A - Pop abrangida por operações de regeneração urbana	90.000	250.000	217.472	87,0	0	0
Reforçar a competitividade e atratividade das cidades	A - Nº de postos de trabalho beneficiados pelas RUCI	600	1.200	n.d	n.d.	0	0
Reforçar a mobilidade intrarregional, através da melhoria das infraestruturas e dos sistemas de transportes	A - Pop servida por sistemas de transportes coletivos apoiados	33%	72%	2,20%	2,8	0	0

Fonte: Programa Operacional do Alentejo 2007/13 – Versão da Reprogramação de 2011; Relatório Anual de Execução do Programa Operacional do Alentejo, 2011.

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO

- Relatório Final -

Tabela 4. Síntese de Realizações e Indicadores Financeiros por Plano de Ação

Plano de Ação (Tipo)	Plano de Ação - Designação	Projetos			CTE			FC			DP apres	Tx Realiz	
		Nº	%	N.º Proj.Concl.	Aprov.	% Aprov	Val.	Aprov	% Aprov	Val		(FC Val)	(DP apres/ /CTE ap)
PCT	PCT da Energia	2	0,3	-	272.180	0,1	62.030	157.966	0,0	32.011	-	20,3	-
	PCT TICeE	2	0,3	-	273.048	0,1	21.174	167.861	0,1	15.880	-	9,5	-
	PCT Turismo	3	0,5	-	7.908.621	1,9	5.696.236	5.931.466	1,8	4.272.177	-	72,0	-
	11-PCT Total	7	1,2	-	-	2,0	5.779.440	6.257.292	1,9	4.320.068	-	-	-
Cluster	Cluster Pedra Natural	2	0,3	-	863.342	0,2	296.535	406.645	0,1	137.420	-	33,8	-
	Cluster Total	2	0,3	-	863.342	0,2	296.535	406.645	0,1	137.420	-	-	-
PROVERE	A Cultura Avieira a Património Nacional	2	0,3	1	418.259	0,1	27.299	292.782	0,1	19.109	119.510	6,5	28,6
	Alentejo Litoral e Costa Vicentina	2	0,3	-	467.647	0,1	63.836	363.119	0,1	51.069	203.932	14,1	43,6
	Âncoras do Guadiana	2	0,3	-	373.420	0,1	137.072	274.313	0,1	93.805	184.846	34,2	49,5
	Aumento da visibilidade turística do Alentejo	6	1,0	-	1.261.872	0,3	467.195	775.570	0,2	280.317	700.343	36,1	55,5
	InMotion	4	0,7	-	5.620.808	1,4	3.272.106	4.194.756	1,3	2.454.080	0	58,5	-
	Montado de Sobro e Cortiça	1	0,2	-	301.596	0,1	111.658	211.117	0,1	78.161	112.052	37,0	37,2
	SRTT	1	0,2	-	401.079	0,1	257.067	320.863	0,1	205.653	332.356	64,1	82,9
	Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo	6	1,0	-	2.453.533	0,6	856.951	1.890.152	0,6	648.641	1.227.754	34,3	50,0
Zona dos Mármoreos	3	0,5	-	738.246	0,2	169.748	528.830	0,2	125.132	296.328	23,7	40,1	
	PROVERE Total	27	4,5	1	12.036.460	2,9	5.362.931	8.851.502	2,8	3.955.966	3.177.121	44,7	26,4
PRU	Ações Individuais	26	4,3	12	42.750.315	10,3	24.458.884	31.757.085	9,9	18.861.943	35.608.758	59,4	83,3
	Acrópole XXI	15	2,5	8	7.600.108	1,8	1.305.650	5.280.296	1,6	949.787	5.642.024	18,0	74,2
	Liberdade para Requalificar	10	1,7	1	7.403.006	1,8	1.514.567	5.864.671	1,8	1.272.246	2.235.492	21,7	30,2
	Montemor Pedra a Pedra	11	1,8	2	4.116.466	1,0	65.293	3.293.173	1,0	53.840	1.363.621	1,6	33,1
	Programa de Ação / Portalegre	5	0,8	4	1.955.717	0,5	1.770.022	1.508.834	0,5	1.365.571	1.931.999	90,5	98,8
	Qualificação Urbana de Vila Nova de Santo André	11	1,8	4	4.508.598	1,1	2.408.952	3.540.372	1,1	2.013.314	3.816.440	56,9	84,6
	Regeneração Urbana da Cidade de Elvas	15	2,5	11	7.277.567	1,8	5.671.413	5.650.284	1,8	4.531.423	7.861.751	80,2	108,0
	Regeneração Urbana da Cidade de Estremoz	9	1,5	4	7.028.123	1,7	1.303.087	5.622.499	1,8	1.042.470	5.008.813	18,5	71,3
	Regeneração Urbana da Cidade de Ponte de Sor	6	1,0	5	2.670.550	0,6	1.123.027	2.136.440	0,7	898.422	2.058.766	42,1	77,1
	Regeneração Urbana da Cidade de Vendas Novas	4	0,7	2	1.698.134	0,4	0	1.342.389	0,4	0	705.592	0,0	41,6
	Regeneração Urbana da Cidade do Cartaxo	2	0,3	-	4.811.223	1,2	2.005.502	3.848.978	1,2	1.604.401	4.411.671	41,7	91,7
	Regeneração Urbana de Alcácer do Sal	2	0,3	-	4.352.669	1,1	123.971	3.261.453	1,0	76.465	626.095	2,3	14,4
	Regeneração Urbana de Rio Maior	5	0,8	2	2.318.129	0,6	339.479	1.854.503	0,6	280.978	1.010.404	15,2	43,6
	Regeneração Urbana de Sines	10	1,7	-	8.651.635	2,1	906.940	6.397.986	2,0	641.116	3.002.269	10,0	34,7
	Regeneração Urbana do Centro Histórico de Beja	10	1,7	3	5.615.847	1,4	1.094.550	4.492.678	1,4	892.302	3.939.843	19,9	70,2
	Regeneração Urbana do Centro Histórico de Moura	15	2,5	3	7.207.481	1,7	928.166	5.437.267	1,7	786.491	2.683.009	14,5	37,2
Valorização da Cidade de Almeirim	3	0,5	-	1.643.670	0,4	1.017.372	1.226.001	0,4	813.898	1.649.833	66,4	100,4	
	PRU Total	159	26,5	61	121.609.238	29,4	46.036.877	92.514.909	28,8	36.084.667	83.556.379	39,0	68,7

(continua)

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

Tabela 4. Síntese de Realizações e Indicadores Financeiros por Plano de Ação (cont.)

Plano de Ação Tipo	Plano de Ação -Designação	Projetos			CTE			FC			DP apres	Tx Realiz	
		Nº	%	N.º FConc	Aprov.	% Aprov	Val.	Aprov	% Aprov	Val		(FC Val)	(DP apres/ /CTE ap)
RUCI	Corredor Azul	15	2,5	1	8.632.918	2,1	790.046	5.741.095	1,8	502.665	2.205.429	8,8	25,5
	ECOS	6	1,0	2	3.256.612	0,8	606.423	2.535.210	0,8	482.740	1.258.415	19,0	38,6
	Rede de Cidades do Alentejo Litoral	7	1,2	1	4.986.660	1,2	0	3.988.190	1,2	0	2.728.410	0,0	54,7
	Rede Terras do Sol	16	2,7	4	5.365.782	1,3	1.610.592	4.088.248	1,3	1.226.302	3.132.587	30,0	58,4
	Rede Urbana para o Património	25	4,2	8	5.240.451	1,3	1.723.011	4.033.731	1,3	1.384.910	3.750.422	34,3	71,6
	RUCI Total	69	11,5	16	27.482.424	6,6	4.730.071	20.386.475	6,4	3.596.617	13.075.263	17,6	47,6
SG-CIM	Alentejo Central	57	9,5	33	48.932.162	11,8	21.784.801	39.138.037	12,2	17.645.147	38.949.397	45,1	79,6
	Alentejo Litoral	26	4,3	21	23.106.206	5,6	11.436.694	18.465.616	5,8	9.325.451	21.906.242	50,5	94,8
	Alto Alentejo	100	16,7	77	58.683.949	14,2	31.383.486	46.785.811	14,6	25.079.945	43.572.338	53,6	74,2
	Baixo Alentejo	75	12,5	40	38.255.561	9,2	19.291.795	30.174.883	9,4	15.758.249	26.824.516	52,2	70,1
	Lezíria do Tejo	74	12,3	54	72.255.829	17,4	37.330.575	56.236.366	17,5	29.277.092	51.933.428	52,1	71,9
	SG-CIM Total	332	55,3	225	241.233.707	58,2	121.227.351	190.800.713	59,4	97.085.884	183.185.921	50,9	75,9
LOJAS CIDADÃO	Rede de Lojas do Cidadão	4	0,7	3	2.568.148	0,6	739.862	1.797.703	0,6	517.903	881.968	28,8	34,3
	LOJAS CIDADÃO Total	4	0,7	3	2.568.148	0,6	739.862	1.797.703	0,6	517.903	881.968	28,8	34,3
Total Geral		600	100,0	435	414.247.166	100,0	184.173.066	321.015.239	100,0	249.412.004	473.635.370	77,7	114,3

Fonte: SIGPOA

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO

- Relatório Final -

Tabela 5. Síntese de realizações e indicadores financeiros por Tipo de Beneficiário

Tipo de Beneficiário	Projetos			CTE			FC			DP apres	Tx Realiz	
	Nº	%	N.º Proj. Concl.	Aprov.	% Aprov	Val.	Aprov.	% Aprov	Val.		(FC Val)	(DP apres/ /CTE ap)
Associações culturais	16	1,3	3	3.258.559	0,4	332.893	2.343.081	0,4	257.628	1986020,22	11,0	60,9
Associações de ambiente e património	25	2,1	6	7.103.304	0,8	1.366.902	4.912.955	0,8	953.037	3079514,97	19,4	43,4
Associações de desenvolvimento regional	46	3,8	10	16.417.409	1,9	2.683.087	11.665.026	2,0	1.934.210	9346302,77	16,6	56,9
Associações de solidariedade social	89	7,4	17	36.379.267	4,3	6.890.039	26.977.451	4,5	5.217.446	19313189,89	19,3	53,1
Associações empresariais	18	1,5	3	5.090.387	0,6	1.357.296	3.592.315	0,6	958.763	2362055,65	26,7	46,4
Câmaras Municipais	620	51,9	318	439.797.655	51,9	192.180.746	341.537.279	57,3	152.132.343	317269347,4	44,5	72,1
Centros de I&D	8	0,7	-	2.866.418	0,3	257.531	2.069.951	0,3	191.793	610044,37	9,3	21,3
Empresas	184	15,4	1	164.806.299	19,5	74.061.380	85.045.760	14,3	35.880.566	640068,65	42,2	0,4
Empresas Públicas	77	6,4	34	97.901.090	11,6	45.104.226	66.487.061	11,2	34.650.285	77274788,97	52,1	78,9
Estado	102	8,5	41	70.272.039	8,3	24.126.032	49.520.071	8,3	17.079.780	40674827,75	34,5	57,9
Universidades	10	0,8	2	3.008.260	0,4	228.067	2.041.920	0,3	156.153	1079209,29	7,6	35,9
Total	1195	100,0	435	846.900.685	100,0	348.588.198	596.192.870	100,0	249.412.004	473635369,9	41,8	55,9

Fonte: SIGPOA.

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

Tabela 6. Indicadores dos projetos apoiados no âmbito dos SI às empresas, por SI

	N. proj	Investimento Total		CTE aprovado		Incentivo		Emprego previsto
		(€)	%	(€)	%	(€)	%	
1.2.1.1 - I&DT Empresas/Projetos Individuais	5	3.137.494	1,7	2.416.287	1,5	1.551.662	1,8	33
1.2.1.4 - I&DT Empresas/Vale I&DT	3	74.583	0,0	73.533	0,0	55.084	0,1	
2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	37	100.730.234	53,3	85.612.816	51,9	53.862.653	63,5	493
2.1.2 - SI Inovação/Projetos do Regime Especial	1	36.979.051	19,6	35.659.104	21,6	7.131.821	8,4	50
2.1.4 - SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	17	17.837.039	9,4	16.109.307	9,8	10.940.453	12,9	139
2.2.1 - SI Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação	94	29.869.460	15,8	24.775.857	15,0	10.904.116	12,9	311
2.2.3 - SI Qualificação PME/Vale Inovação	25	452.414	0,2	452.414	0,3	333.685	0,4	
Total	182	189.080.275	100	165.099.318	100,0	84.779.474	100	1026

Fonte: SIGPOA.

Tabela 7. Indicadores dos projetos apoiados no âmbito dos SI às empresas, por Classificação das Actividades Económicas (CAE – 2 dígitos – rev.3)

CAE (2 Dígitos)	N.º PROJETS	Investimento		CTE aprovado		Incentivo		Emprego	
		(€)	%	(€)	%	(€)	%		%
08	10	1.872.385	1,0	1.647.623	1,0	1.178.298	1,4	10	0,97
10	6	2.547.647	1,3	1.501.911	0,9	824.026	1,0	10	0,97
11	4	1.957.604	1,0	1.838.749	1,1	827.437	1,0	4	0,39
13	2	439.482	0,2	389.375	0,2	175.219	0,2	6	0,58
15	1	28.800	0,0	28.800	0,0	21.600	0,0		0,00
16	2	4.090.370	2,2	3.723.183	2,3	2.422.069	2,9	104	10,14
18	1	881.510	0,5	670.900	0,4	436.085	0,5	3	0,29
20	4	2.664.039	1,4	1.924.986	1,2	1.051.925	1,2	26	2,53
21	1	2.573.805	1,4	2.413.819	1,5	1.331.012	1,6	2	0,19
22	2	558.808	0,3	440.165	0,3	198.074	0,2	8	0,78
23	11	11.542.244	6,1	7.905.563	4,8	5.027.300	5,9	45	4,39
25	6	1.476.261	0,8	1.283.061	0,8	798.468	0,9	18	1,75
27	1	422.504	0,2	303.837	0,2	136.726	0,2	8	0,78
28	4	933.589	0,5	751.911	0,5	342.434	0,4	11	1,07
29	1	533.349	0,3	350.937	0,2	157.921	0,2	2	0,19
30	1	3.701.062	2,0	3.520.390	2,1	2.288.253	2,7	14	1,36
33	2	374.584	0,2	245.012	0,1	136.299	0,2	5	0,49
38	2	14.216.173	7,5	11.346.375	6,9	6.245.206	7,4	33	3,22
41	1	86.119	0,0	75.725	0,0	34.076	0,0	1	0,10
43	1	11.210	0,0	11.210	0,0	8.408	0,0		0,00
46	32	13.710.903	7,3	10.223.782	6,2	4.681.448	5,5	42	4,09
47	6	2.123.333	1,1	1.718.128	1,0	799.125	0,9	7	0,68
49	3	2.003.895	1,1	898.306	0,5	386.203	0,5	22	2,14
55	23	76.654.465	40,5	73.328.604	44,4	32.544.399	38,4	267	26,02
56	1	42.929	0,0	48.396	0,0	24.302	0,0	1	0,10
58	1	404.411	0,2	369.469	0,2	277.102	0,3	15	1,46
59	4	1.038.016	0,5	894.216	0,5	396.953	0,5	5	0,49
62	6	2.506.026	1,3	1.818.551	1,1	1.017.128	1,2	34	3,31
63	2	1.324.418	0,7	1.225.625	0,7	820.095	1,0	21	2,05
69	2	525.088	0,3	502.678	0,3	238.047	0,3	15	1,46
70	3	777.310	0,4	659.723	0,4	371.668	0,4	29	2,83
71	9	3.233.744	1,7	2.823.779	1,7	1.685.801	2,0	76	7,41
72	3	2.315.368	1,2	1.262.940	0,8	856.698	1,0	13	1,27
73	3	943.138	0,5	885.538	0,5	447.092	0,5	7	0,68
74	4	1.690.469	0,9	1.475.121	0,9	900.307	1,1	51	4,97
77	1	893.205	0,5	580.908	0,4	261.409	0,3	9	0,88
79	7	3.872.665	2,0	3.670.252	2,2	1.728.205	2,0	57	5,56
81	1	281.420	0,1	258.176	0,2	118.629	0,1	2	0,19
82	1	126.881	0,1	93.222	0,1	41.950	0,0	2	0,19
85	1	10.346.658	5,5	9.711.317	5,9	5.341.224	6,3	13	1,27
93	6	13.354.388	7,1	12.277.059	7,4	8.200.855	9,7	28	2,73
Total	182	189.080.275	100	165.099.318	100	84.779.474	100	1026	100,00

Fonte: SIGPOA.

Tabela 8. Indicadores dos projetos apoiados no âmbito dos SI às empresas, por EEC

	Nº Projs	Investimento Total		CTE aprovado		Incentivo		Emprego criado
		(€)	%	(€)	%	(€)	%	
PCT/Cluster	8	9.836.512	5,2	9.215.310	5,6	6.592.621	7,8	122
Cluster da Pedra Natural	2	1.027.019	0,5	863.342	0,5	406.645	0,5	6
PCT da Energia	1	299.589	0,2	170.299	0,1	86.649	0,1	53
PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica	2	438.655	0,2	273.048	0,2	167.861	0,2	22
PCT do Turismo	3	8.071.250	4,3	7.908.621	4,8	5.931.466	7,0	41
PROVERE	3	5.574.998	2,9	5.203.821	3,2	3.902.866	4,6	36
InMotion: Alentejo Turismo e Sustentabilidade	3	5.574.998	2,9	5.203.821	3,2	3.902.866	4,6	36
Investimento Não Integrado em EEC	171	173.668.765	91,8	150.680.187	91,3	74.283.988	87,6	868
Investimento Não Integrado em EEC	171	173.668.765	91,8	150.680.187	91,3	74.283.988	87,6	868
Total	182	189.080.275	100	165.099.318	100	84.779.474	100	1026

Fonte: SIGPOA.

Tabela 9. Indicadores dos projetos apoiados no âmbito dos SI às empresas, por NUT III

	N. Proj.	Investimento Total		CTE aprovado		Incentivo		Emprego
		(€)	%	(€)	%	(€)	%	
1- Lezíria do Tejo	57	29.390.014	15,5	21.860.508	13,2	12.074.273	14,2	164
2-Alto Alentejo	33	38.452.931	20,3	32.986.236	20,0	19.860.275	23,4	227
3-Alentejo Central	53	44.334.175	23,4	39.859.615	24,1	25.188.629	29,7	318
4-Baixo Alentejo	15	5.390.509	2,9	4.944.354	3,0	2.660.393	3,1	64
5-Alentejo Litoral	24	71.512.647	37,8	65.448.605	39,6	24.995.904	29,5	253
Total	182	189.080.275	100,0	165.099.318	100,0	84.779.474	100,0	1026

Fonte: SIGPOA.

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

Tabela 10. Indicadores dos projetos apoiados no âmbito dos SI às empresas, por Tipo Município, segundo o posicionamento na Hierarquia Urbana da sede do município

	N. Proj.	Investimento		CTE aprovado		Incentivo		Emprego
		(€)	%	(€)	%	(€)	%	
1- Municípios dos Centros Urbanos Regionais								
Beja	5	1.208.389	0,6	969.387	0,6	370.431	0,4	12
Elvas	10	5.795.416	3,1	3.055.487	1,9	1.660.043	2,0	19
Évora	18	16.502.640	8,7	14.913.854	9,0	9.499.272	11,2	160
Portalegre	9	7.656.850	4,0	7.038.290	4,3	4.666.136	5,5	127
Santarém	21	4.533.267	2,4	3.347.769	2,0	1.773.739	2,1	34
Sant. Cacém	5	4.665.416	2,5	4.183.179	2,5	2.687.204	3,2	51
Sines	5	14.821.151	7,8	11.807.266	7,2	6.549.800	7,7	90
2- Municípios dos Centros Urbanos Estruturantes								
Alcácer do Sal	4	1.458.255	0,8	1.173.310	0,7	531.581	0,6	17
Aljustrel	1	1.920.800	1,0	1.912.100	1,2	1.242.865	1,5	17
Almeirim	1	146.845	0,1	141.809	0,1	52.019	0,1	1
Benavente	7	12.314.756	6,5	7.661.999	4,6	4.468.371	5,3	71
Cartaxo	1	455.062	0,2	350.360	0,2	157.662	0,2	0
Coruche	1	86.119	0,0	75.725	0,0	34.076	0,0	1
Estremoz	5	1.325.350	0,7	994.027	0,6	575.912	0,7	8
Grândola	4	11.678.503	6,2	10.972.259	6,6	7.100.298	8,4	23
Montemor	4	9.661.096	5,1	8.204.052	5,0	5.305.334	6,3	52
Moura	1	5.230	0,0	5.230	0,0	3.923	0,0	
Nisa	1	3.529.401	1,9	3.424.547	2,1	2.568.410	3,0	18
Odemira	6	38.889.321	20,6	37.312.591	22,6	8.127.021	9,6	72
Ponte de Sôr	3	14.215.362	7,5	13.379.699	8,1	7.696.074	9,1	31
Reguengos M.	1	309.293	0,2	248.663	0,2	111.898	0,1	2
Rio Maior	12	5.449.012	2,9	4.684.705	2,8	2.685.500	3,2	13
Serpa	4	1.186.336	0,6	1.029.994	0,6	568.893	0,7	17
Vendas Novas	3	820.073	0,4	693.752	0,4	310.595	0,4	9
3- Municípios dos Centros Urbanos Complementares								
Alandroal	1	133.645	0,1	112.345	0,1	50.555	0,1	0
Alpiarça	1	650.200	0,3	644.200	0,4	289.890	0,3	4
Arraiolos	6	2.172.827	1,1	1.836.637	1,1	852.530	1,0	10
Arronches	1	340.450	0,2	313.750	0,2	141.188	0,2	0
Avis	3	3.958.365	2,1	3.243.124	2,0	1.733.687	2,0	22
Azambuja	7	4.141.622	2,2	3.536.016	2,1	1.856.092	2,2	25
Borba	4	561.085	0,3	459.074	0,3	271.334	0,3	6
Castelo de Vide	1	532.944	0,3	509.069	0,3	381.802	0,5	2
Chamusca	4	1.263.052	0,7	1.049.554	0,6	604.304	0,7	8
Gavião	2	1.666.400	0,9	1.316.150	0,8	592.268	0,7	4
Golegã	1	169.600	0,1	169.600	0,1	76.320	0,1	2
Marvão	2	668.129	0,4	648.787	0,4	394.868	0,5	3
Mértola	2	509.616	0,3	489.916	0,3	220.462	0,3	4
Mora	1	1.572.482	0,8	1.570.005	1,0	1.020.504	1,2	8
Mourão	2	2.888.669	1,5	2.763.429	1,7	1.949.507	2,3	19
Ourique	1	311.568	0,2	289.158	0,2	141.963	0,2	13
Portel	1	128.458	0,1	83.600	0,1	55.457	0,1	1
Salvaterra M.	1	180.481	0,1	198.770	0,1	76.299	0,1	5
Sousel	1	89.613	0,0	57.334	0,0	25.800	0,0	1
Vidigueira	1	248.570	0,1	248.570	0,2	111.857	0,1	1
Vila Viçosa	7	8.258.558	4,4	7.980.177	4,8	5.185.732	6,1	43
Total	182	189.080.275	100	165.099.318	100,0	84.779.474	100	1026

Fonte: SIGPOA.

Tabela 11 - Indicadores dos projetos apoiados no âmbito da “Promoção e Capacitação Institucional da Região”

Entidades mais relevantes segundo CTE validado	Nº Projetos			CTE aprovado		CTE validado		Despesa apresentada (% CTE aprov.)
	Apoiados	%	Concluídos	€	%	€	%	
ERT - Turismo do Alentejo	10	32,4	2	4.410.363	39,4	1.246.357	35,4	57
APDM	5	15,7		2.477.866	22,2	875.295	24,8	50
Turismo do Alentejo	1	3,6		483.524	4,3	467.195	13,3	97
ACOS	2	6,3	2	497.217	4,4	402.516	11,4	89
Turismo LVT	1	3,5	1	599.625	5,4	239.850	6,8	100
Município de Borba	2	5,7		356.469	3,2	113.099	3,2	63
ATLACV - Casas Brancas	1	3,0		357.657	3,2	63.836	1,8	57
ICNB, IP	2	5,8	1	463.949	4,1	46.963	1,3	10
ADRAL	6	18,3	1	1.118.655	10,0	41.379	1,2	23
Politécnico de Santarém	2	5,8	1	418.259	3,7	27.299	0,8	29

Fonte: SIGPOA.

Tabela 12 - Projetos apoiados de serviços coletivos à população

Áreas Sectoriais	Projetos contratados		Projetos concluídos (1)		CTE Aprovado		CTE Validado	
	Nº	%	Nº	%	Valor	%	Valor	%
Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	65	24,8	46	33,1	11.1052.669,0	41,8	51.562.414,8	51,5
Infraestruturas e Equipamentos sociais	58	22,1	23	16,5	46.405.950,4	17,5	13.713.281,6	13,7
Infraestruturas e Equipamentos de Saúde	56	21,4	30	21,6	66.444.561,9	25,0	24.434.372,4	24,4
Valorização e Animação do Património Cultural	45	17,2	17	12,2	23.775.029,3	8,9	6.281.965,7	6,3
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	25	9,5	18	12,9	1.049.8017,3	4,0	2.933.937,2	2,9
Rede de Equipamentos Culturais	13	5,0	5	3,6	7.519.126,2	2,8	1.247.726,3	1,2
Total	262	100,0	139	100,0	265.695.354,0	100,0	100.173.698,0	100,0

Fonte: Sistema de Informação INALENTEJO

(1) Projetos fisicamente concluídos, de acordo com informação fornecida pela AG do INALENTEJO.

Tabela 13: Projetos apoiados no âmbito das RUCI

RUCI	Projetos contratados		Projetos concluídos (1)		CTE Aprovado		CTE Validado		Despesa apresent. (% CTE aprov.)
	Nº	%	Nº	%	Valor	%	Valor	%	
Ecos	6	8,7	2	12,5	3.256.611,5	11,8	606.422,7	12,8	48,2
Corredor Azul	15	21,7	1	6,3	8.632.918,3	31,4	790.045,8	16,7	35,8
Cidades do Alentejo Litoral	7	10,1	1	6,3	4.986.660,0	18,1	0,0	0,0	0,0
Terras do Sol	16	23,2	4	25,0	5.365.782,0	19,5	1.610.592,0	34,1	51,4
Rede Urbana para o Património	25	36,2	8	50,0	5.240.451,0	19,1	1.723.011,0	36,4	45,9
Total	69	100,0	16	100,0	27.482.422,8	100,0	4.730.071,5	100,0	36,2

Fonte: Sistema de Informação INALENTEJO

(1) Projetos fisicamente concluídos, de acordo com informação fornecida pela AG do INALENTEJO.

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

Tabela 14 - Projetos apoiados no âmbito das PRU

PRU	Projetos contratados		Projetos concluídos		CTE Aprovado		CTE Validado		Despesa apresent. (% CTE aprov.)
	Nº	%	Nº	%	Valor	%	Valor	%	
Ações Individuais	25	15,8	11	18,3	42.750.315	35,2	24.458.884	53,1	83,3
Acrópole XXI	15	9,5	8	13,3	7.600.108	6,2	1.305.650	2,8	74,2
Liberdade para Requalificar	10	6,3	1	1,7	7.403.006	6,1	1.514.567	3,3	30,2
Montemor Pedra a Pedra	11	7,0	2	3,3	4.116.466	3,4	65.293	0,1	33,1
Programa de Acção / Portalegre	5	3,2	4	6,7	1.955.717	1,6	1.770.022	3,8	98,8
Qualificação Urbana de Vila Nova de Santo André	11	7,0	4	6,7	4.508.598	3,7	2.408.952	5,2	84,6
Regeneração Urbana da Cidade de Elvas	15	9,5	11	18,3	7.277.567	6,0	5.671.413	12,3	108,0
Regeneração Urbana da Cidade de Estremoz	9	5,7	4	6,7	7.028.123	5,8	1.303.087	2,8	71,3
Regeneração Urbana da Cidade de Ponte de Sor	6	3,8	5	8,3	2.670.550	2,2	1.123.027	2,4	77,1
Regeneração Urbana da Cidade de Vendas Novas	4	2,5	2	3,3	1.698.134	1,4	0	0,0	41,6
Regeneração Urbana da Cidade do Cartaxo	2	1,3	0	0,0	4.811.223	4,0	2.005.502	4,4	91,7
Regeneração Urbana de Alcácer do Sal	2	1,3	0	0,0	4.352.669	3,6	123.971	0,3	14,4
Regeneração Urbana de Rio Maior	5	3,2	2	3,3	2.318.129	1,9	339.479	0,7	43,6
Regeneração Urbana de Sines	10	6,3	0	0,0	8.651.635	7,1	906.940	2,0	34,7
Regeneração Urbana do Centro Histórico de Beja	10	6,3	3	5,0	5.615.847	4,6	1.094.550	2,4	70,2
Regeneração Urbana do Centro Histórico de Moura	15	9,5	3	5,0	7.207.481	5,9	928.166	2,0	37,2
Valorização da Cidade de Almeirim	3	1,9	0	0,0	1.643.670	1,4	1.017.372	2,2	100,4
Total	158	100,0	60	100,0	121.609.238	100,0	46.036.877	100,0	68,7

Fonte: Sistema de Informação INALENTEJO

(1) Projetos fisicamente concluídos, de acordo com informação fornecida pela AG do INALENTEJO.

Tabela 15 - Potencial efeito dos Projetos na criação de emprego

Áreas de Intervenção	Forte		Muito forte		Positivo		Sem impacto / /nr		Total Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
01-Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	13	10,9			66	55,5	40	33,6	119	100,0
02-Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	2	25,0			3	37,5	3	37,5	8	100,0
03-Incentivos à Inovação (SI Inovação)	18	32,7	1	1,8	33	60,0	3	5,5	55	100,0
25-Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	2	22,2			5	55,6	2	22,2	9	100,0
26-Apoio à Modernização Administrativa	3	8,8			20	58,8	11	32,4	34	100,0
27-Promoção e Capacitação Institucional	1	1,7	2	3,4	16	27,1	40	67,8	59	100,0
28-Apoio a Ações Coletivas	2	11,1			9	50,0	7	38,9	18	100,0
30-Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados					6	54,5	5	45,5	11	100,0
31-Ações de Valorização e Qualificação Ambiental			1	0,9	55	48,2	58	50,9	114	100,0
32-Ações de Valorização do Litoral							2	100,0	2	100,0
36-Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais					2	33,3	4	66,7	6	100,0
37-Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais					2	22,2	7	77,8	9	100,0
40-Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	2	2,9	1	1,4	29	42,0	37	53,6	69	100,0
41-Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	15	9,5	3	1,9	85	53,8	55	34,8	158	100,0
44-Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	32	53,3			20	33,3	8	13,3	60	100,0
47-Valorização e Animação do Património Cultural	2	4,4	6	13,3	21	46,7	16	35,6	45	100,0
48-Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	11	19,3	5	8,8	9	15,8	32	56,1	57	100,0
49-Infra-estruturas e Equipamentos de Proteção Social	1	50,0			1	50,0			2	100,0
50-Mobilidade Territorial			2	1,8	34	31,2	73	67,0	109	100,0
52-Rede de Equipamentos Culturais	2	15,4			7	53,8	4	30,8	13	100,0
53-Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos					1	50,0	1	50,0	2	100,0
54-Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"					3	42,9	4	57,1	7	100,0
56-Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	20	25,3	1	1,3	40	50,6	18	22,8	79	100,0
59-Infra-estruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	3	30,0	1	10,0	2	20,0	4	40,0	10	100,0
60-Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental			2	18,2	8	72,7	1	9,1	11	100,0
62-Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas					2	50,0	2	50,0	4	100,0
63-Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	3	14,3	4	19,0	7	33,3	7	33,3	21	100,0
65-Energia	2	3,1			8	12,5	54	84,4	64	100,0
66-Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	2	6,3			16	50,0	14	43,8	32	100,0
67-Apoio à Acessibilidade e Utilização de TIC	1	33,3			1	33,3	1	33,3	3	100,0
97-Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	2	40,0	2	40,0			1	20,0	5	100,0
Total	139	11,6	31	2,6	511	42,7	514	43,1	1195	100,0

Fonte: SIGPOA.

Tabela 16 - Número de postos de trabalho a criar através dos Projetos apoiados, promovidos por empresas

	Nº de Projetos apoiados	Postos de trabalho a criar
1.2.1.1 - I&DT Empresas/Projetos Individuais	5	33
2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	37	493
2.1.2 - SI Inovação/Projetos do Regime Especial	1	50
2.1.4 - SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	17	139
2.2.1 - SI Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação	94	311
1.2.1.1 - I&DT Empresas/Projetos Individuais	5	33
2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	37	493
2.1.2 - SI Inovação/Projetos do Regime Especial	1	50
Total	182	1026

Fonte: Organismos Intermédios (IAPMEI, IACEP e TP)

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

Tabela 17. Grau de sustentabilidade dos projetos financiados, com base no saldo custos/receitas previstos, por Eixo e Área de Intervenção

Eixo	Área de Intervenção	Muito negativo/negativo		Despesas= receitas		Muito positivo/positivo		Total Geral	
		N	%	N	%	N	%	N	%
1	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	5	62,5	3	37,5	-	-	8	100,0
	Apoio à Modernização Administrativa	12	54,5	7	31,8	3	13,6	22	100,0
	Promoção e Capacitação Institucional	19	82,6	1	4,3	3	13,0	23	100,0
	Apoio a Ações Coletivas	3	42,9	1	14,3	3	42,9	7	100,0
	Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	-	-	-	-	2	100,0	2	100,0
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	6	40,0	4	26,7	5	33,3	15	100,0
	Energia	20	83,3	2	8,3	2	8,3	24	100,0
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	13	65,0	3	15,0	4	20,0	20	100,0
	Apoio à Acessibilidade e Utilização de TIC	2	100,0	-	-	-	-	2	100,0
2	Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	2	28,6	1	14,3	4	57,1	7	100,0
	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	55	76,4	12	16,7	5	6,9	72	100,0
	Ações de Valorização do Litoral	-	-	-	-	-	-	-	-
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	2	40,0	2	40,0	1	20,0	5	100,0
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
	Valorização e Animação do Património Cultural	17	54,8	7	22,6	7	22,6	31	100,0
	Infraestruturas e Equipamentos de Saúde	24	88,9	1	3,7	2	7,4	27	100,0
	Rede de Equipamentos Culturais	7	70,0	3	30,0	-	-	10	100,0
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	3	100,0	-	-	-	-	3	100,0
	Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	8	88,9	-	-	1	11,1	9	100,0
	Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	8	72,7	-	-	3	27,3	11	100,0
3	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	37	86,0	4	9,3	2	4,7	43	100,0
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	98	80,3	15	12,3	9	7,4	122	100,0
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	41	80,4	10	19,6	-	-	51	100,0
	Infraestruturas e Equipamentos de Proteção Social	-	-	-	-	2	100,0	2	100,0
	Mobilidade Territorial	75	89,3	9	10,7	-	-	84	100,0
	Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	-	-	1	100,0	-	-	1	100,0
	Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	38	57,6	10	15,2	18	27,3	66	100,0
	Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	4	80,0	1	20,0	-	-	5	100,0
Total		500	74,3	97	14,4	76	11,3	673	100,0

Fonte: SIGPOA.

ANEXO E. IMPORTÂNCIA DO INALENTEJO NO FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO NA REGIÃO

A prossecução da Estratégia Regional "Alentejo 2015" é sustentada pelo conjunto dos principais instrumentos de programação nacionais, entre os quais assume, naturalmente, uma particular relevância o INALENTEJO. Os três Eixos Estratégicos definidos para a Região - *Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego; Abertura da economia, sociedade e território ao exterior; Melhoria da qualidade urbana, rural e ambiental* - estão presentes no modelo e nos critérios operativos de financiamento através do INALENTEJO e também em outros Programas Operacionais:

- (i) Programas Operacionais Temáticos [Potencial Humano (POPH), Fatores de Competitividade (POFC) e Valorização do Território (POVT)];
- (ii) Programas Operacionais sectoriais [Programa Operacional das Pescas (PROMAR) e Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR)]; e
- (iii) Programas comunitários de financiamento com um carácter transversal, como o Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP).

Sendo instrumentos distintos com perfis de elegibilidade diferenciados, têm também complementaridades e espaços de sobreposição quer em termos de incidência sectorial (de natureza e tipologia de investimentos, de âmbito territorial), quer em termos de contribuição para os objetivos estratégicos mais ou menos específicos que são traçados para a Região. No conjunto, existem operações semelhantes que são e podem ser financiadas ao abrigo das regras de diferentes Programas, existem operações que só atingem os seus objetivos com recurso às componentes de financiamento previstas em Programas distintos e existe, sobretudo, a necessidade de conjugação dos Programas para gerar sinergias com impactos significativos no desenvolvimento económico e social do Alentejo.

Os setores ou “clusters” regionais que são identificados no INALENTEJO como *cadeias de valor estratégicas* para a Região, a privilegiar nas intenções de investimento (agricultura e indústrias agroalimentares, vitivinicultura, cortiça, rochas ornamentais, turismo); e *setores emergentes* como a aeronáutica, sector automóvel, energias renováveis, ambiente, “indústria criativa” – estão representados no perfil de projetos financiados por todos os Programas. O mesmo acontece, porventura com bastante mais visibilidade, quando se concretizam os grandes objetivos do INALENTEJO, ou se potenciam os pontos fortes e as oportunidades identificadas para a Região: os grandes projetos de transportes (marítimo, aéreo e terrestre) de abertura da Região ao exterior, o investimento na fileira agroalimentar e no turismo, o apoio ao desenvolvimento industrial e à exploração mineira, ou os projetos ambientais de maior impacto, são contemplados, sobretudo, por outros Programas.

Os 3 Eixos do INALENTEJO (Competitividade, Inovação e Conhecimento, Valorização do Espaço Regional e Coesão Local e Urbana), suportam um conjunto de objetivos e uma tipologia de projetos e de

promotores que se dirigem predominantemente no sentido de mitigar as debilidades regionais apontadas no Programa – fragilidade da rede urbana, desvitalização dos centros históricos, rede viária incompleta, insuficiente disponibilização do património para fruição pública, baixas habilitações académicas e insucesso escolar, insuficiência dos serviços de saúde, sem prejuízo de promover alavancas para a competitividade e o crescimento económico, domínios em que convergem contributos de outros Programas, como o COMPETE e o ProDeR.

No texto do Programa é referido que “a Estratégia de Desenvolvimento Regional “*Alentejo 2015*” não se esgota no Programa Operacional Regional, sendo antes complementada por outras intervenções e instrumentos (alguns dos quais cofinanciados pela União Europeia). Com efeito quer a sua dimensão financeira, quer o seu âmbito de atuação (fronteiras de elegibilidade entre programas), tornam o Programa Operacional Regional num instrumento motriz, mas não exclusivo, da Estratégia e das intervenções a apoiar”. Face aos objetivos programáticos da Estratégia Regional, o perfil de intervenções do INALENTEJO parece ser efetivamente mais complementar do que nuclear como instrumento motriz do desenvolvimento regional.

A estrutura programática, o modelo de gestão e os grandes objetivos do INALENTEJO não diferem substancialmente das que estruturam outros PO Regionais das Regiões Convergência, não sendo, numa perspetiva mais institucional, um programa com uma vertente regional completa, no sentido em que assuma com evidência, pelo menos formalmente, sectores ou atividades com claras especificidades ou potencialidades regionais. No entanto, sendo um Programa com um âmbito de financiamento muito transversal face às atividades regionais, abrangente face aos agentes e organizações que atuam na Região, com uma dotação financeira que rivaliza (em termos de investimento na Região) com os outros instrumentos de financiamento e uma gestão com sede regional, assume uma faceta regional muito marcada e uma posição destacada na prossecução dos objetivos de desenvolvimento do Alentejo.

A avaliação da importância do Programa no panorama geral do investimento na Região e a sua incidência face ao contributo dos outros Programas, constituem uma abordagem simples orientada no sentido de destacar os efeitos e o impacto do Programa.

Informação utilizada e referências metodológicas

Na análise referências foram considerados os principais instrumentos de financiamento de investimentos na Região e recolhida – quer através das Autoridades de Gestão dos PO (por solicitação da Autoridade de Gestão do PO Regional), quer através da publicação de divulgação pública dos projetos financiados (nos casos do ProDeR e do PROMAR) – informação respeitante aos projetos com

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

incidência na NUTII Alentejo desde o início do atual período de programação (2007) até 30-06-2012. O quadro seguinte sintetiza os projetos tratados e os valores globais do investimento na Região.

Quadro 1. Projetos contratados e investimento aprovado realizados no Alentejo
(Universo da informação considerada na análise)

Programa	Nº de Projetos	Nº de Operações	Data de referência	Observações	Investimento	
					Montante (€)	%
POPH	2.915	5.475	30-06-2012	227 projetos contratados sem valores de execução. 2.560 Operações contratualizadas	883.092.357	17,1
POFC	449	449	30-06-2012	15 projetos contratados sem valores de execução	901.337.526	17,4
POVT	124	124	30-06-2012	27 projetos contratados sem valores de execução	1.053.025.657	20,3
INALENTEJO	1.195	1.352	30-06-2012	Projetos contratados e com execução (excluído Eixo Assistência Técnica)	951.563.701	18,4
POCTEP	125	125	30-06-2012	Projetos contratados e com execução	14.234.400	0,3
ProDeR	3.339	3.339	31-12-2011	Projetos contratados e com execução	1.369.058.447	26,4
PROMAR	89	89	30-06-2012	Projetos contratados e com execução	6.913.834	0,1
Total	8.236	10.953			5.179.225.921	100,0

Fonte: Informação recolhida pelo ST INALENTEJO, a partir dos Sistemas de Informação dos vários Programas.

Dado que a informação recebida apresentou conteúdos diferenciados, em muitos aspetos passíveis de comparação, foi necessário realizar vários procedimentos de validação, classificação e uniformização de dados. Em termos de método, assinalam-se os seguintes procedimentos relativamente à informação de cada Programa:

POPH – Consideradas as operações objeto de contratualização no âmbito das Medidas Formação-Ação para PME e Entidades da Economia Social (Eixo 3, Medidas 1.1 e 1.2), dado que as características específicas destas operações (em duração e perfil das intervenções) podem ser equiparadas a projetos. Dos projetos contratados, 227 não tinham assinalados valores de execução, mas a comparação entre fontes levantou algumas dúvidas quanto à real situação de alguns; optou-se pela sua inclusão, dado que não representam uma dimensão financeira relevante.

POFC e POVT – Mesmo critério com inclusão de alguns projetos contratados, onde não estava assinalado valor de execução.

INALENTEJO – Na medida em que foi possível separar a dimensão de cada operação, foram consideradas individualmente as operações de projetos com incidência multiterritorial.

ProDeR – Apenas foi possível obter informação dos projetos aprovados até ao fim de 2011, razão pela qual os valores deste Programa estão sub-avaliados. Todos os projetos deste Programa estão geograficamente referenciados ao concelho, ainda que a larga maioria corresponda a esta

incidência, há certamente alguns projetos com incidência supra-concelhia; também neste aspeto, os valores da distribuição geográfica do investimento deverão pecar por excesso, embora ligeiro, nos valores concelhios.

Outra nota prévia refere-se à necessidade de uniformizar e classificar as atividades económicas das operações dos Programas analisados, exercício que constituiu um processo complexo. A mudança da CAE Rev 2.1 para a Rev 3 em 2007, no início do período de programação, quando certamente se desenhavam os instrumentos de recolha e notação de informação dos Programas, trouxe problemas na classificação, sobretudo, quando as diferenças entre as duas versões são muito significativas. Em alguns casos existem incongruências que derivam certamente dessa situação e acresce que qualquer projeto pode ser classificado segundo a CAE do promotor, a CAE da operação e a CAE de destino da operação.

A informação recebida dos vários Programas revelou-se bastante heterogénea, desde a ausência completa da referência CAE até à discriminação das várias classificações. A informação foi uniformizada sempre que possível segundo a CAE de destino da operação, recorrendo ao tipo de projeto, à sua inserção programática, descrição, designação do promotor, enfim a todas as referências que permitissem, com um rigor mínimo, alcançar uma uniformidade indispensável para estabelecer comparações. Os maiores problemas surgem no POPH com as ações de formação que financia – em muitos casos quando o tipo de formação é transversal a várias atividades (Contabilidade e gestão, Segurança e higiene, TIC, Qualidade, ...) considerou-se a CAE do promotor (empresa ou organização que fornece a formação), razão pela qual poderão existir algumas incorreções.

A informação comum relativa às 10.953 operações de todos os Programas, que permitiu estabelecer comparações com suficiente rigor, refere-se às seguintes variáveis: *(i)* montante do investimento total aprovado; *(ii)* territórios de incidência dos projetos; *(iii)* atividades económicas de incidência; e *(iv)* tipologia de promotores.

Incidência geográfica

O investimento público realizado na Região revela um forte equilíbrio entre os 5 principais Programas analisados: POPH, POVT, POFC, INALENTEJO e ProDeR repartem a quase totalidade do financiamento em partes muito semelhantes. Os Programas POCTEP e PROMAR são residuais, representando em conjunto apenas 0,4% do investimento total. A observação da repartição do investimento no território para cada Programa (Quadro 8) revela, no entanto, que as distribuições são dissemelhantes. Os desvios-padrão relativos à distribuição concelhia dos Programas assinalam esta diferença:

Quadro 2. Concentração do investimento total aprovado em cada território, por Programa

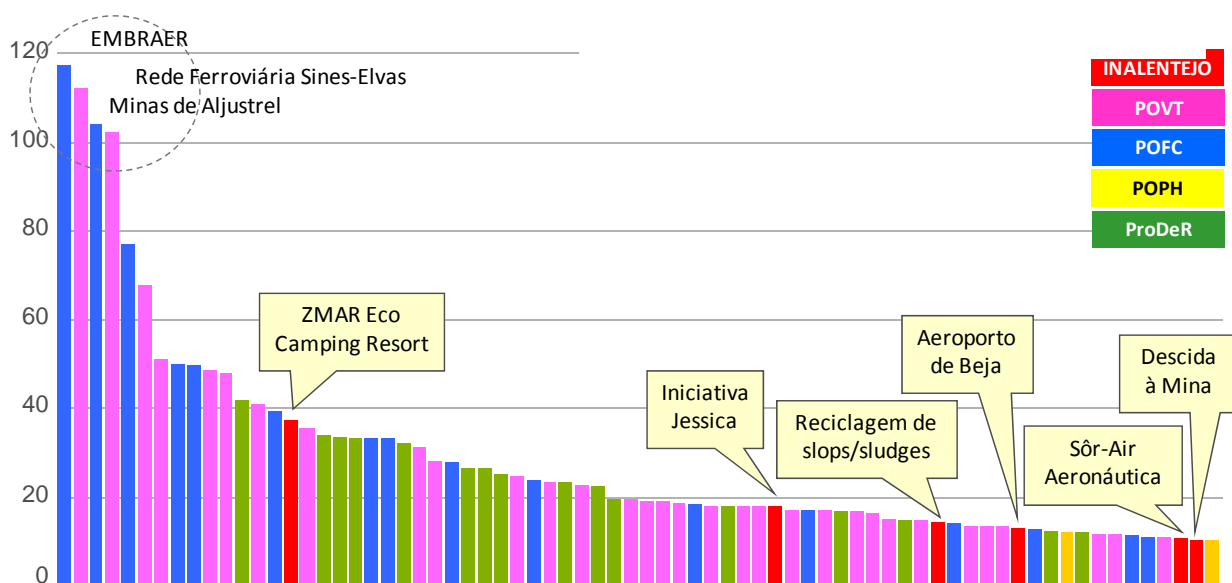
	POPH	POFC	POVT	INALENTEJO	POCTEP	ProDeR	PROMAR	Total
Desvio padrão da distribuição geográfica do investimento	2,5	4,4	2,1	1,6	4,5	2,9	5,1	1,9

- ✓ POFC, POCTEP e PROMAR com fortes concentrações: (i) cerca de 44% do financiamento do POFC concentra-se em 2 concelhos – Évora e Aljustrel incidindo em grandes projetos industriais e mineiros; (ii) o POCTEP tem uma maior importância nos concelhos da Raia e, sobretudo, Évora, Beja e Portalegre (que concentram 56% do investimento); (iii) o PROMAR apresenta projetos nos concelhos do Alentejo Litoral (Sines, Odemira e Santiago do Cacém), mas também na Chamusca.
- ✓ POVT, POPH e ProDeR com distribuições mais equilibradas, mas ainda acima do valor regional: (i) o POVT é o Programa com uma incidência mais supraconcelhia; os grandes projetos que financia têm um âmbito regional: a ligação ferroviária Sines-Elvas, uma parcela significativa dos projetos da rede primária de rega de Alqueva, sistemas intermunicipais de águas e saneamento, razão pela qual denota uma distribuição concelhia mais equilibrada; (ii) o POPH tem uma componente regional também elevada, mas Évora concentra uma parte substancial do investimento concelhio: 16,5% na Região (Universidade, escolas, fundações dirigidas ao ensino e formação, centros e empresas de formação); (iii) o ProDeR, o Programa que mais financia a Região, apresenta vários projetos em todos os concelhos e financia uma parcela volumosa de investimentos nos sistemas adutores da rede de rega da EDIA, S.A. que representam, só nos concelhos de Beja e Ferreira do Alentejo, 32% do investimento regional do Programa.

O INALENTEJO tem uma distribuição de investimento bastante mais equilibrada, em grande medida em virtude das condições de elegibilidade do Programa (as maiores operações são financiadas através dos outros programas – POVT e POFC) e da tipologia dos seus projetos, que apresentam uma forte componente municipal relativamente aos promotores e uma forte transversalidade relativamente aos domínios de atividade abrangidos e à natureza das intervenções. A este título, a maioria dos temas prioritários de intervenção do Programa – Energia, TIC, Turismo, Transportes, IDT, Cultura, Reabilitação urbana, Infraestruturas e Equipamentos sociais, são componentes comuns a todas as atividades.

Para o conjunto das 72 intervenções com investimentos superiores a 10 milhões de euros na Região, o INALENTEJO financiou 6 operações.

Figura 10. Operações com investimento superior a 10 milhões €



Fonte: SIGPOA.

Destes 6 projetos apenas um se encontra fisicamente concluído - Aeroporto de Beja. A Iniciativa Jessica, um fundo de investimento para operações de reabilitação urbana, como operação financeira também está completo. Apesar de o INALENTEJO ser um Programa procurado e vocacionado para intervenções da Administração Local, esta não se encontra representada nos promotores das maiores intervenções, muito embora seja beneficiada com as operações financiadas pelo JESSICA.

Quadro 3. Operações com investimento superior a 10 milhões €

	Operação	Entidade	Concelho
ZMAR ECO Camping Resort	Complexo Turístico	MULTIPARQUES A CÉU ABERTO - Campismo e Caravanismo em Parques, SA	Odemira
Iniciativa JESSICA	Instrumento de engenharia financeira, no domínio do desenvolvimento urbano	Comunidade Europeia	-
Reciclagem de slops/sludges	Criação e Desenvolvimento de novo produto e serviço - reciclagem de slops/sludges (reciclagem de óleos industriais produzidos pela indústria petrolífera)	ECOSLOPS PORTUGAL, SA	Sines
Aeroporto de Beja	Construção dos edifícios da 1ª Fase do Plano de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja e a conceção e construção da ETAR.	EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA	Beja
Sôr-Air Aeronáutica	Centro de Certificação de Licenças Profissionais de Aviação	SÔR AIR - Sociedade de Aeronáutica, SA	Ponte de Sôr
Descida à Mina	Mina de Ciência - Centro Ciência Viva do Lousal	Fundação Frédéric Velge	Grândola

Fonte: SIGPOA.

No conjunto dos instrumentos de financiamento, a distribuição territorial do investimento, representada em termos absolutos e em capitação nas Figuras seguintes, aponta para os seguintes aspetos:

Figura 11. Investimento dos Projetos aprovados pelos diferentes PO (até 30-06-2012*)

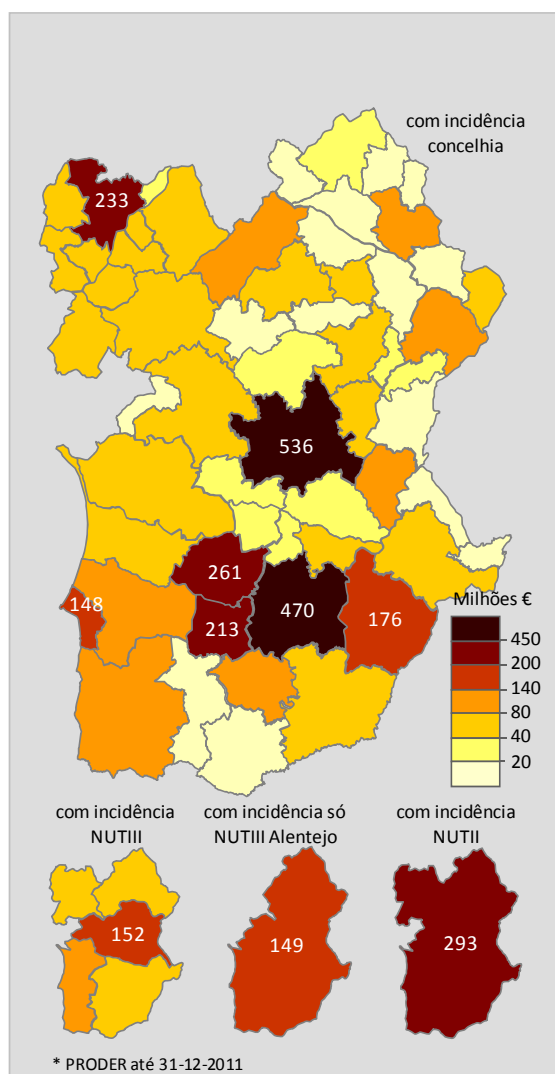
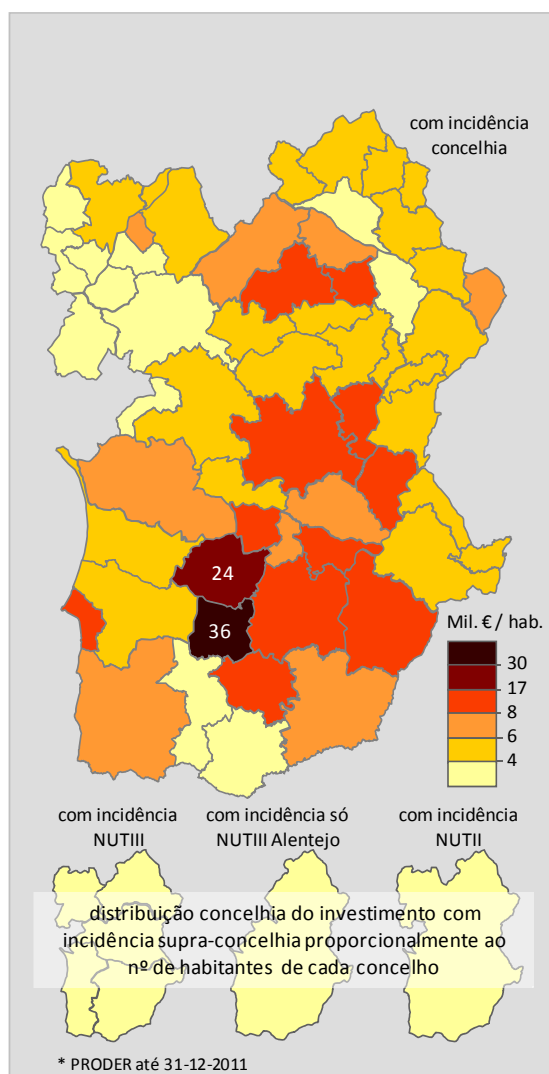


Figura 3. Investimento per capita dos Projetos aprovados pelos diferentes PO (até 30-06-2012*)

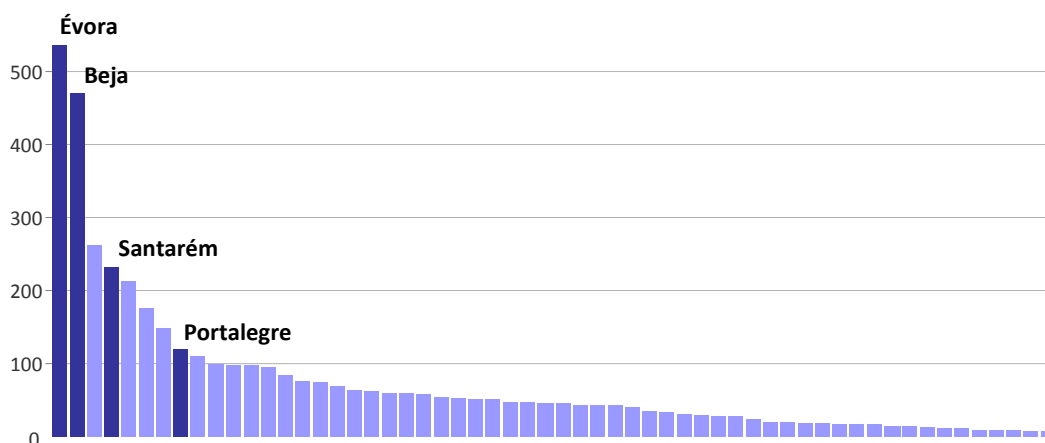


Fonte: Autoridades de Gestão dos Programas.

- (i) Relevo muito evidente para Évora e Beja como os concelhos que polarizam uma parcela muito significativa do investimento – ambos representam 20% do investimento total na Região, (estando incluído nesta parcela o investimento com incidência supraconcelhia).

Estes dois concelhos destacam-se claramente dos outros concelhos/centros urbanos regionais, captando por si mais do dobro do investimento que Santarém regista e cerca de 4 vezes mais que Portalegre.

Figura 4. Hierarquia concelhia do investimento (milhões €)



Fonte: INALENTEJO.

Em Évora, salientam-se dois beneficiários: a EMBRAER PORTUGAL S.A. com 3 projetos no valor global de 206 milhões de euros, praticamente responsável pela diferença; a Universidade de Évora, com 122 projetos contratados em todos os Programas (única entidade regional com esta transversalidade) e 30 milhões de euros de investimento. Em Beja salienta-se outro beneficiário com grande impacto regional: a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A., com vários projetos no concelho, no valor global de 247 milhões de euros.

- (ii) Concelhos do Baixo Alentejo com valores globais de investimento muito elevados no contexto regional: *Ferreira do Alentejo*, onde o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, da EDIA, S.A. tem também vários projetos no valor de global de 147 milhões de euros; *Aljustrel*, com a indústria mineira, através da ALMINA – Minas do Alentejo Lda., S.A. e a EPDM – Empresa de Perfurações e Desenvolvimento Mineiro, S.A. a promoverem projetos com 137 milhões de euros de valor global; e *Serpa*, onde também a EDIA, S.A. é responsável pelo valor atingido.
- (iii) Em termos absolutos, o Alto Alentejo é a sub-região com menos projetos e menor montante de investimento – apenas Portalegre, Ponte de Sôr e Elvas apresentam valores totais entre 80 e 120 milhões de euros.
- (iv) O impacto do investimento público em termos relativos, observado através da capitação por concelho, evidencia o Baixo Alentejo, o Alentejo Central e o Alentejo Litoral respetivamente como as sub-regiões mais favorecidas, mas sobretudo o “fraco” impacto do investimento na Lezíria do Tejo, em particular nos concelhos mais a sul.

O INALENTEJO, excluída a influência dos grandes projetos regionais, mostra um padrão de distribuição geográfico do investimento mais equilibrado e que acompanha, com algumas exceções, a hierarquia dos centros urbanos regionais delineada no PROT Alentejo. O Concelho de Évora destaca-se claramente

sendo o projeto com investimento mais avultado no concelho promovido pelo Município, o Loteamento Municipal do Parque da Indústria Aeronáutica de Évora, ligado à instalação da EMBRAER PORTUGAL, S.A. O Concelho de Beja surge na 2ª posição e também, em grande medida, devido aos projetos relacionados com a construção do Aeroporto.

À semelhança do padrão global, a presença Lezíria do Tejo no INALENTEJO surge, em média, com uma capitação mais reduzida que as restantes sub-regiões.

Figura 5. Investimento total aprovado dos projetos contratados (até 30-6-2012)

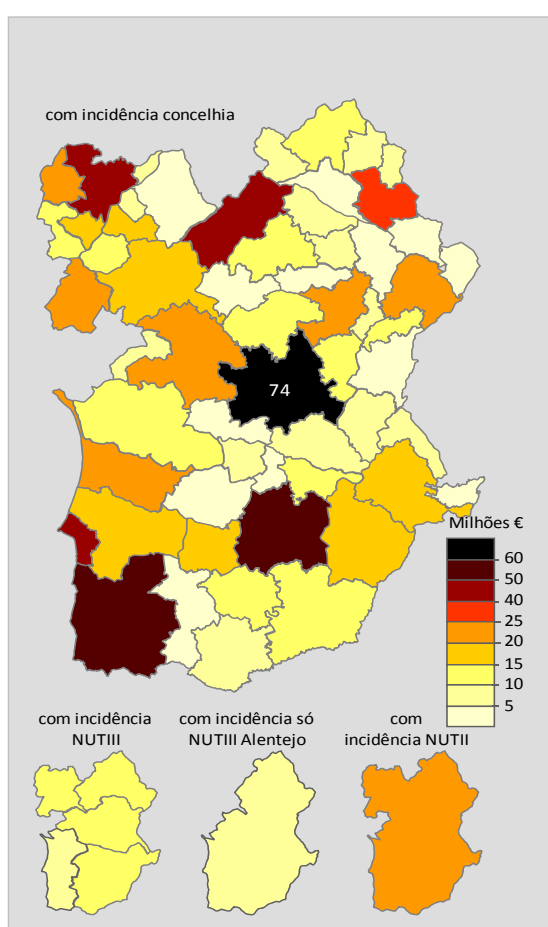
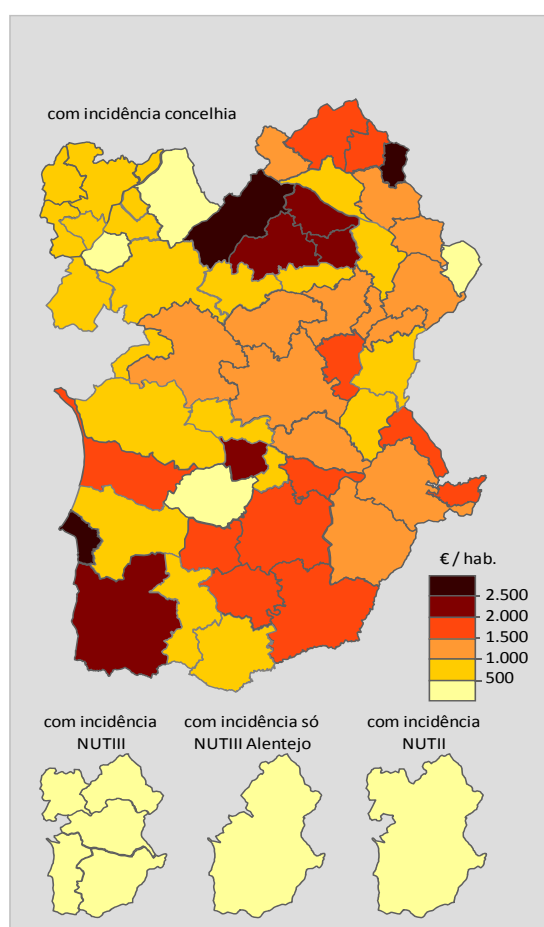


Figura 6. Capitação do Investimento aprovado no INALENTEJO



Fonte: INALENTEJO.

A análise do impacto do INALENTEJO é, contudo, mais evidente quando se verifica o peso do investimento de cada Programa em cada concelho, ou seja, quando se salientam as áreas em que o INALENTEJO tem uma importância relativa mais acentuada face aos outros programas (Figuras e Quadros seguintes).

Figura 7. Peso do INALENTEJO no investimento concelhio (%) nos projetos contratados no âmbito dos diversos PO's (até 30-06-2012*)

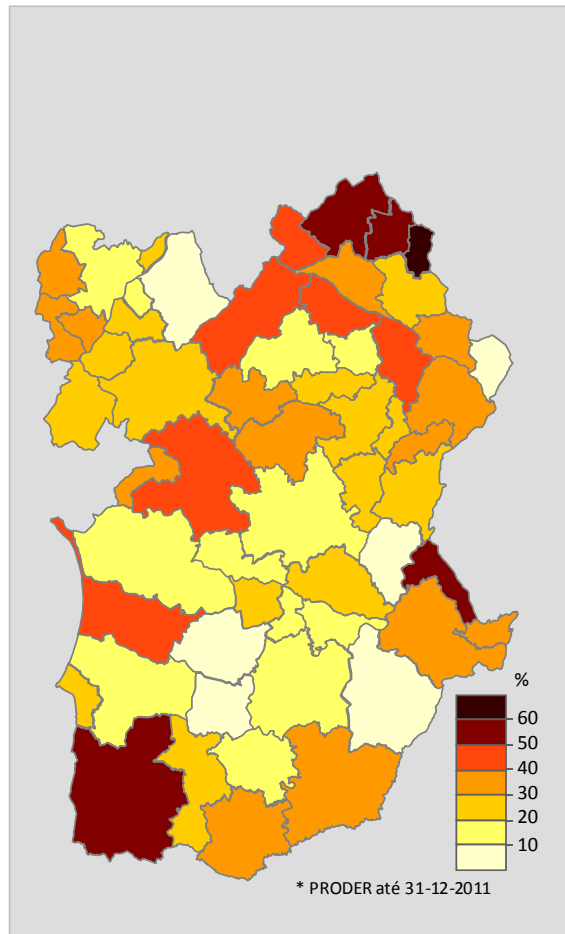
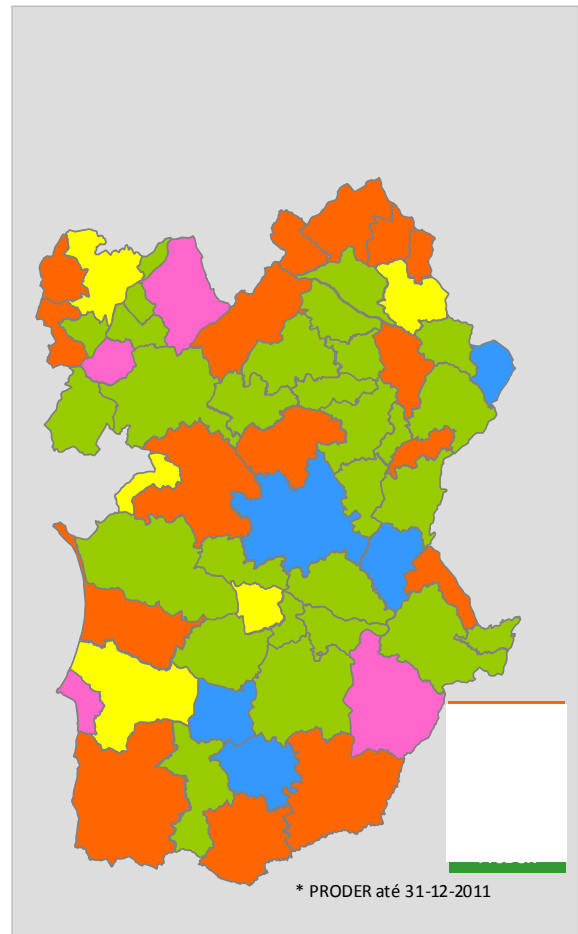


Figura 8. Investimento aprovado dos projetos contratados no âmbito dos diversos PO's, por concelho (até 30-06-2012)



Fonte: Autoridades de Gestão dos Programas.

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

**Quadro 4. Investimento aprovado em cada Programa por território de incidência
(% face ao total de cada território)**

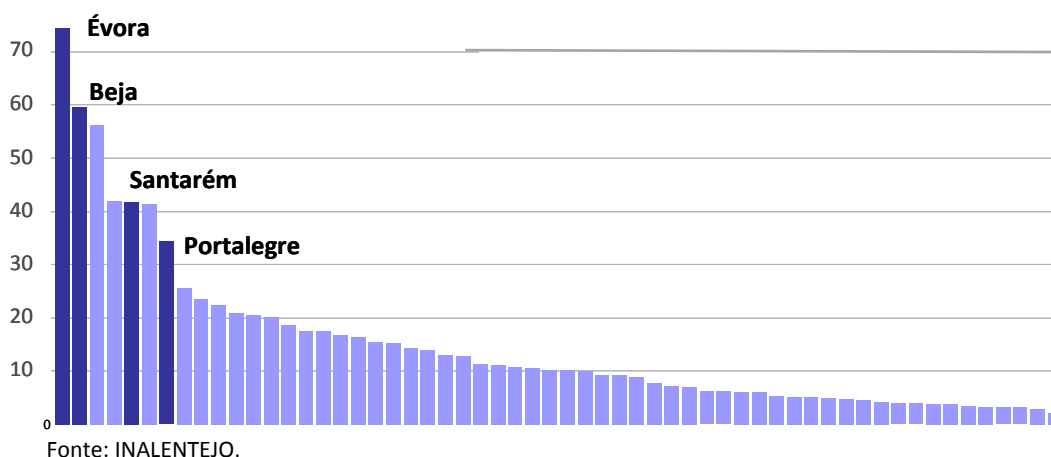
Com incidência concelhia	POPH	POFC	POVT	INALENTEJO	POCTEP	PRODER	PROMAR
Alcácer do Sal	6,9	16,9	11,9	14,9	0,0	49,4	0,0
Grândola	18,5	0,0	13,3	46,9	0,0	21,2	0,0
Odemira	22,2	0,5	2,9	51,0	0,0	22,3	1,0
Santiago do Cacém	37,1	0,4	17,8	18,6	0,0	25,4	0,7
Sines	11,1	23,0	36,4	27,9	0,0	0,4	1,1
Alter do Chão	17,8	0,2	0,0	40,5	0,0	41,5	0,0
Arronches	8,5	0,0	9,4	39,5	0,0	42,6	0,0
Avis	9,1	1,3	16,5	17,9	0,0	55,2	0,0
Campo Maior	14,3	46,4	0,0	4,6	0,2	34,5	0,0
Castelo de Vide	26,2	0,0	0,0	55,9	2,9	15,0	0,0
Crato	21,2	0,0	9,9	32,8	0,0	36,1	0,0
Elvas	10,1	3,1	21,2	30,5	0,2	34,8	0,0
Fronteira	4,7	0,0	0,0	15,5	0,0	79,8	0,0
Gavião	8,7	0,0	16,5	42,1	3,9	28,8	0,0
Marvão	4,2	0,0	2,2	60,7	2,3	30,5	0,0
Monforte	18,5	0,0	3,4	40,8	0,0	37,3	0,0
Mora	3,3	15,7	4,5	31,4	0,0	45,2	0,0
Nisa	32,4	0,0	0,0	54,1	1,9	11,7	0,0
Ponte de Sor	13,0	28,7	6,4	42,7	0,0	9,3	0,0
Portalegre	46,2	13,7	0,7	28,5	2,0	8,9	0,0
Alandroal	15,3	0,0	10,5	26,3	1,3	46,6	0,0
Arraiolos	19,0	1,1	3,0	39,8	0,0	37,1	0,0
Borba	9,9	10,9	0,0	29,5	0,1	49,7	0,0
Estremoz	15,9	1,9	0,7	27,4	0,1	54,0	0,0
Évora	27,1	46,8	1,2	13,9	0,7	10,2	0,1
Montemor-o-Novo	24,0	15,1	2,4	44,2	0,0	14,4	0,0
Mourão	3,6	0,0	5,6	54,3	0,3	36,2	0,0
Portel	6,3	0,0	0,0	20,0	2,8	70,9	0,0
Redondo	13,0	0,0	1,4	24,8	0,0	60,9	0,0
Reguengos de Monsaraz	3,8	52,9	0,0	9,3	0,5	33,5	0,0
Sousel	18,9	0,0	5,7	21,4	0,0	54,0	0,0
Vendas Novas	31,6	17,5	3,5	31,4	0,0	16,0	0,0
Viana do Alentejo	31,5	0,0	9,2	19,9	0,0	39,4	0,0
Vila Viçosa	11,9	0,4	36,8	39,4	0,0	11,5	0,0
Aljustrel	10,2	68,2	1,2	7,2	0,0	13,2	0,0
Almodôvar	16,3	0,0	6,7	39,1	0,0	37,9	0,0
Alvito	34,1	0,0	3,2	29,8	0,0	32,8	0,0
Barrancos	1,5	0,0	22,8	36,1	0,0	39,6	0,0
Beja	11,1	3,1	26,8	12,6	0,4	46,0	0,0
Castro Verde	3,4	78,8	0,2	13,1	0,0	4,5	0,0
Cuba	18,9	0,0	0,9	11,6	0,0	68,6	0,0
Ferreira do Alentejo	0,5	11,8	0,2	1,5	0,0	86,0	0,0
Mértola	28,6	0,3	15,0	32,3	3,3	20,4	0,0
Moura	25,8	0,7	0,0	30,5	0,8	42,2	0,0
Ourique	9,5	0,0	7,3	28,6	0,0	54,6	0,0
Serpa	8,2	0,0	53,4	9,5	0,2	28,7	0,0
Vidigueira	18,5	0,1	1,4	17,1	0,0	62,9	0,0
Almeirim	9,8	1,7	0,8	29,7	0,0	58,0	0,0
Alpiarça	1,8	74,9	0,0	11,8	0,0	11,4	0,0
Azambuja	19,5	25,1	0,0	31,6	0,0	23,8	0,0
Benavente	9,6	19,0	0,0	27,2	0,0	44,2	0,0
Cartaxo	13,2	10,3	0,0	36,4	0,0	40,0	0,0
Chamusca	3,2	14,4	39,3	8,4	0,0	31,2	3,5
Coruche	16,1	8,8	1,5	24,0	0,0	49,6	0,0
Golegã	7,3	10,9	19,3	25,8	0,0	36,7	0,0
Rio Maior	21,6	6,6	24,5	32,1	0,0	15,2	0,0
Salvaterra de Magos	25,2	0,4	28,6	22,1	0,0	23,6	0,0
Santarém	27,6	21,7	17,7	17,9	0,0	15,2	0,0
Com incidência supra-concelhia							
Alentejo Litoral	0,5	0,0	93,9	4,7	0,0	0,0	0,9
Alto Alentejo	1,1	0,0	78,3	20,6	0,0	0,0	0,0
Alentejo Central	0,6	0,8	91,5	7,1	0,0	0,0	0,0
Baixo Alentejo	1,9	0,0	80,6	17,5	0,0	0,0	0,0
ALENTEJO	1,7	0,3	93,0	4,7	0,3	0,0	0,0
Lezíria do Tejo	4,5	16,0	62,7	16,8	0,0	0,0	0,0
REGIÃO	61,6	17,0	13,5	7,8	0,0	0,0	0,0
Total da Região	17,1	17,4	20,3	18,4	0,3	26,4	0,1

Superior a 50%
Entre 30 e 50 %
Entre 20 e 30 %

Nota: valores contabilizados dos projectos contratados até 30-6-2012, com excepção para o PRODER que não inclui o 1º semestre de 2012

Fonte: Autoridades de Gestão dos vários Programas.

Figura 9. INALENTEJO – Hierarquia concelhia do investimento (milhões €)



O Alto Alentejo emerge também nesta análise como a sub-região em que o INALENTEJO é o Programa com maior relevo no financiamento do investimento, situação que se verifica também em alguns concelhos do Alentejo Central (Montemor-o-Novo e Mourão) e do Alentejo Litoral (Grândola e Odemira) onde se localizam intervenções de maior dimensão do INALENTEJO.

Os projetos turísticos são os maiores responsáveis por destaques concelhios diversos: em *Odemira*, o ZMAR ECO Camping Resort; em *Grândola*, o projeto da “Descida à Mina”; em *Montemor-o-Novo*, o Aldeamento Turístico das Valadas - L’AND VINEYARDS; em *Mourão*, 2 Hotéis Rurais. Esta componente turística do investimento do INALENTEJO está, ainda, presente com relevância no Alto Alentejo em *Nisa* (Monte Filipe - Hotel e Spa), a maior operação do Concelho.

Em *síntese*, relevam-se as principais conclusões relativamente à distribuição territorial do Investimento:

- forte equilíbrio no montante de investimento financiado na Região por parte dos 5 principais PO (variação entre 17 e 26%);
- a distribuição territorial do investimento do INALENTEJO é a mais equilibrada quer em projetos de âmbito concelhio, quer de âmbito supra-concelhio;
- Évora e Beja destacam-se como os centros/concelhos que polarizam o investimento regional, uma polarização forte no que se refere ao investimento total e mais esbatida no que refere ao investimento do INALENTEJO.
- o Baixo Alentejo, o Alentejo Central e o Alentejo Litoral, em volume global e em capitação, são respetivamente as sub-regiões mais beneficiadas com o investimento público;

- a Lezíria do Tejo surge claramente desfavorecida no conjunto da Região quer relativamente ao investimento global cofinanciado pelo conjunto dos PO, quer no cofinanciamento do INALENTEJO;
- o impacto do INALENTEJO é mais forte no Alto Alentejo em termos de capitação mas, sobretudo, pela importância relativa que adquire face aos outros PO's.

Incidência por atividades económicas

O INALENTEJO constitui o Programa mais abrangente no financiamento dos projetos económicos e institucionais: domina o financiamento no sector dos serviços, tem uma importância muito grande na construção, na energia, no comércio, nos transportes, na hotelaria e na Administração Pública (Modernização administrativa e Proteção civil) e proporciona apoios à indústria e ao setor agro-alimentar maioritariamente de natureza imaterial (estudos, promoção, internacionalização, ...).

No setor primário – agricultura, pecuária, caça, floresta e pesca, - e também na indústria alimentar e de bebidas, muito ligada, na Região, às sociedades agrícolas e agropecuárias, o ProDeR tem âmbito de intervenção quase exclusivo, enquanto na indústria transformadora, o peso do POFC é determinante,

O perfil descrito reflete a estrutura programática e a amplitude da elegibilidade do Programa.

Em termos de volume de investimento cofinanciado pelos diferentes PO, destacam-se 5 setores:

- *Construção* – que tem a ver, sobretudo, com as obras municipais transversais a vários sectores – operações de regeneração urbana, construção e requalificação de edifícios, intervenções em infraestruturas urbanas, etc.
- *Educação* – onde se incluem todas as operações de requalificação da rede escolar.
- *Saúde e Apoio Social* – conjunto de intervenções muito variado com incidência na saúde e proteção social – construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos, instalações de sistemas de energia solar, aquisição de material, etc.
- *Atividades artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas* – um sector que abrange as operações ligadas aos museus, ao património, à divulgação científica, exposições e animações de divulgação do património artístico e cultural da região, intervenções em recintos desportivos, um vasto conjunto de operações onde a componente regional está sempre muito presente.
- *Transportes* – todas as intervenções de construção e beneficiação de estradas e caminhos municipais não urbanos, ciclovias, e também os projetos ligados à aeronáutica (Aeroporto de Beja e Aeródromo de Ponte de Sôr).

**Quadro 5. Investimento total aprovado, por atividades económicas de destino
(% face ao total de cada atividade)**

CAE Rev3 designações abreviadas	POPH	POFC	POVT	INALEN- TEJO	POCTEP	ProDeR	PROMAR	Peso da atividade no investimento (%)	
								Total	IN- ALENTEJO
01 - Sector agro-alimentar	1,2	8,1	0,0	0,6	0,0	89,7	0,4	18,8	0,6
02 - Indústria Extractiva	0,9	98,2	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	4,3	0,2
03 - Ind. Transformadora	2,1	91,4	0,0	6,4	0,0	0,0	0,0	9,1	3,2
04 - Electricid., Gás e Água	0,0	2,5	0,0	46,7	47,8	3,0	0,0	0,1	0,2
05 - Ambiente	0,1	1,5	93,0	5,5	0,0	0,0	0,0	12,0	3,6
06 - Construção	0,6	0,0	1,3	32,1	0,0	66,0	0,0	10,3	18,1
07 - Comércio	21,5	34,7	0,0	38,6	0,0	5,2	0,0	0,7	1,6
08 - Transportes	0,2	0,2	72,4	27,0	0,1	0,1	0,0	7,1	10,5
09 - Hotelaria	1,1	46,4	0,0	43,5	0,0	9,0	0,0	3,4	8,1
10 - Informação e Comunic.	16,4	20,3	0,0	63,2	0,0	0,1	0,0	0,6	2,1
11 - Finanças e Seguros	0,8	0,0	0,0	98,9	0,0	0,0	0,3	0,3	1,9
12 - Imobiliário	28,7	0,0	0,0	71,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
13 - Consult., Cient., Técn.	7,8	17,2	0,1	34,6	1,7	37,8	0,8	2,5	4,7
14 - Serviços de Apoio	73,9	6,0	3,4	2,7	0,0	13,0	0,8	4,0	0,6
15 - Administração Pública	25,6	17,2	12,6	25,2	0,7	18,7	0,0	3,0	4,1
16 - Educação	65,0	0,1	17,4	17,3	0,0	0,1	0,0	16,9	15,9
17 - Saúde e Apoio Social	31,8	0,2	0,0	62,6	0,1	5,3	0,0	3,9	13,2
18 - Cultura, Recreação	1,4	1,8	13,4	74,2	5,4	3,8	0,0	2,8	11,3
19 - Outros serviços	8,7	0,0	0,0	91,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
TOTAL	17,1	17,4	20,3	18,4	0,3	26,4	0,1	100,0	100,0

Superiores a 50%;

Entre 30 e 50 %;

Entre 20 e 30 %

* A indústria alimentar foi agregada ao sector agropecuário dada a dificuldade, em alguns programas em separar as duas atividades

* o sector da construção é contabilizado em muitas operações quando a atividade é transversal a várias outras atividades

Nota: valores contabilizados dos projetos contratados até 30-6-2012, com exceção para o PRODOR que não inclui o 1º semestre de 2012

Fonte: CAE Rev3, Nível 1: designações corretas

Em termos relativos, merecem ainda destaque os seguintes setores:

- *Atividades de Informação e Comunicação* – que inclui um conjunto vasto de projetos, sobretudo, ligados às TIC com vários fins – divulgação, constituição de redes, promoção regional, etc.
- *Alojamento e Restauração* – que compreende apenas 24 projetos no PO, mas com uma dimensão regional assinalável, sobretudo, projetos privados de construção de hotéis e outras modalidades de alojamento turístico.

Em suma, a incidência dos projetos aprovados, por atividade económica, permite concluir:

- grande transversalidade das atividades abrangidas e forte predominância regional do financiamento no sector dos serviços, fundamentalmente serviços públicos;
- fraca representação de promotores ligados aos sectores produtivos (agricultura e indústria) cujo financiamento é canalizado preferencialmente por outros instrumentos.

Incidência por tipologia de Promotores

A diferença de âmbitos de intervenção dos Programas Operacionais determina, em grande medida, as respetivas tipologias de promotores explicando a intensidade da incidência que os Programas apresentam em determinados promotores. As Instituições de Ensino Superior são a única Entidade beneficiária-tipo que colhe financiamento em todos os Programas.

Na Região, o sector público alcança 51,3% no investimento global (em todos os PO) e 71,3% no INALENTEJO. O sector associativo está presente com idêntica parcela nos dois universos (respetivamente 8,1% e 8,7%) e as empresas com 40,7% do investimento total e 20% no INALENTEJO.

Uma leitura da distribuição do investimento face ao total de cada tipo de promotor, revela a *grande importância do INALENTEJO para as autarquias locais*, que encontraram financiamento para 88% do seu investimento neste Programa e onde enquadraram também os maiores projetos municipais. A distribuição do investimento municipal é particularmente equilibrada em volume global por NUTIII, mas a capitação favorece claramente o Alto Alentejo e, secundariamente, o Baixo Alentejo, sendo muito desfavorável para a Lezíria do Tejo.

Quadro 6. Investimento da Administração Local no INALENTEJO, em projetos com incidência local ou sub-regional por NUT III

NUT III	Montante (€)	€/hab.
Alentejo Litoral	62.635.122	640
Alto Alentejo	110.327.267	932
Alentejo Central	101.127.103	606
Baixo Alentejo	110.255.959	870
Lezíria do Tejo	106.386.786	430

Fonte: SIGPOA.

Quadro 7. Investimento total aprovado, por tipo de promotor (% face ao total de cada Programa)

Tipo de entidade	POPH	POFC	POVT	INALENTEJO	POCTEP	ProDeR	PROMAR	REGIÃO
01 - Administração Central	2,1	3,0	0,1	2,2	2,2	4,3	0,0	2,4
02 - Administração Regional *	0,1	0,0	0,1	5,6	9,6	0,0	0,0	1,1
03 - Administração Local	1,4	0,0	3,8	51,7	47,6	0,4	0,0	10,7
04 - Empresas Públicas	0,1	0,0	92,0	11,3	10,7	25,4	0,0	27,5
05 - Centros de Formação Profissional	27,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,6
06 - Instituições de Ensino Básico ou Secundário	18,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,2
07 - Instituições de Ensino Superior	3,5	1,4	2,4	0,3	11,8	0,2	11,1	1,5
08 - Centros de I&D	0,7	0,5	0,0	0,3	1,9	0,1	2,9	0,3
09 - Associações de Desenv. Local ou Regional	5,4	0,1	0,0	1,8	13,9	1,0	25,5	1,6
10 - Org. defesa do ambiente e património	0,0	0,0	0,0	0,8	0,9	0,0	0,0	0,2
11 - Org. culturais / recreativas	1,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,1	0,0	0,3
12 - Org. solidariedade e ação social	10,6	0,0	1,6	5,0	0,2	0,8	0,0	3,3
13 - Org. empresariais / sectoriais	5,3	5,8	0,0	0,6	1,3	2,8	0,9	2,8
14 - Empresas	23,8	89,2	0,0	20,0	0,0	64,9	59,6	40,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Autoridades de Gestão dos Programas.

Acresce, ainda, a importância do INALENTEJO nas seguintes tipologias:

- Administração Regional, ou seja, os organismos desconcentrados da Administração Central, que têm âmbito regional: a Administração Regional de Saúde do Alentejo (responsável por 43 operações no valor global de 25 milhões de euros), as Administrações das Regiões Hidrográficas do Tejo e do Alentejo (com 21 operações no valor global de 12 milhões de euros), as Administrações Regionais de Educação e de Cultura, a CCDRA, entre as principais beneficiárias.
- Turismo do Alentejo (com 31 operações no valor global de 8 milhões de euros).
- Organizações de defesa do ambiente e ou do património em que se destaca a Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola (ADPM), uma Associação que promove 53 projetos em vários Programas no valor total de 7,5 milhões de euros.
- Organizações no âmbito da cultura, artes e recreação, sobretudo com incidência no teatro, na música e no património artístico da Região.
- Associações de Desenvolvimento Local ou Regional, em que se destaca a Fundação Eugénio de Almeida, no INALENTEJO com várias operações no âmbito da arte e cultura, mas com vários projetos de âmbito regional noutros programas (ProDeR, POPH e POCTEP).
- Associações de solidariedade e ação social, com promotores muito variados.

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

Quadro 8. Investimento total aprovado, por tipo de promotor (% face ao total de cada tipo de promotor)

Tipo de entidade	POPH	POFC	POVT	INALENTEJO	POCTEP	PRODER	PROMAR	Total
01 - Administração Central	14,5	21,4	0,5	16,6	0,2	46,7	0,0	100,0
02 - Administração Regional *	1,2	0,0	2,0	93,8	2,4	0,6	0,0	100,0
03 - Administração Local	2,2	0,0	7,3	88,3	1,2	1,0	0,0	100,0
04 - Empresas Públicas	0,1	0,0	67,9	7,5	0,1	24,4	0,0	100,0
05 - Centros de Formação Profissional	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
06 - Inst. de Ensino Básico ou Secundário	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
07 - Inst. de Ensino Superior	40,4	16,9	32,3	4,2	2,2	3,1	1,0	100,0
08 - Centros de I&D	42,2	30,1	0,0	17,6	1,7	7,1	1,3	100,0
09 - Assoc. de desenv. local ou regional	57,4	0,6	0,0	20,8	2,4	16,6	2,1	100,0
10 - Org. defesa do ambiente e património	0,6	0,0	0,0	92,1	1,6	5,7	0,0	100,0
11 - Org. culturais / recreativas	63,9	0,0	0,0	31,0	0,0	5,0	0,0	100,0
12 - Org. solidariedade e acção social	55,5	0,0	10,0	28,0	0,0	6,4	0,0	100,0
13 - Org. empresariais / sectoriais	32,5	36,1	0,3	4,2	0,1	26,7	0,0	100,0
14 - Empresas	10,0	38,3	0,0	9,1	0,0	42,4	0,2	100,0
Total	17,1	17,4	20,3	18,4	0,3	26,4	0,1	100,0

* Serviços periféricos da administração pública central com âmbito regional.

Nota: valores contabilizados dos projetos contratados até 30-6-2012, com exceção para o ProDeR que não inclui o 1º semestre de 2012

Legenda Superiores a 50% Entre 30 e 50 % Entre 20 e 30 %

Fontes: Autoridades de Gestão dos Programas.

Em *síntese*, as principais evidências remetem para: (i) forte predominância da Administração Local nos promotores do INALENTEJO; e (ii) elevada relevância do INALENTEJO no contexto da região relativamente ao financiamento de projetos com origem nas Associações e na Administração Pública de âmbito regional.

ANEXO F. INDICADORES DE CONTEXTO E IMPACTE DO INALENTEJO

Os impactos induzidos pela concretização do INALENTEJO não são simples de isolar e, ainda menos, de quantificar. Para além de coexistirem com a concretização de investimentos cofinanciados por outros instrumentos de políticas e por fontes privadas, as intervenções do Programa têm temporalidades de execução e de efeitos induzidos muito distintas. O grau de execução e de realização do INALENTEJO (respetivamente 31% e 37%, em Junho de 2012), é ainda reduzido, apesar de muitas operações já se encontrarem fisicamente concluídas e com resultados concretos que foram, em muitos casos, transmitidos via *Inquérito aos Promotores*. Apesar da concretização real do Programa se estimar acima do traduzido pela execução financeira, o resultado de qualquer exercício de avaliação de impacte é naturalmente reservado e deve ser lido com a devida cautela.

Os concelhos foram utilizados como unidades de análise para estabelecer comparações, tendo sido constituídos dois Blocos de Indicadores:

↳ Bloco **Avaliação da Evolução do Desenvolvimento da Região** com base em 103 indicadores que se repartem por 4 categorias (*Anexo B – Tabela 17*):

- ✓ *Indicadores de contexto de avaliação das políticas públicas* constantes do “Sistema de Indicadores de Monitorização do Contexto em que se desenrolam as Políticas Públicas”, construído e implementado em 2007 no âmbito da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial. Estes indicadores reúnem um conjunto de sinais passíveis de traduzir o quadro das prioridades nacionais do QREN.
- ✓ *Índices elaborados para os domínios e subdomínios prioritários do QREN* com base nos indicadores de contexto antes referidos. Só foram passíveis de ser considerados os domínios prioritários em que existe informação por concelho para os períodos em análise, designadamente as seguintes prioridades:
 - Prioridade **Coesão Social** – Domínios prioritários considerados: Condições de vida; Incidência da pobreza; Igualdade de oportunidades e cidadania inclusiva; e Igualdade de género.
 - Prioridade **Qualificação do território e das cidades** - Domínios prioritários considerados: Infraestruturação do território; Ordenamento e reabilitação urbana; Gestão de riscos naturais e tecnológicos; Património natural e ambiente; e Assimetrias regionais de desenvolvimento.
 - Prioridade **Eficiência da governação** - Domínios considerados: Administração Pública em rede; e Relação Estado-cidadãos.

As 2 prioridades QREN não contempladas nesta lista – *Qualificação dos portugueses e Crescimento sustentado* - foram substituídas por indicadores sectoriais.

- ✓ *Indicadores-síntese de avaliação sectorial*, que visam refletir a evolução verificada nos principais sectores de atividade regionais e, sobretudo, nas áreas mais relacionadas com a tipologia das intervenções do POR e respetivos objetivos: Emprego; Empresas; Ambiente; Construção e habitação; Saúde; Educação; Proteção Social; e Consumo de energia.
- ✓ *Indicadores simples de evolução de aspetos sectoriais* que são comumente utilizados em avaliações de desenvolvimento.

Este conjunto de indicadores foi recolhido para um período anterior ou inicial ao presente período de programação (2004-2005-2006-2007) e para os anos mais recentes disponíveis (2009-2010-2011). A disponibilidade de informação estatística para 2011 é bastante reduzida dado que os resultados censitários não se encontram disponíveis em muitos temas e a informação constante do último Anuário Estatístico (2010) inclui muita informação referente apenas a 2009. Trata-se de limitações importantes que prejudicam os resultados, em particular num período de mudanças na economia e na sociedade do País e da Região, sobretudo quando se pretende que estes indicadores possam já refletir alguma influência dos investimentos realizados no âmbito do INALENTEJO e dos outros Programas considerados.

Os indicadores foram elaborados, sempre que possível com dados plurianuais (cf. *Anexo B – Tabela 17*), de modo a consolidar a informação, a variação dos indicadores entre os dois períodos e classificou-se esta variação de modo a salientar as melhores e as piores evoluções, independentemente do sentido positivo ou negativo revelado.

↪ Bloco de **Execução dos Programas** em análise, considerando-se 25 indicadores:

- Investimento total e *per capita* de conjunto dos PO.
- Montantes do investimento aprovado nos projetos contratados por cada Programa e a sua incidência absoluta e relativa por concelho, com exclusão do POCTEP e do PROMAR (na medida em que são investimentos comparativamente muito reduzidos).
- Montantes do investimento por atividade económica, para o conjunto dos Programas e para o INALENTEJO em particular, de acordo com a classificação usada anteriormente (nível 1 da CAE Rev3), agregando um conjunto de atividades de serviços anteriormente designados “serviços às empresas” (atividades de informação e comunicação, financeiras e de seguros, imobiliárias, de consultoria, científicas técnicas e similares, administrativas e de serviços de apoio).

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

A Tabela seguinte sintetiza as correlações mais significativas entre os dois blocos de informação, tendo em conta perfis compostos de investimento – quando se verificam condições comuns a vários Programas – e perfis simples – quando se referem apenas a um Programa. As cores refletem o comportamento positivo (verde) ou negativo (vermelho) da evolução dos indicadores entre os dois períodos considerados, em função da dimensão do investimento (muito elevado, elevado, médio, baixo, muito baixo) dos Programas.

Quadro 14. Quadro de Impactos

Sobre-representações dos Indicadores de contexto nos perfis de investimento cofinanciado pelos diferentes PO

PERFIS DE INVESTIMENTO CONJUNTOS	Intensidade do investimento	Empresas	Desemprego	Educação	Construção Habitação	Saúde	Demografia	Energia	Outros	Prioridades QREN
INALENTEJO	Elevado	Sector empresarial						Consumo		Infraestruturação do território
POPH	Médio									Igualdade de oportunidades e cidadania Inclusiva
POVT	Elevado	Exportações								
INALENTEJO	Médio			Desempenho escolar	Ampliações e Alterações		Crescimento da população			
ProDeR	Baixo	VAB	Desemprego	Sector Educação	Fogos concluídos					
INALENTEJO	Baixo									
INALENTEJO	Baixo	Hotelaria		Sector Educação	Ampliações e Alterações		População 15-64 anos			
POPH	Baixo			Desempenho escolar						
ProDeR	Baixo									
ProDeR	Muito baixo	Indústria Transformadora	Ensino Superior		Fogos concluídos					
POPH	Muito baixo									
POFC	Muito baixo									
INALENTEJO	Baixo									
INALENTEJO	Muito baixo	Emprego		Desempenho escolar		Sector Saúde		Consumo da Administração Pública		
POPH	Muito baixo									
POFC	Muito baixo									
ProDeR	Muito baixo									
PERFIS DE INVESTIMENTO SIMPLES	Intensidade do investimento	Empresas	Desemprego	Educação	Construção Habitação	Saúde	Demografia	Energia	Outros	Prioridades QREN
POPH	Elevado								Cons. Comb. Automóvel Criminalidade	Incidência da pobreza
	Muito baixo			Educação Desempenho escolar Pré-escolarização					Consumo Combustível Automóvel	
POVT	Baixo	Emprego			Construção					
	Muito baixo	Emprego								
INALENTEJO	Muito elevado						Crescimento da População			Assimetrias regionais de desenvolvimento
	Elevado	Sector Empresarial Nº empresas								Condições de vida
	Baixo			Sector Educação Desempenho Escolar	Ampliações e Alterações					
	Muito baixo	Nº empresas Emprego								Património Natural e Ambiente
ProDeR	Elevado	Nº empresas Comércio								
	Baixo	VAB Indústria Transformadora			Fogos concluídos					

Evolução dos indicadores/Comportamento

Muito bom	Bom	Médio	Mau	Muito mau

As relações entre os dois blocos são globalmente fracas, o que significa que o investimento dos Programas não se reflete ainda com a evidência desejada nos indicadores de contexto que abrangem ainda insuficientemente 2011, constituindo a ausência de indicadores temáticos provenientes do Censo 2011 uma condicionante. Acresce que os efeitos do investimento dos Programas ainda estão, em muitos casos, numa fase muito prematura. Os impactos observados na Tabela, correspondem ao “topo da montanha” dos impactos que deverão ser observados (em qualidade e em quantidade) daqui a 2 ou 3 anos. No entanto, não deixa de ser importante atentar nestes resultados.

As principais conclusões encontram-se sintetizadas nas alíneas seguintes e têm suporte de análise estatística no *Anexo F*:

- Do conjunto de Programas analisados, o POFC é o que evidencia uma menor relação com qualquer domínio ou setor de atividade. Não emerge nenhum impacto significativo, com exceção para quando se verificam condições comuns com outros Programas: quando o investimento é muito baixo no POFC e, simultaneamente, no ProDeR, POPH e INALENTEJO, reflete-se em evoluções negativas no desempenho da indústria transformadora, no emprego, no elevado desemprego de licenciados, em fracos desempenhos escolares e em evoluções desfavoráveis nos setores da saúde e construção.
- O INALENTEJO é o Programa com maior relação com o desempenho dos domínios analisados (isolado ou quando acompanhado por outros Programas) e contribui decisivamente para os impactos detetados em quase todos os perfis de investimento. Este facto encontra-se associado a vários aspetos: o padrão geográfico de investimento do INALENTEJO é o que melhor reproduz a estrutura territorial da Região (a sua hierarquia funcional e urbana); o ProDeR afeta quase todos concelhos com forte intensidade; o POVT e o POFC são muito concentrados e com investimentos cujos efeitos afetam vários concelhos ou Sub-regiões; e o POPH tem um padrão regional diferenciado, mas um âmbito de intervenção particularmente vocacionado para o ensino e para as questões sociais, a que surge bastante associado.
- Dada a transversalidade do INALENTEJO, quando avaliamos impactos, tendo em conta o investimento global, é natural que surja com mais frequência. O ensaio de desagregação do investimento por setores de atividade, com a intenção de realçar esta faceta plural do Programa, não deu resultados significativos, mas deverá dar, seguramente, no futuro próximo.
- O INALENTEJO e o ProDeR evidenciam uma forte associação com o desempenho do sector empresarial (indicador síntese que integra o Emprego, Empresas, Volume de Vendas, VAB, Exportações e Importações), sendo este impacto do INALENTEJO o mais significativo em termos

estatísticos. O ProDeR é mais específico – evolução favorável do número de empresas e efeitos muito positivos no sector comercial. Embora seja um Programa predominantemente público (71% do investimento é promovido pelo sector público: Administração Local e Regional e empresas públicas), o INALENTEJO induz efeitos muito favoráveis no sector privado, dinamizando a economia local e regional de um modo que não é evidente noutros programas de investimento, com exceção do ProDeR, um Programa vocacionalmente “territorial”.

- Outros impactos do INALENTEJO que se destacam: associação do investimento muito elevado com evolução favorável do crescimento demográfico mas aumento das assimetrias regionais (densidade demográfica); investimentos baixos com reflexos na qualidade do ensino, na construção e na prioridade do QREN – Património natural e Ambiente.
- O POPH evidencia impactos muito evidentes na componente social da Região: domínios relacionados com as condições de vida, poder de compra, pobreza, criminalidade, para além da educação.
- O POVT, responsável pelas grandes intervenções públicas regionais, denota uma relação mais significativa com o emprego (peso da fase de construção).

Tabela 17 - Indicadores de contexto utilizados na análise de impacto

Domínio	Indicadores	Cálculo	Fonte
<i>Condições de vida</i>	Consultas médicas por habitante	Média 2005/2006-Média 2009/2010	INE
	Poder de compra per capita	2007-2009	INE
	Índice de dependência total	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE
	Índice de envelhecimento	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE
<i>Incidência da pobreza</i>	Taxa de criminalidade contra a integridade física	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE
	Beneficiários do RSI por 1000 habitantes em idade ativa	Média 2005/2006-Média 2009/2010	INE
<i>Igualdade de oportunidades e cidadania inclusiva</i>	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem	Média 2005/2006- 2009	INE
	Pensionistas do regime geral (Segurança Social) por 1 000 habitantes em idade ativa	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE
	Valor médio anual das pensões por pensionista do regime geral (Segurança Social)	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE
	Beneficiários do RSI por 1 000 habitantes em idade ativa	Média 2005/2006-Média 2009/2010	INE
	Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações dos trabalhadores por conta de outrem	Média 2005/2006-2009	INE
	Disparidade no ganho médio mensal por profissão dos trabalhadores por conta de outrem	Média 2005/2006-2009	INE
	Disparidade no ganho médio mensal por sector de atividade dos trabalhadores por conta de outrem	Média 2005/2006-2009	INE
<i>Igualdade de género</i>	Disparidade no ganho médio mensal por sexo dos trabalhadores por conta de outrem	Média 2005/2006-2009	INE
	Disparidade no ganho médio mensal por sexo dos trabalhadores por conta de outrem com habilitações iguais ou inferiores ao 3º ciclo do ensino básico	Média 2005/2006-2009	INE
	Disparidade no ganho médio mensal por sexo dos trabalhadores por conta de outrem com habilitações correspondentes ao ensino superior	Média 2005/2006-2009	INE
	Disparidade no ganho médio mensal por sexo dos trabalhadores por conta de outrem nas profissões mais qualificadas	Média 2005/2006-2009	INE
	Disparidade no ganho médio mensal por sexo dos trabalhadores por conta de outrem nas profissões menos qualificadas	Média 2005/2006-2009	INE
	Disparidade no ganho médio mensal (Entre sectores de atividade - %) da população empregada por conta de outrem	Média 2005/2006-2009	INE
<i>Infraestruturação do território</i>	População servida por sistemas de abastecimento de água	Média 2005/2006-2009	INE
	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	Média 2005/2006-2009	INE
	População servida por estações de tratamento de águas residuais	Média 2005/2006-2009	INE
	Estabelecimentos de outra intermediação monetária por 10 000 habitantes	Média 2005/2006-Média 2009/2010	INE
	Médicos por 1 000 habitantes	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE
	Enfermeiros por 1000 habitantes	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE
	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE
<i>Ordenamento e reabilitação urbana</i>	Taxa de criminalidade contra o património	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE
<i>Gestão de riscos naturais e tecnológicos</i>	Índice de gravidade dos acidentes	Média 2005/2006-2009	INE
	Superfície ardida (ha)	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE

(continua)

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

(cont.)

Domínio	Indicadores	Cálculo	Fonte
<i>Património natural e ambiente</i>	Proporção de águas residuais tratadas	Média 2005/2006-2009	INE
	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente	Média 2005/2006-Média 2009/2010	INE
	Despesas em ambiente dos municípios por habitante - Gestão de resíduos	Média 2005/2006-Média 2009/2010	INE
<i>Consumo de Energia</i>	Consumo de combustível automóvel por habitante	Média 2005/2006-Média 2009/2010	INE
	Consumo de energia elétrica (kWh) - Total	Média 2005/2006-Média 2009/2010	INE
<i>Assimetrias regionais de desenvolvimento</i>	Densidade populacional	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE
<i>Indicadores de Massa</i>	População residente	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE
	Edifícios concluídos (N.º)/ Ampliações, alterações e reconstruções	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE
	Veículos novos vendidos por 1000 habitantes	2007-Média 2010/2011	INE
<i>Administração pública em rede</i>	Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues on-line	Média 2005/2006-2009	INE
<i>Relação estado-cidadãos</i>	Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República	2005-2009	INE
	Taxa de abstenção nas eleições para a Presidência da República	2001-2006	INE
	Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais	2005-2009	INE
	Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu	2004-2009	INE
<i>População</i>	População 0-14 anos (%)	Média 2005/2006-Média2010/2011	INE
	População 15-64 anos (%)	Média 2005/2006-Média2010/2011	INE
	População 65 e + anos (%)	Média 2005/2006-Média2010/2011	INE
	Taxa crescimento natural	Média 2005/2006-Média2009/2010	INE
<i>Ambiente</i>	Total de despesa em ambiente dos municípios por habitante (€/hab.)	Média 2005/2006-Média2009/2010	INE
	Consumo de água do sector doméstico/ habitante (m3/hab.)	Média 2005/2006-2009	INE
	População servida por sistemas públicos de abastecimento de água (%)	Média 2005/2006-2009	INE
	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	Média 2005/2006-2009	INE
	População servida por estações de tratamento de águas residuais	Média 2005/2006-2009	INE
	Proporção de águas residuais tratadas	Média 2005/2006-2009	INE
	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg./hab.)	Média 2005/2006-Média2009/2010	INE
<i>Desemprego</i>	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente	Média 2005/2006-Média2009/2010	INE
	Total Desemprego	Média 2005/2006-Média2010/2011	IEFP
	< 1 Ano Média	2005/2006-Média2010/2011	IEFP
	1 Ano E +	Média 2005/2006-Média2010/2011	IEFP
	1º Emprego	Média 2005/2006-Média2010/2011	IEFP
	Novo Emprego	Média 2005/2006-Média2010/2011	IEFP
	Desemprego Ensino Superior	Média 2005/2006-Média2010/2011	IEFP

(continua)

AValiação Intercalar do Inalentejo

- Relatório Final -

Domínio	Indicadores	Cálculo	Fonte
<i>Empresas</i>	Pessoal ao serviço nas empresas por município da sede- Total	Média 2006/2007-2009	INE
	Empresas por município da sede	Média 2006/2007-2009	INE
	Volume de negócios nas empresas por município da sede (Unidade: milhares de euros)	Média 2006/2007-2009	INE
	Valor acrescentado bruto nas empresas por município da sede (Unidade: milhares de euros)	2008-2009	INE
	Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores Total - Exportações (Unidade: milhares de euros)	2007-Média 2009/2010	INE
	Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores Total - Importações (Unidade: milhares de euros)	2007-Média 2009/2010	INE
<i>Levantamentos Multibanco</i>	Levantamentos nacionais em caixas multibanco por habitante (€)	Média 2005/2006-Média 2010/2011	INE
	Levantamentos internacionais na rede nacional multibanco (milhares)	Média 2005/2006 - Média 2009/2010	INE
<i>Construção e habitação</i>	Fogos (= aloj. fam. clássicos) concluídos em construções novas para habitação familiar	Média 2005/2006 -Média 2010/2011	INE
	Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar	Média 2005/2006 -Média 2010/2011	INE
	Contratos de compra e venda (€) de prédio	Média 2005/2006 -Média 2010/2011	INE
	Crédito à habitação por habitante (€)	Média 2005/2006 -Média 2009/2010	INE
<i>Criminalidade</i>	Nº de crimes	Média 2005/2006 -Média 2010/2011	INE
	Taxa de criminalidade total	Média 2005/2006 -Média 2010/2011	INE
	Nº de crimes contra o património	Média 2005/2006 -Média 2010/2011	INE
	Taxa de criminalidade contra o património	Média 2005/2006 -Média 2010/2011	INE
<i>Saúde</i>	Consultas médicas por habitante	Média 2005/2006 -Média 2009/2010	INE
	Médicos por 1 000 habitantes	Média 2005/2006 -Média 2010/2011	INE
	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	Média 2005/2006 -Média 2010/2011	INE
<i>Educação</i>	Taxas de retenção e desistência Ensino Básico	Média 2005/2006 -Média 2010/2011	DGEEC
	Taxas de retenção e desistência 1.º Ciclo do ensino básico	Média 2005/2006 -Média 2010/2011	DGEEC
	Taxas de retenção e desistência 2.º Ciclo do ensino básico	Média 2005/2006 -Média 2010/2011	DGEEC
	Taxas de retenção e desistência 3.º Ciclo do ensino básico	Média 2005/2006-Média 2010/2011	DGEEC
	Taxa real de pré-escolarização	Média 2005/2006 -Média 2010/2011	DGEEC
	Rácio aluno/computador	2007-Média 2009/2010	DGEEC
	Rácio aluno/computador com Internet	2007-Média 2009/2010	DGEEC
<i>Proteção Social</i>	Beneficiário do RSI (nº)	Média 2005/2006- Média 2010/2011	INE
	Valor médio anual das pensões por pensionista do regime geral (Segurança Social)	Média 2005/2006- Média 2010/2011	INE
	Pensionistas do regime geral (Segurança Social) por 1 000 habitantes em idade ativa	Média 2005/2006- Média 2010/2011	INE

(continua)

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

Domínio	Indicadores	Cálculo	Fonte
<i>Consumo energia elétrica por Tipo</i>	Consumo de energia elétrica (kWh) - Doméstico	Média 2005/2006- Média 2009/2010	INE
	Consumo de energia elétrica (kWh) - não Doméstico	Média 2005/2006- Média 2009/2010	INE
	Consumo de energia elétrica (kWh) - Indústria	Média 2005/2006- Média 2009/2010	INE
	Consumo de energia elétrica (kWh) - Agricultura	Média 2005/2006- Média 2009/2010	INE
	Consumo de energia elétrica (kWh) - Iluminação das vias públicas	Média 2005/2006-Média 2009/2010	INE
	Consumo de energia elétrica (kWh) - Iluminação interior de edifícios do Estado	Média 2005/2006-Média 2009/2010	INE
<i>Consumo de energia elétrica por sector de atividade</i>	Agricultura e Pescas	Variação 2006/2010	DGEG
	Indústria extrativa	Variação 2006/2010	DGEG
	Indústria transformadora	Variação 2006/2010	DGEG
	Elevação/Abastecimento de Água	Variação 2006/2010	DGEG
	Construção e Obras Públicas	Variação 2006/2010	DGEG
	Comércio por Grosso e Retalho	Variação 2006/2010	DGEG
	Restauração, Hotelaria e similares	Variação 2006/2010	DGEG
	Outros Serviços	Variação 2006/2010	DGEG
	Doméstico	Variação 2006/2010	DGEG
	Não Doméstico	Variação 2006/2010	DGEG
Total Consumo de energia elétrica	Variação 2006/2010	DGEG	

ANEXO G. QUADROS-SÍNTESE DE APURAMENTOS DO INQUÉRITO AOS PROMOTORES

Tabela 1. Efeito impulsionador do PO

Área de Intervenção	Avançaria com o Projeto caso não tivesse qualquer tipo de apoio?							
	Sim, nos moldes do Projeto desenvolvido		Sim, em moldes diferentes do Projeto desenvolvido		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	5	14,7	23	67,6	6	17,6	34	100,0
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	2	66,7	1	33,3	-	-	3	100,0
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1	4,2	11	45,8	12	50,0	24	100,0
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	-	-	-	-	4	100,0	4	100,0
Apoio à Modernização Administrativa	-	-	5	38,5	8	61,5	13	100,0
Promoção e Capacitação Institucional	3	15,0	4	20,0	13	65,0	20	100,0
Apoio a Ações Coletivas	-	-	3	42,9	4	57,1	7	100,0
Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	1	20,0	-	-	4	80,0	5	100,0
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	12	25,0	13	27,1	23	47,9	48	100,0
Ações de Valorização do Litoral	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	-	-	-	-	2	100,0	2	100,0
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais	3	100,0	-	-	-	-	3	100,0
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	1	4,8	6	28,6	14	66,7	21	100,0
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	13	24,5	6	11,3	34	64,2	53	100,0
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	3	12,5	-	-	21	87,5	24	100,0
Valorização e Animação do Património Cultural	7	26,9	5	19,2	14	53,8	26	100,0
Infraestruturas e Equipamentos de Saúde	1	4,2	8	33,3	15	62,5	24	100,0
Infraestruturas e Equipamentos de Proteção Social	-	-	-	-	-	-	0	0,0
Mobilidade Territorial	10	27,0	9	24,3	18	48,6	37	100,0
Rede de Equipamentos Culturais	1	25,0	2	50,0	1	25,0	4	100,0
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0
Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa”	4	80,0	-	-	1	20,0	5	100,0
Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	5	13,9	5	13,9	26	72,2	36	100,0
Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	1	14,3	2	28,6	4	57,1	7	100,0
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	1	12,5	4	50,0	3	37,5	8	100,0
Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	1	33,3	1	33,3	1	33,3	3	100,0
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	3	30,0	2	20,0	5	50,0	10	100,0
Energia	2	14,3	1	7,1	11	78,6	14	100,0
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	3	17,6	5	29,4	9	52,9	17	100,0
Apoio à Acessibilidade e Utilização de TIC	2	66,7	-	-	1	33,3	3	100,0
Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	-	-	-	-	4	100,0	4	100,0
Iniciativa Comunitária Jessica	-	-	-	-	-	-	0	0,0
Total	85	18,4	116	25,2	260	56,4	461	100,0

Fonte: *Inquérito aos Promotores*, IESE, 2012.

Tabela 2. Efeito impulsor do PO, por tipo de promotor

Tipo de promotor	Sim, nos mesmos moldes do Projeto desenvolvido		Sim, em moldes diferentes do Projeto desenvolvido		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Associações culturais	-	-	2	33,3	4	66,7	6	100,0
Associações de ambiente e património	-	-	3	15,0	17	85,0	20	100,0
Associações de desenvolvimento regional	2	20,0	3	30,0	5	50,0	10	100,0
Associações de solidariedade social	-	-	-	-	10	100,0	10	100,0
Associações empresariais	2	18,2	4	36,4	5	45,5	11	100,0
Câmaras Municipais	27	31,8	24	28,2	34	40,0	85	100,0
Centros de I&D	-	-	-	-	3	100,0	3	100,0
Empresas	8	13,1	35	57,4	18	29,5	61	100,0
Empresas Públicas	7	20,0	14	40,0	14	40,0	35	100,0
Estado	5	12,8	7	17,9	27	69,2	39	100,0
Universidades	-	-	-	-	4	100,0	4	100,0
Total	51	18,0	92	32,4	141	49,6	284	100,0

Fonte: Inquérito aos Promotores, IESE, 2012.

Tabela 3. Efeito da atual crise económica e financeira na execução dos projetos

Área de Intervenção	A atual crise económica e financeira produziu algum tipo de alterações na execução do Projeto?							
	Não		Sim, atrasos na execução		Sim, alteração de atividades		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	15	36,6	16	39,0	10	24,4	41	100,0
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	2	66,7	1	33,3	-	-	3	100,0
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8	34,8	12	52,2	3	13,0	23	100,0
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	3	75,0	1	25,0	-	-	4	100,0
Apoio à Modernização Administrativa	5	38,5	6	46,2	2	15,4	13	100,0
Promoção e Capacitação Institucional	12	57,1	6	28,6	3	14,3	21	100,0
Apoio a Ações Coletivas	5	62,5	2	25,0	1	12,5	8	100,0
Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	3	60,0	2	40,0	-	-	5	100,0
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	35	71,4	10	20,4	4	8,2	49	100,0
Ações de Valorização do Litoral	-	-	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	-	-	2	50,0	2	50,0	4	100,0
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais	3	100,0	-	-	-	-	3	100,0
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	9	42,9	10	47,6	2	9,5	21	100,0
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	32	65,3	14	28,6	3	6,1	49	100,0
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	15	62,5	8	33,3	1	4,2	24	100,0
Valorização e Animação do Património Cultural	10	37,0	15	55,6	2	7,4	27	100,0
Infraestruturas e Equipamentos de Saúde	14	63,6	7	31,8	1	4,5	22	100,0
Infraestruturas e Equipamentos de Proteção Social	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobilidade Territorial	33	89,2	4	10,8	-	-	37	100,0
Rede de Equipamentos Culturais	2	33,3	3	50,0	1	16,7	6	100,0
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	-	-	1	100,0	-	-	1	100,0
Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	1	25,0	3	75,0	-	-	4	100,0
Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	20	57,1	14	40,0	1	2,9	35	100,0
Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	7	100,0	-	-	-	-	7	100,0
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	6	66,7	2	22,2	1	11,1	9	100,0
Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	1	33,3	2	66,7	-	-	3	100,0
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	5	55,6	3	33,3	1	11,1	9	100,0
Energia	7	53,8	6	46,2	-	-	13	100,0
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	10	62,5	5	31,3	1	6,3	16	100,0
Apoio à Acessibilidade e Utilização de TIC	3	100,0	-	-	-	-	3	100,0
Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	1	33,3	1	33,3	1	33,3	3	100,0
Iniciativa Comunitária Jessica	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	267	57,4	157	33,8	41	8,8	465	100,0

Fonte: Inquérito aos Promotores, IESE, 2012.

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

Tabela 4. Projetos que foram objeto de reprogramação

	Das atividades e/ou metas de realização física e/ou de resultado	Financeira	Temporal	Total Geral
Total (N)	97	240	293	630
Total(%)	15,4	38,1	46,5	100,0

Fonte: *Inquérito aos Promotores, IESE, 2012.*

Tabela 5. Projetos que foram objeto de reprogramação financeira, por Área de Intervenção

Área de Intervenção	Financeira	
	N	%
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	4	1,7
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1	0,4
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	6	2,5
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	2	0,8
Apoio à Modernização Administrativa	7	2,9
Promoção e Capacitação Institucional	8	3,3
Apoio a Ações Coletivas	2	0,8
Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	5	2,1
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	23	9,6
Ações de Valorização do Litoral	1	0,4
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	1	0,4
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais	1	0,4
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	11	4,6
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	44	18,3
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	16	6,7
Valorização e Animação do Património Cultural	16	6,7
Infraestruturas e Equipamentos de Saúde	9	3,8
Infraestruturas e Equipamentos de Proteção Social	0	0,0
Mobilidade Territorial	22	9,2
Rede de Equipamentos Culturais	2	0,8
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	0	0,0
Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa”	3	1,3
Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	22	9,2
Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	1	0,4
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	5	2,1
Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	1	0,4
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7	2,9
Energia	4	1,7
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	12	5,0
Apoio à Acessibilidade e Utilização de TIC	1	0,4
Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	3	1,3
Iniciativa Comunitária Jessica	0	0,0
Total	240	100,0

Fonte: *Inquérito aos Promotores, IESE, 2012.*

Tabela 6. Projetos que foram objeto de reprogramação temporal, por Área de Intervenção

Área de Intervenção	Temporal	
	N	%
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	17	5,8
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	2	0,7
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	9	3,1
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	4	1,4
Apoio à Modernização Administrativa	8	2,7
Promoção e Capacitação Institucional	9	3,1
Apoio a Ações Coletivas	6	2,0
Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	5	1,7
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	29	9,9
Ações de Valorização do Litoral	1	0,3
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	2	0,7
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais	4	1,4
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	14	4,8
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	41	14,0
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	17	5,8
Valorização e Animação do Património Cultural	20	6,8
Infraestruturas e Equipamentos de Saúde	18	6,1
Infraestruturas e Equipamentos de Proteção Social	0	0,0
Mobilidade Territorial	23	7,8
Rede de Equipamentos Culturais	4	1,4
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	0	0,0
Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa”	4	1,4
Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	22	7,5
Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	1	0,3
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	6	2,0
Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	2	0,7
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	6	2,0
Energia	7	2,4
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	9	3,1
Apoio à Acessibilidade e Utilização de TIC	1	0,3
Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	2	0,7
Iniciativa Comunitária Jessica	0	0,0
Total	293	100,0

Fonte: *Inquérito aos Promotores*, IESE, 2012.

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO
- Relatório Final -

Tabela 7 - Número de postos de trabalho previstos em sede de candidatura, criados e a criar através dos projetos apoiados já concluídos, por Eixo e Área de Intervenção

Eixo / Área de Intervenção	N.º de Projetos concluídos	Emprego permanente			Emprego temporário		
		Nº de postos de trabalho previstos em candidatura	N.º de postos de trabalho já criados, afetos à exploração	N.º de postos de trabalho a criar nos próximos 12 meses	Nº de postos de trabalho previstos em candidatura	N.º de postos de trabalho já criados, afetos à exploração	N.º de postos de trabalho a criar nos próximos 12 meses
Eixo 1 - não SI							
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	1	0	0	0	0	0	0
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial	1	20	0	0	5	0	0
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (EDSC)	7	3	1	0	10	0	0
Apoio à Modernização Administrativa	4	12	4	0	1	0	0
Subtotal	13	35	5	0	16	0	0
Eixo 2							
Ciclo Urbano de Água - "vertente em baixa"	1	0	18	0	2	30	0
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	8	4	2	1	30	2	0
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	4	25	7	0	0	0	0
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	1	3	6	0	5	0	0
Saúde	8	152	0	3	0	0	0
Património Cultural	3	40	15	2	141	1	1
Rede de Equipamentos Culturais	1	0	1	0	0	0	0
Subtotal	26	224	49	6	178	33	1
Eixo 3							
Requalificação da Rede Escolar 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-escolar	15	281	162	0	255	17	0
Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico	2	0	38	0	74	0	0
Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	8	1	0	1	95	0	0
Parcerias para a regeneração urbana	16	98	9	0	3375	16	0
Redes urbanas para a competitividade e inovação	6	3	3	0	17	3	0
Mobilidade territorial e urbana	25	1	1	0	218	30	0
Subtotal	72	384	213	1	4034	66	0
Total geral	111	643	262	7	4228	99	1

Fonte: *Inquérito aos Promotores*, IESE, 2012.

Tabela 8 - Área de influência dos projetos apoiados no âmbito dos instrumentos de política de cidades – RUCI e PRU

Área de Intervenção	Local (freguesia)		Concelhia		Supra-concelhia		Regional		Inter-regional		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
PRU	17	29,3	20	34,5	6	10,3	14	24,1	1	1,7	58	100,0
RUCI	2	9,1	1	4,5	2	9,1	12	54,5	5	22,7	22	100,0

Fonte: *Inquérito aos Promotores*, IESE, 2012.

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO INALENTEJO

- Relatório Final -

Tabela 9 - Número de postos de trabalho previstos em sede de candidatura, criados e a criar através dos projetos apoiados já concluídos, por Eixo e Área de Intervenção

Eixo / Área de Intervenção	N.º de Projetos concluídos	Emprego permanente			Emprego temporário		
		N.º de postos de trabalho previstos em candidatura	N.º de postos de trabalho já criados, afetos à exploração	N.º de postos de trabalho a criar nos próximos 12 meses	N.º de postos de trabalho previstos em candidatura	N.º de postos de trabalho já criados, afetos à exploração	N.º de postos de trabalho a criar nos próximos 12 meses
Eixo 1 - não SI							
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	1	0	0	0	0	0	0
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial	1	20	0	0	5	0	0
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (EDSC)	7	3	1	0	10	0	0
Apoio à Modernização Administrativa	4	12	4	0	1	0	0
Subtotal	13	35	5	0	16	0	0
Eixo 2							
Ciclo Urbano de Água - "vertente em baixa"	1	0	18	0	2	30	0
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	8	4	2	1	30	2	0
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	4	25	7	0	0	0	0
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	1	3	6	0	5	0	0
Saúde	8	152	0	3	0	0	0
Património Cultural	3	40	15	2	141	1	1
Rede de Equipamentos Culturais	1	0	1	0	0	0	0
Subtotal	26	224	49	6	178	33	1
Eixo 3							
Requalificação da Rede Escolar 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-escolar	15	281	162	0	255	17	0
Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico	2	0	38	0	74	0	0
Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	8	1	0	1	95	0	0
Parcerias para a regeneração urbana	16	98	9	0	3375	16	0
Redes urbanas para a competitividade e inovação	6	3	3	0	17	3	0
Mobilidade territorial e urbana	25	1	1	0	218	30	0
Subtotal	72	384	213	1	4034	66	0
Total	111	643	262	7	4228	99	1

Fonte: *Inquérito aos Promotores*, IESE, 2012.